

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA

Fernando Brescancini Munhós

Negócios Coloniais:
o gênero epistolar entre os homens do trato do século XVIII

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA

Negócios Coloniais:
o gênero epistolar entre os homens do trato do século XVIII

Fernando Brescancini Munhós

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como exigência para obtenção do título de Mestre em Literatura Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. João Adolfo Hansen

São Paulo
2015

Agradecimentos

Aos de casa, Nanci, Wilson e Silvana, que, com todo o amparo, cuidaram.

Ao professor e orientador João Adolfo Hansen, pelas riquíssimas conversas, incríveis aulas, atenta e firme orientação e, sobretudo, pela confiança depositada neste trabalho.

Aos professores Antonio Alcir Bernardez Pécora e Elaine Cristine Sartorelli, pelas cuidadosas leituras e recomendações.

Ao professor e amigo Artur José Renda Vitorino. Se hoje posso exercer o ofício de historiador, isto devo à sua orientação, ajuda imprescindível e grande amizade.

Aos professores que tive a oportunidade de conhecer e com que conversar enquanto estive na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e na Faculdade de História da PUC de Campinas.

Às professoras Adma Fadul Muhana e Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, pelas valiosas indicações.

Aos amigos e companheiros de ofício que, pela presença, tanto ajudaram: Fernando, Diego, Anita, Paula, Cecília, Zé, Alexandre, Amanda, Marcelo, Marcos, Admarcio, Jean Pierre.

Aos funcionários da Biblioteca Florestan Fernandes, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, e da Administração da FFLCH, pela pronta atenção e ajuda.

À Capes, pela bolsa concedida.

Sem eles e muitos outros, teria sido impossível realizar este trabalho.

Resumo

Este trabalho pretende apontar algumas características da retórica epistolar presentes nas cartas trocadas entre Francisco Pinheiro, grande mercador lisboeta da primeira metade do século XVIII, e seus familiares e amigos enviados para representá-lo no trato em algumas partes da América lusa. Com o pressuposto de que os recursos presentes nas cartas cumprem um fim pragmático esperado segundo o costume retórico de longa duração, primeiramente se busca um olhar para as cartas que supere as hipóteses feitas sobre elas em sua transcrição e publicação na obra intitulada *Negócios Coloniais*. Assim, ao constituir os papéis novamente como ruínas de um tempo que já é morto, espera-se alcançar e delimitar a noção de *negócio* presente nas relações dos tratantes do Antigo Estado português. Esse exercício se espera realizado por meio de ao menos dois procedimentos: o primeiro consiste em especificar a retórica atuante no horizonte de possibilidades daqueles mercadores segundo uma genealogia do gênero epistolar; o segundo incide no papel que essa retórica cumpre associada aos códigos teológico-políticos que permitem tal atividade ser chamada de *trato*. Destarte, pretende-se delinear o quanto a noção de *carta*, nesse contexto, auxilia na compreensão da noção de *negócio*, pois o que nos séculos XVII e XVIII se entende por *relação de amizade* baliza os parâmetros de ambas.

Palavras-chave: retórica epistolar; mercancia; trato; amizade; redes clientelares; política católica.

Abstract

This work aims to point out some characteristics of epistolary rhetoric present in letters exchanged between Francisco Pinheiro, grand Lisbon merchant of the first half of the XVIIIth century, and members of his family and friends who were sent to trade in regions of Portuguese America. Through the assumption that the resources present in those letters play a pragmatic order expected in the long term of the rhetorical institution, we first searched for a look at the letter that surpasses the hypotheses made upon their transcription and publishing in the work entitled *Negócios Coloniais*. Therefore, whenever looking at the papers again as ruins of a time that is already dead, we expect to reach and define the notion of *business* shared by the tradesmen of the Old Portuguese State. We expect to accomplish this exercise through at least two procedures: the first one is to situate the active rhetoric on the horizon of possibilities of expression of those merchants within a genealogy of the epistolary genre; the second, in turn, focuses on the role of rhetoric associated to the theological-political codes that allow an activity called *affair*. Thus, we intend to draft how the notion of *letter* in this context helps to understand the concept of *business*, in order to show that, in XVIIth and XVIIIth centuries, what was meant as a relationship of friendship was the the goal of both.

Keywords: epistolary rhetoric; tradeship; affair; friendship; client networks; Catholic policy;

E alem dos muytos, e grandes proveytos, que a amizade em si contem, sem duvida hum soo he melhor, que todos, o qual he, que sempre vay alumiano ao diante com bõa esperança; e não consente dibilitar o animo, nem cayr. (Cícero. Laelius de Amicitia, na tradução de Duarte de Resende, 1531)

Nulla enim ex re magis natura cujusque et certa indoles elucet (Demetrio vere scriptum) quam ex epistola. (Justo Lipsis. Epistolica Institutio)

Introdução

No verbete “*mercador*”, que consta no *Vocabulario Portuguez & Latino*, de 1716, Raphael Bluteau afirma: “Com muitas razões pertendem muitos desacreditar o officio de mercador”¹. Para sustentar tal afirmação, o autor do dicionário cita uma sequência de apólogos que reforçam e autorizam os atributos vis daqueles que se dedicam ao ofício da mercancia. Menciona, por exemplo, que os Tebanos, em suas “consultas”, não admitiam os mercadores “por entenderem que não podem dar bons conselhos, ânímos intentados ao lucro”; ou os Atenenses, que determinaram que as lojas dos mercadores ficassem afastadas das casas dos nobres, porque “lojas mercantis são desertos de verdades, & povoações de enganos”. Mesmo Cristo, na “única vez q se mostrou irado foi, quando lançou do Templo aos mercadores, com suas próprias mãos fez o instrumento do castigo”.

Entretanto, na sequência, Bluteau afirma que, a par dessas razões, a mercancia tem muito proveito, pois “sem ella no estado da vida temporal, serião os homens de peor condição que os brutos, porque a natureza lhes deo tudo o que lhe convem, & só com o commercio podemos suprir as faltas da natureza”². Três quartos de século mais tarde, no suplemento publicado na edição de 1787 do *Secretario portuguez ou methodo de escrever cartas*, Francisco José Freire, Cândido Lusitano, distingue “*Mercador*” de “*Negociante*”. O primeiro, diz, “de ordinário se cinge a certa repartição mercantil”³, e sua habilidade consiste somente em “saber comprar com acerto huma tanta quantidade de mercadorias, e tornar a vendellas depois por miúdo”. O negociante, diferentemente, “noutro alvo mais longe poem todas as suas miras” – a honrosa tarefa de alimentar as forças do Estado.

Vemos, a exemplo desses autores, como a atividade mercantil encontra seu lugar na representação do bem comum do Estado português de Antigo Regime, mas ao mesmo tempo se depara com as contradições de uma sociedade centrada nas virtudes do catolicismo contrarreformado. O comércio é visto como benéfico para a manutenção do Reino e engrandecimento do Estado. Porém, o mercador, negociante, dotado de vaidade, ganância e cobiça, é considerado seu agente vicioso. Em uma sociedade, como a

¹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino*. Portugal, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1716, tomo 5, p. 429.

² BLUTEAU, op. cit., p. 430.

³ FREIRE, Francisco José. *Secretario Portuguez, ou methodo de escrever cartas, por meio de huma Instrução preliminar*: Regras de Secretaria; Formulario de tratamentos, e hum grande numero de Cartas em todas as especies, que tem mais uso, com varias Cartas Discursivas sobre as Obrigações, Virtudes, e vícios do novo Secretario. Portugal, Lisboa: Typografia Rollandiana, 1787, p. 294 (Segundo Suplemento).

portuguesa, organizada como um corpo político de base mística, toda e qualquer ação de um membro ou de um grupo que possa vir a representar prejuízo ao bem comum deve ser apontada e corrigida. A partir do reinado de D. José I e seu ministro, o Marquês de Pombal, começa a haver uma crescente valorização do ofício da mercancia, pois, como vimos no trecho do *Secretario Portuguez*, sua utilidade na economia europeia foi cada vez maior. A partir de 1750, vemos a criação de alguma legislação referente aos mercadores, assim como regras estabelecidas para sua ação, condizentes com todas as reformas do ensino iniciadas pelo Marquês.

Mesmo assim, a imagem dos comerciantes continuou a ser vista com ressalvas no restante da sociedade. Sua atividade, mesmo que benéfica, estaria sempre próxima da desunião e da guerra, pois colocaria o lucro acima do amor ao próximo. Em um momento anterior, tais ressalvas eram ainda mais gritantes. Durante o reinado de D. João V, a política católica teve de lidar com o incremento dos atores participantes da trama do comércio a longas distâncias decorrente da descoberta das minas de metais preciosos no interior do território americano e da intensa circulação do ouro no período. Mas, ainda que a circulação de toda essa riqueza favorecesse a atividade mercantil, seus agentes principais, os mercadores, nem sequer consideravam a possibilidade de existência de um universo de trocas materiais isento das demais forças da cultura política local. Por isso que sua atividade não era o simples comércio, mas o trato. Não eram só comerciantes, eram tratantes, pois cuidavam do trato das mercadorias e do trato das relações.

Em outras palavras, a mercancia estava submetida às relações pessoais. Não se negociava com quem não se tinha por amigo. A amizade era o pressuposto maior do trato. Não havia, na visão das pessoas envolvidas nessas práticas, qualquer iniciativa burguesa-liberal, mesmo que incipiente, pois o que estava em jogo não era apenas o ganho material, mas também os ganhos simbólicos e políticos diversos, como o acesso a novos ambientes e a companhias, privilégios, honrarias, reconhecimentos, etc. Um ganho não era mais importante que outro. Assim, na primeira metade do século XVIII, a noção de *negócio* era outra, assim como tinha sido no século XVII. E estava estreitamente vinculada à noção de *amizade*, a qual cumpria um papel político específico no Antigo Estado português.

Para reconstruirmos a legibilidade do termo, em seu uso contingente, parece profícua a leitura e análise de ruínas desse tempo, já morto, ruínas essas que melhor representam a amizade entre os tratantes. Homens do trato que, na idade do ouro, se comunicavam a longas distâncias por meio de cartas. Gênero das letras antigas, a epístola possuía seus preceitos retóricos, como qualquer outro, mas voltados para fins específicos:

a encenação de uma conversa amigável entre pessoas que se viam distantes. Portanto, a retórica presente nas cartas trocadas entre esses homens pode oferecer a nós, hoje, uma dimensão do que se tinha por negócio – trato – no período.

Para tal exercício, lançaremos um olhar sobre os escombros de uma rede de amigos mercadores centrada na figura de um grande tratante português de nome Francisco Pinheiro. Morador da cidade de Lisboa, Pinheiro era considerado importante homem de negócio, uma vez que possuía vínculos estreitos com comerciantes enviados para diversas regiões do Império português, durante o reinado de D. João V. Aparentemente, sem nunca ter-se retirado da capital do reino luso, manda seus sócios – amigos, parentes, compadres e afilhados – para localidades como o Rio de Janeiro, a Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Colônia do Sacramento e Angola, para que representem seu nome no trato, nas diversas praças comerciais desses locais. Com eles, trocava uma extensa correspondência, reunida e preservada, após sua morte em 1749. No ano de 1973, o Ministério da Fazenda brasileiro publicou a transcrição dessas cartas – realizada durante anos por Luis Lisanti Filho e sua equipe – em cinco volumes, intitulados *Negócios Coloniais*.

Nesses cinco livros, podemos observar as cartas trocadas entre Pinheiro e seus correspondentes, divididas por região e por data. Cada localidade foi separada e organizada cronologicamente, a despeito dos nomes envolvidos. Há também uma série de anexos nos quais constam os livros de contas, as distinções das remessas, os contratos de sociedade, entre outras partes. O que nos interessa aqui, entretanto, é o diálogo entre ausentes. A conversa entre Pinheiro e seus amigos tratantes e o que essa conversa, construída sobre o suporte *carta*, pode ajudar a compreender qual foi o lugar ocupado pelos tratantes na sociedade portuguesa de Antigo Regime. Por meio da reconstituição de alguns desses diálogos, teremos alguma noção do que era o trato centrado na ideia de *negócio* e de como seus agentes estavam subordinados à instituição retórica atuante nos modos de comunicar, ver e ser visto.

A obra *Negócios Coloniais* apresenta a transcrição de um conjunto de cartas a partir de um princípio de organização que não é evidente. Impossível que fosse. Publicada no início da década de 1970, e financiada pelo Estado brasileiro, sua proposta ia ao encontro de uma historiografia focada nos estudos da identidade nacional e preocupada com as voltas dadas pelo desenvolvimento do capitalismo nos trópicos. Ou seja, fica evidente, a exemplo do estudo introdutório presente no primeiro volume dos *Negócios Coloniais*, que Lisanti Filho e sua equipe estavam direcionados a apresentar as cartas segundo uma lógica da *história regional*: como aquelas “fontes”, divididas pelas regiões

da América portuguesa, poderiam elucidar um suposto desenvolvimento econômico local – das principais cidades-*apêndices* da Metrópole⁴ – condizente com aquilo que, décadas mais tarde, viria a ser a implacável e inadiável *crise do Antigo Sistema Colonial*⁵. Na busca pelo desenho de uma teleologia da histórica nacional, a leitura das cartas de Francisco Pinheiro poderia ilustrar uma iniciativa protoburguesa dos comerciantes cariocas, paulistas e baianos de crescimento econômico independente das amarras de Portugal – a metrópole opressora, que impedia o Brasil de alçar voos mais altos dentro do sistema capitalista. Condizente com esse sentido da história estaria também um olhar para os textos transcritos no compêndio que visse as cartas como uma janela aberta e transparente dando para a realidade de outrora. Assim, dotado de uma mentalidade romântica e neokantiana, esse olhar assistiria às queixas trocadas entre Francisco Pinheiro e seu irmão, sobrinhos, afilhados e compadres como sendo *manifestações* de *indivíduos* dotados de toda a autonomia psicológica necessária para se livrarem das amarras do fisco ou lutarem contra os monopólios e desmandos da Coroa.

Se adotássemos esse viés, também, essa obra – que apresenta a transcrição das cartas – nunca poderia ser estudada dentro dos parâmetros institucionais das Letras. O mesmo quadro intelectual, que buscava na história econômica e regional da Colônia suas raízes nacionais, buscava também nos textos ficcionais do período as origens de uma literatura brasileira. Não se trata disso, nem ao menos é literatura portuguesa, pois não se insere nos parâmetros da literatura como sistema, que procura, nos textos anteriores ao advento da Nação, por suas *manifestações literárias* rudimentares. Não há, nos textos, os elementos pragmáticos que evidenciem a iniciativa de uma suposta autonomia estética dos autores. Tanto a história quanto a crítica literária que atuavam hegemonicamente nas Universidades brasileiras entre as décadas de 1950 e 1970 tinham por missão apresentar a síntese de uma identidade nacional que, claramente, começou a ser buscada nas

⁴ Na introdução intitulada “O sentido da colonização” do *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), Caio Prado Jr. apresenta a tese de que o Estado brasileiro se constitui como resultado do processo de dominação de Portugal sobre sua Colônia. Na ideia do “sentido”, o atraso econômico brasileiro seria resultado do papel cumprido pela Colônia como *apêndice* da Metrópole, servindo apenas ao *exclusivo*, fruto do *pacto colonial*. Cf.: PRADO Júnior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo* – Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1961.

⁵ Fernando Antônio Novais, baseando-se no *sentido da colonização* de Caio Prado Jr. propõe a tese de que a Colônia portuguesa, como *apêndice* da Metrópole, e o *pacto colonial* que garante o *exclusivo* são partes constituintes do chamado *Antigo Sistema Colonial*. Este seria uma peça da engrenagem do Mercantilismo europeu, como uma etapa do desenvolvimento do sistema capitalista. Dialeticamente, o sentido da relação entre Metrópole e Colônia apontaria para suas contradições internas que caminhariam necessariamente para um momento de crise que resultou na separação do *apêndice* e a subsequente formação do Estado brasileiro. A primeira edição da obra é de 1979. Cf.: NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777- 1808)*. São Paulo: Hucitec, 1985.

primeiras décadas de formação do Estado brasileiro, ainda sob os patrocínios do Império⁶. É fruto de um problema que se desdobra, dialeticamente, durante décadas: o Estado criado antes da Nação, mas que precisa dela para se legitimar. Assim, os intelectuais do Império encarregados de criar um sentido para o país recém-criado construíram um sentido que se manteve contrário ao passado de dominação portuguesa, ao qual se atribuíram as responsabilidades pelo suposto atraso econômico e cultural. De uma forma ou de outra, é esse o pressuposto presente nas obras que explicavam o Brasil naqueles anos em que foi publicado o *Negócios Coloniais*.

Nosso objetivo aqui é outro: o de encontrar a primeira normatividade desses textos que circulavam entre os tratantes. Não são literatura e também não são belas letras, mas são letras que, por si, foram retoricamente regradadas, uma vez que faziam parte da instituição retórica assim como qualquer outra prática simbólica no período. A validade desse intento se encontra na possibilidade de o gênero epistolar poder oferecer os parâmetros definidores da noção de *negócio* nos séculos XVII e XVIII.

A composição dessas cartas obedece a um conjunto de doutrinas e regras que vinham sendo praticadas coletivamente durante séculos. Imersos em uma noção de tempo que entendia a história como mestra da vida – *historia magistra vitae* – a leitura dos acontecimentos do passado constituía o parâmetro do que imitar no presente⁷ –, os

⁶ Em 1836, de Paris, Gonçalves de Magalhães publica na revista *Nitheroy* seu *Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil*. No texto, Magalhães procura dar um sentido nacional a uma Literatura que se queria brasileira. Sua proposta era a de uma cultura que, como colonizada por Portugal, deveria ser vista como um galho frutífero de uma árvore. Após a independência das amarras de seu dominador, esse galho poderia ser retirado dessa árvore e “enxertado” em uma muito mais civilizada: a cultura francesa. Afirma: “Hoje o Brasil é filho da civilização Franceza”. Esta irá permitir seu desenvolvimento, podendo somar as contribuições vindas da cultura autóctone, indígena, e das maravilhas de sua natureza, todas antes vítimas do despotismo português. Assim, o autor consegue excluir Portugal da identidade da literatura brasileira. Cf.: MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Ensaio sobre a História da Litteratura do Brasil”. In *Nitheroy – Revista Brasiliense*. Paris: Dauvin et Fontaine Libraires, 1836. Nove anos depois, na edição de janeiro de 1845 do *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Carl von Martius publica seu texto vencedor do concurso promovido pelo Instituto. O título é autoexplicativo: *Como se deve escrever a História do Brasil*. Nele, von Martius procura uma tese sobre a identidade nacional centrada no tripé *meio-raça-instituição*, para legitimar a amplitude do território nacional. É o primeiro autor da historiografia brasileira a colocar a mestiçagem como o fim da nação, uma vez que o português colonizador cumpriria o papel de um rio principal e o negro africano e o índio seriam seus afluentes. O primeiro, como ator principal, rege as relações de mestiçagem que dão um sentido à História do Brasil. Cf.: MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *O Estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Minas Gerais: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1982, pp. 85-107.

⁷ A concepção de história como mestra da vida é consenso entre os antigos que encaravam a memória sobre o passado como critério do que se imitar no presente. A frase vem de Cícero, no *De Oratore*: “*Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur*” (“a história, testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador”) – *De Or.* 2, 9, 36. Segundo Koselleck, a partir do Iluminismo, e sobretudo do texto de Immanuel Kant – *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, de 1784, há um corte radical nessa

homens de negócio aplicavam preceitos coletivizados pelo costume. Esses preceitos pretendiam garantir a eficácia dos objetivos persuasivos de um gênero específico, a carta. A correspondência eficaz era a que cumpria seu fim persuasivo, próprio do gênero do texto. Qual é esse fim e por meio de que preceitos ele é alcançado é o que se pretende responder primeiramente.

Sabendo que o gênero epistolar existe como a base da conversa entre amigos ausentes, e que essa noção é primordial para sustentar os alicerces de uma rede clientelar envolvendo as atividades dos tratantes, podemos sustentar uma arbitrariedade particular para a leitura das cartas. Poder-se-ia lê-las como estão organizadas na edição de Lisanti Filho (cronológica e espacialmente), ou pelos assuntos tratados em cada uma (o comércio de escravos, os contratos, as sociedades firmadas e quebradas), ou, ainda, apenas cronologicamente (sem a distinção entre as diversas localizações). O que parece mais adequado neste momento, porém, é a análise particular de algumas das relações existentes, tendo-se Francisco Pinheiro como constante. Parece mais eficiente, agora, evidenciar como se construiu a relação de amizade e compadrio entre Pinheiro e seu irmão, entre ele e cada um de seus sobrinhos, compadres, ou outros comerciantes inseridos na trama. Por esse viés, poderemos evidenciar como a retórica epistolar atuou na construção, manutenção e, em alguns casos, na quebra da confiança existente em cada um dos casos analisados, podendo esclarecer os mecanismos usados por ambos os lados da relação na construção dos diversos recursos textuais convenientes. Ou seja, como se construíram as representações específicas dos casos em que se queria conquistar mobilidade política, justificar perdas, informar ganhos materiais, angariar favores e tantos outros objetivos da persuasão.

Parece ainda mais profícuo focar o trabalho na reconstituição da correspondência trocada entre Pinheiro e seus entes mais próximos que, não por acaso, ocupam os lugares de maior relevância naquela rede. Com a exceção da região do Recôncavo baiano, em que o mercador trocava cartas com um importante comerciante fixado ali, os outros dois maiores centros de circulação de pessoas pela América portuguesa naquelas décadas tiveram o nome do tratante presente a partir da visita e estadia de seus familiares

concepção da história, mudando completamente a noção de tempo do homem romântico. A partir daí a História, agora com “H” maiúsculo (e seu termo alemão *Geschichte*), seria disciplina autônoma e independente, não mais disposta a servir a mais nada além dela mesma. Cf.: “Historia Magistra Vitae – Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento” – KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto e Ed. PUC-Rio, 2006, p. 41-60.

próximos: irmão e sobrinhos no Rio de Janeiro; compadre e sobrinhos em Minas Gerais. Não obstante, os correspondentes de Pinheiro, fossem familiares e amigos do Reino, tratantes que nunca o viram pessoalmente, caixeiros ou capitães de embarcação, estavam sempre encenando algum atributo amigável em suas cartas. Isto é, antes de cartas comerciais, eram cartas familiares que estavam sendo representadas ali, o que diz muito para a análise do gênero epistolar. É válido, por isso, observar como essas relações aparecem construídas nas missivas, a partir dos recursos textuais disponíveis pelo costume retórico, presente nas práticas da política católica portuguesa atuante no período aurífero. É assim que a noção de *carta* pode auxiliar na compreensão da noção de *negócio* no período. Este é viabilizado a partir e através da representação do afeto a longas distâncias, uma vez que não se trata com quem não se tem por amigo.

Como aponta Karl Polanyi, estamos lidando com uma sociedade *com* mercado, e não *de* mercado, burguesa, liberal–pós-iluminista. A ordem na produção e distribuição dos bens está, aqui, garantida por fortes motivações não-econômicas, absorvidas pelos padrões institucionais existentes⁸.

A partir do século XVI, os mercados passaram a ser mais numerosos e importantes. Na verdade, sob o sistema mercantil, eles se tornaram a preocupação principal dos governos. Entretanto, não havia ainda sinal de que os mercados passariam a controlar a sociedade humana. Pelo contrário. Os regulamentos e os regimentos eram mais severos do que nunca; estava ausente a própria idéia de um mercado auto-regulável.⁹

Sendo assim, o trabalho que se segue está dividido em três partes principais: a primeira localiza a retórica epistolar nos séculos XVII e XVIII, definindo-a como um ramo específico da instituição retórica agindo na longa duração, desde a Antiguidade. Em seguida, procura apontar o quanto a noção de *carta* atua nos papéis presentes em *Negócios Coloniais*. Nesse ponto, poderemos observar como preceitos e técnicas doutrinados desde os gregos aparecem nesses textos, cumprindo fins contingentes. A segunda parte, por sua vez, tem a finalidade de situar a correspondência de Francisco Pinheiro nas doutrinas do verossímil político do Estado português contrarreformado. Qual é o papel da rede de amigos mercadores em uma sociedade católica, organizada segundo a metáfora do corpo místico, em que as noções de *paz*, *concordia* e sobretudo *amizade* e *autocontrole dos apetites* constituem e naturalizam os privilégios políticos que regem a limitada

⁸ POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 67.

⁹ POLANYI, op. cit., p. 75.

mobilidade social presente ainda na primeira metade do século XVIII? Nesse ponto, o *topos* da *dissimulação honesta* se mostra essencial para entendermos que as frases afetuosas construídas nas cartas não são mais que fórmulas pragmaticamente aplicadas para fins específicos da relação existente entre as partes. Por fim, a terceira e última etapa tenta reconstituir o que é narrável retoricamente em alguns dos principais diálogos trocados por meio das missivas.

Capítulo primeiro

O gênero epistolar como premissa

A carta, aqui tratada como gênero da escrita dos séculos XVII e XVIII, é o texto que permeia e viabiliza uma prática social e política específica no chamado Antigo Regime português, não estando, nessas condições, excetuada do costume letrado de preceitos há muito difundidos e coletivizados. Ao considerar a instituição retórica que desde a Antiguidade traduz os bons usos do texto e da fala em preceitos passíveis de ensino, é impossível abordar o gênero da conversa entre ausentes sem identificá-lo como derivado de técnicas determinadas das artes retóricas da instituição. Citando Alcir Pécora, podemos afirmar, para o nosso objeto, que o texto epistolar, “como um instrumento decisivo” para o êxito da ação política de uma rede de amigos mercadores é, no seu verossímil, “mapa retórico em progresso” da própria prática mercantil¹⁰. Essa rede de tratantes é observada aqui, neste trabalho, a partir do suporte que nos permite pensar a capacidade de sua abrangência: a comunicação, em texto, travada a longas distâncias. Se essa comunicação parece ter sido eficaz (na maioria dos casos), é porque a retórica cumpriu seu dever, ali no século XVIII, assim como o vinha cumprindo desde os gregos. Com Demétrio, e mais fixamente em Roma, com Cícero, a carta é entendida como a conversa entre amigos ausentes, um presente enviado ao amigo distante. Entretanto, essa concepção básica do gênero perde seu lugar de relevância nos estudos do costume letrado se não for analisada como um ramo dos preceitos das retóricas que circularam, durante séculos, em inúmeros ambientes. As cartas que constituem nosso *corpus* analítico serão lidas, pela primeira vez, como gênero das letras antigas e, por isso, apontam para um lugar específico dentro de uma genealogia.

A arte a apresentar propriamente a primeira reunião de preceitos da escrita da carta que, no costume, circulava desde os gregos, foi a *Ars Rhetorica* de Caio Julio Victor, no século IV d. C.¹¹ E não é por acaso que sua premissa fundamental reside na

¹⁰ Alcir Pécora oferece um panorama do gênero epistolar ao abordar a retórica presente nas cartas trocadas entre os padres jesuítas na América portuguesa nos séculos XVI e XVII: “As cartas, no verossímil que proponho, devem ser vistas, antes de mais nada, como um mapa retórico *em progresso* da própria conversão. Isto significa afirmar que são produzidas como um instrumento decisivo para o êxito da ação missionária jesuítica, de tal modo que as determinações convencionais da tradição epistolográfica, revistas pela Companhia e aplicadas aos diversos casos vividos, mesmo os mais inesperados, sedimentam sentidos adequados aos roteiros plausíveis desse mapa”. Cf. PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 18.

¹¹ MURPHY, James J. *Rhetoric in the Middle Ages*. A History of Rhetorical Theory from Saint Augustine to the Renaissance. California: University of California Press, 1990, pp. 194-268.

proximidade do gênero aos preceitos da conversa pedestre e cotidiana. A última parte do tratado, *De epistolis*, vem seguindo o *De sermocinatione*, “da conversação”, uma vez que “muitas das coisas que foram preceituadas acerca da conversa convêm às epístolas”, porém, com a ênfase de que na carta deve-se observar a brevidade e, acima de tudo, a clareza das sentenças. Diz Victor que “a obscuridade deve ser evitada mais do que no discurso ou na conversa: pois podes pedir a quem fala pouco claramente, que diga mais claramente, o que não se dá nas epístolas trocadas por ausentes”¹².

Essa relação entre o texto da carta e a conversa cotidiana condiz com o que até ali circulava como autoridade na instituição retórica, principalmente no que diz respeito ao decoro da escrita, ou ao “modo de dizer como convém”, como mostra Quintiliano no Livro XI da *Instituição Oratória*, aonde expõe a necessidade de se ter presente, basicamente, quem é que diz, a favor de quem e em presença de quem, quando se pensa o estilo da fala¹³. As regras para escrever cartas não circulam paralelas às das oratórias tradicionais, lidas por letrados e oradores. São, todavia, ramos dessas retóricas, quando tratam do estilo pedestre que é, para certos discursos, decoroso, justo e verossímil. Nesse sentido, elaborar uma genealogia do gênero parece válido, se não isentarmos dela seu lugar no costume de falar/escrever segundo preceitos regrados pelas muitas retóricas. A começar, Demétrio, quase sete séculos antes de Victor, em alguns trechos do tratado *De elocutione* (*Περί ἐμνηνείας*), é o primeiro a afirmar que a carta é um dos dois lados de um diálogo, enviado como presente a um amigo distante¹⁴. Ela se diferencia, porém, por exigir certa elaboração, como texto, desnecessária na improvisação dialógica. Ainda assim, seu estilo é mais próximo da fala do que do debate, sendo a mistura dos estilos gracioso e simples¹⁵. Para Carlos Alberto Seixas Maduro, Demétrio é porta-voz de uma

¹² MARTIN, Thaís Morgato. *Tradução anotada e comentários da Ars rhetorica de Caio Júlio Vítor*. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo, pp. 147-148.

¹³ “¿quién no sabe que um modo de decir pide la gravedad de un senador y outro la gente plebeya? Y más cuando aun á juicio de cada uno no está bien una misma cosa em presencia de la gente de gravedad y de la menor circunspección, ni viene bien lo mismo para com un erudito que para con un militar y para un hombre del campo, y alguna vez es necesario bajar el estilo y reducirle á menos numero de palabras, para que el juez no deje de entender y penetrar lo que se disse” In. *Or.* XI, 1, 25. Ed. consultada: Quintiliano, M. Fabio. *Instituciones Oratorias*. Traducción directa del latin por los padres de las escuelas pías Ignacio Rodríguez y Pedro Sandier. Espanha, Madrid: Imprenta de Perlado Páez y Compañía, 1916, t. II, p.224.

¹⁴ *De elocutione*, 223. Cf.: Demetrio. *Sobre el estilo*. Introducción, traducción y notas de José García López. Madrid: Editorial Gredos, 1979, p. 96.

¹⁵ Demétrio distingue quatro classes de estilo: o *magnânimo*, o *gracioso* ou *elegante*, o *grandiloquente* e o *simples*. Cf.: *De elocutione*, 36. Define no parágrafo 235 que a carta é a mistura do estilo simples - distante do grandiloquente e magnânimo - e do gracioso, pois, por ser um texto a ser enviado como presente, não deve possuir a improvisação do diálogo. Demetrio, op. cit., p. 99.

prática relativamente uniforme, da qual “não restaram muitos testemunhos”¹⁶. Por outro lado, o princípio básico presente no *De elocutione* permanece vivo, constantemente readaptado a diversas conjunturas e momentos históricos posteriores, como no caso da oratória romana.

Cícero, o mais célebre entre os oradores romanos, não deixa de distinguir duas formas de discurso, no *De officiis*: a conversação (*sermo*) e o debate (*contentio*). O debate seria mais importante, logicamente, pela utilidade na obtenção da glória do cidadão romano; mas a conversação, por sua vez, é eficaz na conciliação dos ânimos, pois é o discurso que transmite a cortesia e a afabilidade (*De off*, II, XIV, 48)¹⁷. Essa distinção é consequência da separação necessária entre os assuntos da cidade, que demandam uma eloquência pública, e o ambiente familiar, das relações íntimas de amizade, que pedem uma conversa elegante e afável:

Grande é a força da palavra, também de dois tipos: a palavra da eloquência e a palavra da conversação. Use-se da eloquência nos debates dos tribunais, das assembleias, do Senado: da conversação, nas reuniões, discussões, encontros de amigos, devendo inclusive acompanhar os banquetes. Os preceitos da eloquência são do domínio dos oradores, mas não existem regras para a conversação, embora eu não veja por que não devam existir: encontramos mestres sempre que haja alunos sequiosos de aprender, mas nenhum que se dedique a esse estudo, todo ele nas mãos de discursadores! (*De off*, I, XXXVII, 132)¹⁸

Dessa distinção deriva a prática epistolar ciceroniana, célebre já entre os antigos e objeto de imitação por parte, por exemplo, de Plínio. Cícero insiste, na correspondência trocada com Lucius Paetus, que uma carta deve levar em conta essa diferença entre os discursos do mundo público e do mundo familiar no verossímil de sua composição. Cabe apontar que essa diferença não é a mesma daquela que temos hoje estabelecida entre o que é público e o que é privado. No universo greco-romano há as coisas que interessam ao Estado (*res publica*) e as que interessam à Família Patriarcal, lugar das relações de amizade, parentesco, entre senhor e escravo, etc. São duas estruturas de poder delimitadas por espaços de atuação definidos. Na carta, ambos podem aparecer, em estilo familiar e

¹⁶ MADURO, Carlos Alberto de Seixas. *As artes do não-poder. Cartas de Vieira – um paradigma da retórica epistolar do barroco*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, 2012, p. 42.

¹⁷ *De officiis*, II, XIV, 48. Ed. consultada: CÍCERO, Marco Túlio. *Dos deveres*. Tradução do latim Angélica Chiapeta, revisão da tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, p. 101.

¹⁸ *De officiis*, I, XXXVII, 132. Ed. consultada: CÍCERO, op. cit., p. 64.

jocosos ou severos e graves,¹⁹ mas sempre se levando em conta que o ouvinte é um destinatário específico ausente e não uma plateia ou um júri. Assim Cícero escreve a Lucio:

como eu o ataco em minhas cartas? Não parece que falo com você na língua do povo comum? Porque eu nem sempre adoto mesmo estilo. Que semelhança há entre uma carta e um discurso no tribunal, em uma reunião pública? Porque, mesmo em casos da lei, eu não tenho o hábito de lidar com todos no mesmo estilo. Casos particulares e também aqueles pequenos, eu conduzo em estilo mais simples de fala, aqueles que envolvem o status de um homem público ou sua reputação, é claro, em um estilo mais ornamentado; mas as minhas cartas eu geralmente componho na linguagem da vida cotidiana²⁰.

Notadamente, esse princípio permeia as centenas de cartas escritas por Cícero que, mesmo sem ter apresentado uma preceptiva exclusiva sobre a arte epistolar, torna-se modelo da prática missiva desde a Antiguidade. Seixas Maduro, mais uma vez, aponta três características regentes no epistolário ciceroniano que fazem dele um dos pilares da posterior construção do gênero: a carta como testemunho da amizade, como recurso contra a ausência e como expressão da distância²¹. Logicamente, esses predicados podem não aparecer em cartas compostas já segundo a lógica de uma futura publicação, mas não é esse o caso a se analisar neste momento. O que parece importante ser frisado é a noção de que os preceitos sobre a arte, como os apontados por Julio Victor no século IV d. C., não são simples síntese de uma prática greco-romana anterior. Da mesma forma, a prática epistolar de Cícero ou de Plínio não é tão-somente a aplicação de regras ditadas por retores. Tanto os epistolários quanto os manuais são elementos resultantes de saberes coletivizados e readaptados em diversas situações históricas.

No caso romano, sabe-se de outros diversos conjuntos de cartas, da época de Cícero e também posteriores, como os de Sêneca, Juvenal, Tácito, Horácio, etc. Mas é na chamada Antiguidade tardia que aparecem os primeiros manuais, ou sessões deles,

¹⁹ *Ad. Fam.*, 2,4,1. Ed. consultada: CICERO. Marco Túlio. *Letters to his friends*. With an English translation by W. Glynn Williams. London, England/ Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1927, v. I, p. 101.

²⁰ “*how do I strike you in my letters? Don’t I seem to talk to you in the language of common folk? For I don’t always adopt the same style. What similarity is there between a letter, and a speech in court or at a public meeting? Why, even in law-cases I am not in the habit of dealing with all of them in the same style. Private cases, and those petty ones too, I conduct in more plain-spoken fashion, those involving a man’s civil status or his reputation, of course, in a more ornate style; but my letters I generally compose in the language of everyday life.*” *Ad. Fam.*, 9,21,1. Ed. consultada: CICERO, *ibidem*, v. II, p. 261.

²¹ MADURO, Carlos Alberto de Seixas. *As artes do não-poder. Cartas de Vieira – um paradigma da retórica epistolar do barroco*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, 2012, p. 46.

dedicados a essa arte, que apresentam a reunião e sistematização desses saberes já coletivizados e que já circulavam há tantos séculos. Podemos citar Filóstrato de Lemnos, do século III, com *De epistulis*; a *Epístola 51* do padre Gregório Nazianzeno e, por fim, a *Ars Rhetorica* de Julio Victor, ambos do século seguinte²². De forma geral, nota-se através desses casos que, no mundo greco-romano, a carta é compreendida como um diálogo entre ausentes e que deve, necessariamente, possuir linguagem clara e em estilo pedestre, próximo da conversa cotidiana familiar.

Nos séculos seguintes, aqueles alcunhados romanticamente de baixa Idade Média, a retórica epistolar apresentará noções distantes da carta familiar que circulava em Roma. Entre os séculos XI e XII, com a centralidade da Universidade de Bolonha, observa-se o esforço de construção de uma preceptiva do gênero que atendesse à demanda político-teológica do que hoje denominamos o “Renascimento do século XII”²³. Com a crescente revalorização dos estudos da retórica, por conta das relações diplomáticas entre as cidades-Estado do *Regnum Italicum*, a *ars dictaminis* aparece como o meio possível de ensino de regras detalhadas para a composição de cartas. James Murphy aponta que essa *ars dictaminis* e seu estilo de escrita correlato, o *cursus*, nascem no monastério beneditino de Montecassino como uma possível solução ao grande número de *formulae* que circulavam pela Europa central desde o período Carolíngio. As *formulae* eram coleções de papéis contendo exemplos e duplicatas de como se dirigir, por escrito, às diferentes ordens presentes na sociedade feudal, com o objetivo de conquistar proteção, imunidades, acordos, homenagens, etc.²⁴. Diante da clara ineficácia de repetitivas fórmulas que atendessem a crescente multiplicidade de ordens hierárquicas, somada à melhora do nível educacional do clero e do papel cada vez maior das universidades, como a de Bolonha, surgem novas *artes* de se comunicar, dentre elas a epistolar. De acordo com Quentin Skinner, depois de o monge beneditino Alberico de Montecassino destinar parte de seu *Dictaminum radii* a essas regras, o primeiro professor da Universidade de Bolonha a se dedicar a escrevê-las em um tratado foi Adalberto Samaritano, com *Praecepta dictaminum*, entre os anos 1111 e 1118. Nos anos seguintes, a geração posterior de

²² TIN, Emerson (Org.). *A arte de escrever cartas. Anônimo de Bolonha, Erasmo de Roterdã, Justo Lúpsio*. São Paulo, Ed. da Unicamp, 2005, p. 25-30.

²³ Para as reformas eclesiais do século XII, cf. BOLTON, Brenda. *A Reforma na Idade Média: Século XII*. Portugal, Lisboa, Edições 70, 1983. Para a relação entre as mudanças ocorridas no período e o surgimento de uma preceptiva epistolar, cf. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 25- 69.

²⁴ MURPHY, op. cit., pp. 199-202.

dictatores já apresenta um “sistema rígido” de preceitos para a arte, com nomes como Hugo de Bolonha, que escreve o *Rationes dictandi prosaice* (1119-24), e o anônimo *Rationes dictandi*, de 1135²⁵.

Nesse período o ofício de *dictator* – funcionário que compõe a mensagem, pois possui o domínio das regras exigidas pelas chancelarias – ganha estatuto profissional entre as cidades do norte da Itália, propiciando a circulação de diversos manuais para a composição de missivas²⁶. Todos eles dão grande importância às diversas regras de saudação (*salutatio*), demonstrando a preocupação em classificar, cada qual à sua maneira, o grau de importância de todas as ordens presentes na sociedade local e afirmar o que é mais adequado a cada uma delas²⁷. Da mesma forma, parece haver um consenso entre os manuais de que a carta deve possuir, basicamente, quatro ou cinco partes distintas, como as que aparecem no *Rationes dictandi: salutatio, captatio benevolentiae* (ou *exórdio*), *narratio, petitio* e *conclusio*, entendidas como passos para um “adequado arranjo das palavras assim colocadas para expressar o sentimento pretendido por seu remetente”, de clara referência às partes da oratória de Cícero²⁸. O texto anônimo de 1135 será bem claro nessa divisão: grande parte dele é voltado às regras da saudação, como “uma expressão de cortesia que transmite um sentimento amistoso compatível com a ordem social das pessoas envolvidas”²⁹. São elencadas saudações “de um Monarca ao Papa, e de todo Súdito aos Prelados”, “do Imperador a todos os homens”, “entre Eclesiásticos”, “aos Monges”, “de Prelados aos seus Subordinados”, “entre Nobres, Príncipes e Clero Secular”, “de Súditos aos seus Senhores Seculares”, “de um Professor a seu Aluno”, “De Pais a seus Filhos”, dentre outras³⁰.

Mostra também que a captação da benevolência é a maneira pela qual se influi “com eficácia” na mente do destinatário, movendo seu ânimo para determinado fim. Pode ser assegurada pela pessoa que envia a carta, pela que a recebe, por ambas, por efeito das circunstâncias ou pela matéria em questão. Que a narração, por sua vez, deve apresentar

²⁵ SKINNER, op. cit., p. 50.

²⁶ MADURO, op. cit., p. 59.

²⁷ Para Seixas Maduro essa característica, como a grande especificidade da arte epistolar na Idade Média, “reside na forma como se vai entender o conceito de conversação” naquela situação histórica. cf.: MADURO, ibidem, p. 62; Para uma descrição das diferentes saudações presentes nos tratados de epistolografia dos séculos XI-XIII, ver CONSTABLE, Giles. “The Structure of Medieval Society According to the Dictatores of the Twelfth Century”. In: *Law, Church, and Society. Essays in Honor of Stephan Kuttner*. USA, Pennsylvania, Ed. University of Pennsylvania Press, 1977, p. 253-267.

²⁸ Anônimo de Bolonha. “Regras para escrever cartas” (*Rationes dictandi*), In. TIN, op. cit., p. 83. PÉCORA, op. cit., pp. 20-21.

²⁹ Anônimo de Bolonha. “Regras para escrever cartas” (*Rationes dictandi*), In. TIN, op. cit., p. 84.

³⁰ Idem, pp. 84-97.

os fatos que serão tratados, de modo ordenado, breve e claro. Que a petição é o lugar para se pedir algo, podendo ser de nove espécies: *suplicatória, didática, comitativa, exortativa, incitativa, admonitória, de conselho autorizado, reprovativa e direta* e que, por fim, a conclusão termina a carta, não antes de resumir as coisas tratadas anteriormente e dizer os motivos que fazem a questão vantajosa ou não ³¹.

Essa estrutura, com muitas variantes possíveis, é própria dos manuais de composição dos *dictatores* e circula entre homens letrados dos séculos XII e XIII, cumprindo fins práticos e, sobretudo, seculares: entre juristas, professores de retórica, funcionários de principados, ou homens de corte³². A erudição desses letrados passava, logicamente, pela leitura e assimilação de textos antigos, porém, não com a abrangência que alcançam os homens dos séculos seguintes. Pode parecer despropositada, aqui, a descrição genealógica do gênero epistolar buscando as especificidades da carta em tão distintas circunstâncias históricas. O que se pretende, neste primeiro capítulo, não é a definição das *raízes* de um gênero. As cartas que serão lidas aqui, muito específicas dos séculos XVII e XVIII, possuem uma normatividade constituída, em grande parte, através da leitura e da síntese feita pelos primeiros modernos, humanistas, desses dois princípios da carta – o *sermo familiaris* de Cícero e a *ars dictaminis* medieval. Se lidamos com uma instituição – a retórica – que mantém seus alicerces dos gregos aos neoescolásticos, não é estranho pensarmos na normatividade de um texto, por exemplo, do século XVII, sendo constituída pelas bases de saberes coletivos que circulam por séculos até ali.

Humanistas: entre o sermo familiaris e a ars dictaminis

O período posterior ao dos *dictatores* do século XII assiste a uma crescente investigação e redescoberta, em regiões como Pádua, Verona, Florença e Nápoles, de textos do repertório greco-romano antigo que até então pouco haviam circulado. Dentre esses textos estão diversos epistolários, como as muitas cartas de Cícero a Ático (*ad Atticum*), encontradas por Petrarca em 1345 na biblioteca capitular de Verona³³. Essa redescoberta, como tantas outras, traz um desafio aos humanistas das gerações seguintes, no que tange à retórica das missivas. Os letrados, entusiastas no estudo do latim e da

³¹ Anônimo de Bolonha. “Regras para escrever cartas” (*Rationes dictandi*), In. TIN, op. cit., pp. 97-101. PÉCORA, op. cit., pp. 20-21.

³² Cf.: “*Orígenes del humanismo*”. In, KRAYE, Jill (Org.). *Introducción al humanismo renacentista*. Edición española a cargo de Carlos Clavería. Traducción de Lluís Cabré. Madrid, España: Cambridge University Press, sucursal en España, 1998, p. 24.

³³ Cf.: “*Orígenes del humanismo*”. In, KRAYE, Jill (Org.). *ibidem*, p. 34.

cultura grega e romana, descobrem textos de Cícero não mais somente como político orador, mas também como cidadão romano que, exilado, trocava cartas com seu amigo – de matérias familiares, negociais, da política romana, de teor pedagógico, etc. Os discípulos de Petrarca levam essa perspectiva da carta familiar para a pedagogia humanista que vai buscar uma síntese entre a rigidez da epístola medieval e a noção de *diálogo* entre ausentes. Preceptores como Lorenzo Valla, Agostini Dati, Francesco Nigro e Nicolò Perotti irão apresentar, no século XV, artes epistolares que serão tentativas de dar conta dos dois estilos do gênero³⁴.

A instituição retórica passa também a contar com outras autoridades para além da *Retórica a Herênio* que até ali se atribuía a Cícero. Ao lado dela estão agora a *Institutio oratoria*, de Quintiliano, novas traduções da *Retórica* de Aristóteles, assim como, gradativamente, passa a circular a *Arte retórica* do grego Hermógenes, do século II d.C. (levada para a Itália pelo bizantino Jorge de Trebizonda) e a versão latina dos *Progymnasmata* – os 14 exercícios de retórica propostos pelo grego Aftônio no século III³⁵. Tal abrangência apresenta, mais uma vez, a urgência de uma readaptação do modelo de missiva que fosse eficaz na situação histórica do chamado Renascimento europeu. As escolas de gramática renascentistas, por exemplo, incluíam no currículo dos estudantes, além da leitura dos manuais de retórica, de dicionários de provérbios, de compêndios de tropos e figuras retóricas, um número diverso de manuais epistolares³⁶. Dessa conjuntura, em que a epístola se encontra deliberadamente no escopo dos estudos da retórica, é possível apontar a provável resposta encontrada por esses humanistas quanto à preceptiva do gênero.

Sua finalidade, como texto, não foge aos três princípios da persuasão: julgar algo sobre o passado, deliberar sobre alguma questão do futuro, ou elogiar/censurar a virtude/vício ou o nobre/vil no presente. A questão colocada para o contexto específico desse período era como chegar a um modelo de missiva – mais próximo da carta familiar antiga ou das regras medievais – que cumprisse tais desígnios segundo a particularidade emissor-destinatário. O desafio para os letrados do século XV é estabelecer os parâmetros de decoro, justa medida e verossimilhança na peculiaridade do texto epistolar, ou seja, encontrar as características que possibilitem um discurso conveniente ao destinatário, uma justa medida ao gênero e uma memória coletiva daquilo que lhe cabe como

³⁴ MADURO, op. cit., pp. 66-67. Maduro cita que mais de 200 tratados sobre epistolografia são escritos entre 1400 e 1600.

³⁵ Cf.: “La retórica y la dialéctica humanísticas”. In, KRAYE, Jill (Org.). op. cit., p. 116.

³⁶ Cf.: Idem, p. 128.

verdadeiro. Tem-se que, como é uma *conversa* entre *ausentes*, sua persuasão poderá ser eficaz se o texto oferecer ao seu autor (emissor) a oportunidade de elencar os caracteres e emoções que compõem sua *persona* (a imagem do caráter de si que se quer apresentar), à qual ele queira que seu destinatário assista. Em outras palavras, a síntese do gênero, para os humanistas, será construída a partir da defesa da carta como suporte para a elaboração dos *ethe* e dos *pathe* que, ao estarem localizados na memória coletiva daquela situação específica, e de acordo com a finalidade em jogo no texto (deliberar, julgar, demonstrar), serão verossímeis e, assim, persuasivos.

Como um meio artístico do qual a oratória pode lançar mão em um discurso, o *ethos* é a imagem do caráter de si que, se construída decorosamente, traz maior autoridade ao orador. O *pathos*, por sua vez, busca na emoção despertada na plateia (ou no juiz) uma prova que favoreça a causa em jogo³⁷. Aristóteles, em diversos trechos da *Retórica*, apresenta a necessidade da sintonia entre o estilo da fala do orador e o assunto tratado por ele e entre esses e o condicionamento da plateia. A imagem de si que se constrói no discurso deve ser capaz de ganhar a confiança do auditório através da própria enunciação, como um efeito que resulta na credibilidade do enunciador. Aristóteles elenca as três “causas” que tornam persuasivos os oradores, como qualidades de si que transmitem confiança: prudência (*phronesis*), virtude (*aretè*) e benevolência (*eunoia*)³⁸. O *ethos* prudente trará proximidade do enunciador ao seu auditório. Compartilhando também uma mesma noção de virtude, passa-se por honesto. Ainda, se benevolente, carrega a imagem de amigo. Desses atributos, o orador pode compor seus argumentos adequados às diferentes constituições políticas (pois o maior dos “meios para se poder persuadir e aconselhar bem é compreender as distintas formas de governo, e distinguir seus caracteres”³⁹), ou às diferentes condições de idade e fortuna (pois o que é considerado virtude difere segundo o caráter do jovem e do idoso, ou do nobre e do poderoso)⁴⁰.

Forçoso é, pois, que aquele que aparenta possuir todas estas qualidades inspire confiança nos que o ouvem. Por isso, o modo como é possível mostrar-se prudente e honesto deve ser deduzido das distinções que fizemos relativamente às virtudes, uma

³⁷ Cf.: Quintiliano, *In. Or.*, VI, 2, ou Aristóteles, *Retórica*, 1356a. Ed. consultada: Aristóteles, *Retórica*. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012, p. 13.

³⁸ Aristóteles, *Retórica*, 1378^a. Ed. consultada: Aristóteles, op cit., p. 84.

³⁹ Aristóteles, *Retórica*, 1365b, op. cit., p. 43.

⁴⁰ Cf.: Aristóteles, *Retórica*, livro II, capítulos 12-17 (1388b-1391b). *ibidem*, pp. 121-130.

vez que, a partir de tais distinções, é possível alguém apresentar outra pessoa e até apresentar-se a si próprio sob este ou aquele aspecto⁴¹.

Para Dominique Maingueneau há grandes dificuldades no caráter “multi-sensorial” da construção do *ethos*, pois, para o autor, esse seria um efeito muito mais localizável nas interações orais que no texto escrito. Como comportamento, a imagem de si retiraria suas informações “do material linguístico e do ambiente”, integrando todo o “conjunto do quadro da comunicação”, como o ritmo, a modulação, as roupas do locutor, seus gestos, etc.⁴². Para esse mundo antigo de que tratamos, todas essas questões integram o costume do falar bem, adaptando os predicados retóricos ao suporte em jogo no discurso. A carta, no caso, principalmente com os humanistas, vai encontrar na memória coletiva – inerente às pessoas envolvidas – o seu verossímil, aderindo os sujeitos ao discurso.

Essa ética de si demanda a imagem, para a epístola, não do orador, mas do amigo distante que quer dizer algo. A carta precisa, então, apresentar esse espaço, essa possibilidade. Sua composição deve oferecer os recursos para apresentar ao destinatário os caracteres e os afetos que trazem, no discurso, a presença do amigo, como se em uma conversa cotidiana e presencial. Mas essa presença será verossímil, ou seja, verdadeira ou semelhante ao verdadeiro (necessidade primeira para alcançar seu efeito persuasivo) se for construída a partir da *boa opinião* sobre as coisas, armazenada na memória coletiva daquela ocasião particular. É o exercício que, na oratória latina, ficou conhecido e doutrinado como o uso autorizado dos lugares-comuns de cada gênero.

Ao localizar mentalmente essa boa opinião (*endoxon*) como uma imagem (*topos*), aplica-se decorosamente na fala ou no texto levando em conta uma medida justa ao gênero. Como mostra João Adolfo Hansen, essa boa opinião é um lugar-comum porque

⁴¹ Aristóteles, *Retórica*, 1378a. op. cit., p. 84. A oratória romana não deixa de apontar a importância do *ethos* do orador: Cícero, livro II, Do Orador, diz: “de fato, nada mais importante nos discursos, Cátulo, do que o ouvinte ser favorável ao orador, bem como ser influenciado de tal forma a ser governado antes por um ímpeto do ânimo ou uma perturbação que por um julgamento ou uma deliberação: é que os homens julgam muito mais por ódio, amor, desejo, cólera, dor, alegria, esperança, temor, perplexidade ou alguma outra excitação da mente do que pela verdade, uma prescrição, alguma norma legal, fórmula processual ou por leis.” (*De Or, II, 178*) [...] “é que não é fácil conseguir que o juiz se ire contra aquele que desejas, se tu mesmo pareces tolerá-lo com indiferença; nem que odeie aquele que desejas, se antes não te vir ardendo de ódio; nem será levado à misericórdia se não tiveres mostrado sinais de tua dor por tuas palavras, expressões, voz, rosto, tuas lágrimas” [...] (*De Or, II, 190*) – ed. consultada: SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad familiares I, 9, 23*. 2009. 308 f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo, pp. 226-229.

⁴² MAINGUENEAU, Dominique. “A propósito do *ethos*”. In, MOTTA, Ana Raquel, SALGADO, Luciana (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 16.

é imagem partilhada coletivamente, opondo-se ao esquecimento. São os melhores usos relativos àquele gênero, que se têm na memória de um grupo e que foram armazenados como fontes para usos contemporâneos, não para simples cópia, mas para variações elocutivas convenientes que competem com as anteriores⁴³. A imagem verbal instrumentalizada no texto ou fala é representação da imagem mental que, por sua vez, representa algo do passado não esquecido – no caso, as coisas relativas à relação entre as partes da carta. Ou seja, é metáfora da metáfora de uma determinada memória partilhada. No costume antigo de falar/escrever, a memória é elenco de imagens sobre coisas para usos autorizados por um grupo específico e, para possuir esse elenco sempre em mãos, o orador deve ter como técnica organizar sua mente como uma casa que armazena as informações em cômodos distintos, facilmente localizáveis. A disposição desses cômodos imaginários, lembra Hansen, mimetiza a ordem da disposição do discurso⁴⁴. Quintiliano, assim como já na *Retórica a Herênio* do anônimo romano, mostra a pertinência desse exercício:

Para memorizar alguns buscam lugares bem espaçosos, decorados com muita variedade e, talvez, uma casa grande dividida em muitos quartos afastados. Se imprime cuidadosamente na alma tudo o que nela é digno de nota para que o pensamento possa sem se prender ou atrasar recorrer a todas as suas partes. E esta é a primeira dificuldade, que a memória não esteja paralisada no encontro das ideias. Porque mais forte deve ser a memória que ajuda a outra memória⁴⁵.

Os lugares-comuns, nessa normatividade não são clichês, como na concepção romântico-burguesa, mas imagens (*topoi*) guardadas na memória como sedes de argumentos autorizados que podem ser aplicados na invenção do discurso. Se aproveitados decorosamente, provocam reações no ouvinte/leitor convenientes ao orador/autor, pois como são “patrimônios da memória coletiva”, serão identificados como verossímeis. Bastará para o texto escrito – como no caso da carta – arranjar essa invenção

⁴³ HANSEN, João Adolfo. “Lugar-comum”. In: MUHANA, Adma; LAUDANNA, Mayra; BAGOLIN, Luiz Armando (Orgs.). *Retórica*. São Paulo: Annablume; IEB, 2012 p. 160.

⁴⁴ HANSEN, *ibidem*, p. 169.

⁴⁵ “Para aprender de memoria algunos buscan lugares muy espaciosos, adornados de mucha variedad y tal vez una casa grande y dividida en muchas habitaciones retiradas. Se imprime cuidadosamente en el alma todo cuanto hay en ella digno de notarse para que el pensamiento pueda sin detención ni tardanza recorrer todas sus partes. Y ésta es la dificultad primera, que la memoria no se quede parada en el encuentro de las ideas. Porque más que firme debe ser la memoria que ayuda a otra memoria.” In. *Or. XI*, 2, 3. Ed. consultada: Quintiliano, M. Fabio. *op. cit.*, tomo II, p. 240.

em uma disposição ajustada e, por fim, escolher as palavras adequadas para a elocução⁴⁶. A construção dos *ethe* e o uso dos *pathe* no gênero epistolar devem passar, necessariamente, por esses lugares-comuns na sua invenção. Mas esses lugares serão comuns àquela situação histórica particular, como peças para a composição da imagem do interlocutor distante que quer estar próximo, diferente, por exemplo, dos lugares aplicados pelos oradores do fórum romano, ou pelos poetas da épica, que canta os louvores de homens elevados. Na carta, devem estar vinculados a uma relação entre os sujeitos que imitam, no texto, a conversa cotidiana, nos moldes do que Cícero já defendia em suas epístolas. Sistematizar essa especificidade em preceitos é o desafio colocado para humanistas como Erasmo de Roterdã e Justo Lúpsio, pois, ao doutrinar o gênero que mais envolve as relações de amizade e benevolência – em um contexto das belas letras no qual se fundem novos lugares-comuns a partir da redescoberta e circulação de textos até então desconhecidos – não se podia desconsiderar a ampla variedade de possibilidades disponíveis a um emissor.

Judith Rice Henderson mostra, em um dos seus textos, que os humanistas do chamado *Quattrocento* optam por imitar as epístolas antigas, porém, obrigados a obedecer a diversas regras hierárquicas contemporâneas, acabam por não abandonar completamente as normas medievais⁴⁷. As relações não deixam de ser hierarquizadas, como eram aquelas das quais as regras de saudação tentavam dar conta no século XII. Mas há, por outro lado, uma nova nobreza que quer se tornar letrada, uma ética cortesã imperativa, assim como uma diversa leitura e assimilação de novos textos antigos. Nessa conjuntura, a carta como dispositivo que coloca o autor diante dos olhos do destinatário deverá, como arte, apresentar regras que contemplem uma ampla variedade de possibilidades no elenco das suas boas opiniões muito cara aos humanistas. Como veremos, é evidente nos textos dos humanistas dos séculos XV e XVI que essa peculiaridade conduzirá qualquer tentativa de preceituação sobre a escrita epistolar. Para ser mais claro: a imagem do interlocutor ausente será verossímil se estiver construída por

⁴⁶ As cinco partes da oratória, como descreve Quintiliano, são: invenção (*inventio*), disposição (*dispositio*), elocução (*elocutio*), memória e pronúnciação (*In. Or. III, 3, op cit. tomo I, p. 146*). É como define Hansen: “Retoricamente, a invenção corresponde ao ato em que se acham coisas verdadeiras ou semelhantes ao verdadeiro que tornam provável a causa que é tratada no discurso; a disposição distribui essas coisas pensadas e imaginadas numa ordem particular; a elocução as põe em palavras adequadas; a memória armazena as coisas e as palavras; a pronúnciação ou ação dramatizam as coisas e as palavras para uma audiência.” HANSEN, op. cit., p. 161. Para a carta, como texto escrito que circula entre ausentes, podemos notar a prevalência da invenção, da disposição e da elocução.

⁴⁷ HENDERSON, Judith Rice. “Humanist Letter Writing: private conversation or public fórum?” In: MATHEEUSSEN, Constant (Org.). *Self-Presentation and Social Identification: The rhetoric and pragmatics of letter writin in early modern times*. Bélgica, Leuven, Leuven University Press, p. 30.

meio das características que regem aquela relação. Para dar conta desses predicados, os lugares próprios da invenção e da elocução do texto deverão ser específicos daquela conjuntura autor/obra/público (emissor/carta/destinatário). Os preceitos deverão contemplar, assim, a ampla variedade de possibilidades de construção do *ethos* veiculado naquela conversa específica. No nosso caso, por exemplo, vamos observar nas cartas trocadas entre mercadores, na primeira metade do século XVIII, que, a partir da matéria a ser tratada e do objetivo persuasivo pretendido em determinada carta, o emissor constrói diversas imagens de si, como a de mercador honesto e prudente, leal súdito do rei, cortesão discreto e, principalmente, sempre acima de qualquer outra, a de amigo atento e servo fiel. Essas imagens são persuasivas para o destinatário discursivo porque condizem com o verossímil local de mercador, súdito, cortesão, amigo, servo, etc. São construídas pelos lugares-comuns coletivos daquela situação histórica particular e são úteis para as relações do trato, da mercancia.

Erasmus é, no início do século XVI, um dos que aparentemente melhor notaram essa característica distintiva do gênero, definindo a epistolografia moderna com preceitos muito atentos às regras da invenção e da elocução estabelecidas, necessariamente, pelo decoro da ocasião. Dentre inúmeros textos que escreveu, publica ao menos três tratados sobre a arte de escrever cartas na década de 1520. Sua doutrina epistolar, descrita amplamente nas mais de 400 páginas do *Opus de conscribendis epistolis*, já é apontada na pequena recomendação supostamente enviada a um aluno, de título *Brevissima maximique compendiarum conficiendarum formula*, impressa em 1520 por Matthaeus Maler⁴⁸. Provavelmente um rascunho inicial do grande manual, o *Brevissima formula* parece ter sido escrito em Paris, por volta de 1498⁴⁹. Nele, Erasmus já distingue os pontos principais da arte: a carta, como “um colóquio de ausente a ausente”, implica escrita simples com aparente descuido (“descuido estudado”). Seu tom de improvisado deve ser fruto do exercício da cópia e assimilação dos modelos clássicos latinos, possibilitando ao emissor ganhar rapidez na escrita. As autoridades a serem imitadas são Cícero, “o principal da eloquência latina”, Plínio e Sêneca e o florentino Poliziano, para os mais experientes.⁵⁰

⁴⁸ TIN, Emerson (Org.). *A arte de escrever cartas. Anônimo de Bolonha, Erasmo de Roterdã, Justo Lípsio*. São Paulo, Ed. da Unicamp, 2005, p. 49.

⁴⁹ PÉCORA, op. cit., pp. 24-25.

⁵⁰ Versão traduzida por Emerson Tin, a partir da edição latina de 1521, impressa em Paris. Cf. ROTERDÃ, Desidério Erasmo de. “Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar” (*Brevissima formula*), In. TIN, Emerson (Org.), op. cit., pp. 111-112.

E devemos ler não somente as cartas daqueles a quem desejamos imitar, mas também de todos os tipos de escrito restantes que contribuem à perfeição e à eloquência do estilo. Com efeito, assim como não são as cartas de um único gênero, assim não devem ser de um mesmo gênero os escritores que elegemos. Porque aqueles que, de toda a lista das obras de Marco Túlio Cícero, somente elegem as suas cartas, ou o *De officiis*, como discípulos de Cícero não se devem proclamar. Deve ser lido com efeito no todo, eis que em si é vário e diverso, como vário e diverso o gênero da matéria.⁵¹

Com juízo, os mais excelentes e aprovados devem ser imitados. Há, porém, características que não acompanham a imitação, “como o engenho, a facilidade de intervenção, sendo necessários, portanto, primeiramente a arte e os preceitos, então a imitação e o juízo.” Erram os que apenas “se contentam com as regras naturais do latim da conversação”. A escrita é simples porque carrega preceitos como “qualquer arte de escrever”. O principal empenho, afirma Erasmo, reside no emprego da prudência no estilo, pois adapta o texto à matéria, à ocasião e à necessidade⁵². Nos termos da instituição retórica, podemos afirmar que esse decoro deve ajustar os lugares da invenção, a adequada disposição e a melhor elocução ao conveniente específico:

É conveniente, de fato, algumas vezes mudar alguma coisa na ordem constituída e tradicional, e às vezes convém, como em estátuas e pinturas vemos variar a posição, a aparência, o estado, porque a situação o exige; por essa razão, deve-se preferir a utilidade a quaisquer que sejam os preceitos e as recomendações dos mestres, mas de tal modo, contudo, que a regra da arte seja por si só mais densa e mais eficaz. Quão ridículos são aqueles que todas as cartas em saudação, exórdio, narração e conclusão dividem, e pensam que nelas consiste toda a arte. Nem sempre é necessário usá-las todas juntamente, nem com frequência inteiramente e, como nos discursos, muitos mudam, conforme o caso, os tempos, a necessidade, a ocasião. Assim, principalmente nas cartas, eis que tratam de vários assuntos, e são escritas a homens de origem, estado e temperamento diferentes, em horas diferentes, em lugares diferentes. Certamente, a prudência é necessária, que é companheira ou mãe da própria arte. Aqueles que, com efeito, tentam dizer ou escrever tudo a partir de um preceito, é inevitável que tenham pouca eficácia.⁵³

De tal modo que regras devem ser colocadas no sentido de apresentar um conjunto de possibilidades ao estudioso que pretenda compor uma carta. Aqui Erasmo já divide o texto epistolar nas categorias aristotélicas da *Retórica*. Podem se encontrar no gênero deliberativo, em que estão as espécies de carta suasória, exortativa, petítoria e amatória; no judicial, as acusatórias, objurgatórias, incriminatórias, invectivas e

⁵¹ ROTERDÃ, Desidério Erasmo de. “Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar” (*Brevissima formula*), In. TIN, op cit., p. 116.

⁵² Idem, p. 117.

⁵³ Idem, pp. 118-119.

excusatórias; ou podem estar no gênero epidítico, espaço do elogio ou do vitupério. Nas três, a composição é regida pelo juízo da utilidade. No epidítico, porém, a conveniência pede, por vezes, algumas “digressões poéticas, que por assim dizer ultrapassam os limites prescritos, tal como vemos se fazer nos panegíricos”. Para se elogiar ou vituperar é preciso maior liberdade “no uso de alusões históricas ou poéticas”, fazendo-se uso das categorias presentes nos textos antigos, como, por exemplo, para descrição de lugares, imitar Tito Lívio, Salústio e Plínio, “especialmente quando descreve a forma ou de alguma região, ou de algum animal selvagem, como uma fera, de um peixe, de uma raiz, como se os delineasse com um pincel”⁵⁴. Os três gêneros podem, ainda, misturar-se com frequência, se for conveniente. No *Opus de conscribendis epistolis*, publicado em 1522, Erasmo ainda inclui mais quatro estilos no deliberativo, que passa a ser chamado *suasório* (nove, no total), além de introduzir mais um gênero, o *familiar*, com mais 11 estilos. Todas essas divisões constituem a carta como um gênero em posição flexível, pois adapta suas partes ao propósito da matéria e da ocasião⁵⁵.

Não é sem razão a importância de Erasmo na epistolografia a partir do Renascimento. A variedade é o conceito já presente no *Brevissima formula* que será o caráter distintivo da carta ao menos até o final do século XVIII. As regras da arte devem estar submetidas à medida conveniente dentro da relação emissor-destinatário. As diversas artes de escrever cartas publicadas nos períodos seguintes aos textos de Erasmo e dos humanistas do século XVI terão como bases conceitos relacionados a este, que abrirá espaço às especificidades políticas e culturais dos diferentes campos do pensamento europeu⁵⁶.

Por considerar o pequeno texto um conjunto de apontamentos muito limitados frente ao extenso repertório de exemplos presentes no *Opus*, Erasmo reconhece a autoria do rascunho somente poucos meses antes de sua morte, em 1536, mesmo ano da publicação oficial do *De conscribendis epistolis*, de Juan Luis Vives⁵⁷. Apesar da grande diferença apontada por Charles Fantazzi, os dois preceptistas partem de um mesmo

⁵⁴ ROTERDÃ, Desidério Erasmo de. “Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar” (*Brevissima formula*), In: TIN, op. cit., pp. 121-122.

⁵⁵ PÉCORA, op. cit., p. 26.

⁵⁶ Como no caso, para efeito de exemplo, das cartas trocadas entre os padres jesuítas que circulavam pela América entre os séculos XVI e XVII, a preocupação com o estilo epistolar presente nos letrados das cortes católicas nesse período, ou ainda os diversos manuais dirigidos aos secretários de príncipes das Repúblicas italianas.

⁵⁷ FANTAZZI, Charles. “Vives versus Erasmus on the art of letter-writing”, In: MATHEEUSSEN, Constant (Org.). *Self-Presentation and Social Identification: The rhetoric and pragmatics of letter writing in early modern times*. Bélgica, Leuven, Leuven University Press, p. 40

princípio para o texto epistolar: a definição clássica de conversa entre pessoas ausentes⁵⁸. No caso de Vives, porém, o texto é bem mais específico quanto aos casos dos usos dos diversos estilos possíveis na carta⁵⁹.

Assim como notamos nos textos de Erasmo, para Vives as doutrinas possíveis para o gênero também não devem restringir o potencial abrangente de adaptação aos diversos fins práticos dos quais a carta serve de suporte. Condiz com os conceitos de variedade e imitação defendidos principalmente por Erasmo, que, ao apontar os vícios dos ciceronianos de seu tempo (como no *Dialogus Ciceronianus*), defende que a assimilação das autoridades antigas deve ser feita de maneira ampla e vária. Assim, o repertório de boas opiniões do letrado que não esteja preso somente às leituras de Cícero será dilatado o bastante para se adequar aos diversos gêneros da escrita. A importância dessa lógica recai também no gênero epistolar porque encontra, no decoro da circunstância, a conveniência e a medida necessárias para tornar o seu texto persuasivo diante de qualquer situação particular.

Não é sem lógica, então, que a prática epistolar, como arte, passa a fazer parte do elenco de assuntos de diversas conjunturas político-teológicas europeias, mesmo em língua vernácula, até o final do século XVIII. Para citar algumas dentre as dezenas de doutrinas conhecidas publicadas entre fins do século XVI e fins do XVIII, podemos lembrar da *Summa et methodus epistolicae institutionis*, de Antonio Possevino, publicada em 1593; do texto *The English Secretary or Methods of Writing Epistles and Letters*, do inglês Angel Day, de 1586; o *Nuova idea di lettere usate nella segretaria de' Principi e Signori*, de Benedetto Pucci, publicado em 1619; ou mesmo *L'arte delle lettere missive* do conde Emanuele Tesauo, de 1674.

Para as regiões católicas da Europa vale lembrar também o pequeno manual de Justo Lúpsio, de título *Epistolica institutio*, escrito por volta de 1587 e publicado em 1590, um ano após a primeira edição de seu grande tratado político *Politicorum sive Civilis Doctrinae libri sex*. Importante leitor dos escritos de Tácito, Lúpsio ganha espaço no pensamento católico da Contrarreforma ao ser reconhecido como importante nome no

⁵⁸ FANTAZZI, op. cit., p. 44.

⁵⁹ “La carta no es más que una conversación entre personas ausentes mediante signos escritos. Para esto fué inventada la correspondencia epistolar, a saber: para que la carta, mensagera e intérprete fiel, comunique los conceptos y los pensamientos de los unos a los otros.” Cf.: VIVES, Juan Luis. *Obras Completas*. Primera traslacion castellana íntegra y directa, comentarios, notas y um ensayo biobibliografico por Lorenzo Riber de la Real Academia Española. España, Madrid: M. Aguilar Editor, 1948, tomo II, p. 841.

ressurgimento do pensamento estoico. O chamado neoestoicismo, ao emular a filosofia de autoridades antigas como Sêneca e Marco Aurélio, defende uma certa postura do homem perante os desafios da vida cotidiana que parece ir ao encontro do modo de vida cristão católico doutrinado em regiões como Espanha e Portugal no período hoje denominado “barroco”⁶⁰. Tal relação – entre a vida cristã, inserida na doutrina escolástica reciclada pelos teólogos tomistas do século XVI, e o modo de vida estoico – parece contribuir para o exercício da amizade entre os membros do corpo político desses reinos, tomando por pressuposto uma noção específica da relevância dessas amizades para a efetivação dos tratos políticos. Essa característica será observada mais atentamente no capítulo seguinte, mas pode ser notada já no pequeno manual de composição de cartas escrita pelo autor flamengo. No pequeno texto, muito conciso, Lísio apresenta aquilo que acredita ser definidor do texto epistolar como “uma notícia escrita de um espírito a outro ausente”, e com um objetivo duplo: afirmar um sentimento e tratar de um assunto⁶¹.

Os preceitos para o domínio da arte de composição do gênero devem ser observados através da divisão entre o que é próprio da *matéria* e o que é conveniente ao *estilo* do texto epistolar. *Matéria*, afirma, são os elementos que se sujeitam ao escrito, ou seja, a invenção e a disposição que, como premissas da carta, definem seu texto. Aqui cabe observar os atributos convencionais, que são repetidos quase como uma fórmula, tais como os presentes nas preliminares e na conclusão, e as características variáveis, pelas quais diferem os tipos de carta. Para o que é convencional, o autor elenca *nome*, *saudação*, *valedictio* (desejar bons votos ao destinatário), indicação de *lugar e tempo*, *fecho complementar*, *assinatura* e *lacre*⁶². Cada um desses itens, vistos como formulários de conduta convenientes ao gênero, deve levar em conta quem é o destinatário e qual é sua posição em relação ao emissor. É o caso, por exemplo, da “velha fórmula do início, S.V.B.E.E.V”, em que Lísio cita a saudação receitada por Sêneca,⁶³ ou o desejo de bons votos, como o “Adeus” no final da carta, comum entre os antigos⁶⁴.

Algumas vezes *Olá* ou *Bom dia* é acrescentado, nem há impropriedade num pequeno acréscimo como *minha vida* ou *caríssimo*. Ou outrem pode acrescentar outra palavra

⁶⁰ Cf.: MUHANA, Adma. "Posfácio". *Infortúnios trágicos da constante Florinda*. São Paulo: Globo, 2006, pp. 327-375. LÍPSIO, Justo. *Libro de la Constancia*. Traducido de latin en castellano por Juan Baptista de Mesa. Espanha, Sevilla: Matias Clauijo, 1616.

⁶¹ LÍPSIO, Justo. “A Arte de Escrever Cartas” (*Epistolica institutio*), In. TIN, op. cit., p. 132.

⁶² Idem, pp. 136-137.

⁶³ Idem, p. 135.

⁶⁴ Idem, p. 136.

apropriada à ocasião: *Adeus e até logo*, *Adeus e boa sorte*. Algumas vezes a *valedictio* compreende um desejo: *Peço a Deus que te proteja e favoreça os teus desígnios* etc. Todos esses dispositivos podem ser judiciosamente imitados ou alterados de acordo com a ocasião e a pessoa.⁶⁵

Já na matéria variável se encontram as partes que diferem de acordo com a ocasião e a razão em que a carta é escrita. Aqui a matéria é múltipla, “não menos extensa que a própria vida”, mas pode ser colocada em ao menos três categorias: matérias sérias (em cartas públicas ou privadas, tratam “das coisas de estado, de guerra, de paz”, ou podem ser consolações, recordações, petições, repreensões, desculpas, conselhos, etc.), matérias doutas (cartas Literárias, Filosóficas e Teológicas) e as matérias familiares, frequentemente mescladas às outras duas (“que toca às coisas nossas ou em torno de nós, às coisas frequentes da vida”⁶⁶). Esta última categoria das matérias variáveis é, segundo o autor, a mais comum ao gênero, podendo mesmo ser considerada irmã da carta. Por isso, as recomendações que faz quanto à invenção e à organização (disposição), logo em seguida ao elenco das matérias, recaem primordialmente nas cartas familiares. Elas não devem, por exemplo, ser escritas a menos que seu autor esteja com a “mente fervilhando” para sua composição. O argumento, já concebido necessariamente, precisa ser contínuo e fluido, diferentemente das epístolas sérias e doutas. Nestas cabe um maior desenvolvimento dos assuntos, mas, como afirma Lísio, suas regras “os livros dos retóricos ensinar-lhe-ão”. Sobre a organização, nas cartas familiares convém que “seja negligenciada ou inexistente”, ou seja, devem aparentar certa desorganização e descuido, como ocorre na conversa cotidiana: não é adequado responder ponto por ponto, “mas sim como apraza e como este ou aquele venha à mente ou à pena”. É um descuido estudado, já aconselhado por Cícero, como afirma Lísio: “de nada parece cuidar mais que de mostrar que de nada tem cuidado”⁶⁷.

Passando para o que é conveniente ao *estilo*, o autor flamengo prescreve algumas recomendações sobre a elocução. Defende ser adequado ao gênero epistolar o estilo coloquial, do qual deve-se atentar ao que é próprio da estrutura da carta, e ao que compete aos detalhes, como dicção e sintaxe. Nas suas características estruturais podem ser observadas cinco virtudes: brevidade (*brevitas*), clareza (*perspicuitas*), simplicidade, elegância e decoro⁶⁸. A respeito da primeira, diz ser “odiosa a tagarelice” que afetam os

⁶⁵ LÍPSIO, Justo. “A Arte de Escrever Cartas” (*Epistolica institutio*), In. TIN, op. cit., p. 136.

⁶⁶ Idem, pp. 139-140.

⁶⁷ Idem, p. 140.

⁶⁸ Idem, p. 141.

inábeis, mas que, por outro lado, é sempre necessário levar em conta a posição da pessoa de seu destinatário:

Além disso, um juízo em relação às pessoas adoto, o qual é dúplice: quanto à *Ordem* e quanto à *Capacidade*. Quanto à *Ordem*, se a carta for escrita a um estranho ou a um superior, deverá ser um pouco mais ampla e floreada, pois a estrita brevidade com tais pessoas não afasta o desprezo. De outro modo se com amigos ou iguais. Quanto à *Capacidade*, leve em conta se escreve a alguém levemente douto ou agudo. Se a um jovem, então seguramente pode ser mais extenso, e eu não propagaria as trevas acima do engenho daqueles por si pouco brilhantes. E, de minha parte, essa estrutura se aplica a toda pessoa distinta: *a ela, digo, tu deves adequar a tua pessoa e o teu estilo, visto que o ponto capital da arte é escrever convenientemente*.⁶⁹

Dito de outro modo, Lísio claramente defende a necessidade da adequação dos caracteres e paixões que compõem a figura do emissor no texto, de acordo com o que é conveniente na sua relação com o destinatário. Tal relação deve estar presente nessa primeira virtude do estilo coloquial e, se aplicada corretamente, é o que possibilita a existência da segunda: a clareza (ou perspicuidade). Se a brevidade é aplicada convenientemente, o estilo poderá ser claro, perspicaz. Em sentido oposto, se mal trabalhada, dificulta o entendimento do leitor e o submete à tensão. A primeira virtude (*brevitas*) do estilo permite a segunda (*perspicuitas*). Esta, por sua vez, será bem apresentada se as palavras contidas no texto forem adequadas, correntes e coerentes⁷⁰.

Já na terceira virtude elocutiva, a simplicidade, é possível observar uma relação direta com a disposição nas cartas familiares, tratada anteriormente. Se elas exigem um certo descuido, como em uma conversa entre amigos, igualmente seu estilo deverá aparentar a simplicidade. Aqui, Lísio afirma tal virtude partir de dois lugares: do estilo coloquial propriamente, como uma categoria em que “convém ser simples, sem cuidados, natural, o mais semelhante à conversa cotidiana”; e do pensamento, pelo qual deve transparecer “uma certa candura de um espírito livre”. Mais uma vez, nota-se a importância atribuída pelo autor da preceptiva à construção da imagem de si no texto epistolar. É relembrando o grego Demétrio que afirma: “nada faz mais a natureza e a personalidade de alguém transparecer que uma carta. Assim, convém que suas melhores características sejam representadas, especialmente quando se escreve por amizade”⁷¹.

⁶⁹ LÍPSIO, Justo. “A Arte de Escrever Cartas” (*Epistolica institutio*), In. TIN, op. cit., pp. 142-143 (grifos meus).

⁷⁰ Idem, p. 144.

⁷¹ Idem, pp. 144-145.

Por fim, Lípsio trata das últimas duas virtudes do estilo, a elegância e o decoro. A elegância diz estar vinculada inteiramente ao talento de saber mesclar provérbios, alusões a antigos feitos, partes de versos ou máximas de sabedoria, temperando-os oportunamente “com gracejos e ditos espirituosos”, que são, para o autor, “a vida e a alma de uma carta”⁷². Por decoro, entende ser o juízo necessário para adequar as coisas escritas ao assunto tratado e igualmente às pessoas envolvidas no diálogo, ou seja, “a ti mesmo e a quem tu escreves”. Citando Cícero, Lípsio afirma ser este último recurso da elocução o mais difícil de ser alcançado, pois o juízo não recorre à doutrina, e sim a Deus e à natureza⁷³.

As últimas partes do pequeno tratado são dedicadas, por sua vez, aos atributos particulares da elocução, como a dicção e a sintaxe, adquiridos, segundo o autor, através da imitação. Nesse momento Lípsio se aproxima das retóricas da poesia e da oratória, ao afirmar que as palavras adequadas devem ser selecionadas do que se ouve e do que se lê. Assim, o pequeno manual de escrita de cartas passa a se dedicar ao estudante que queira seguir os preceitos da imitação: das autoridades, quem e quando ler, o que se deve selecionar e o que se pode evitar. De tal modo que o jovem comece por uma imitação *pueril*, e com o tempo de estudos passe para uma *crescente*, até atingir a imitação *adulta*, ou madura, aonde se pode “vagar por todos os tipos de escritores”⁷⁴.

De modo geral, mais próxima da oratória judicial ou da conversa amigável, Justo Lípsio mostra em seu pequeno manual que as regras para a escrita de cartas (e mais propriamente de cartas familiares) não são mais do que parte integrante do costume da instituição retórica. Como costume, *consuetudo*, são saberes já coletivizados há séculos dali, ainda mais por se tratar de um gênero das letras tão difuso e considerado prática comum na vida de todos os membros de uma comunidade, não somente daqueles dotados de um engenho superior. É por isso que Lípsio diz abertamente no decorrer de seu texto que o que se encontra nas autoridades antigas, como Cícero, Demétrio e Sêneca, sobre a arte de escrever cartas, são doutrinas facilmente alcançáveis pelo bom-senso do decoro, como no caso das cinco virtudes estruturais da elocução. O juízo necessário, “a Deus e à natureza pede, não à Arte”. Publicado algumas décadas após as preceptivas epistolares de Erasmo, Vives e tantos outros humanistas, o *Epistolica institutio* mostra que a noção de carta já coletivizada em finais do século XVI consegue dar conta da multiplicidade de

⁷² LÍPSIO, Justo. “A Arte de Escrever Cartas” (*Epistolica institutio*), In. TIN, op. cit., p. 146.

⁷³ Idem, p. 147.

⁷⁴ Idem, p. 150.

autoridades que sintetizam o gênero, como os textos antigos, medievais e contemporâneos.

Como costume, os lugares-comuns da carta, ao mesmo tempo em que são alcançáveis pela leitura dos melhores retores e filósofos de uma instituição que circulam há séculos, são também atingíveis pelo decoro e pelo bom-senso. Dessa forma, a noção de variedade presente nos primeiros humanistas foi fundamental para uma idéia de carta que desse conta das diversas situações específicas possíveis, pois, a partir do juízo, cada uma delas vai apresentar o que é conveniente na sua relação autor-obra-público, ou emissor-carta-destinatário. Nos séculos seguintes, essa característica fica clara ao observarmos a circulação de diversos manuais epistolares específicos para determinadas regiões, como por exemplo preceptivas publicadas na Inglaterra reformada, nos principados italianos, nos reinos da Península Ibérica e seus domínios ultramarinos, etc.

Para o contexto português, que nos interessa mais especificamente, podemos notar a relevância de mais dois textos: o *Corte na Aldeia ou noites de inverno*, do português Francisco Rodrigues Lobo, publicado também em 1619 segundo o costume das pedagogias de conduta e racionalidade cortesãs que circulavam extensamente entre os nobres letrados da Península Ibérica; e o *Secretario Portuguez ou methodo de escrever cartas*, de Francisco José Freire, Cândido Lusitano, um dos principais retores portugueses da segunda metade do século XVIII inseridos na situação das reformas da cultura patrocinadas pelo Marquês de Pombal, que insistiam na desqualificação das belas letras do século anterior como obscuras e indecorosas. São, esses, dois livros publicados em língua portuguesa que tratam dos preceitos epistolares, separados por mais de um século de distância e por uma diferença doutrinária que afasta a racionalidade cortesã da Contra Reforma católica da lógica ilustrada das medidas pombalinas. Entretanto, como veremos, tanto em um quanto em outro a arte de escrever cartas permanece, mantendo os princípios retóricos necessários à sua eficácia persuasiva, adaptados, por sua vez, a situações particulares.

As cartas que serão abordadas aqui, mais à frente, circulam entre mercadores portugueses da primeira metade do século XVIII, ou seja, encontram sua primeira normatividade em um contexto histórico/cultural/doutrinário que se localiza entre o ápice hegemônico desses dois momentos. Cabe a nós apontarmos em qual racionalidade se inserem.

Imitando o *Livro do Cortesão*, de Baldassare Castiglione, os diálogos do *Corte na Aldeia* são compostos como a conversação urbana entre cinco amigos em dezesseis

noites de inverno. Com a dominação filipina em 1580, o centro político e cultural da corte passa de Lisboa para Madrid e, diante dessa mudança, muitos nobres e letrados portugueses se retiram para aldeias distantes da capital lusa. É nesse cenário que Rodrigues Lobo representa o encontro de Dom Leonardo com doutor Lívio, Dom Júlio, o estudante Píndaro e o velho Solino. Compondo dialeticamente diálogos sobre diversos assuntos, Rodrigues Lobo apresenta, como síntese, a boa opinião sobre as qualidades de um discreto homem da corte portuguesa. A principal delas, que abre o diálogo I, é a fluidez da conversa entre amigos e o engenho na escrita vernácula. Declara abertamente os predicados excelentes da língua portuguesa para os diversos gêneros da escrita, provavelmente diante do prestígio adquirido pela língua castelhana no período de união das cortes ibéricas⁷⁵.

No transcorrer das 16 noites são conversados diversos assuntos, como o amor, a cobiça, os poderes do ouro, os movimentos do corpo que compõem eloquência e cortesia, a disposição das palavras nas conversas, os contos graciosos, a criação da Corte, as milícias, escolas, entre outros. A segunda e a terceira noite são dedicadas inteiramente às qualidades da carta: “*Da polícia e estilo das cartas missivas*” e “*Da maneira de escrever e da diferença das cartas missivas*”. A obra insere na pedagogia do discreto a prática epistolar, pois, ao que se nota, o decoro da escrita missiva se torna mais um dos predicados da cortesia portuguesa. As *personae* do diálogo tocarão em diversas questões sobre o gênero que são de interesse especificamente português. Rodrigues Lobo oferece, assim, a boa opinião sobre a arte, que seja partilhada entre os homens daquela conjuntura. Os lugares-comuns retóricos particulares daquele contexto são dialeticamente alcançados, definindo uma situação particular ao gênero a partir de uma noção de variedade possível, descrita no século anterior. Dito de outra forma, o conceito de *variedade* defendido por Erasmo reside na ideia de que, para o gênero, os lugares da invenção devem ser partilhados especificamente entre emissor e destinatário. É plausível, então, a hipótese de afirmar que o *Corte na aldeia* tente estabelecer e coletivizar os lugares-comuns para a carta trocada entre portugueses nas primeiras décadas do século XVII.

⁷⁵ BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. “Códigos, regras e ornamentos nos secretários, manuais e métodos de escrever cartas: a tradição luso-brasileira”. In: *Veredas*. Santiago de Compostela, 2011, v. 15, p. 87.

E poy o Doutor falou hontem em cartas missivas, & aprovou, para ellas, a lingua Portuguesa, nos ha de declarar o que ha de ter huma carta para ser cortesã, & bem escrita. Esse cargo (tornou o Doutor) convem mays ao senhor da casa: *porque ainda que a carta consta de letras, não he profissão de Letrado, o fazellas cortesãs, & quem sabe tanto do estilo da Corte como Leonardo, pode dar ley para ellas.*⁷⁶

Após discorrer sobre as características gerais do texto epistolar e a origem de seus nomes, como “carta”, “epístola” e “missiva”, o doutor Lívio fala sobre a capacidade da língua portuguesa em dar conta da abrangência das espécies possíveis de cartas. Diz que essas espécies são designadas por seus atributos, como “carta precatória, demissória, citatória, de liberdade, & de venda, & outras muytas”. Seguida dessa pequena introdução, o doutor oferece a fala ao cortesão Leonardo, para que a insira nos costumes portugueses, como prática discreta:

E passando do nome da carta aos exteriores della, digo que ha de ter. Cortesia comum, regras direitas, letras juntas, razões apartadas, papel limpo, dobras iguaes, chancela sutil, & celo claro. & com estas condições será carta de homem de Corte. E falando de cortesia (disse Solino) que entendeys nella? A cortesia (lhe respondeo ele) não falando na leitura da carta, he o sobrescrito, o apartado da Cruz, té a primeira regra: & do principio do papel, té o começo de todas: & o final, & nome de quem escreve abaixo da data da carta. E porque nisto há diferentes custumes, & erros, me parece bem fazer de tudo lembrança.⁷⁷

O sobrescrito da carta, tratado logo em seguida, “he huma noticia vulgar da pessoa a quem se escreve”, contendo o lugar de origem, o nome, a dignidade e por onde mais ela é conhecida. Depois de alguns exemplos indecorosos, tratam do papel da carta, que não pode ser muito pequeno, “que há alguns que lhe põem os olhos muyto junto com as sobranças”. O papel deve manter em branco a quarta parte, “que vem a ser no alto a primeira dobra”, para criar um espaço razoável, “que dá lugar a mão para ter a carta sem cobrir as letras, & para se cortar, ou passar chancelaria”⁷⁸. Fala também das dobras adequadas e do tamanho das letras do texto.

A assinatura, último tópico sobre as missivas tratado no diálogo II, é a terceira parte e final da carta, que contém o nome de quem a escreveu. Não deve estar “junto das letras, que pareça sôfrego delas, nem no meyo do papel, como quem escolheo o melhor lugar, nem tão apartado, que fique ausente das regras, nem tanto naquella ponta do fim que pareça que se amou a aquelle canto”. Deve estar um pouco abaixo das regras, mais

⁷⁶ LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na aldeia e noites de inverno*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1619, p. 11 (grifos nossos).

⁷⁷ LOBO, op. cit, p. 12.

⁷⁸ Idem, p. 14.

inclinado à direita do papel. Diz Dom Júlio que assim “he uma certa modéstia, & humildade de quem escreve”. Por fim, Dom Leonardo acrescenta que o mais seguro é cada um escrever seu nome, “sem mais leitura”, sem acompanhamentos como “Servidor de vossa mercê”, “Vassalo”, “Cativo”, etc.⁷⁹ Assim, fecha citando o uso dos selos e carimbos e acaba por fazer a descrição dos escudos e brasões de várias nações, províncias, repúblicas e cidades.

O diálogo III dá continuidade ao tema. Define mais pontualmente o gênero como uma conversa entre ausentes e mostra a importância da elaboração da imagem de si ao destinatário:

Agora começando a entrar na leitura das regras, saybamos que cousa he carta missiva, ou mandadeira, & o para que foy inventada, que pola definição de Marco Tulio, a quem todos seguem, *he huma messageira fiel, quem interpreta o nosso animo aos ausentes, & lhes manifesta o que queremos que eles saibão de nossas cousas, ou das que a eles lhes relevão*.⁸⁰

Cita também que as cartas se dividem em três gêneros: as de negócio, ou “de cousas que toçao a vida, fazenda & estado de cada hum”, as entre amigos, que contam as novidades e dão os cumprimentos, e as “de matérias mais graves, & de peso, como são as da Republica, de materias divinas, de advertências a Principes, & senhores, & outras semelhantes.” Discorre sobre a clareza e a brevidade decorosas do texto, dizendo que devemos usar na carta “o que na pratica costumamos, que he brevidade sem enfeite, clareza sem rodeos, & propriedade sem metáforas, nem translações”⁸¹. Neste último ponto a *persona* de Dom Leonardo acrescenta que as metáforas e translações obscuras são indevidas, mas aquelas que são muito usadas, “que parecem nascidas com a mesma língua”, devem ter lugar nas cartas, “do mesmo modo que na prática se costumão”. Seus usos no texto podem torná-lo mais breve e cortês e, desta forma, “se entendem da carta mais cousas do que tem escrito em palavras”⁸². Por fim, elenca uma série de trechos de

⁷⁹ LOBO, op. cit., p. 15.

⁸⁰ Idem, p. 20 (grifos meus).

⁸¹ Idem, p. 21.

⁸² Os exemplos são variados, mas específicos do ambiente daqueles homens: “Dizemos dos nomes, folha de espada, lume de espelho, vea d’agua, braço do mar, língua de fogo, lança de muro, faixa de ferro, & outras semelhantes, & nos verbos, lançar o cavalo, fazer a capa, quebrar a palavra, conspirar o pelouro, arrear a carreira, & outras muytas: & além destas tão usadas, & naturais, que servem de propriedade à língua Portuguesa, há outras nascidas de provérbios, ou adajos, que tem o mesmo lugar, & antiguidade, como são: furtar o corpo, hir de vento em popa, nadar contra a agua, ficar em seco, repicar o salvo, tirar barro à parede, etc.” cf.: LOBO, ibidem, p. 23.

cartas de diversas modalidades e períodos da história, para servir de modelos decorosos e exemplos indecorosos a serem mantidos na memória⁸³.

A importância dada às regras do texto epistolar não está distante da grande valorização que as cortes europeias davam, durante todo o século XVII, às normas de conduta social como passos necessários à civilidade. A pedagogia do discreto, amplamente doutrinada nesse período, principalmente entre a nobreza católica, recai também sobre o decoro dos gêneros da escrita. A carta, nesse ambiente, é preocupação central, pois carrega em seu papel a manutenção das redes de tratos e de amizades desses homens civilizados que circulam entre Portugal, Espanha, Itália e os territórios d'além mar. Não é de estranhar, então, que as primeiras tópicas abordadas no *Corte na aldeia* sejam referentes à elaboração desse gênero de texto. Mas, como suporte das relações entre esses letrados, nobres e fidalgos, tais regras devem oferecer o espaço de composição de um verossímil específico daquelas normas e doutrinas particulares de alcance da civilidade. O que Rodrigues Lobo faz, nesse sentido, é elencar os lugares-comuns retóricos plausíveis de uma carta para circular nesses espaços.

Exercício semelhante ao que faz Cândido Lusitano, mais de um século depois. Francisco José Freire, nascido em Lisboa no ano de 1719, pelo que consta no *Dicionário Bibliográfico Português*, teve parte de sua formação nas humanidades cursada no colégio de Santo Antão, pertencente aos padres da Companhia de Jesus. Posteriormente, com as reformas da cultura patrocinadas pelo ministro do rei D. José I (1750-1777), o Marquês de Pombal, Cândido passa a se empenhar em estabelecer e sistematizar a crítica à poesia e oratória do século anterior – fundada na instituição retórica e poética revista pela doutrina neoescolástica⁸⁴. Antes, porém, provavelmente em 1745, publica *O Secretário Português, compendiosamente instruído no modo de escrever cartas; por meio de uma instrução preliminar, regra de secretaria, formulário de tratamentos, e um grande numero de cartas em todas as espécies que tem mais uso*, preceptiva totalmente dedicada

⁸³ “Não estão as cartas para despesar (disse Solino) & para me assegurar, se a vossa memória he archivo delas, ou se as ides fingindo de repente (ainda que isto he menos curiosidade, que tenção) ey de pedir por parte destes senhores, que de algumas nos deis semelhantes exemplos.” cf.: LOBO, op. cit., p. 25.

⁸⁴ Como mostra o *Diccionario Bibliographico Portuguez*, em sua edição de 1859: “Muito devem, no meu entender, as letras portuguezas a este laborioso e erudito escriptor, que no seu tempo prestou valiosísimos serviços, trabalhando fervorosa e incansavelmente para reformar o estylo vicioso, e o mal gosto, que dominavam até então, e de que elle próprio se não mostrára exempto, nos escriptos que primeiro publicou” cf.: *Diccionario bibliographico portuguez*. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Portugal, Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, tomo segundo, p. 404.

à arte epistolar, elaborada a partir dos modelos antigos das retóricas que vem a criticar anos mais tarde⁸⁵.

A obra se faz pela imitação quase copiosa do texto do árcade italiano Isidoro Nardi, *Il segretario principiante*, do início do século XVIII. De grande repercussão em Portugal, *O Secretario Portuguez* foi editado diversas vezes ainda na segunda metade dos Setecentos, ganhando na edição de 1787 um extenso suplemento voltado à educação do comércio, pois, como diz o editor, “neste Reino vai briosamente caminhando com agigantandos passos o amor da honrosa, e sempre brilhante ocupação do Commercio”. Inicialmente, direciona as instruções ao ofício de secretário, divididas em três seções: as cinco virtudes e os cinco vícios do secretário (segredo, erudição, generalidade, reflexões, eloquência; demora, prolixidade, aspereza, ignorância, escuridade); os formulários de tratamentos e sobrescritos das cartas dirigidas às diversas ordens das hierarquias eclesiásticas e seculares; e os exemplos das diversas modalidades de cartas inseridas no epidítico, deliberativo e judicial.

A notoriedade do ofício de secretário de príncipes e nobres é observada já no século XVI nas Repúblicas italianas, e atravessa, como costume, mais de dois séculos, sendo observada em Portugal ainda no pensamento ilustrado. Como atividade doutrinada, é vista analogamente cumprindo um papel como o de “anjos” que abdicam da vontade própria a fim de guardar os segredos de seus senhores e saber dissimular, com juízo e “*sprezzatura*”, seus saberes em momentos oportunos, como quando escrevem cartas⁸⁶. Ao imitar Isidoro Nardi, o letrado José Freire traz esse costume para a corte portuguesa, em um momento de grande empenho desses fidalgos e homens de corte com os negócios da Coroa e com as questões da administração do Estado monárquico, amplamente difundidos nos territórios para além da Península. Na edição de 1787, *O Secretario Portuguez* traz ainda dois grandes suplementos: o primeiro com exemplos específicos de cartas comerciais (datadas da década de 1770), contendo modelos de procuração,

⁸⁵ O *Diccionario Bibliographico* não deixa de apontar a peculiaridade dessa obra em referência ao seu empenho posterior: “O sr. P. Roquete na prefação ao seu Código epistolar faz d’ esta obra um juízo critico, talvez severo em demasia, concebido nos termos seguintes: << Mui bom livro para os tempos escolasticos, e para o século das lantejoulas, mas um verdadeiro anachronismo em nossos dias, pela inexactidão de muitas de suas regras, por seu estylo inchado, encomiástico, e por vezes servil, e pelo conhecido mau gosto que n’ elle domina. >> Bom foi que a obra do ilustre critico ficasse exempta de todos estes defeitos.” cf.: *Diccionario bibliographico portuguez*. op. cit., tomo segundo, p. 406.

⁸⁶ PÉCORA, Alcir. “O livro do prudente secretário”. In, ACCETTO, Torquato. *Da Dissimulação Honesta*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. IX-XIII. Ao que se nota, o primeiro preceptista inserido na cultura dos Secretários a relacionar este ofício ao da arte de escrever cartas é Francesco Sansovino, com *Il segretario*, de 1564.

fretamento, apólices de seguro, letras de câmbio, etc.; e o segundo, que carrega diversas instruções sobre a prática mercantil.

Mas, voltando à matéria da primeira edição, Freire mostra que não só ao comerciante, nem mesmo somente ao secretário, cabe saber escrever cartas, “coisa mais comum”, pois tanto os sábios quanto os ignorantes necessitam se comunicar com ausentes. O que difere uns dos outros é o “methodo” e a “boa forma”⁸⁷. São quatro, basicamente, os períodos em que se divide o texto epistolar, para o preceptista português: “No primeiro narra o facto; no segundo se roga a que se agradeça, ou respectivamente se dão os agradecimentos; no terceiro se offerece o préstimo; e no quarto se desejaõ felicidades”. Nos dois primeiros períodos devem ser observados quatro procedimentos para principiar a carta, captando a benevolência. Ou *a quo*, ou seja, pela “qualidade da pessoa, que escreve; e segundo seu grau, ou dignidade, deduziremos todos aquelles termos, que podem ser próprios, e correspondentes”⁸⁸, como, por exemplo, o interesse, a inclinação, o respeito, os votos ou a veneração que o emissor demonstra a seu destinatário. *Ad quem*, ou a pessoa a quem se escreve, isto é, os termos que convém utilizar a respeito das qualidades do destinatário: benignidade, afabilidade, fama, clemencia, carácter, urbanidade, entre outros⁸⁹. Também pelo *instrumental*, com a função de “revestir melhor os sobreditos termos” – são fórmulas que podem ser usadas para ambos os princípios (*a quo* e *ad quem*), como um reforço do desejo do emissor de reconhecer as dignidades de seu correspondente. E, por fim, pelo princípio *causal*, pelo qual “podemos com muita propriedade, e elegância observar as circunstâncias seguintes, v. g. o tempo, a occasião, a oportunidade, a experiência, &c. por exemplo:

Para acompanhar o presente applauso, &c.
Para não perder a occasião, que me dá, &c.
*Para me valer da oportunidade, que se offerece, &c.”*⁹⁰

Essas fórmulas ainda podem aparecer misturadas no início do texto, seguindo uma ordem que obedece ao decoro da circunstância, como fica claro nos exemplos que Freire vai citando no discorrer da preceptiva. Depois de começada a carta, deve-se atentar para o terceiro período, no qual cabe expor ao destinatário, com exagero, a vontade em servi-lo, com toda a obediência. E, por fim, desejar-lhe felicidades. Se a pessoa for

⁸⁷ FREIRE, op. cit., p. 1.

⁸⁸ Idem, p. 2.

⁸⁹ Idem, p. 4.

⁹⁰ Idem, p. 6 (grifos do autor).

inferior, ou um amigo de confiança, algo como “*Deos guarde a V. Merce por muitos annos*”. Se for superior, ou não tivermos confiança, “*A pessoa de V. Merce guarde Deos por felices, e dilatados annos, como todos havemos mister.*”⁹¹

Estas são claramente regras direcionadas ao Secretário principiante para a composição de um *ethos* particular verossímil. Ele deve estar presente em uma composição breve, clara e natural, principalmente nas cartas que denomina de Negócio, onde o trato mercantil, ou os interesses do Príncipe, dependem da eficácia de um diálogo entre os ausentes. Ao escrever, o Secretário deve “refletir sobre as matérias, e sujeitos, com quem trata; e também sobre a qualidade da pessoa, a quem serve”, pois a carta aos de pouca capacidade deve ser igualmente perceptível; aos amigos deve ser liberal, com expressões afetuosas; aos ilustres e de grandes predicados, deve ser respeitosa e sucinta⁹². Em todos os casos, o texto deve ter “um não sei que de familiar”, distante da eloquência dos oradores. Convém uma graça natural que o engenho obtuso não alcança. Não cabe ao Secretário parecer prolixo, “dizendo pouco em muitas palavras”, nem áspero, para conservar o respeito e caráter de seu amo. Da mesma forma, precisa escapar da ignorância, buscando na erudição os termos adequados à autoridade e títulos da pessoa a quem escreve e o estilo adequado à matéria tratada⁹³.

Vemos, portanto, que o Secretário de José Freire deve possuir o juízo para adequar o decoro de suas cartas à imagem do destinatário e a relação destes com a matéria: “He preciso usar dos temperos segundo os manjares, e destes à proporção dos estômagos.” Mais uma vez, a instituição retórica adapta o gênero às necessidades de uma situação histórica particular. Se os portugueses, no século XVII, reconheciam com muita cautela a utilidade do ofício de mercador, em meados do XVIII tal ofício ganha predicados de arte, enobrecida pela sua serventia ao Estado⁹⁴ e digna de homens bons. O Secretário de um nobre quinhentista deveria, sobretudo, dissimular os segredos de seu amo diante dos conflitos e tramas da Corte. Dois séculos mais tarde ele precisa também possuir o engenho nos negócios, representando seu senhor nos tratos comerciais, contratos e acordos que o inseriam na valiosa rede de amizades que envolvia sua posição hierárquica. É nessa conjuntura que Cândido Lusitano observa as regras que o Secretário deve praticar nas cartas de Negócio:

⁹¹ FREIRE, op. cit., p. 11 (grifos do autor).

⁹² Idem, pp. 15-16.

⁹³ Idem, pp. 17-18.

⁹⁴ Idem, p. 294.

Para tornarmos outra vez a dizer em poucas palavras o como se deve haver o Secretario em semelhantes Cartas, bastará que saiba, que com seu Amo há de ser zeloso, com o Correspondente sincero, e consigo callado. Se a pessoa, a quem escreve, he grande, e o Negocio he de outrem, será bom que principie a Carta por algum suave, e engenhoso exordio. *Ad captandam ejus benevolentiam*. Se o Negocio for da pessoa, a quem se escreve, será mui próprio o lembrar-lhe à *principio* a servidão de seu Amo, sempre prompta para se empregar nas suas ordens. Se o Negocio está bem assombrado, e encaminhado, dará dele boas esperanças, confiando muito; porém nunca assegurado. Se se trata com pessoa, que *aliás* está pouco disposta para o fazer, usará de hum tal artificio de palavras, que a venha a dispor. Ultimamente, se o Secretario conhecer que o sujeito, a quem escreve, tem com seu Amo huma sincera, e interior amizade descubra-se na Carta com elle, e não lhe occulte do Negocio cousa alguma.⁹⁵

Os conceitos de variedade e possibilidade aparecem mais uma vez. Impossível negar que as cartas que hoje chamamos *comerciais*, ou *correspondência mercantil*, e das quais distinguimos das ditas familiares, simplesmente por tratarem também de acordos e negócios mercantis, estavam, sim, sendo compostas retoricamente. A nossa lógica, ilustrada e positivista, tenta por diversas formas categorizar os textos pela nossa clara distinção *público/privado*. Mas, se estamos lidando com uma normatividade anterior aos românticos do século XIX, fica anacrônica tal classificação. O que vemos no *Secretário Portuguez*, e veremos a seguir com as cartas que constituem nosso *corpus* analítico é, por outra visão, a aplicação decorosa (e por vezes indecorosa) de caracteres e emoções que compunham um verossímil do mercador português em seu ofício, transmitindo no texto imagens de si, como de cortesão, de súdito do Rei, de Secretário e, principalmente, de amigo fiel e leal de seu destinatário. Esse recurso, como normatividade central do gênero epistolar no período, não pode ser desconsiderado, como quando se classificam os objetos segundo uma suposta *lógica mercantil burguesa e liberal*. As cartas que veremos abordam, *grosso modo*, os assuntos da mercancia, do trato mercantil, dos contratos de sociedade, das compras e vendas, e dos lucros e prejuízos, mas não deixam de ser, aos moldes antigos, cartas familiares.

Francisco Pinheiro e a retórica epistolar

Se, até aqui, para a genealogia do gênero epistolar, citamos as preceptivas e doutrinas presentes em diferentes tempos históricos e situações políticas, vamos agora à prática missiva em si, que caracteriza nosso *corpus*. Desse exercício poderemos localizá-lo, como prática textual, no costume da instituição retórica que vinha sendo doutrinada e reproduzida no mundo português do Antigo Regime.

⁹⁵ FREIRE, op. cit., p. 22.

Francisco Pinheiro foi um comerciante português que nasceu – não se sabe ao certo o ano – no final do século XVII. Parece que era neto de banqueiros e que nunca saiu dos arredores de Lisboa. Muito provavelmente, também, não recebeu a sólida educação humanista na qual se moldavam os grandes letrados de seu tempo. Por outro lado, o que se pode afirmar com alguma certeza é que, na segunda década dos Setecentos, ele já era tido como um grande mercador que tinha seu nome circulando em diversas localidades, para além da Península Ibérica. Outra certeza também é que sua principal ferramenta de atuação era a comunicação a longas distâncias com seus amigos e parentes próximos por meio de cartas.

A América Portuguesa, com a descoberta das minas de metais preciosos no seu interior, atrai, a partir do final do século XVII, um grande contingente de portugueses que passam a circular e ocupar territórios para além dos núcleos urbanos do litoral. Essa nova situação político-econômica constitui um novo espaço de atuação aos mercadores, ou tratantes (sem a significação pejorativa que hoje damos ao termo), homens do trato que abastecem as regiões e se favorecem da circulação do ouro e dos privilégios políticos locais. É dessa nova situação econômica e cultural que advém a crescente valorização dos ofícios voltados ao comércio de mercadorias, de grande ou pequeno porte. As regiões litorâneas tinham, até ali, uma estreita ligação cultural com a costa africana (sobretudo Angola e Costa do Ouro), em grande parte devido ao tráfico de escravos e ao espaço de circulação do Atlântico sul. A criação da capitania de Minas Gerais, no reinado de D. João V, fruto de uma rápida ocupação de vilas como Vila Rica e Sabará, traz um novo fôlego econômico aos núcleos do Rio de Janeiro e Bahia. Na parte sul, a Colônia de Sacramento, em contato com o Prata, integra-se ao território luso na América através da ligação com São Paulo. Tem-se, então, na virada do século XVII para o XVIII, uma conjuntura territorial muito mais complexa e diversificada do que aquela ditada pelo ritmo dos engenhos nordestinos de cana de açúcar.

Francisco Pinheiro ocupa-se da prática mercantil nesse contexto. Sua forma de atuação é, acima de tudo, eficaz. Permanece em Lisboa em contato crescente com os oficiais da Coroa e envia amigos, irmão e sobrinhos para os territórios sobretudo da América lusa a fim de mercadejar produtos com grandes comerciantes locais, membros da administração e oficiais régios instalados por cada um desses espaços. Pela crescente autoridade de seu nome, conseguia negociar em Lisboa os frequentes privilégios necessários para que seus contatos conseguissem adentrar as praças locais. Ficava, assim, caracterizada uma relação clientelar entre as partes envolvidas e, por conseguinte, seu

nome circulava entre núcleos urbanos/políticos cada vez mais distantes. Para viabilizar toda essa rede de privilégios e oportunidades, Pinheiro e seus amigos e familiares trocavam cartas entre si. Hoje podemos chamar de cartas de comércio, por tratarem dos negócios em grande parte. Mas eram, especialmente, cartas familiares, pois era esta a relação primeira, naquele universo, determinante do sucesso das empreitadas.

No fim de sua vida, o mercador erigiu a Congregação de Nossa Senhora da Doutrina, em Lisboa, por testamentária. Após sua morte, em 1749, as cartas foram reunidas e deixadas no Hospital Real de Todos-os-Santos. No ano seguinte, por exigência de um decreto real e de uma bula papal, o conjunto foi entregue ao Hospital de São José⁹⁶. Na década de 1960 o Ministério da Fazenda brasileiro envia uma equipe liderada por Luis Lisanti Filho a Portugal, que transcreve, edita e publica a quase totalidade das cartas trocadas entre Pinheiro e seus correspondentes, intitulado os cinco volumes do epistolário (contendo por volta de 1970 cartas) de *Negócios Coloniais*. O próprio Lisanti aponta, no estudo introdutório que realiza sobre esses papéis, que apenas a estrutura do corpo das cartas segue uma linha geográfica e cronológica que representa sua circulação primeira. Seus anexos, dos quais constam as demonstrações de vendas, contratos e demais informações relativas à atividade mercantil, encontram-se disseminados pelo conjunto delas, embaralhados por consequência dessa transferência entre os hospitais⁹⁷. De toda forma, as cartas em si, que são nosso primeiro interesse, foram publicadas com acuidade: preservadas suas estruturas ortográficas, seus cabeçalhos, fechamentos e anexos, além de indicados os maços em que cada uma foi achada, as mudanças de página nos manuscritos, as duplicatas, etc.

Essa correspondência era o principal elo entre os pontos de uma rede de amizades. De um lado, Francisco Pinheiro fazia seus enviados ficar cientes de que ele devia saber de tudo o que se passava com eles e por eles: negócios feitos, créditos dados, dívidas cobradas, demanda de mercadorias, comportamento de outros comerciantes, relacionamentos afetivos, amizades locais, ocupação, local de moradia, lugares que frequentam, gente que conhecem. Do outro lado, seu correspondente preocupava-se constantemente em mostrar ao grande mercador, além das cifras, que estava cumprindo com seus deveres, procurando as melhores oportunidades, relacionando-se bem com

⁹⁶ LISANTI FILHO, Luís. *Negócios Coloniais*, uma correspondência comercial do século XVIII. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, vol. I, p. XXXIX.

⁹⁷ LISANTI FILHO, op. cit., vol. I, pp. XLI – XLIV.

todos, comportando-se de forma justa e adequada e, principalmente, zelando por seu nome, que fazia circular naquele ambiente em que estava inserido.

Ainda assim, cada local possuía um ritmo próprio, principalmente no que diz respeito aos homens de negócio. Nas vilas mineiras ficavam atentos ao ouro retirado da terra; na cidade do Rio de Janeiro observavam o período em que os mineradores desciam para renovar seus estoques, trazendo os metais preciosos; no Nordeste contavam com a chegada e a partida das frotas, com a produção do açúcar ou com a colheita do tabaco⁹⁸. Todas essas especificidades ofereciam situações favoráveis ou não à atuação de pequenos comerciantes, alguns mais aptos que outros, que conseguiam desempenhar um adequado papel como representantes (amigos, familiares) do grande tratante.

Veremos, portanto, a carta como instrumento de persuasão que constituía e mantinha ativas as comunicações do acordo estabelecido pelos membros dessa estrutura de trato. Ainda que Lisanti Filho alegue que alguns desses personagens (dentre eles o próprio Pinheiro) eram analfabetos e, conseqüentemente, ditavam as cartas a terceiros, fica claro que há uma retórica epistolar definindo a produção delas. A linguística histórica, por outro lado, dentro do campo de estudos do Português brasileiro, tenta alcançar um elenco de classificações para diversas características de tais fontes, como partes de um *corpus* inserido nas tradições discursivas de uma língua colonial diferenciada de supostas raízes portuguesas. Através de “propriedades coincidentes” de determinado conjunto, categorizadas como “graus de habilidade na escrita alfabética”, vem-se buscando investigar “estados de usos linguísticos do passado”⁹⁹, como se estes pudessem interpretar algum sentido cerimonial contido na produção dos diversos gêneros da escrita no século XVIII. Nessa lógica apontam, por exemplo, para casos “grafofonéticos” nas cartas, ou seja, para a presença de grafismos que obedecem mais aos supostos usos da fala que aos da escrita; ou, então, fatores de “latinização”, assim entendidos pela presença de características de um vocabulário latino na escrita em português; ou, ainda, categorizações dos graus de “letramento” dos autores (uns mais hábeis, outros mais inábeis). Críveis ou não, essas categorias – alcançadas por uma busca incessante de apontar uma lógica progressista nas normativas produzidas em momentos anteriores à nossa noção de progresso – parecem pouco relevantes, pois o que interessa é o específico

⁹⁸ LISANTI FILHO, op. cit., vol. I, p. CLIII

⁹⁹ Cf.: BARBOSA, Afranio Gonçalves. “Fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil: as cartas de comércio no século XVIII” In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 181-211.

da prática: a eficácia do ato de persuadir, determinada pelo processo de composição retórica dos textos.

Circulando por quase toda a primeira metade do século XVIII, eles não estão estacionados em algum degrau do trajeto que se direciona para o ápice (ou a síntese) do português brasileiro pleno. Estão, sim, inseridos na normatividade dos textos portugueses de um *longo século XVII*: com todas as suas particularidades, os instrumentos persuasivos presentes ali fazem parte da instituição retórica doutrinada e coletivizada desde os movimentos da Contrarreforma católica e, mais propriamente, da união das Cortes ibéricas em 1580.

Para ilustrar, vejamos alguns casos. Em uma sociedade em que as relações estão fortemente hierarquizadas, os que estão em posição inferior geralmente nos dizem mais nitidamente o que está em jogo na possível mobilidade daquele presente específico. No caso dessas cartas não é diferente. Se pensássemos a partir da lógica da história econômica, faria algum sentido concluir que Francisco Pinheiro estaria em desvantagem, pois dependia da confiança depositada nos seus representantes que deveriam atuar com fidelidade e lisura, sem trapaças e tentativas de enriquecimento pessoal. Mas não é essa a lógica do mundo português do século XVII, nem mesmo para os mercadores. Pinheiro sabe que é hierarquicamente superior a seus correspondentes. Sabe que é sua posição que viabiliza aquelas oportunidades. Da mesma forma, seus representantes sabem que o sucesso das empreitadas depende do nome do mercador, que eles carregam consigo. Se almejam subir alguns degraus naquela estrutura hierárquica, só o conseguirão como membros dessa rede em que o mercador está no centro. Observemos alguns dos correspondentes de Pinheiro, para ficar mais claro como a retórica epistolar cumpre um papel fundamental nessas relações.

De Pernambuco e da Bahia datam as primeiras cartas do epistolário, já em 1704 e 1707, respectivamente. Parecem ser, essas, as únicas regiões em que o mercador atua a partir de outros mercadores já instalados ali, sem que tivesse com algum deles, necessariamente, uma relação mais estreita de amizade ou parentesco. Pelo que se observa na correspondência, o principal desses comerciantes é Balthazar Álvares de Araújo, provavelmente estabelecido na Bahia desde o final do século anterior, segundo aponta Lisanti Filho. Pinheiro o tinha em grande confiança, usando de suas cartas até mesmo como exemplos para prestação de contas, citando-as quando repreendia algum outro representante seu. Balthazar insere também seu sobrinho, Manoel Álvares de Araújo, nos tratos com Pinheiro. De Pernambuco, o principal contato era Julião da Costa Aguiar. Seu

pai, Gonçalo Domingues de Aguiar, já tinha negócios envolvendo o sal com o tratante lisboeta. Possivelmente por se tratar de uma conversa que se limitava aos homens da atividade mercantil, que não carregava consigo os predicados de compadrio e parentesco, grande parte da correspondência trocada entre eles fosse conduzida basicamente pelos formulários de tratamento que anos mais tarde Francisco José Freire iria preceituar sobre as cartas de negócio, no *Secretário portuguez*.

As cartas assinadas por eles seguem um modelo que se observa muito difundido como método de prestação de contas. Geralmente constam de dois ou três parágrafos (seguidos de anexos), sendo o primeiro dedicado àquilo que depois foi doutrinado por José Freire: aplicam os termos convenientes a respeito das qualidades do destinatário, da sua boa saúde e da oportunidade em servi-lo, obrigação que cumprem com maior préstimo e dedicação. Como exemplo, podemos citar o trecho da primeira carta que Julião da Costa Aguiar escreve a Pinheiro, de Pernambuco, em janeiro de 1712:

Como parte de avizo a Sua Magestade que Deus guarde este navio não posso deichar de fazer minha obrigação em saber da sua saude, que premita Nosso Senhor seja felis em compamnha de toda a familias; eu a logro prefeita Deus louvado, e toda a q. tiver fica prompta para empregar no serviço de Vossa Mercê

Logo em seguida Julião escreve sobre sua chegada a Recife junto da carregaçõ de quatro caixas de queijo que tenta vender pelo melhor preço. Diz que não está sendo fácil cumprir tal tarefa, pois muitos dos queijos estavam quebrados e podres, por “descuido de quem os arrumou”, além de que a terra estava “mizeravelissima pellos levantes, q. nella havia ninguém quer comprar nada pois estão desgostozos”. Assim sendo, fecha a carta, ainda no mesmo parágrafo, desejando felicidades, como o *Secretário portuguez* dita que seja feito quando o destinatário for superior: “he o que se me offerece dizer a Vossa Mercê e veja se presto para algua couza q. com grande vontade me achara prompto as suas ordens de Vossa Mercê a quem Deus guarde muitos anos &a.”¹⁰⁰

Tenta-se, com alguma prudência, captar a benevolência de Francisco Pinheiro para prestar-lhe contas dos acontecimentos recentes, sem que se represente com arrogância. O comerciante pode tratar das dificuldades sem que, para isso, transmita qualquer imagem de falta de dedicação de sua parte, ou insatisfação relacionada ao

¹⁰⁰ Carta 101, maço 29. In LISANTI FILHO, Luís. *Negócios Coloniais*, uma correspondência comercial do século XVIII. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, vol. I, p. 162. A citação das cartas, neste trabalho, pretende preservar a grafia do texto, como consta na transcrição presente nos volumes do *Negócios Coloniais*. Serão feitas somente alterações nas abreviaturas, para fins de melhor entendimento, nosso, durante a leitura.

serviço que lhe é encarregado. No caso de um mercador não tão inferior a Pinheiro, como Balthazar Álvarez de Araújo, na Bahia, é possível ainda que se abduca muitas vezes desses recursos. São constantes as cartas assinadas por ele sem nenhum tipo de exórdio, e fechamentos mais concisos, como a preceptiva portuguesa de 1746 aconselha que seja feito ao destinatário inferior. Porém, o mais constante nessa parte do *corpus* referente às regiões do Nordeste¹⁰¹ são os pequenos mercadores submetidos aos mandos de Francisco Pinheiro, dos quais partem cartas compostas a partir desses formulários de tratamento que envolvem a prestação de contas. É diferente, por exemplo, das cartas remetidas de Angola, desde 1711, ano da chegada de seu irmão Antônio Pinheiro Netto e de seu compadre Manuel Nogueira Silva no porto de Luanda. Alguns anos mais tarde, Pinheiro Netto deixa a costa africana em direção ao Rio de Janeiro e deixa ali um de seus filhos, Antônio Pinheiro Gomes, na companhia de Nogueira Silva.

Diferentemente dos comerciantes que possuíam relativa autonomia no trato e que estavam a serviço de Pinheiro muito mais como secretários de alguém com maiores poderes políticos, os compadres e familiares do mercador dependiam muito mais de suas prerrogativas de mando na corte. Gomes, assim como os outros irmãos, não era comerciante de ofício e não busca, na maior parte das vezes, representar um *ethos* do mercador experiente, educado nas casas comerciais portuguesas. É somente um dos sobrinhos de um grande mercador. Coloca-se à disposição dele para o cuidado dos negócios na região, ao mesmo tempo em que arrisca sua sorte no trato de alguns secos e molhados. Notamos, assim, nas cartas endereçadas ao tio, que seu intuito era persuadi-lo a ajudá-lo, politicamente, a voltar ao Reino, pois acabou por perceber que aquela região da África não parecia muito segura.

Tambem não quis deixar de dar a VM conta do meu estado a vera dois annos q. estou nesta cidade de Loanda tratando da minha vida para ver se poço ajuntar coatro vinteis para com elles me retirar para essa corte quando a morte me não mate sedo e a fortuna me não ajudar mas athe o presente não posso me quejar della porque Deos louvado athe o presente não me tem hido mal tanto de saude como de me ajudar em algum negocio que faço.¹⁰²

E realmente não era. Poucos meses depois Manoel Nogueira escreve a Pinheiro sobre o assassinio de seu sobrinho, tragicamente morto por seus escravos. Isso ocorre em

¹⁰¹ No nordeste da América portuguesa, Francisco Pinheiro não parece ter se envolvido nas regiões referentes ao Estado do Maranhão. Suas atividades estão focadas, sobretudo, na Bahia e em Pernambuco.

¹⁰² Carta 783, maço 18, v. IV, p. 489.

maio de 1716. Alguns anos mais tarde, o próprio Manoel pede, em carta ao mercador, que fizesse recomendações suas a um Ouvidor que tinha alguma ligação com aquele reino, pois “estes senhores cá são reis”. Explica a Pinheiro que essas recomendações serviriam para que o mandassem às terras do Brasil, para cuidar de seus negócios no Rio de Janeiro:

Não sei com que hei de satisfazer a Vossa Mercê o amor que me tem no cuidado dos meus aumentos [...] careço de que VM pelo amor de Deus, queira pedir e remeter me cartas de pessoa ou pessoas que tenham valimento com o novo governador e ouvidor que vier a quem não percam respeito para que chegadas que fossem logo me mandem chamar, e dizerem que VM lhe havia recomendado me mandassem para o porto do Brasil que eu eleger para ir a essa cidade que assim importa porque de outra sorte me será dificultoso [...]¹⁰³

A retórica das cartas é ordenada segundo a conveniência da situação particular. Quando o diálogo está estabelecido entre amigos mais próximos, são constantes as cartas de recomendação e conselho, no gênero deliberativo, pois ambos os lados da troca da correspondência pedem algo. Quando o diálogo é posto entre mercadores de confiança há também o gênero judiciário, uma vez que estão a justificar as ações cometidas relativas ao trato instituído. Esse decoro é que pode tornar verossímil o *ethos* veiculado naquela ocasião, pois reforça e justifica o objetivo persuasivo em jogo na carta. Assim ocorre também nas outras regiões, como no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo ou Colônia do Sacramento.

No núcleo fluminense as ações de Francisco Pinheiro parecem se iniciar antes de 1710, pelas mãos do comerciante Lourenço Antunes Vianna que acolhe, a pedido do mercador, o irmão Pinheiro Netto vindo da África em 1712. Os dois passam a representar seus negócios, durante toda a década, junto de outros comerciantes. Na década de 1720 entram em cena também o sobrinho Luís Álvares Pretto e o italiano João Francisco Muzzi, dois dos mais importantes contatos de Pinheiro na América portuguesa. Atuando inicialmente em sociedade, cuidam dos negócios do mercador não só na região, mas também no que se passa nas vilas mineiras, na Bahia e em São Paulo. Muzzi era comerciante ligado à casa comercial de Egneas Beroardi, em Lisboa (sócio de Pinheiro em algumas empreitadas) e a negócios na Itália, e orientou Pretto, que tinha pouca prática nessas atividades. Pinheiro tinha esperanças, assim, de se fixar no comércio da região, que se avolumava pelo ouro que descia do interior, através da estratégia de reunir alguém

¹⁰³ Carta 787, maço 18, v. IV, p. 497.

de maior confiança, como um familiar, com um experiente comerciante que possuía, aparentemente, meios de se inserir no local.

A sociedade entre os dois não tem muita duração. Pretto volta a Portugal em 1726 e Muzzi se envolve em diversos conflitos locais, sendo até mesmo preso por seis anos¹⁰⁴. Em Santos e na Colônia de Sacramento o estabelecimento é posterior. As primeiras cartas datam de 1727 e 1725, respectivamente. Em Santos o principal interesse mercantil de Pinheiro era o comércio do sal, porém encontrou dificuldades em fazê-lo devido à presença de mercadores já estabelecidos ali que não se mostram muito dispostos a inseri-lo nos negócios¹⁰⁵. Os principais nomes que aparecem escrevendo ao mercador são Manoel Mendes de Almeida, Pedro Fernandes de Andrade, Manuel Alves de Castro, Gabriel Antunes Laje e Antonio Francisco Lustoza. Na Colônia de Sacramento, Pinheiro estreita contatos com Joseph Meira da Rocha, um experiente comerciante que também serviu na casa comercial de Egneas Beroardi (e Paulus Hieronimo Médici) em Lisboa, fixando-se no sul do Brasil em 1722. É lembrado por Pretto como possível parceiro nos negócios, quando a relação com Muzzi já encontrava desavenças, no Rio de Janeiro. Na Colônia, Joseph aparece como sócio de Damião Nunes Britto, e ambos tinham relações mercantis com Pinheiro e com seu amigo Luís dos Santos Ribeiro, de Lisboa¹⁰⁶.

Nas vilas da capitania de Minas Gerais está localizado o diálogo entre Francisco Pinheiro e seu compadre Francisco da Cruz, nos anos entre 1725 e 1734. Cruz era cunhado de João Álvares, sendo este irmão da mulher de Pinheiro¹⁰⁷. A correspondência entre eles é uma das que nos apresenta, no conjunto das cartas, o início, o meio e o fim de uma relação de amizade e compadrio que viabiliza o deslocamento de um comerciante na hierarquia política local de uma vila colonial. De início, Francisco da Cruz parece ser de inteira confiança do mercador, que o envia para Sabará e ali, para inseri-lo no quadro político da região, viabiliza com seus contatos na corte cargos na Ouvidoria local. É possível notar, por meio das cartas, como se dá esse procedimento em ambas as partes do diálogo, ao mesmo tempo em que mostram como parecia fundamental carregar o nome do mercador consigo nas relações hierárquicas presentes ali. Em um determinado momento, devido a uma série de circunstâncias, há a quebra da confiança por parte de Pinheiro, que deixa de oferecer seus favores materiais e políticos ao comerciante e passa

¹⁰⁴ LISANTI, op. cit., vol. I, p. CXLII.

¹⁰⁵ Cf. ELLIS, Myriam. O monopólio do Sal no Estado do Brasil. São Paulo: FFLCH-USP, 1955.

¹⁰⁶ LISANTI, op. cit., vol. I, pp. CXLIII – CXLIV.

¹⁰⁷ Idem, p. CXXXIII.

seu nome e seus negócios às mãos do filho de Cruz, Manoel Cláudio da Cruz, também enviado às Minas.

Na região podemos observar, ainda, outro diálogo estabelecido a par deste principal. O irmão de Pinheiro, Antônio Pinheiro Netto, falece em 1726, ao que parece, em uma das vilas mineiras. O mercador precisa, a partir desse momento, desenrolar os negócios seus que estavam nas mãos do irmão e que ficaram pendentes. Assim, incumbe à tarefa três dos seus sobrinhos: Francisco Pinheiro Netto, João Pinheiro Netto e o padre Manoel Pinheiro Netto. João, porém, discorda dos pedidos do tio e toma para si as parcas riquezas deixadas pelo pai, que foram requeridas pelo mercador em Lisboa. Há, assim, o desenrolar de uma desavença travada em cartas, que se arrasta por anos e acaba envolvendo diversos outros personagens inseridos ali, relacionados a Pinheiro.

Em um olhar rápido, é este o quadro que compõe os principais textos contidos no *Negócios Coloniais*. Não há dúvida de que cada região possui uma particularidade e de que Francisco Pinheiro precisa lidar com essa pluralidade de circunstâncias, ao mesmo tempo, através do gênero epistolar. Seja para a prestação de contas, ou para a conversa cotidiana entre parentes e amigos próximos – que, sabemos, na sociedade portuguesa de Antigo Regime cumpre um vínculo clientelar dentro do corpo político da monarquia – a carta é texto e, como texto, persuade, ou seja, é retoricamente inventada e escrita. A partir e através das regras ditadas e relidas pelos humanistas desde o século XV, há um saber coletivo que tem a epístola como gênero vário, que se adapta às particularidades de uma situação histórica e cultural específica. Isso ocorre porque leitor empírico e destinatário se confundem neste gênero que circula, *a priori*, somente entre as partes interessadas. Francisco da Cruz escreve para Francisco Pinheiro. Pinheiro, ao ler o texto que Cruz escreveu, será persuadido, se a matéria estiver adequada à representação verossímil do destinatário composto pelo emissor no suporte (texto). Se a carta vai ser descartada ou não após a leitura pelo destinatário interessado, não é relevante¹⁰⁸. Seu objetivo como suporte já está desempenhado. Em outras palavras, há uma lógica própria do período para todas as características presentes no diálogo, como os exórdios, elogios, desculpas e felicitações, que torna possível solicitar favores, informar prejuízos, lucros, más e boas notícias, sem haver a quebra da confiança.

¹⁰⁸ Pode haver o interesse do emissor ou destinatário em tornar certo conjunto de cartas um epistolário a ser publicado, posteriormente, para circular em diversos outros ambientes, como no caso das *Cartas familiares* de D. Francisco Manuel de Mello, ou das *Epístolas familiares* de Antonio de Guevara. A partir desse pressuposto, o leitor empírico e o destinatário se distinguem claramente. Não é o que ocorre, porém, nos *Negócios Coloniais*. Cf.: MADURO, op. cit., pp. 21-28 (Introdução).

Nosso olhar, hoje, consegue notar nessas cartas características já apontadas desde os primórdios da instituição retórica referente ao gênero. Podemos observar o desenrolar da conversa cotidiana amigável, como Cícero já havia ditado. Ao mesmo tempo, a presença de algumas partes (convenientes à situação) da epístola medieval. Ainda assim, veremos muito daquilo que foi preceituado pelos humanistas, depois pela carta cortesã portuguesa e pelos formulários dirigidos aos secretários. Todas essas distinções, que podemos localizar em uma genealogia, aparecem quando convém. Cada destinatário de Pinheiro compõe o texto (escrevendo ou ditando) de acordo com aquilo que pretende passar por conveniente. Do outro lado, o mercador escreve ao mesmo tempo (muitas vezes em um mesmo dia) textos dirigidos a diversos destinatários, devendo mesmo adequar cada um desses textos à situação específica da conversa com aquele correspondente particular. É isso que torna possível o desenrolar dos negócios dentro da rede de sociedades, amizades e apadrinhamentos que está constituída como uma pequena parte do corpo político-místico da monarquia.

Capítulo segundo

Paz, concórdia, amizade e privilégios

No *Vocabulario portuguez e latino*, Raphael Bluteau também define *tratante* como aquele que “trata em alguma mercancia ou cousa semelhante”¹⁰⁹. Diferente do teor pejorativo do termo em nosso tempo, sua acepção aparente apenas dá conta das ações relativas ao ambiente mercantil, sem denotar qualquer atitude ardilosa ou trapaceira por parte de quem deva portar a qualificação. Mais que isso, o substantivo da mesma raiz, *trato*, além do sentido relacionado ao “negócio, exercício da mercancia, ocupação em comprar, & vender”, é elencado também como “amizade”, ou “o modo cõ que se trata, se recebe, & se agasalha hua pessoa”, ou ainda “o modo cõ que se costumão os homens tratar huns cõ os outros”¹¹⁰. A proximidade entre a mercancia e as relações interpessoais na acepção do termo não produz nenhuma dificuldade para os letrados e comerciantes ibéricos, ao menos até meados do século XVIII. O universo dos homens de negócio não estava construído de modo a criar um espaço de atuação independente que pudesse proporcionar aos seus atores uma vida autônoma em relação aos poderes jurídica e culturalmente vigentes no Estado monárquico. Sendo mais específico, nos domínios portugueses do chamado Antigo Regime, os grupos de homens, nobres ou plebeus, que se formavam com o objetivo de atuar em qualquer atividade, como o comércio, a guerra, a prestação de serviços ao Estado etc., não teriam sucesso se não estivessem organizados como redes de amizades, favores e clientelas.

A monarquia portuguesa reforça, desde a Contrarreforma católica, a organização de seu Império como um corpo político de base mística, que prevê o lugar e a função de cada um inserido nele. Nessa conjuntura, a organização da sociedade se configura como o estabelecimento evidente da hierarquia, onde cada um se reconhece estando, com sua função, acima e abaixo de alguém. Ser reconhecido como parte atuante desse corpo era a primeira preocupação desses homens e o que possibilitava o sucesso das empreitadas, como no caso dos mercadores de grosso trato. Como veremos, as poucas possibilidades de conquistar alguma mobilidade (para cima ou para baixo), dentro dessa hierarquia constantemente reafirmada, estavam estreitamente ligadas às representações do sentido de pertença ao corpo: a partir, por exemplo, de serviços prestados ao rei; do cumprimento

¹⁰⁹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino*. Portugal, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1721, tomo 8, p. 257.

¹¹⁰ BLUTEAU, op. cit., tomo 8, pp. 258-259.

de funções administrativas na estrutura estatal presente em localidades cada vez mais distantes; da cultura letrada que fazia circular textos encomiásticos e satíricos que reafirmavam o lugar de cada grupo frente ao monarca e à Corte; e, por fim, muito significativo já no final do século XVII, a mercancia relativa ao abastecimento em larga escala dos diversos domínios portugueses.

Porém, como afirmam António Manuel Hespanha e Ângela Xavier, é insuficiente restringir o campo de análise dessas representações ao Direito formal no Antigo Regime, pois os recantos do poder atravessavam os níveis da disciplina social estruturantes do modo de ver, pensar e agir no período. São eles, segundo os autores, a justiça (*debita legalia*), as redes de deveres recíprocos (*oeconomia*) e a ética monástica (virtudes interiores coerentes com a sua manifestação exterior). Não há, afirmam, a superioridade de uma em relação às outras no condicionamento das práticas sociais. Dessa forma, a economia de favores colocava em prática uma lógica clientelar, em que a amizade, o parentesco e a honra possuíam tanta importância quanto qualquer outra relação jurídica oficial, no momento em que se ofereciam benefícios e oportunidades¹¹¹. Podemos supor, assim, como o *tratante* passa de homem envolvido com a mercância, no século XVIII, para o velhaco trapaceiro no nosso imaginário. O ato de conceder as mercês aos mais próximos e honrados passa de legítimo, dentro do corpo político, à conotação de corrupto na lógica iluminista-liberal.

Há uma estratégia de ganhos simbólicos, dizem Hespanha e Xavier, nos atos de benevolência e gratidão, alicerçados no conceito aristotélico de amizade desigual. As trocas de favores entre homens de maior e menor estatuto na estrutura hierárquica não possuíam uma natureza espontânea e gratuita. Eram, na verdade, cálculos precisos de conversão da riqueza material em poder político: os atos de benevolência e caridades do lado mais forte da relação direcionados ao mais fraco eram dispensados em troca de fidelidade, reverência e reconhecimento de sua posição, ou seja, a submissão política como dívida inextinguível derivada da gratidão¹¹². Os conceitos, elencados pelos autores, de amizade, liberalidade, caridade, magnificência, gratidão e serviço, são as bases dessa estratégia, que tornam esses cálculos legítimos na manutenção dos poderes informais (e formais) do Antigo Regime português. Essa cadeia de trocas de favores perpassa toda a estrutura do corpo político-místico da monarquia, atingindo seu ápice na figura do Rei, o

¹¹¹ HESPANHA, António Manuel e XAVIER, Ângela. “As redes clientelares”. In: MATTOSO, José (org). *História de Portugal; o antigo regime*. Portugal, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 4, p. 381.

¹¹² HESPANHA e XAVIER, *ibidem*, p. 388.

mais benevolente de toda a República. A metáfora do corpo na designação da organização política do reino é o pressuposto maior da efetividade desses poderes informais tão relevantes quanto a estrutura legal do Direito no antigo Estado português.

Mas, para compreendermos essa estreita relação, precisamos observar como se caracterizam as bases doutrinárias que reformularam a política católica ibérica após as reformas protestantes do século XVI. Para assegurar a unidade da fé nos Estados sob o domínio de Roma frente às teses heréticas que começam a circular pela Europa, diversos teólogos e juristas, sobretudo portugueses e espanhóis, elaboram sólida fundamentação teológico-política que, entre outros objetivos, procurava refutar os escritos desses hereges e garantir o domínio legítimo sobre outros povos, como no Novo Mundo. A arte da ação objetiva de governar que aparece no *Della Ragion di Stato* do piemontês Giovanni Botero, em 1589, é síntese dessas formulações (muitas vezes concorrentes) debatidas desde inícios do século no espaço nas universidades ibéricas. Os textos do período trazem sempre como pressuposto doutrinário os escritos de Tomás de Aquino para fundamentar a metáfora do corpo político composto por partes integradas agindo em função de um todo – o bem-comum – e ordenadas por uma cabeça, na qual o soberano exerce sua autoridade¹¹³. Se a obra de Botero agrega o conjunto de ideias em torno das atitudes relativas ao príncipe católico, o *De Legibus* do espanhol Francisco Suárez, de 1612, instrumentaliza juridicamente a metáfora tomista que, por meio de um complexo arsenal doutrinário, justifica o pacto de sujeição dos súditos desse soberano. Como mostra Jean-François Courtine, em Suárez o que se vê é o amadurecimento dos fundamentos reciclados da Escolástica sobre a hierarquia das leis que regem uma sociedade política. Desde Francisco de Vitoria, no início do século XVI, vinha se discutindo sobre a relação entre o *direito natural* e o *direito das gentes* presente na *Summa Theologica*. Segundo Courtine, os padres espanhóis precisavam remover ambiguidades presentes em Santo Tomás nos momentos em que trata das relações entre as leis positivas e naturais, para “adaptar os *considerandos* ou as principais disposições da doutrina tomista a uma situação histórica radicalmente modificada”¹¹⁴.

É então na obra de Suárez, já na virada para o XVII, que se pode observar de modo definitivo como a metáfora do corpo místico da monarquia é legítima às

¹¹³ HANSEN, João Adolfo. “Razão de Estado”. In: NOVAES, Adauto (Org.) *A Crise da Razão*. São Paulo, MINC-FUNARTE/Companhia das Letras, 1997, p. 139.

¹¹⁴ COURTINE, Jean-François. “Direito Natural e Direito das Gentes. A refundação moderna, de Vitoria a Suárez”. In: NOVAES, Adauto (Org.) *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo, MINC-FUNARTE/Companhia das Letras, 1998, p. 300.

comunidades católicas, porque se fundamenta no pacto de sujeição dos homens a um soberano com suas leis positivas e ao mesmo tempo delimita o lugar e a função de cada um, inserido na ordem dos privilégios. O Estado absoluto teorizado pelos neoescolásticos funciona, assim, como um corpo que é *político* na defesa de que cada um possui uma função delimitada por ordens hierarquicamente divididas. Funciona também como um corpo que é *místico*, no qual seu soberano tem o poder sacralizado a partir do momento em que se compromete, no pacto, a efetivar as leis positivas que, necessariamente, reafirmam as leis do direito natural (este, por sua vez, corresponde às leis de Deus e as presentes nas Sagradas Escrituras). Como todo homem possui a capacidade inata de entender tais leis, pois carrega em sua consciência a luz da Graça evidenciada pelo que a Escolástica denomina de *sindérese*, o pacto existe para que possam, em conjunto, exercer a vida virtuosa e atingir o gozo de Deus¹¹⁵.

Quentin Skinner evidencia que, para os tomistas, o estado natural do homem é a vida em liberdade¹¹⁶. Mesmo sem conhecer a revelação ou qualquer lei positiva criada por uma sociedade, ele possui plena capacidade de agir segundo os ditames de Deus. Como as leis do direito natural refletem a lei eterna e divina, e já estão presentes na consciência humana, não é necessário um Estado para se viver em paz com o próximo. Porém, como esse homem possui certa natureza decaída – derivada de uma “sombria noção agostiniana da natureza humana” – não estaria livre de injustiças e incertezas vivendo sem a construção de uma coletividade politicamente organizada¹¹⁷. Assim, pode-se afirmar que as *leis humanas positivas* restringem a liberdade natural do homem, porém com a justa intenção de introduzir mecanismos reguladores em sua vida para que os ditames do *direito natural* sejam seguidos corretamente e se consiga viver com decência e segurança. Por isso, esta transição de liberdade à segurança, dizem os tomistas, deve ocorrer através da *escolha* de cada indivíduo de passar de um estado livre para o de súdito de uma república verdadeira¹¹⁸.

Se os homens *consentem* em abrir mão de sua liberdade natural, seu soberano deve fazer cumprir, pelo direito positivo, as leis da natureza. Como é comum a todos os homens a capacidade de seguir tal lei mesmo em liberdade, a autoridade de uma

¹¹⁵ HANSEN, op. cit., p. 140.

¹¹⁶ Cf.: “O ressurgimento do Tomismo”. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 414-449.

¹¹⁷ SKINNER, ibidem, p. 436.

¹¹⁸ Idem, p. 439.

comunidade será o resultado da ação unificada de seus participantes no sentido de garantir, em segurança, a efetividade da moral implantada nos homens por Deus. É neste ponto em que se valida o pacto de sujeição do Príncipe católico com seus súditos na formação do corpo político-místico do Estado¹¹⁹. Todos eles devem agir como uma vontade unificada de promover o bem-comum da República para garantir a vida justa, segura e virtuosa. Assim, faz sentido a metáfora presente em Santo Tomás na qual “a perfeição do corpo humano resulta da integração harmônica dos diversos membros, que são instrumentos para um princípio superior, a alma”. Cada um deles possui sua função específica, mas que se completam, assim como na sociedade, em que os estamentos se distinguem uns dos outros, hierarquicamente, mas atuam em nome do bem-comum. A cabeça, sede da razão, deve ser o rei, porque dirige racionalmente o corpo na busca pela ordem¹²⁰; as partes do corpo político (que podem ser a pessoa em si, a ordem, o estamento, vistos sempre verticalmente da cabeça aos pés) reafirmam o bem-comum da monarquia quando se mostram submissas ao rei. Dessa submissão é que surgem os privilégios dados a cada uma dessas partes, sempre de acordo com sua importância, o que faz o ciclo se fechar, pois pautar o benefício como justiça torna o estamento obediente e cria o espaço de atuação do soberano visto como mantenedor da paz.

Nessa conjuntura, não existe a noção burguesa de indivíduo autônomo que entendemos hoje como a pessoa dotada de uma liberdade psicológica frente às forças externas, como a do Estado. Liberdade é submissão ao bem-comum. Ser livre é ser súdito de um Rei justo e católico, que vai conduzir todos os membros à vida virtuosa, distante do pecado. O privilégio se insere organicamente nessa lógica teológico-política como justiça, dentro da ordem estabelecida. Ou seja, somente dentro desta é que alguém pode afirmar ser o que é, como representação do lugar que ocupa. Logicamente, essa representação ocorre por meio dos signos presentes, correspondentes ao grupo ou estamento a que pertence, pois através dos benefícios recebidos dos que estão acima é que se pode reafirmar tal lugar, reforçando os degraus da hierarquia. Como se disse, a escassa mobilidade possível surge de algumas poucas categorias de representação que possibilitam, em alguns casos, subir alguns níveis da hierarquia; como quando, por exemplo, ainda no século XVIII, um membro de alguma casa da primeira nobreza portuguesa se dispunha a exercer um cargo na administração de um dos domínios ultramarinos.

¹¹⁹ SKINNER, op. cit., p. 442-443.

¹²⁰ HANSEN, op. cit., p. 139.

Nuno Gonçalo Monteiro demonstra que essa atividade, quando bem exercida e seguida do regresso à Corte, era por vezes encarada como um mecanismo de renovação das mercês dadas pela Coroa¹²¹. Possuir o privilégio de desempenhar determinado ofício garante, então, o reforço de sua posição na nobreza através da representação do sentido de pertença ao corpo político.

Mas não somente das mercês concedidas pelo rei, direcionadas aos cargos do aparelho de Estado, é que partiam os benefícios. Qualquer relação desigual entre homens livres poderia se organizar dentro da lógica clientelar, pois, como emulação decorosa do par *magnificência/gratidão* existente entre um príncipe e seu secretário ou homem da corte (em outras palavras, como emulação daquilo que está no topo da sociedade política), as redes de amizades dedicadas a um determinado negócio poderiam viabilizar suas ações através de atos de caridade e servidão. Para ser mais claro: os atos liberais de Francisco Pinheiro dispensados aos seus familiares enviados às regiões de além-mar e a subsequente lealdade destes para com o mercador determinam o relativo sucesso do comércio a longas distâncias. Mesmo não existindo entre eles nenhum membro efetivo da nobreza portuguesa, suas relações emulavam os privilégios da Corte em uma situação específica. Desses elos políticos de alguém localizado em uma posição específica com outro alguém próximo, mas de diferente posição, é que se criam espaços para a atuação de extensas redes de amizade e parentesco dedicadas a certas atividades que poderiam representar alguma mobilidade dentro daquela comunidade. Como afirma Hansen, “a pessoa e sua posição se definem por pertencerem a um grupo, a uma ordem ou a um estamento, *pela representação e como representação*, mais que por seus atributos individuais”¹²².

Nessa normatividade é que devemos observar as ações representadas nos conjuntos de cartas dos *Negócios Coloniais*. Nosso olhar, romântico de matriz iluminista, nos levaria facilmente a perguntar, após a primeira leitura de algumas dessas cartas, quais seriam os mecanismos de agenciamento usados por Francisco Pinheiro para garantir um adequado desempenho de seu representante atuando em ambientes tão distantes e com tantas dificuldades de comunicação. Talvez fosse mais apropriado indagar quais eram os mecanismos sociais presentes no Antigo Regime português que possibilitavam a criação

¹²¹ Ver o estudo de Nuno Gonçalo Monteiro sobre a “tragédia dos Távora”. Cf.: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “A ‘tragédia dos Távora’. Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII. In FRAGOSO, João Luís Ribeiro & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na Trama das Redes*. Política e Negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 317-342.

¹²² HANSEN, João Adolfo. Barroco, Neobarroco e outras Ruínas. *Floema*, Bahia, nº 2A, ano II, out. 2006, p. 52 (grifos do autor).

de uma rede de amizades e dependências simbólicas que faz de seus membros (ou seus principais membros) fiéis representantes daquele grupo. Ainda, uma vez que a comunicação entre eles se dava a partir do suporte textual que, sabemos, é retórica, cabe indagar como esse suporte conseguia representar tais relações dentro (e a partir) de um gênero específico – a carta. Hespanha e Xavier, dedicados à história do Direito e das instituições portuguesas daquele período, não deixam de mencionar, no artigo citado, o papel relevante da “correspondência entre particulares” como fonte de representação dessas trocas de serviços¹²³. A rede de amizades envolvendo o nome Francisco Pinheiro é mantida por meio de cartas. A retórica presente nelas vai atuar para sustentá-la.

Amizade e justiça

Se o corpo político é mantido através dos privilégios concedidos pela cabeça, e sua dinâmica interna é sustentada pela (e como) representação das relações baseadas nesses mesmos privilégios, é possível compreender que os acordos resultantes do conceito de *amizade* coletivizado entre seus membros terá maior relevância para os critérios judiciais do que a própria justiça abalizada nas instituições do Direito legal. Esse escopo doutrinário formado pelos representantes do pensamento neo-escolástico nos países que defenderam a Contrarreforma, baseados naquela noção tomista de sociedade política, emula autoridades antigas da filosofia greco-romana nas quais há a defesa da tese de que as relações comunitárias se fincavam nos laços amistosos entre seus membros. Dessa afirmativa deriva a de que a vida em grupo pode se basear em uma suposta troca desinteressada entre os homens que partilham o mesmo ambiente político¹²⁴. Ricardo de Oliveira evidencia que a leitura de autores romanos como Cícero, Plutarco e Sêneca, além do próprio Aristóteles, sustenta uma noção de que a “busca pela graça do valimento” era condição para qualquer ambição ascensional entre os membros do corpo político dos Estados ibéricos, ao mesmo tempo em que se tornava a causa do grande drama da insegurança do desafeto. Uma vez que a amizade era a chave da mobilidade, o desafeto do superior poderia se configurar no fim da trajetória política do valido¹²⁵.

Essa cultura do valimento nas amizades desiguais, politicamente interessadas, existente entre os membros do corpo político e fundamental para a dinâmica e funcionamento do antigo Estado português, torna verossímeis os discursos que

¹²³ HESPANHA e XAVIER, op. cit., p. 386.

¹²⁴ OLIVEIRA, Ricardo de. Amor, amizade e valimento na linguagem cortesã do Antigo Regime. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 11, n° 21, ano VIII, jun. 2007, p. 104.

¹²⁵ OLIVEIRA, Ricardo de. op. cit., p. 120.

tenham as tópicas retóricas referentes à reciprocidade da ajuda desinteressada como atitude virtuosa. Nas cartas, por exemplo, os caracteres aplicáveis na composição de um *ethos* verossímil de mercador amigo e leal utilizam constantemente a memória sobre os acordos firmados, como atos de benevolência concedidos pelo lado mais forte da relação, no caso Francisco Pinheiro. Da mesma forma, a demonstração de não cumprimento desses acordos por parte dos comerciantes menores configura o fim da amizade e, conseqüentemente, o fim de qualquer trajetória política pretendida por eles. Nesse caso, os caracteres e afetos encontrados nas cartas de Pinheiro, nas quais quer mostrar que as contas não batem, apontam para a imagem da ingratidão sofrida por um amigo traído.

Os significados de termos notados por Oliveira, como “valimento”, “valido” e “graça”, encontrados nos dicionários e vocabulários que circulavam na época, apontam especificamente para noções legítimas em códigos culturais nos quais a qualidade das relações afetivas entre os membros da comunidade determina o caráter da mobilidade social pretendida pelos mesmos. No mundo ibérico, a concórdia necessária ao corpo político faz da graça e da misericórdia católicas elementos fundamentais para tornar os laços amistosos legítimos na dinâmica dos privilégios. Ser amigo consiste em estabelecer trocas de favores que, discursivamente, são desinteressados. No mesmo sentido, ser considerado e visto como amigo de um elemento hierarquicamente superior da sociedade é o que garante o privilégio da proteção e do acesso a ambientes políticos restritos. Ou seja, a troca de favores supostamente desinteressados entre homens de diferentes posições traz benefícios considerados moralmente legítimos e necessários. Somente a partir desse movimento é que as ambições individuais não são tidas como viciosas e prejudiciais ao funcionamento do corpo místico do reino português.

Oliveira afirma, ainda, citando a tese de Pedro Cardim, que essa “leitura afetiva das relações comunitárias” resiste ao desenvolvimento da economia mercantil e financeira no mundo ibérico¹²⁶. Diante do que se observa nos diálogos estabelecidos entre os mercadores nas cartas dos *Negócios Coloniais*, é possível afirmar que essa dinâmica foi estruturante da lógica mercantil portuguesa. Francisco Pinheiro e seus correspondentes não poderiam sequer cogitar, de uma forma ou de outra, permanecer exteriores à noção do bem-comum enraizada na comunidade em que atuavam e de que faziam parte. Ainda assim, aqueles que tentaram, como alguns caixeiros e capitães de

¹²⁶ OLIVEIRA, op. cit., p. 103.

embarcações, viram-se cedo ou tarde excluídos socialmente, pois foram considerados prejudiciais ao bem-comum.

João Adolfo Hansen, em sua tese a respeito da sátira atribuída a Gregório de Matos, aponta esse papel peculiar das amizades presente nos lugares-comuns da composição poética do gênero cômico e maledicente na Bahia do século XVII¹²⁷. A história, vista como *magistra vitae* pelos neo-escolásticos, é entendida como “compilação de contingentes passados” que fornecem os critérios para a ação do presente. Ou seja, é narração política que expõe “a exemplaridade dos modelos da experiência moral” vivida pelos melhores de seu tempo; ao serem partilhados coletivamente, servem como autoridades no reconhecimento daquilo que é tido por virtuoso ou por vicioso na prática cotidiana¹²⁸. É vicioso aquilo que denote desprezo ao bem-comum ou ausência do sentimento de pertença ao corpo político. A virtude, por sua vez, é alcançada através da concórdia de todos em nome da Causa Primeira, Deus. Mas essa concórdia de todos somente é possível se antes houver a concórdia de cada um consigo mesmo, por meio do auto-controle dos apetites individuais em nome do bem-comum.

Transferido para a esfera política, o termo “corpo” *mantém* o significado da analogia teológica. A cabeça, sede da razão, é proporcionalmente, para o homem individual, o que Deus é para o mundo. Como o homem é naturalmente social, a semelhança com o universo não se encontra apenas no homem individual, mas também na sociedade regida pela razão de um só homem, o Rei, cabeça do corpo político do Estado. O Rei está no reino assim como a alma está no corpo e Deus, no mundo. Como princípio regente da sociedade que analogicamente é um corpo, o Rei é sua cabeça ou razão suprema, que o dirige em função da integração de todas as partes e funções – enfim, da sua harmonia ou ordem. Pertencer ao corpo político do Estado implica, por isso, a imediata responsabilidade pessoal para com os demais homens partes dele. Isto só se atinge pela *concórdia*, coincidência da vontade de todos quanto ao fim do corpo político. Uma vez que pode ser imposta à força, porém, a concórdia não é suficiente, se não houver também a concórdia de cada um consigo mesmo. É preciso reduzir a uma unidade comum da *tranquilidade da alma* a diversidade dos apetites individuais que concorrem na situação social de concórdia – em outros termos, as paixões devem ser evitadas ou, como são inevitáveis, controladas.¹²⁹

A encenação das amizades, nas retóricas dos textos que circulam no período, se configura a partir da aplicação dos lugares-comuns que representam esse sentimento de pertença partilhado coletivamente e, por conseguinte, o controle dos apetites individuais, como, por exemplo, a ambição dos mercadores pelo lucro. Os comerciantes não podem

¹²⁷ Cf.: HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2ª ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

¹²⁸ HANSEN, op. cit., p. 202.

¹²⁹ HANSEN, op. cit., p. 267 (grifos do autor).

afirmar, nas cartas, que estão firmando seus acordos para que possam acumular riquezas. No limite, afirmam o desejo de “reunir algum cabedal” para se estabelecer melhor perante seus pares e, com isso, adquirir alguma imagem que esteja à altura da dignidade de seu ofício ou de suas amizades. Até mesmo Francisco Pinheiro, grande mercador, nunca coloca em suas cartas nada que se possa entender por ambição individual do lucro, mas sempre o trata em nome de algo maior, mais nobre, como a ajuda benevolente, o favor desinteressado a algum membro da nobreza de Portugal etc. É o caso, por exemplo, quando em 1719 pede a seu irmão, instalado no Rio de Janeiro, que venda uma carga de produtos no valor de 2.000\$rs, em nome de uma religiosa do convento de Santa Mônica, que pediu sua ajuda. O mercador deixa bem claro que não quer que seu irmão Antonio e demais caixeiros responsáveis tirem alguma comissão do negócio, “por ser hua obra pia, em q. muito sou empenhado”. Pinheiro diz já ter emprestado tal quantia à senhora sem cobrar juros, por isso não quer que os correspondentes retirem suas comissões: “q. eu por obra de misericórdia entreguei a dita quantia a prioreza sem juros; so por se conseguir o ser esta senhora religioza como dezeja”¹³⁰.

As cartas trocadas entre esses mercadores fazem circular pelos membros da rede a retórica que busca tornar verossímil a virtude alegada da prática do comércio. As *personae* construídas nesses textos são persuasivas se, minimamente, conseguem afastar de si a imagem do extremo vicioso do comerciante “velhaco” – aquele que quer vantagens para si a despeito dos outros membros. Nessa lógica, é compreensível a defesa dos laços de amizade e parentesco no estabelecimento dos acordos e contratos. Quando a prática do comércio é vista como (e pela) representação da benevolência e da troca de favores desinteressada entre amigos, ela se insere na lógica do todo, produzindo nos membros da rede o sentimento de pertença ao corpo político do Estado. É a mesma *virtus unitiva*, como cita Hansen, da normatividade da prática satírica no século anterior: a amizade como tradução da metáfora estóico-aristotélica do amor do bem-comum¹³¹. Só que voltada para outros objetivos específicos – não o maldizer daqueles membros e práticas prejudiciais à comunidade, mas a prática moralmente aceita do comércio em largas escalas.

A poesia maledicente no século XVII e a epístola no XVIII são gêneros de textos que possuem, cada qual, suas categorias firmadas na instituição retórica, mas que partilham da mesma normatividade teológico-política, pois circulam em um mesmo

¹³⁰ Carta 999, maço 4, vol. IV, 739.

¹³¹ HANSEN, op. cit., p. 268.

universo cultural. Os temas da unidade do bem-comum e da amizade entre as partes do corpo são centrais em ambos os casos, mas aparecem voltados para fins específicos do gênero. A oposição em que estes aparecem dispostos é a mesma e não por coincidência: “*mundo das relações pessoais virtuosas (amizade) versus mundo da ordem definida pelas relações econômicas impessoais e viciosas*”¹³². Se na sátira seiscentista essa oposição se apresenta como “evento discursivo” que representa comportamentos, hábitos e gestos, na carta setecentista ela aparece como elemento da *captatio* no diálogo entre emissor e destinatário ausentes. Circulando entre homens imersos nos processos das trocas materiais, tal oposição é ainda mais evidente, pois o mundo das relações econômicas impessoais é lugar propenso ao vício, se não estiver muito bem representado o papel das relações afetivas como pressuposto da mercancia.

Na temática relativa aos afetos, concernentes à vida comunitária, somam-se ao menos três virtudes principais que resultam nesse sentido de pertença ao corpo político do Estado português. Sem elas o contrato social firmado entre o rei católico e seus súditos não se sustenta, assim como não se legitimam os privilégios, necessários para a manutenção das hierarquias. Por isso são temas recorrentes inseridos nos tratados de educação de príncipes e nobres durante todos os séculos do chamado Antigo Regime. As três são elencadas, por exemplo, pelo diplomata espanhol Dom Diego de Saavedra Fajardo em seu *Idea de un Príncipe político-cristiano*, publicado pela primeira vez em 1640¹³³. *Concórdia, união e amizade* são os pilares da sociedade política pois, para que seus membros vivam em paz, devem voltar suas atitudes ao bem-comum. Diz Fajardo que ocorre nas Repúblicas aquilo que ocorre na natureza: um corpo unido e robusto é feito pela concórdia de muitas partes. Com ela crescem as coisas pequenas, sem ela caem as maiores, pois é do consentimento comum a todos que se resiste a qualquer força oposta – “*no es el oficio del príncipe de desunir, sino de tenellos conformes e amigos; ni pueden unirse en su servicio y amor los que están opuestos entre sí*”¹³⁴. Por conseguinte, a virtude

¹³² HANSEN, op. cit., p. 270.

¹³³ O diplomata espanhol Diego de Saavedra Fajardo (1574-1648), nascido em Algeraz, região de Múrcia, foi embaixador em Roma e representou a Espanha no Congresso de Munster (que antecede a paz de Westfália). Publica em 1640 a obra doutrinária em forma de emblemas *Empresas políticas o Ideal de un Príncipe político-cristiano representada en cien empresas*, em que apresenta uma espécie de guia para a educação de um Príncipe católico, além das normas pelas quais este deve seguir para garantir a paz de seus súditos, em contraposição ao *Príncipe* de Maquiavel. Cf.: PÉREZ, David J. *Moralistas espanhóis*. Clássicos Jackson, vol. XI, Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1952, p. 279. FAJARDO, Don Diego de Saavedra. “Obras de Don Diego de Saavedra Fajardo y del licenciado Pedro Fernandez Navarrete”. In: *Biblioteca de autores españoles*, tomo 25. Espanha, Madri: Imprenta y estereotipia de M. Rivadeneyra, 1853.

¹³⁴ *Empresa LXXXIX*. Ed. consultada: FAJARDO, op. cit., pp. 235-236.

da “conformidade dos ânimos” deve existir somada à da união para a defesa comum, ou seja, que cada um tenha “*por propio el peligro del otro, aunque esté lejos*”¹³⁵. Por fim, conformidade de ânimos e união das partes em nome do todo não terão papéis efetivos como virtude se seus membros não forem amigos entre si. Assim, por fim, Fajardo cita a máxima aristotélica de que, nas Repúblicas, a amizade é mais importante que a justiça:

*porque, si todos fuesen amigos, no serian menester las leyes ni los jueces; y aunque todos fuesen buenos no podrian vivir si no fuesen amigos. El mayor bien que tienen los hombres es la amistad*¹³⁶.

Concórdia, união e amizade devem ser praticadas por todos os membros e, ao mesmo tempo, reafirmadas constantemente pelo soberano. Como, nos reinos católicos contrarreformados, a exemplaridade das ações é representada de cima para baixo, ou da cabeça aos pés, a prática das virtudes do bem-comum deve ser emulada dos membros superiores em direção aos inferiores. De tal modo que, na sátira, interessa muito mais a representação do comportamento vicioso de um nobre, que deveria ser exemplo da prática virtuosa para os que estão abaixo dele. Nas cartas, também, as atitudes de mercadores experientes e estabelecidos em regiões como Lisboa e Salvador aparecem citadas como exemplos para o exercício virtuoso do comércio aos iniciantes. A liberalidade de Francisco Pinheiro é constantemente lembrada por seus amigos.

Nota-se que a terceira das virtudes, a *amizade*, é essencial para o efetivo exercício das duas primeiras. Não há concórdia e união entre as partes do corpo se elas não estabelecem vínculos de amizade entre si. Ou ao menos uma certa representação dos afetos relacionados. Isso porque, na fundação da política católica de base tomista, se encontra o conjunto de autoridades da filosofia greco-romana no qual a ética aristotélica é doutrina, revista pelos teólogos neoescolásticos e inquestionável em sua prática. Assim, o conceito de amizade encontrado na *Ética a Nicômaco* e na *Ética a Eudemo*¹³⁷ baliza a noção da virtude elencada nos tratados de ética cortesã e espelho de príncipes publicados entre os séculos XVI e XVIII. Ainda, para além dos preceitos absorvidos pelos homens letrados da época, o conceito de amizade entre homens bons – que se relacionam para

¹³⁵ *Empresa XC*. Ed. consultada: Ed. consultada: FAJARDO, op. cit., pp. 237-238.

¹³⁶ *Empresa XCI*. Ed. consultada: Idem, pp. 238-240.

¹³⁷ Aristóteles trata da amizade nos livros VIII e IX da *Ética a Nicômaco* e no livro VII da *Moral a Eudemo*. Cf.: Aristóteles, *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987. Aristóteles, *La Gran Moral/Moral a Eudemo*. Traducción de Patricio de Azcárate. Argentina: Buenos Aires, Editora Espasa-Calpe, 1948.

praticar o bem recíproco e atingir, assim, a felicidade, em oposição às amizades estabelecidas pela utilidade ou pelo mero prazer¹³⁸ – é saber partilhado coletivamente entre os membros da comunidade política. É, em outras palavras, *consuetudo*, costume, em contextos como o de Portugal.

Nessa conjuntura é que se pode compreender a *Empresa XCI* do *Idea de un Príncipe político-cristiano* do diplomata Fajardo, em que, para falar da amizade, inicia o trecho com a mesma afirmação pela qual Aristóteles inicia o mesmo tema em sua *Ética*. Homens que são amigos não necessitam da justiça como imposição da norma social. A amizade verdadeira, baseada no exercício de oferecer ao outro um bem considerado bom para si mesmo, é a mais genuína forma de praticá-la¹³⁹. Quanto mais alto o grau de amizade existente entre os homens, maiores são os alcances da justiça, decorrentes de uma moral inata. Citando o exemplo do filósofo estagirita, “mais abominável ferir o próprio pai do que a qualquer outro”¹⁴⁰. Ou seja, entre duas pessoas amigas, ambas as partes já sabem (ou devem saber) qual é o grau de justiça existente na relação. Não carecem de uma força externa a eles (como a do Direito positivo) impondo superficialmente tais parâmetros.

Indo mais além, Aristóteles afirma ainda que cada uma das constituições, ou, em outros termos, cada espécie de relação, com suas especificidades, carrega uma amizade na medida exata em que comporta a justiça¹⁴¹. Esta é sempre proporcional ao mérito de cada uma das partes, pois cada uma recebe o que lhe é devido, de acordo com sua posição e com o que ofereceu. Nas amizades entre pessoas consideradas iguais, ou de mesma posição, cada uma delas ofereceu à outra coisas equitativas e, por isso, merecem receber em mesmo grau. É o caso da amizade entre dois irmãos, por exemplo. Nas desiguais, em que uma das partes ocupa uma posição superior em comparação à outra, a intenção de dispensar benefícios é proporcional ao que se espera em troca. Quando não há essa proporcionalidade na relação, não há mais espaço para a amizade, porque não está sendo feita a devida justiça. Seguindo os exemplos, há pouca ou nenhuma amizade na tirania,

¹³⁸ Aristóteles distingue as três espécies de amizade, no terceiro capítulo do livro VIII da *Ética a Nicômaco*. Ela pode acontecer por utilidade, por prazer ou por virtude. Esta é considerada a amizade verdadeira, existente entre homens bons, que desejam igualmente bem um ao outro, em oposição às duas outras espécies, que se dissolvem facilmente, ou porque a amizade é somente útil a um dos lados da relação, ou por ser apenas agradável, prazerosa. Cf. Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, 1156a, 1156b. Ed. consultada: Aristóteles, op. cit., p. 141.

¹³⁹ Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, 1155a. Ed. consultada: Aristóteles, op. cit., p. 139.

¹⁴⁰ Idem, 1160a. Ibidem, p. 148.

¹⁴¹ Idem, 1161a. Ibidem, p. 150.

porquanto o tirano é beneficiado pelos súditos com a servidão, mas oferece pouco ou nada do que eles necessitam para viver bem. Assim, estabelece-se uma relação em que há pouco ou nenhum interesse comum entre seus membros. Na equação, o superior oferece sua beneficência e espera receber a honra em troca; o inferior oferece seus serviços e fidelidade esperando em troca a ajuda de que necessita. Se não há essa compensação, os dois lados se sentem injustiçados, e a amizade se desfaz¹⁴².

Por essas razões é que, nas comunidades políticas nas quais seus membros são verdadeiramente amigos entre si, não há utilidade para as normas e órgãos impondo os padrões de justiça verticalmente. E se realmente a essência da amizade é a vida comum, enquanto ela existir, os homens vão viver em união e concórdia. É nessa lógica, pode-se inferir, que Aristóteles defende a aristocracia como a melhor forma de associação entre os membros de uma sociedade, pois assim o direito obedece à proporção da posição que cada um ocupa, não sendo algo idêntico para o superior e para o inferior¹⁴³. Todas as constituições políticas são, de uma forma ou de outra, mecanismos de aplicação de uma certa justiça entre os homens¹⁴⁴. Nos casos em que são predominantes as relações de afeto verdadeiro, seus membros se sentem retribuídos proporcionalmente à posição e importância de cada um. Assim, o sentido de justiça nasce das próprias relações estabelecidas, mesmo ao ser reafirmada a desigualdade. Em outras palavras, a amizade é um meio de se estabelecer a igualdade entre homens desiguais. Pressupondo que nos referimos a homens de bem – necessidade primeira para a viabilidade da amizade virtuosa –, um vai pensar no outro tanto quanto (ou mais do que) pensa em si mesmo e, dessa forma, atinge-se a concórdia entre os membros de tal associação.

Não há uma única espécie de concórdia, diz Aristóteles. Ela pode mesmo ocorrer entre pessoas más, no momento em que elas querem a mesma coisa e têm o mesmo objetivo. Porém, a chamada concórdia verdadeira, boa por natureza e possível somente entre aqueles que praticam o bem, é alcançada não pelos que estão de acordo no tocante aos pensamentos e gostos – pois pode-se desejar coisas contrárias –, mas pelo compartilhamento da mesma opinião sobre as questões da vida comum, como no que diz respeito ao mando e à obediência¹⁴⁵. Ou seja, quando as pessoas dividem uma mesma noção sobre quem manda e quem obedece, seja para mudar ou manter as coisas como estão. Destarte, é um atributo que se estende a todos os que estão em bom acordo e buscam

¹⁴² Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, 1163a-1163b. Ed. consultada: Aristóteles, op. cit., p. 154.

¹⁴³ Aristóteles, *La Gran Moral/Moral a Eudemo*. op. cit., p. 207.

¹⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p. 206.

¹⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 205.

o bem-comum. Essa espécie de concórdia constitui o que o filósofo denomina “amizade social”: a união entre os cidadãos daquela comunidade. Podemos considerar, então, que *amizade*, *concórdia* e *união* são três práticas necessárias para a sociabilidade pacífica entre homens que não se vêm iguais entre si.

Essa paz, que na vida comunitária se traduz na obtenção da felicidade do grupo, exige a coesão interna entre seus membros, alcançada pelo “estabelecimento de fortes laços de entreajuda”, como mostra Pedro Cardim ao apontar as implicações comunitárias do afeto (amor) em Aristóteles¹⁴⁶. A predisposição para a cooperação e benevolência existente entre os homens (bons) vivendo em sociedade, acarreta a cada um deles um conjunto de obrigações morais para com o outro, dotando as relações afetuosas de uma confiança recíproca que faz com que o conjunto da sociedade, com todas as suas diferenças, aja em nome do bem-comum. Em outras palavras, voltar as atitudes ao bem-comum da associação em que se vive é o meio de se alcançar a paz. Esta será obtida porque agir em nome do bem-comum implica a amizade entre os homens, trazendo consigo o sentido de justiça necessário para que cada um seja feliz consigo mesmo. O interesse que os homens devem ter pela manutenção das relações de amizade é doutrina difundida pela Companhia de Jesus, no ensino em Portugal e seus demais territórios, e está pragmaticamente descrita na obra do jesuíta Giovanni Botero. No *Della Ragion di Stato*¹⁴⁷, afirma-se que essas relações garantem a concórdia e a paz, indispensáveis para a manutenção do bem-comum como condição para a realização dos interesses particulares. Essa lógica é defendida como doutrina que nega a ideia da sociedade vista como guerra de todos contra todos, como consta n’*O Príncipe* de Maquiavel¹⁴⁸.

A ação justa, como está presente no livro V da *Ética a Nicômaco*, é o meio termo entre o agir injustamente e o ser vítima de injustiça, ou ter para si o que lhe é devido, na exata medida entre ter demais e ter demasiado pouco. Consiste em dar a si mesmo e ao próximo o que é igual de acordo com a proporção¹⁴⁹. Como estamos observando, a amizade verdadeira, virtuosa, carrega essa proporcionalidade nos seus atos de entreajuda e benevolência. Por essa razão é que se ressalva a relação direta entre a amizade e a justiça. Se é homem que pratica o bem, fará amizades que serão verdadeiras (e não por

¹⁴⁶ CARDIM, Pedro. *O poder dos afetos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. 2000. 690 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, Portugal, p. 138.

¹⁴⁷ Cf.: BOTERO, João. *Da Razão de Estado*. Trad. Raffaella Longobardi Ralha. Portugal, Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

¹⁴⁸ Cf.: HANSEN, João Adolfo. “Razão de Estado”. In: NOVAES, op. cit., pp. 135-172.

¹⁴⁹ Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, 1133b-1134a. Ed. consultada: Aristóteles, op. cit., p. 89,

utilidade ou por prazer). Essas amizades trarão justiça às relações que, por sua vez, caminham em direção ao bem-comum, pois cada parte sabe que obtém o que lhe é devido.

Na sociedade portuguesa, católica, contrarreformada, a hierarquia é vertical, uma vez que é organizada como um corpo. Da cabeça parte seu representante mais alto, o Rei, justo, que defende as leis humanas positivas como correspondentes às leis divinas e naturais. Nos pés, há seus membros mais baixos: os escravos, submetidos a essa condição por agirem contra a natureza e negarem a verdade do Deus católico que é defendida pelo soberano justo. A escravidão de negros na África foi muitas vezes justificada, em Portugal, como direito ao botim, como no tempo das Cruzadas, ou seja, como se os negros fossem efetivamente muçulmanos que pudessem ser considerados infiéis e por isso vencidos em uma guerra justa e assim escravizados. No Brasil, as leis da guerra justa feita contra grupos indígenas inimigos dos portugueses muitas vezes afirmaram o mesmo princípio. Estariam se submetendo à qualidade de escravos no momento em que recusavam a reconhecer a luz natural da graça divina. Estar dentro da ordem estabelecida é se colocar entre esses dois extremos e, ao mesmo tempo, estar em frequente representação da posição que se ocupa no corpo político-místico. É reafirmar constantemente o privilégio de se ver e ser visto como súdito leal do Rei que vai conduzir todos à vida virtuosa. Justiça, nessa situação, é o privilégio concedido a cada um, de acordo com sua posição, que o faz permanecer no lugar em que está. Assim, é impossível não lembrar que os homens inseridos em tal conjuntura histórica não se vêem iguais entre si, e por isso as relações afetuosas inerentes à vida comunitária são sempre balizadas pela proporcionalidade que a ética aristotélica afirma necessária.

Nessa mesma lógica, se justiça é privilégio, ou o instrumento que o garante, e as amizades garantem a justiça, há um sentido direto que liga tais características das relações afetuosas com a viabilidade dos privilégios, ou ao menos a representação dos mesmos no conjunto da sociedade. Ser amigo de Francisco Pinheiro não implica somente a ajuda material, ou as oportunidades de negócio, mas ser visto como tal na vila/cidade em que se está, o que garante acessos antes impossíveis. É o caso, por exemplo, do “compadre” do mercador enviado para Vila Real de Sabará, na capitania de Minas Gerais. Francisco da Cruz vai à região na década de 1720 para representar Pinheiro na venda de mercadorias precisadas pelos portugueses que ali haviam se instalado. Depois do mercador, em Lisboa, ter conseguido junto ao Rei o arremate de um ofício concernente ao cargo de escrivão ao amigo, por quatro anos no cartório da vila mineira, Cruz insiste em afirmar, nas cartas que escreve, o quão se sente agradecido pela oportunidade de se prestar àquela ocupação.

Mas, mais que isso, reafirma constantemente que, com esse ofício, passou a ser reconhecido pelas pessoas ilustres locais e que de nada valeria tal esforço se não fosse apontado como amigo de Francisco Pinheiro. Em agosto de 1725, no primeiro ano de sua ocupação no cargo administrativo, escreve a Pinheiro em resposta às advertências do mercador para que se mantenha bem relacionado com todos ao redor:

Respondo a hum dos capitulos de Vossa Mercê em q. me dis me concerve com todos asim como general e menistro e cabos de guera e a todas as mais pecoas, Vossa Mercê saiba q. athe o presente asim me tenho concervado pois me conheco qm fui e qm sou e *ver me eu nesta tera com algum aumento de respeito este devo a pecoa de Vossa Mercê*¹⁵⁰

Ver a si mesmo e ser visto como amigo do grande mercador não somente viabiliza Francisco da Cruz ser bem aceito como escrivão do cartório, mas também o faz ganhar o privilégio de ser notado entre os melhores da região. Em carta datada de maio de 1726, o amigo de Pinheiro tenta justificar um gasto feito para si, o qual foi necessário para a comemoração do duplo casamento dos filhos de D. João V com os de Felipe V de Espanha, ocorrido oficialmente em 1729¹⁵¹, mas celebrado com festejos em Sabará já três anos antes.

[...] no particular de eu galiar não sei o q. lhe diga, so sim fis hum vestido de camelão de seda, para deitar na ocazião q. a esta vila veio a nova dos cazamentos dos nosos principes pois todas as peçoas de distinção deitarão gallas e eu faze lo podera ser q. mais de huma duzia de vezes mo adevertice o menistro pois hera vergonha ver me o meu de pano azulado por quanto todas as costas da cazaqua o tinha esboracado das negregadas baratas, q. iço he sem numero, e tão desaventuradas q. couza de pano não escapa, esta he a cauza porq. me rezolvie a faze llo de camelão para ver se me durava mais, e adevirto a Vossa Mercê q. algumas vezes quem o menistro falava e me dezia ter vergonha a eu acompanha llo daquela forma, e q. não foce tão miseravel pois hera tudo por não gastar.¹⁵²

¹⁵⁰ Carta 156, maço 29. In LISANTI FILHO, Luís. *Negócios Coloniais*, uma correspondência comercial do século XVIII. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, vol. I, p. 277 (grifos meus).

¹⁵¹ O episódio conhecido por “Troca das Princesas”, ou “Jornada do Caia”, faz referência ao casamento duplo, diplomaticamente conveniente para as relações entre Portugal e Espanha, entre os filhos de D. João V com os de Felipe V de Espanha. A infanta portuguesa D. Maria Bárbara estava prometida ao infante Fernando, Príncipe das Astúrias, enquanto que a infanta espanhola Maria Ana Vitória estava prometida ao Príncipe do Brasil, D. José. Quanto ao acontecimento, diz o *Nobreza de Portugal*: “Resolveu-se então que se trocassem as duas noivas, efectuando-se a cerimónia com a maior pompa na fronteira do Caia a 19-I-1729. O enxoval da noiva portuguesa era opulentíssimo, e, para a comitiva se acolher durante uma só noite, mandou D. João V construir de propósito o palácio de Vendas Novas, que custou um milhão de cruzados.” Cf.: ZUQUETE, Afonso Eduardo (Org.). *Nobreza de Portugal: bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. Portugal, Lisboa: Editorial Enciclopedia, 1960, tomo I, p. 601.

¹⁵² Carta 161, maço 29, v. I, p. 287.

Característica inerente à lógica de uma sociedade fundada nos privilégios, a constante representação dos atos que exibem publicamente o lugar de cada um é fundamental para a manutenção da ordem vigente. Não basta obter o acesso calculado a vantagens proporcionais à posição. É preciso que os que estão em degrau mais alto reconheçam que essas vantagens são justas, ao mesmo tempo em que o favorecido não pode deixar de se distinguir dos que estão em degraus mais baixos. Portanto, para o pequeno comerciante, novo morador da vila mineira, ser visto ao lado do “ministro” em uma representação local da presença do corpo político do reino, figurado na festividade dos casamentos reais, não é de pouca monta – justifica até o gasto não planejado. E deixar claro ao seu amigo, o grande mercador lisboeta, que tais privilégios foram alcançados diretamente pela sua benevolência e amizade é ainda mais importante. Os dois lados da relação desigual, no caso, se sentem satisfeitos. O menor se coloca à disposição, como servo e leal amigo, e o maior, com sua liberalidade, se mostra benevolente. Respectivamente, ganha-se a honra de um nome, de um lado, e de outro em serviços prestados com acuidade (negócios). Logo, está estabelecida a justiça na relação, pois foi respeitada a proporcionalidade, ao menos momentaneamente.

Quanto à representação, ela não pode deixar de ser o horizonte das ações e diálogos. De nada valeriam essas amizades e esse jogo de posições dentro da hierarquia se não fossem reafirmados constantemente pelas vestimentas, pelas festividades, pelos rituais públicos, pelos poemas encomiásticos ou satíricos, pela exibição notória de um simples caminhar ao lado de gente importante, ou pela assinatura de um documento cartorial, etc. Sabemos perfeitamente que a efetividade total das práticas virtuosas, como estão desenhadas na filosofia grega e romana, é impossível se não pensarmos em suas contingências. É pouco provável, por exemplo, que um notável cidadão romano, na época de Cícero, construa toda a sua vida pública somente a partir de amizades verdadeiras, virtuosas, e nunca tenha estabelecido relações afetuosas por utilidade ou mero prazer. Se pensarmos, então, no universo de possibilidades de um súdito do rei português/ibérico, no século XVII, a probabilidade é igualmente pequena. Mas essa condição não faz com que aqueles parâmetros de virtude e vício deixem de estar presentes no horizonte de expectativas da maior parte dos homens daquela sociedade – o vitupério da sátira seiscentista evidencia isso muito bem. Amizades verdadeiras trazem a justiça entre os homens. Os súditos do rei, de um modo geral, sabem disso, ou ao menos dirigem suas práticas de sociabilidade nessa direção. Mas sabem também que é impossível não se deparar, em algum momento da vida extra-familiar, com avaros, gananciosos,

fraudulentos, mentirosos, etc. Ou seja, um Estado, com base nas doutrinas da Contrarreforma, organizado como um corpo político de base mística. Todos os seus membros, sendo homens de bem, vão organizar a vida pública e familiar no sentido das práticas que caminham na direção das amizades verdadeiras, da concórdia de todos e da união entre as partes. Deste modo, fazendo com que todas essas partes, desiguais entre si, estejam em sintonia com o rei e subordinadas a ele – a cabeça representante das leis divinas e naturais do homem –, o todo do corpo pode conduzir o conjunto de cidadãos da República e cada um separadamente em direção à plenitude da vida virtuosa e beata.

Essa estrutura, organicamente funcional, está partilhada coletivamente e também se faz presente no horizonte da maior parte dos membros dessa comunidade política, pois é transmitida pelo costume, de longa duração, que precisa ser passado de geração a geração. É modelo de que a história, como mestra da vida, ensina e fornece os exemplos. Contudo, como é impossível o seu funcionamento pleno sem haver quebras e contradições, tal estrutura deve ser constantemente reafirmada, por meio das diversas possibilidades de representação. A vida de seus cidadãos é ditada *como e pela* representação do contrato social firmado entre os súditos e o rei, que possibilitou a validade das contingências. Dentre essas representações, das quais se pode observar, estão os textos – ficcionais ou não – circulando entre seus autores e públicos e produzindo a cada um o sentido de sua pertença ao corpo político do reino. Nessa sociedade internamente dividida em hierarquias que se vêem desiguais entre si, mas que precisam assegurar constantemente que tal divisão é justa e necessária, essa legibilidade normativa da inscrição dos corpos na hierarquia consegue ser verossímil porque sua base doutrinária, reciclada pelos teólogos nos Concílios da Contrarreforma, é o pensamento escolástico, que propôs a metáfora do corpo para as constituições políticas.

Ou seja, todo o arcabouço filosófico-doutrinário greco-romano lido catolicamente, com o objetivo de se opor às teses heréticas circulando a partir do século XVI, como as de Lutero e de Maquiavel. Como dito anteriormente, os teólogos ibéricos do século XVI, tendo como síntese mais bem acabada no século XVII a obra do jesuíta Francisco Suárez – chamados posteriormente de neoescolásticos –, buscam reciclar o pensamento de Tomás de Aquino, presente principalmente na *Summa Theologica*, especificando os fundamentos concernentes às leis que regem a sociedade política¹⁵³. Com ela e outros textos, constituem e legitimam a defesa da metáfora do corpo para as

¹⁵³ Cf.: COURTINE, op. cit.

comunidades políticas, retomando o seu fundamento moral e político em Aristóteles. É consenso em meio aos escolásticos, afirma Skinner, que o grande objetivo de uma constituição política reside na obtenção da paz e da concórdia entre seus membros, podendo mesmo haver divergências sobre os modos de obtê-las¹⁵⁴. De toda forma, esse movimento filosófico-doutrinário, centrado nas cidades italianas no século XIII, buscava a todo custo as soluções para evitar o surgimento de facções internas possíveis em qualquer sociedade, pois seriam o caminho mais curto para governos tirânicos nas cidades-Estado do *Regnum Italicum*. Esse é o objetivo principal dos escolásticos. Por maiores que fossem os desacordos existentes entre a defesa de uma doutrina e outra, a premissa fundamental era constante: a paz e a concórdia, necessárias, não poderiam existir se houvesse grupos, em uma cidade, que se opusessem aos seus governantes¹⁵⁵.

Para o pensamento tomista, no caso, tal objetivo deveria ser obtido pela virtude que melhor aperfeiçoa a pessoa e, conseqüentemente, o conjunto da comunidade: o *amor amicitiae*, o amor da amizade ou do próximo, oposto ao *amor concupiscentiae*, o amor concupiscente do bem pessoal, “individualista”¹⁵⁶. Dotado de um apetite inato para o bem, o homem alcançaria o amor verdadeiro por meio do conhecimento interior, adestrando suas qualidades naturais e voltando suas ações para a felicidade do outro. Isso geraria um “profundo sentimento de comunidade”, pois faria com que todos “se tratassem como familiares e amigos, reeditando algo que ocorrera no momento das origens”¹⁵⁷, anterior aos pecados. Em direta relação com aquela amizade verdadeira, virtuosa, defendida por Aristoteles, com o *amor amicitiae*, Santo Tomás de Aquino defende que a felicidade do outro é condição para a plenitude do amante, pois cada um é parte integrante de um conjunto criado por Deus e, assim, o amor ao próximo seria, necessariamente, ato de cooperação para a manutenção do bem de um todo do qual o próprio amante é parte constituinte. Em outras palavras, o amor de cada um ao seu próximo equivale, coletivamente, ao desejo de todos pelo bem-comum¹⁵⁸.

Mas a lógica de Tomás de Aquino não desconsidera, como lembra Pedro Cardim, um pressuposto fundamental, a saber, que tal característica comunitária desse amor natural e não racional reside na liberdade de escolha. O ato de amar ao próximo deve ser

¹⁵⁴ Skinner evidencia, como se pode observar em sua obra, as diferenças entre as defesas sobre a obtenção da paz e da concórdia entre os membros de uma constituição política feitas por Tomás de Aquino, Marsílio de Pádua e Bartolo de Saxoferrato. Cf.: SKINNER, op. cit., pp. 70-86.

¹⁵⁵ Idem, p. 77.

¹⁵⁶ CARDIM, op. cit., p. 150.

¹⁵⁷ Idem, p. 147.

¹⁵⁸ Idem, p. 154.

desígnio de cada um, tanto quanto ser objeto desse afeto. A concórdia somente será alcançada se todos estiverem de acordo sobre as relações que unem seus integrantes, uma vez que se vêem, de uma forma ou de outra, como semelhantes perante Deus. Portanto, a paz depende, necessariamente, da *escolha* de cada um de querer o bem ao outro, como membros de um mesmo corpo. Para o pensamento tomista, conclui Cardim em sua tese, este laço pode ser observado como síntese do estabelecimento de uma relação entre sua raiz platônica e agostiniana (do afeto como meio de conhecimento interior) e os considerandos aristotélicos quanto à capacidade dele para construir vínculos comunitários, coesos e duradouros¹⁵⁹.

A tranquilidade da alma: a doutrina para o autocontrole dos apetites

Essa defesa do potencial agregador da amizade verdadeira, observada na doutrina daquele que é apontado como o maior representante da chamada Escolástica, foi relida e colocada como um dos grande pilares da Contrarreforma católica, no século XVI, o que sustenta o amparo dessa amizade como a prática que viabiliza a manutenção dos privilégios dentro do Estado português. Porém, os leitores da doutrina de Tomás de Aquino, no período, viram-se diante de uma outra dificuldade: a paz do corpo político-místico, unido em direção ao bem-comum, não é somente alcançável pela concórdia de todos, uns com os outros, mas também pela concórdia de cada um consigo mesmo. A desigualdade entre os membros da República, quando naturalizada pelos teólogos tomistas da neoescolástica, subordina todos os estamentos ao poder da cabeça, o Rei. Mas essa subordinação não será efetiva se cada um, representando sua posição, não exercer um constante autocontrole de suas paixões, uma vez que tais representações não cumpririam seus fins públicos – produzir o sentido de pertença ao todo – se seus autores estivessem entregues aos vícios (que corrompem a doutrina da Igreja e, conseqüentemente, o sentido virtuoso do Estado). Para responder a esse problema é que se retomam, nessa mesma época, as autoridades da filosofia estoica greco-romana. O *topos* da *tranquilidade da alma* presente em Sêneca é readaptado a uma nova contingência: os mandamentos da Igreja católica contrarreformada. Uma vez que o homem, criatura decaída, não consegue evitar suas paixões, deve minimamente controlá-las. Em sua tese, Hansen aponta que a necessidade do domínio dos apetites individuais por parte de cada um já era levantada na *Summa Theologica*, como um dos imperativos

¹⁵⁹ CARDIM, op. cit., p. 160.

na obtenção da paz através da união do corpo político do Estado¹⁶⁰. Mas as doutrinas que circulam em Portugal e Espanha, já na virada para o século XVII, vão além. Retomam o conjunto do pensamento estóico, sobretudo aquele presente na Roma imperial, com nomes como Caio Rufo, Sêneca, Marco Aurélio e o próprio Cícero, com seus escritos filosóficos.

A base do estoicismo, como fica evidente na leitura desses filósofos, é a defesa da virtude como a finalidade suprema da vida. A busca pela virtude e sabedoria deve ser entendida como o único bem verdadeiro do homem, em detrimento de qualquer outro objetivo (o prazer na vida terrena, o acúmulo de bens materiais, etc.). A felicidade, de fato, é alcançada somente pela pessoa virtuosa, que luta contra o vício das paixões, o grande mal, prejudicial à sua vida. Ao exercer continuamente a virtude, em oposição ao vício, é possível atingir a felicidade independentemente de quais forem as circunstâncias externas¹⁶¹. Esse homem será feliz ao controlar suas paixões e, assim, nada do que possa ocorrer à sua volta prejudicará a sua paz consigo mesmo. Esse é o alicerce da escola estóica, sendo as obras que circularam no contexto de sua atuação um conjunto de preceitos que defendiam e aconselhavam a prática desses ensinamentos. Dentre diversos escritos, Sêneca, o Filósofo, compõe o breve *De tranquillitate animi* (*Da tranquilidade da alma*), no qual responde a algumas perguntas de seu suposto interlocutor, o amigo Sereno, a respeito de como atingir a paz interna frente aos percalços da vida pública e aos dilemas da vida resguardada.

Estamos todos ligados à fortuna: para uns a cadeia é de ouro e frouxa, para outros é apertada e grosseira; mas que importa? Todos os homens participam do mesmo cativeiro, e aqueles que encadeiam os outros não são menos algemados; pois tu não afirmarás, suponho eu, que os ferros são menos pesados quando levados no braço esquerdo. As honras prendem este, a riqueza aquele outro; este leva o peso de sua nobreza, aquele o de sua obscuridade; um curva a cabeça sob a tirania de outrem, outro sob a própria tirania; a este sua permanência num lugar é imposta pelo exílio, àquele outro pelo sacerdócio. Toda a vida é uma escravidão. É preciso, pois, acostumar-se à sua condição, queixando-se o menos possível e não deixando escapar nenhuma das vantagens que ela possa oferecer: nenhum destino é tão insuportável que uma alma razoável não encontre qualquer coisa para consolo¹⁶²

¹⁶⁰ HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. op. cit., p. 268. Cf.: Também citação 155 dessa página.

¹⁶¹ Cf.: *Sumário das doutrinas das escolas helenísticas*, em CÍCERO, Marco Túlio. *Dos Deveres*. Tradução do latim de Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. XLI-XLIII.

¹⁶² Sêneca, *Da Tranquilidade da Alma*. Tradução de Giulio Davide Leoni. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973, p. 216.

Escrito, presume-se, nos últimos anos da vida de Sêneca, na segunda metade do século I d.C., o *Da tranquilidade da alma* se inclui em um conjunto de obras que circularam no universo greco-romano, pelas quais, didaticamente, ensinava-se como o cidadão da *polis* devia se portar diante das adversidades da vida, tanto pública quanto privada, e se manter isento de seus efeitos nocivos, provocados pelos impulsos das paixões. Ao se deixar dominar pelos movimentos bruscos da alma, esse homem se submeteria aos vícios, prejudiciais à manutenção de sua paz consigo mesmo. Nesse sentido é que os estóicos defendem a completa imobilidade dos humores diante de quaisquer que sejam os desígnios da Fortuna, incluindo mesmo a morte. Tal exercício da *apatheia*, a apatia, visto como um dos princípios do pensamento estóico, carrega uma matriz ética que vai encontrar, séculos mais tarde, grandes afinidades com uma moral individual católica de sujeição do homem à vontade divina¹⁶³.

Assim é que se pode observar como muitos dos preceitos que se encontram nos princípios do estoicismo estão amplamente presentes nas doutrinas do catolicismo postridentino a partir do século XVI, com a substituição fundamental, como aponta Adma Muhana, da noção de Fortuna pela de Providência Divina. O *topos* da *tranquilidade da alma* é presente, nesse contexto, convertido na *temperança* e *fortaleza* dos sábios, tementes a Deus, diante dos vícios. O conceito principal a se pensar nessa relação entre os primeiros estóicos e o universo católico, mostra a autora, é o de *constância*: o reto exercício de domínio das paixões e vontades interiores frente aos vícios da vida, para o adequado cumprimento das ações virtuosas. A diferença é que, nos séculos XVI e XVII, a noção de *constância* ganha uma fundamentação teológica¹⁶⁴. No Ocidente católico ela é entendida como uma ferramenta de combate às contingências da vida terrena, esta vista como fugaz, transitória e volúvel. Nas palavras da autora, ser constante não é mais somente exercer o domínio sobre a Fortuna, mas sim “uma demonstração de sabedoria fundada numa razão fiel e piedosa, ou seja, conhecedora dos princípios – Deus – e dos fins – o Juízo Final”. A verdadeira sabedoria, então, se torna o conhecimento de que se está subordinado às forças da Providência Divina, o que resulta em um constante

¹⁶³ Adma Muhana apresenta uma abordagem aprofundada sobre a doutrina estóico-cristã no “Posfácio” da edição brasileira dos *Infortúnios trágicos da constante Florinda*. No texto, entre diversas questões, aponta como o *topos* *Da tranquilidade da Alma* de Sêneca se converte na prática de virtudes como a *temperança* e a *fortaleza*, inseridas em uma moral católica, mas em relação direta com a matriz ética estóica antiga. Cf.: MUHANA, Adma. “Posfácio”. *Infortúnios trágicos da constante Florinda*. op. cit., pp. 327-375.

¹⁶⁴ *Ibibem*, p. 336.

exercício de desapego dos infortúnios da vida terrena, “e tudo o que se refere à temporalidade”¹⁶⁵.

Essa é a conclusão alcançada pelos teólogos da Contrarreforma para solucionar o problema do autocontrole dos apetites individuais, que poderiam prejudicar o funcionamento do corpo político-místico do Estado. Mas a leitura dos estoicos antigos não foi uma exclusividade dos jesuítas e dominicanos. Letrados do Norte europeu, protestantes, já conheciam Sêneca. O questionamento que se coloca é o modo pelo qual esse pensamento, chamado neoestóico, acaba se encaixando quase impecavelmente na lógica da doutrina católica do período.

Tido como o principal representante desse chamado neoestoicismo, no século XVII, Justo Lúpsio (ao lado de Montaigne)¹⁶⁶ foi o autor que melhor apresentou para a modernidade os princípios do pensamento estóico antigo. Nascido, supõe-se, na região do ducado de Brabant, hoje parte da Bélgica e próximo à cidade de Leuven, onde viveu os últimos anos de sua vida, Justus Lipsius (1547-1606) acaba sendo visto atualmente, através de seus escritos, como o autor que mais expressivamente fez a ponte entre a Renascença e um período posterior, muitas vezes chamado Barroco. Muito interessado no estilo e na filosofia de Sêneca, Lúpsio publica em 1584 o *De constantia libri duo* (*Sobre a constância, livros I e II*), obra que apresenta uma discussão a respeito dos males públicos, impostos ao homem pela Providência Divina. Tais males, defende o autor flamengo, são úteis e necessários a todos, como parte da trajetória dos homens na Terra. Úteis, pois aos bons servem de exercício para a prática das virtudes e, aos maus, podem servir de castigos exemplares. Diante desses males da vida terrena, Lúpsio apresenta ao público de fins do século XVI a filosofia estóica centrada no conceito de *constância*. A primeira tradução da obra feita para a língua espanhola é datada de 1616¹⁶⁷.

Talvez não seja propriamente relevante responder se esse autor foi, de fato, o letrado que melhor faz a ponte entre dois períodos supostamente separados e distantes entre si (Renascimento e Barroco). Parece mais importante ressaltar o que faz o texto de Lúpsio passar a circular nas regiões sob o domínio de Roma. Além disso, mostra-se intrigante o fato de ele próprio ter conciliado seus estudos com os preceitos católicos da

¹⁶⁵ MUHANA, Adma. "Posfácio". op. cit., pp. 339-340.

¹⁶⁶ Skinner cita, como principais expoentes do estoicismo na Europa do século XVI, Justo Lúpsio e Montaigne, nos Países Baixos, além de Guillaume Du Vair, na França. Cf.: SKINNER, op. cit., pp. 547-555.

¹⁶⁷ MUHANA, op. cit., p. 344.

Contrarreforma, mesmo se instalando em comunidades predominantemente protestantes. Lúpsio faz até mesmo alterações em seu tratado político neoestóico de 1589, o *Politicorum sive Civilis Doctrinae* (*Seis livros de política ou doutrina civil*), para que este fosse retirado do *Index* das obras proibidas pela Igreja, o que faz o texto também passar a circular nas regiões católicas, assim como o *De constantia*¹⁶⁸. Nascido em família católica e educado em colégio jesuíta, Lúpsio leciona na Universidade de Jena (luterana) e na Universidade de Leyden (calvinista), até que se reconcilia com o catolicismo, já nos últimos anos do século XVI. Não sem antes ter sido alvo de preocupações (e mesmo perseguições) por parte de autoridades tanto da Igreja de Roma quanto de protestantes. Na década de 1590, após ter se devotado definitivamente ao catolicismo, aceita o posto de professor de latim na Universidade de Leuven e permanece até o fim de sua vida, em 1606, dedicando seu tempo à leitura de Sêneca e ao estudo do estoicismo. De acordo com Jason Lewis Saunders, citado na introdução da edição bilíngue (latim-inglês) do *Epistolica institutio*, Lúpsio teria dito antes de morrer, em 23 de abril daquele ano, que a verdadeira paciência não deve ser buscada nos livros dos estóicos, mas na Cruz de Cristo¹⁶⁹.

Skinner afirma que um dos aspectos pelos quais Lúpsio, assim como Montaigne, não se opõe às determinações da Igreja católica pode ser observado na sua postura diante da ideia de reagir com violência a um soberano que se mostre tirano. A moral estóica defendida pelos autores salientaria a obrigação dos súditos em permanecer submissos e obedientes aos poderes constituídos, mesmo que imperfeitos. A violência estaria ligada diretamente à insurreição, o que tomaria rumos contrários ao bem-comum da comunidade, criando espaço para facções. Essa seria uma importante premissa para uma posição contrária, por parte desses autores, em relação à legitimidade da resistência política¹⁷⁰. Uma postura firme e constante frente às dificuldades da vida terrena, causadas pela Fortuna (como uma das faces da Providência Divina), estaria também em referência às atitudes do homem como um súdito de um soberano local.

As alterações que Lúpsio procura realizar em seu tratado político, para tirá-lo do índice de obras não autorizadas pela Igreja de Roma, por exemplo, incidem justamente

¹⁶⁸ Cf.: POZA, Sagrario López. La *Política* de Lúpsio y las *Empresas políticas* de Saavedra Fajardo. *Res publica*. Revista de filosofía política. Espanha, Murcia, nº 19, ano XI, 2008, pp. 209-234.

¹⁶⁹ LÚPSIO, Justo. *Principles of letter-writing: a bilingual text of Justi Lipsi Epistolica institutio*. Ed. R. V. Young e M. Thomas Hester. EUA, Portland: Book News, 1996, p. xvi.

¹⁷⁰ SKINNER, op. cit., p. 553.

nas questões relativas à defesa de uma liberdade de consciência, que na edição não permitida era alegação explícita e nesse momento deixa de ser, assim como o amparo na Razão de Estado de Maquiavel¹⁷¹. Firmeza e constância para o estoicismo, nos séculos XVI e XVII, estariam ligadas à consciência sobre infortúnios da Providência, tendo sempre diante de si a razão fiel de que a comunidade, como um corpo, está sendo conduzida de acordo as Leis de Deus e das Sagradas Escrituras. Como dito anteriormente, liberdade é submissão, não espaço para facção. É plausível concluir que o esforço do autor em alterar características da obra para que esta fosse condizente com tais preceitos faça parte da devoção a uma doutrina que em outros momentos de sua vida não parecia tão seguramente defensável. Provável ou não, o fato é que Lísio teve, como afirma Sagrário Lopez Poza, diversos devotos na Espanha do século XVII, como Jerónimo de la Cruz, Francisco de Quevedo, Pedro de Ribadeneyra, Juan de Vera, Solórzano Pereira, Baltasar Gracián e o próprio Diego de Saavedra Fajardo¹⁷².

O autor flamengo, logo no início de seu *De constantia libri duo*, define a ideia de constância como um firme e inabalável vigor de ânimo, que não se deixa alterar nem na direção da soberba, nem na da humildade. Esse vigor é mantido, afirma Lísio, por uma reta razão, uma prática de julgar e sentir as coisas humanas e divinas que nos tocam, em oposição a uma opinião alheia, que sempre tenta nos ser imposta, mas é somente juízo vazio e enganoso¹⁷³. Todos os acontecimentos e infortúnios pelos quais se está submetido não são mais do que os desígnios da Fortuna. Mas esta deve ser encarada como uma face da Providência divina. Lísio assim a descreve, como podemos observar na sua tradução em língua espanhola, de 1616:

*Aquel cuydado vigilante y perpetuo (pero cuydado sin cuydado) com que mira todas las cosas, y assiste a ellas, y las conoce, y conocidas las guia, y governa, con certa orden inmutable, ignorada de nosotros. Esto es lo que aqui llamo providencia, de la qual alguno por flaqueza suya se puede quejar, pelo ninguno la puede inquirir, sino es que a cerrado los oidos a todas las voces, y sentimientos, de la naturaliza.*¹⁷⁴

Se tudo que há nessa “máquina do mundo” se faz e desfaz tendo como razão e origem a “causa primeira” que é Deus, e se os homens estão sujeitos a todas essas coisas, através da Providência, não há o que se temer ou queixar. “*Piensas que del cielo nos*

¹⁷¹ POZA, op. cit., p. 212.

¹⁷² Idem, pp. 211-212.

¹⁷³ LÍPSIO, Justo. *Libro de la Constancia*. op. cit., livro I, pp. 11-12.

¹⁷⁴ Idem, p. 34.

vienen solamene las cosas alegres y provechosas? También vienen las tristes e dañosas”¹⁷⁵. Isso se aplica também às mortes, guerras e, da mesma forma, às tiranias. A mesma constância deve ser efetiva na postura do homem sábio frente a um governante tirano. Ou o que é visto como tal. Seu mau governo e sua tirania são também apenas parte desse todo. Agir com violência diante dele é permitir levar-se pelo julgamento vazio, deixando-se indignar, sendo inconstante, perdendo o domínio sobre as paixões. Lípsio é enfático nesse ponto: “*quién eres tu que te indignas? Y contra quién te indignas? Pregunto, quién eres? Hombre, sombra, Polvo; Contra quién te indignas? Tiemblo de dezirlo, contra Dios*”¹⁷⁶.

Catolicamente, se o rei for tirânico, pode ser deposto e mesmo morto. Ao que parece, a preocupação de Lípsio recai sobre o risco de formação de facções internas agindo contra o governo de um soberano justo. Estas forças fariam os súditos desse governante se deixarem tomar pela inconstância que, conseqüentemente, levaria a atos de violência. O domínio sobre as próprias paixões é exercício da verdadeira liberdade do homem. Assim como os antigos filósofos estoicos, que faziam essa afirmação, seus leitores modernos, católicos, reiteram-na, acrescentando o dever moral de seu imperativo: o domínio sobre apetites individuais é liberdade porque é evidência de sujeição às leis divinas e da Igreja. A obrigação no ambiente público, agora, não é mais somente cívica – pois era necessário controlar os apetites dos cidadãos para preservar a República –, mas também moral, dogma. Agir com violência contra um soberano justo equivale a se indignar contra Deus. Máxima que deve ser sempre reafirmada, uma vez que essa violência, como já dito, cria espaço e oportunidade para o surgimento de grupos de facções, voltados para o prejuízo do bom funcionamento do corpo místico do Estado. Não equivale, aqui, a afirmar que não seja possível a um leal súdito apontar as ações corruptas ou corruptíveis do soberano, ou de seus funcionários, porquanto toda e qualquer coisa que esteja na direção contrária do adequado funcionamento do corpo deve ser corrigida. O que não é o mesmo que incitar ações violentas, porque estas negam a paciência estoica, a constância, e contaminam o grupo, ou o estamento, com o juízo vazio e enganoso.

São dois os elementos que caminham juntos, em Portugal, entre os séculos XVI e XVIII. O primeiro é a *concordia*, entendida como a união pacífica entre os membros da sociedade, alcançada pela amizade que pratica a virtude, seguindo o modelo aristotélico, mas lida catolicamente por meio do pensamento da Escolástica. Nesse ponto, fica

¹⁷⁵ LÍPSIO, Justo. *Libro de la Constancia*. op. cit., livro I, p. 35.

¹⁷⁶ Idem, p. 36.

evidente a importância das relações afetivas para a noção de justiça da época. O segundo, pode-se afirmar, é o da *tranquilidade da alma*, ou seja, o autocontrole dos apetites individuais, alcançado pela moral estoíca lida também catolicamente nos filósofos modernos que atualizam suas tópicas, fazendo-as circular entre os letrados da Contrarreforma. Ambas as virtudes, como se observa, são lidas a partir das doutrinas da Igreja para que, somadas, garantam a paz social da comunidade. A falta da primeira faz com que diferentes partes, ou grupos, conflitem entre si. A falta da segunda permite que haja manifestações públicas de vícios e vontades individuais, o que também prejudica o adequado funcionamento do corpo. Se a sociedade é vista como tal, precisa da concórdia entre suas partes, pois cada uma delas se encontra em uma posição e função distintas, por privilégios concedidos pela cabeça, o Rei, que representa o papel daquele que faz das leis positivas, terrenas, correspondentes às divinas e naturais. Cada uma dessas posições existe pelos privilégios, e não por direitos conquistados (como na lógica liberal burguesa).

Assim, se cada parte se reconhece pelo privilégio que ganhou de atuar, submissa, em nome do bem-comum, a virtude moral é sempre virtude política¹⁷⁷. A falta de controle, o vício desenfreado, a inimizade, produzindo o mal ao público e ao Estado, estão sempre associados ao pecado, ao sacrilégio, ao agir contra a potência de Deus. Por isso a necessidade do autocontrole, para que cada um aceite seus privilégios, pois tanto seus excessos quanto suas faltas são danosos. Por fim, toda essa estrutura doutrinária está sendo elaborada, ensinada, constantemente reafirmada e coletivizada pelos teólogos da Contrarreforma, para que a desigualdade, inerente à sociedade estamental, seja naturalizada por seus membros e nunca colocada em xeque. É assim que os reinos católicos garantem a medida inquestionável dos privilégios concedidos a cada um, a cada grupo ou estamento. Dessa forma, diante de todo esse complexo quadro de preceitos e verdades, a política católica consegue garantir uma espécie de absolutismo que não se confunde com aqueles praticados nos países reformados. Nessas sociedades, o Rei é enviado direto de Deus e suas decisões são inabaláveis. Ele é o Estado. Nas localidades que se reafirmam fieis à Igreja de Roma, o soberano ocupa o lugar da cabeça do corpo político por meio de um pacto de sujeição, um contrato entre ele e a população que se aliena do poder em sua pessoa mística ou sagrada. Seu poder termina quando deixa de conduzir a todos na direção da graça de Deus.

¹⁷⁷ HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. op. cit., p. 284.

Por esse viés, por exemplo, podemos entender a importância da tradução ao português por Duarte de Resende, em 1531, do pequeno tratado sobre a amizade de Cícero. *Laelius de Amicitia* foi escrito em 44 a.C., já nos últimos anos de vida do orador, e encena o diálogo entre ele e o amigo Lélcio (*Gaius Laelius*), que, historicamente, foi cônsul da República romana e amigo de Cipião Emiliano, importante personagem durante a terceira Guerra Púnica e considerado por Cícero o maior dos romanos¹⁷⁸. Na obra, observa-se a defesa daquela amizade voltada para as virtudes apresentada por Aristóteles na *Ética a Nicômaco*, e como ela é útil para os cidadãos romanos, contanto que seja conciliada aos saberes dos filósofos estoicos. Assim, no texto, o orador frequentemente lança mão do estoicismo como meio de alcançar a amizade verdadeira, em oposição àquela falsa, impetrada pelos epicuristas e seus prazeres viciosos. Essa tradução circula entre Portugal e Espanha em uma mesma época em que diversos outros textos são apresentados, sempre girando em torno de tópicos e temas, muitas vezes antigos, mas emulados porque verossímeis naquelas contingências: *tranquilidade da alma, fugacidade da vida, grande teatro do mundo, dissimulação honesta, desengano*, etc.¹⁷⁹. É corriqueira a disposição dos letrados em geral para apontar, sobretudo nos Seiscentos, as dificuldades e dores do homem em acomodar sua reta conduta para a prática do bem e da virtude frente às enfermidades do mundo terreno, aos homens gananciosos e corrompidos, à fragilidade do corpo e da alma, às guerras constantes, aos pecados sempre próximos e, por que não dizer, às tentações dos prazeres individuais, da luxúria e dos poderes do ouro e da cobiça¹⁸⁰.

Nessa mesma lógica parece relevante lembrar, novamente, o pequeno tratado de Justo Lúpsio sobre a composição de missivas. Da divisão tríplice que faz, no *Epistolica institutio*, à matéria variável e sua organização em uma carta – séria, douta e familiar – fica clara a ênfase dada a esta última: são as familiares, que cuidam das “coisas frequentes da vida”, que devem ser objeto de preceitos, pois são como uma conversa, aparentemente descuidada e desorganizada. É sobre a representação, no papel, desse aparente descuido, que Lúpsio procura versar. Para a invenção das matérias sérias e doudas, nas quais cabem assuntos ampliados e mais desenvolvidos, há os livros dos retóricos, que já as ensinam.

¹⁷⁸ Cf.: CÍCERO, Marco Túlio. *Trataos Da Amizade, Paradoxos e Sonho de Scipião*. Trad. Duarte de Resende. Portugal: Lisboa, Regia Officina Typografica, 1531.

¹⁷⁹ Cf.: Obras do século XVII, como *El gran teatro del mundo* (1655) de Calderón de la Barca, *Della dissimulazione onesta* (1641) de Torquato Accetto, ou *El Héroe* (1637) de Baltasar Gracián.

¹⁸⁰ Cf.: *Diálogo VII* “dos poderes do ouro e da cobiça”, no Corte na Aldeia de Rodrigues Lobo. LOBO, op. cit., pp. 61-72.

Ou seja, a preocupação do autor flamengo reside em delinear o gênero pelo qual, sabe-se desde Demétrio, melhor se faz “transparecer” a natureza e a “personalidade” de alguém¹⁸¹. Se as cartas familiares são tidas como o gênero de texto que melhor encena um *ethos* do autor (ou que mais exige essa encenação), como emissor, uma vez que seria o suporte para a aproximação (fisicamente impossível) entre amigos ausentes, fica evidente a razão pela qual há, nesse espaço de tempo, centenas de manuais epistolares circulando entre os letrados e estudantes das universidades europeias. Ao observarmos as especificidades do conceito de amizade presente nas regiões católicas e sua relevância para as relações políticas e na manutenção dos privilégios, a proeminência dos manuais como o de Lípsio fica ainda mais clara. Há diversas preceptivas epistolares circulando nesse período uma vez que o texto que elas ensinam a compor é tido como o principal suporte nas relações afetivas, e por conseguinte, das amizades. Escrever adequadamente uma carta é poder garantir a permanência, manutenção e condução de relações politicamente interessadas entre amigos, parentes, grupos, ordens e estamentos. É tanta a relevância desses preceitos para os homens do período, que, pode-se assim afirmar, se tornam costume, *consuetudo*, no correr das décadas do século XVII. Como consequência, mercadores que provavelmente nunca leram Cícero trocam cartas – ditadas ou de próprio punho – nas primeiras décadas do século seguinte. Hoje, podemos observar nelas a alusão às tópicos recorrentes, aos preceitos antigos, enfim, às regras da instituição retórica, de longa duração.

Nas cartas trocadas entre Francisco Pinheiro e seus principais contatos no trato a longas distâncias, observam-se essas características. Esses textos foram produzidos por homens que se viam como parte de todo esse universo normativo, embora nem sempre fossem letrados. Da mesma forma, se viam, como grupo, inseridos no espaço das trocas materiais. Ou seja, eram tratantes. Essa especificidade, diante de todo esse complexo arcabouço doutrinário do Antigo Regime português, e das evidências aparentes das cartas, leva a crer que é necessário pensar as bases dessa prática – o trato mercantil – que é tão óbvio e autônomo no mundo burguês-liberal. O trato, ao menos em Portugal nesse período, é algo como uma amizade com fins de negócio. O tratante, como homem membro do corpo político-místico do reino, inserido na política católica, ao querer fazer o negócio, o contrato, ou o acordo com outro tratante, sabe que deve construir uma relação de amizade, ou encenar uma representação verossímil da mesma. No Antigo Regime, não

¹⁸¹ Lípsio cita Demétrio (*Do estilo*, 227) no capítulo IX do *Epistolica institutio*. Cf.: LÍPSIO, Justo. “A Arte de Escrever Cartas” (*Epistolica institutio*), In. TIN, op. cit., p. 145.

há trato entre inimigos. Não há porque os objetivos do negócio não residem somente no lucro, mas também em alguma mobilidade social entre os degraus da hierarquia e na produção de sentido de pertença ao todo do Reino, ainda mais quando nos referimos ao século XVIII, período no qual o ofício de mercador ganha alguma notoriedade¹⁸².

Ou seja, diferente do universo mercantil pós-iluminismo, em que as condições para a troca material ganham progressivamente maior autonomia diante de outras esferas da existência, como a cultura e a política, o comércio existente no universo da Contrarreforma está subordinado, dependente e condicionado a outros fins que não somente o lucro ou o acúmulo de riquezas. Nesse sentido, os homens dos *Negócios Coloniais* eram mercadores, mas não liberais. Podemos alcançar, desse pressuposto, ao menos duas conclusões. A primeira é a de que não há uma relação direta e natural entre o ofício de mercador e uma suposta insatisfação com as cadeias de privilégios inerentes ao Antigo Regime português. Os tratantes não estavam interessados em se tornar independentes através do acúmulo de riquezas, mas sim de, por meio do trato, representar socialmente seus lugares no corpo político-místico. A segunda é que, se esse corpo é sustentado pelos privilégios concedidos calculadamente aos estamentos, não existe a possibilidade de êxito da ação mercantil sem a formação das redes de amizade e privilégio. Portanto, a amizade se torna uma tópica do trato, que vem aplicada no gênero carta, onde se apresenta verossímil e persuasiva.

Os mercadores colocam, assim, a amizade à frente do negócio. A noção de que são amigos e por isso fazem acordos comerciais é o que vem representado nas cartas. E seguindo na mesma lógica, quando se perde a confiança entre as partes, porque o trato não fluiu como esperado, o afeto e a servidão amigável desaparecem. Vale a ênfase: não são amigos e por isso mercadejam, são mercadores que aplicam a amizade, retoricamente. Principalmente Francisco Pinheiro, o maior e mais importante deles, que precisa lidar simultaneamente com comerciantes, sociedades e representantes espalhados por regiões tão distantes.

Não é o objetivo deste trabalho construir uma narrativa pormenorizada das amizades estabelecidas entre Pinheiro e seus principais correspondentes. Parece muito mais conveniente apontar algumas características da instituição retórica que se destacam

¹⁸² Cláudia Maria das Graças Chaves mostra, a partir das regulamentações sobre o ofício de mercador que surgem em Portugal na segunda metade do século XVIII, como a atividade ganha algum renome já em fins do século XVII. Cf.: CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Arte dos Negócios: Saberes, práticas e costumes mercantis no Impérios Luso-brasileiro. America Latina en la Historia Económica*, México, v. 1, 2009, pp. 171-193.

nas sequências de cartas trocadas entre o mercador e seus maiores contatos. Mas, antes, vejamos como essa questão da amizade (e do fim dela) vem representada na relação entre Pinheiro e seu irmão, Antônio Pinheiro Netto. Antônio, mesmo como irmão do mercador, não possuía o papel de relevo que este ocupava em Lisboa. Foi incumbido de tratar dos negócios do irmão primeiramente em Angola, já no início de 1712, onde ficou por pouco tempo, até se dirigir, no final do mesmo ano, ao Rio de Janeiro. Por lá ficou, tentando administrar as contas de diversas mercadorias (incluindo escravos) em nome do irmão. Passa a cuidar também de alguns assuntos relacionados às vilas mineiras, até que vem a falecer, em idos de 1725, já quase totalmente desacreditado por Francisco Pinheiro. Na troca de correspondência entre os dois, poderemos observar como a confiança no trato vem relacionada diretamente com a encenação da amizade e da servidão. Com isso conseguem pedir e atender favores, justificar perdas, informar ganhos materiais, lucros, despesas etc.

O caso de uma amizade: Francisco Pinheiro e seu irmão Antônio Pinheiro Netto

As cartas trocadas entre Francisco e Antônio seguem, na maioria dos casos, os mesmos modelos de abertura e fechamento encontrados em outros correspondentes: um pequeno exórdio, para captar a benevolência do amigo que lerá seu texto, e, para finalizar, uma fórmula muito usada desde o século XVII pelos secretários (algo como “que Deus guarde VM pelos anos de seu desejo”). Assim, após chegar ao porto de Angola, em dezembro de 1711, escreve a primeira carta ao irmão, contando dos estados dele, do compadre Manoel Nogueira Silva e do capitão da embarcação, João Vicente dos Santos, após 140 dias de viagem. Os três fizeram um arranjo com Pinheiro de venda de algumas mercadorias em Angola, ao mesmo tempo em que comprariam uma carga de escravos que venderiam no Rio de Janeiro. A embarcação, como é comum se notar em outros casos, deveria também ser vendida por ali (pois devia estar avariada) e o deslocamento para a costa americana seria feito em outra frota. De pronto, para deixar claro como Antônio se dirige ao irmão, notemos o cuidado com o início da carta:

Infinito estimarei que esta ache a Vossa Mercê com aquella saude e augmentos que este seu irmão lhe dezeja para meu amparo em companhia da senhora minha cunhada a quem me recomendo com mil lembranças nos senhor sempre logramos saude como eu

Antônio Manoel Nugeira somente com algum abalo do mar que tivemos hua viagem muito dilada* [...] ¹⁸³

Após esse pequeno exórdio, segue contando sobre as dificuldades da viagem, como a fome, os malestares, e, acima de tudo, os maus tratos do capitão João Vicente. Repreende o dito sujeito ao irmão, acusando-o de querer tomar para si os negócios que partiram de Pinheiro. Diz já ser o capitão conhecido como trapaceiro em Angola, mas que ele, como fiel servo do irmão, cuidará de conduzir as coisas como combinado. Já nessa primeira carta, Antônio Pinheiro Netto justifica sua falta de conhecimentos sobre os assuntos do trato, mas afirma que sua fidelidade ao irmão o fará agir da melhor forma.

[...] entenda Vossa Mercê que o meu dezejo he grande ainda que a sabedoria seja pouca pois bem sabe Vossa Mercê o não profeci porem com homens de negocio muito capazes e mui expremetado tomo meu conselho e mo dão e hei de obrar o que puder e estiver a bem de todos e dos homens a quem me reporto em que me decem alguns como he hum delles Domingos da Crus Ribeiro e outro Manoel Pinto da Costa que Vossa Mercê delles pode tirar nessa corte emformação que estes são os de maior governo e estimação e sabedoria em todo o negocio nesta terra [...] ¹⁸⁴

Numa segunda parte da carta, escrita algum tempo depois, Antônio relata as dificuldades enfrentadas no Rio de Janeiro após o ataque de corsários franceses à baía de Guanabara, ocorrido em 1711. Conta também que o capitão João Vicente não quer vender a embarcação porque quer ir com ela para o porto de Loango fazer seus negócios escusos. Diz então que defendeu os planos do irmão, mas aparentemente o capitão não aceitou. Loango parece ser território estranho, pois “la não ha justiça”, diz Antônio. O capitão, ao querer comprar escravos por lá, se arriscará muito, além de que estaria rompendo com a sociedade formada com Pinheiro: “he reino sem Rei nem Roque e asim não lhe tem conta a elle vender so afim de fazer viagem e a Vossa Mercê nenhua conta lhe faz o elle faze lla pois elle fiçara riquo e Vossa Mercê apenas tirara o seu dinheiro.” ¹⁸⁵ Chega a ameaçar o tal capitão com o risco de “acabar a vida em hua cadea” se não cumprisse com o

¹⁸³ Carta 773, maço 18. In LISANTI FILHO, Luís. *Negócios Coloniais*, uma correspondência comercial do século XVIII. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, vol. IV, p. 399. **Dilação* – s.f.: adiamento, demora, prorrogação. Cf.: *Glossário de termos comuns* – HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello. *Para que todos entendais: poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra: letrados, manuscritura, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII*. Minas Gerais: Autêntica Editora, 2013, vol. 5, p. 476.

¹⁸⁴ Carta 773, maço 18, vol. IV, p. 401. **Velhaco* – adj.: fraudulento, patife, traiçoeiro. Cf.: *Glossário de termos comuns* – HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello., op. cit., p. 532.

¹⁸⁵ Carta 773, maço 18, vol. IV, p. 403.

acordado anteriormente e se não se dispusesse a vender as mercadorias da melhor forma possível para todos.

Sobre as avarias que a Vossa Mercê digo nas atras estavam ajustados he verdade porem depois de passado algum mes e meio faltou ao que tinha justo diente de varias pessoas desta terra e tudo homens de negocio que acabou nesta Loanda o capitam de se conhecer ladrão e velhaquo* que andamos em demanda sobre ellas e espero em Deos fique debaixo e Vossa Mercê cobre o seu dinheiro pois nos queria pagar avaria com comdicão que o tiraria dos fretes e asentaria em outra adicão veja Vossa Mercê como sabe furtar sutil e como não quis consistir em tal he por onde chegamos a demanda que boa vontade tenho de a mandar justa a sua conta corente porem não pode ser mas o farei antes que me va embora [...] ¹⁸⁶

Pode-se notar já na primeira carta dirigida ao irmão em Lisboa que Antônio Pinheiro Netto se coloca como amigo e servo fiel de Francisco Pinheiro. Faz isso, ainda, a partir do maldizer do capitão da embarcação que o conduziu àqueles rincões. Todo ajuizamento que faz relativo às atitudes de João Vicente carrega, logo em seguida, a reafirmação de sua fidelidade, pois esta condição o faz querer realizar o que for preciso para impedir o velhaco de agir contra as vontades de seu irmão. Em abril de 1712, Antônio escreve a Joanna Baptista, esposa de Francisco Pinheiro, pois ela parece ter enviado também algumas mercadorias para serem vendidas em Luanda. Em tom muito cortês, justifica no exórdio a demora em lhe dar notícias diretamente – o que reforça o decoro do gênero como texto da conversa entre ausentes muito especificados –, pois escreve que ao desejo de dar notícias sobre sua saúde e de Manuel Nogueira “quis a fortuna fechar me a porta para q. o pudece fazer porq. depois q. cheguei somente para o Rio de Janeiro foi hu navio em o qual escrevi ao senhor meu irmão” ¹⁸⁷. Aqui, novamente, Antônio censura as atitudes do capitão João Vicente, dizendo que os termos usados por ele com todos os que vieram na embarcação “não são para contar por papel somente dando me Deos saude e levando me a esse reino como espero a poderei dizer de pallavra” ¹⁸⁸. Conta que está às vésperas de ir ao Rio de Janeiro, em embarcação de outro dono, pois conseguiu finalmente vender a deles por sete mil cruzados. Levará consigo os escravos para vender por lá, porém, tem-se preocupado com a possibilidade de essa carrega ser alvo das armações escusas do capitão:

¹⁸⁶ Carta 773, maço 18, vol. IV, p. 405.

¹⁸⁷ Carta 779, maço 18, vol. IV, p. 423.

¹⁸⁸ Idem.

[...] eu vou ao Rio com as cabeças dos enterecados q. são oitenta porq. não quero elle [João Vicente] va so com ellas porq. ja me não fio delle porq. asim como se vão comprando as cabeças logo eu mesmo as vou carimbando porq. he capas de me trocar huas por outras e eu ando com elle em demanda sobre as avarias porq. queria q. o senhor meu irmão as perdece todas e isto tendo se ajustado comigo e ao depois faltou me ao ajuste e para contar coizas suas q. fes seria hum nunca acabar o q. deixo para a vista.¹⁸⁹

Por fim, presta contas do paradeiro de suas mercadorias, dizendo que as louças e os chapéus têm-se vendido, diferente dos “vestidos de mulher”, que “nesta terra tem muito fraca saida porq. as mulheres andão nuas com duas varas de pano a roda de si”. Conta também que comprou as duas “molequas” que Joanna havia pedido, uma de nome Marcella e outra Luzia, mas que não as envia agora por não haver lugar na frota seguinte. Essas duas escravas farão companhia a Antônio por alguns anos, ainda, antes de serem enviadas para Lisboa.

Nessa carta, Antônio afirma sua fidelidade e dívida de honra, não somente ao irmão, mas também à esposa dele. Ele novamente o faz a partir da censura às atitudes pouco fiéis de alguém que não honra os acordos firmados, sendo mesmo alcunhado de “ladrão”, ou seja, empurrado para fora da rede de amizades. Não será João Vicente o único capitão alvo de acusações do irmão de Francisco Pinheiro.

Em 12 de julho do mesmo ano, Antônio chega ao Rio de Janeiro, após 40 dias de viagem. Em carta datada do dia 21, escreve ao irmão para relatar sua situação após a chegada, sobre as perdas no deslocamento até ali (10 escravos mortos ao mar, três mortos em terra), sobre as vendas feitas no Rio, sobre as dívidas que ficaram em Angola e sobre o paradeiro de outro capitão, de nome Antônio de Cubellos. Este parece ter se encarregado, algum tempo antes, da venda de uma carregação de escravos, mas, durante o alarde causado pelo ataque dos franceses em 1711, decidiu fugir para o interior do território americano, levando os escravos consigo. Francisco Pinheiro passa anos encarregando seus correspondentes (dentre eles o irmão) de descobrirem sua localização para poder cobrar o que o capitão lhe devia. Nessa primeira carta de Antônio no Rio de Janeiro, ele diz saber que Cubellos teria fugido para as minas um dia após a chegada de uma procuração de Pinheiro, “mas se elle vier emquanto eu ca estiver eu o aguentarei”¹⁹⁰. Conta ainda que foi muito bem recebido por um outro comerciante, Lourenço Antunes Vianna, que também recebe mercadorias de Pinheiro na região.

¹⁸⁹ Carta 779, maço 18, vol. IV, p. 423.

¹⁹⁰ Carta 209, maço 18, vol. II, p. 11.

Sr. ca tenho fallado com Lourenco Antunes e me tem feito mais onra do que eu mereço por via de Vossa Mercê que eu a elle o não conhecia e me veio esperar a alfandiga o dia que eu desembarquei que ja lhe tinham dito eu vinha no navio e me buscou logo cazas para eu morar porq. elle esta cazado e falando nos sobre as perdas q. tem avido [...]¹⁹¹

Alguns meses depois, em dezembro, Antônio ainda escreve mais uma carta sem haver recebido nenhuma de volta do irmão. Nessa, além de prestar contas das pendências envolvendo os negócios de Pinheiro e de Joanna, comenta sobre os mercadores instalados no Rio de Janeiro. Diz que o ataque dos franceses fez mal a alguns, mas bem a outros, pois “os mercadores de Lisboa ficarão pobres e os deste Rio ficarão ricos e isto são contos largos q. se não podem fiar de cartas e sempre dizendo estão roubados”. Tal queixa reside, aparentemente, na observação de Antônio quanto aos “gastos desta terra q. são exorbitantes”. Mesmo dizendo estarem roubados, tais mercadores não deixam de “sustentar cabelleiras e galiarem na forma em q. galeião*¹⁹²”. Podemos notar uma posição relativamente privilegiada dos homens do trato na região. O ofício de mercador pode oferecer, àqueles que conseguem representá-lo, a possibilidade de algum ganho simbólico e mobilidade política, como veremos a seguir.

No dia 22 daquele mês, Francisco Pinheiro escreve finalmente de volta a Antônio. Da mesma forma que o irmão a ele, mostra a preocupação em captar a benevolência do seu correspondente, referindo-se, mesmo, às queixas que leu nas cartas anteriores. Diz já no exórdio, além de estimar pela boa saúde do irmão, que “ficou o sentimento de que o capitão João Vicente uzasse roims termos com Vossa Mercê”. Pede que aja com cuidado e olhos abertos nos negócios, “como se eu presente fora em procurar tudo aquillo que he meu”, e diz que, além de mandar procurações a serem entregues aos capitães João Vicente e Cubellos, há de “remeter na primeira ocazião que ouver algumas cartas de favor tanto para o governador como para o das minas se Ila estiver ainda o dito Covellos de que fico esperando digo em preço com hum navio para o mandar caregado e remetido a Vossa Mercê¹⁹³”.

Pinheiro escreve uma carta seguinte, em março de 1713, na qual, após repetir as matérias dessa primeira, apresenta ao irmão um novo trato em que está se inserindo. Neste poderemos observar o verdadeiro papel do mercador na primeira metade do século XVIII,

¹⁹¹ Carta 209, maço 18, vol. II, p. 10.

¹⁹² Carta 211, maço 18, vol. II, p. 15. **Gala* – s.f.: fausto, pompa, riqueza. Cf.: *Glossário de termos comuns* – HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello, op. cit., p. 486.

¹⁹³ Carta 951, maço 4, vol. IV, p. 688.

inserido no jogo de poderes da sociedade portuguesa. Aqui ficará evidente a mobilidade política possível entre os mercadores de grosso trato:

ahi remeto essa carregação com esse seis fardos de pano de linho e huma barriqua de graos com 47 alqueires e esta carregação he de fora parte da companhia a qual Vossa Mercê me vendera pello estado da terra logo e o seu rendimento mo remetera em os naos de geura (guerra) onde vier o mais da minha conta e *essa barriqua de graos he de um dezembargador meu amigo a quem dezejo muito servir porq. he pessoa de muito grande prestimo nesta cidade e assim Vossa Mercê a vendera pello mais alto preço da terra e della não tire Vossa Mercê comissão porq. dezejo que tenha muito avanço* e lhe trara Vossa Mercê a sua conta a parte em ouro o seu rendimento e ahi remeto essas cartas para o governador [do Rio de Janeiro] Antônio de Albuquerque entre as quais vai huma de favor para fazer tudo aquillo q. Vossa Mercê lhe pedir para adjutori de cobrar dos meos devedores e juntamente vai para o dr. governador hum barril piqueno marcado [desenha algo que parece ser uma cruz de malta] o qual Vossa Mercê mandara entregar ao dr. governador e vai outro para o ouvidor e outra para o juis de fora para o mesmo effeito de ajudar a Vossa Mercê com o seu poder [...]¹⁹⁴

Podemos observar neste trecho que a troca de favores entre amigos não ocorre somente entre o mercador e seu irmão, mas entre estes e pessoas de maiores poderes políticos na hierarquia do Império português. Ao estabelecer uma relação de fidelidade, por exemplo, com o irmão, Pinheiro conquista algo que parece ser de muita valia no contexto da monarquia portuguesa no início do século XVIII: uma ampla mobilidade territorial. No decorrer da troca de cartas entre os dois irmãos, é de se destacar que Francisco Pinheiro, ocupando uma posição privilegiada na rede de amizades e contatos estabelecida para o encaminhamento de seus negócios, consegue fazer seu nome circular pelos domínios portugueses de além-mar e, com isso, pode se inserir em outras praças comerciais que não somente as reinóis. Dito de outra forma, a representação do ofício de mercador conquistada por Pinheiro alcança amplos territórios e o diálogo com diversos ambientes. É esse poder, delimitado pela conjuntura específica do comércio de longas distâncias daquele período, que o mercador consegue oferecer como um favor a quem estava aparentemente acima dele na hierarquia. É isso que ele tem a oferecer em troca do privilégio de poder servir a alguém de alguma posição de relevo na estrutura da monarquia.

Ao que parece evidente nesse pequeno trecho, Pinheiro possui algum diálogo com o governador da capitania do Rio de Janeiro na época, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, assim como o ouvidor e o juiz-de-fora local, que estrema para ajudar no desenrolar das pendências que envolvem seus negócios. Essa amplitude é oferecida ao

¹⁹⁴ Carta 953, maço 4, vol. IV, p. 692.

desembargador de grande préstimo em Lisboa, que o mercador deseja servir. Vemos que esses apadrinhamentos e prestação de favores vão se tornando cada vez mais determinantes do bom desempenho da rede clientelar centrada em Francisco Pinheiro. Citando mais uma vez Hespanha & Xavier, a economia de favores presente na sociedade de Antigo Regime coloca a tríade *dar/receber/restituir* como a estratégia de conversão da riqueza em poder, ou seja, um modelo de barganha entre homens desiguais onde se oferecem prestações materiais em troca de submissão política. Como se disse, submissão política é ser livre no corpo político da monarquia portuguesa católica contrarreformada.

Mas tal estratégia não pode ser entendida somente como um jogo político-institucional, ou como mérito daqueles que eventualmente amealham bens materiais que podem ser oferecidos nesses modelos de troca. A liberalidade, a caridade, a magnificência, a honra e a gratidão integram o modelo de conduta cortesão já apontado no *Corte na aldeia* de Francisco Rodrigues Lobo, no início do século XVII. No 13º diálogo dessa obra, que foi chamado *Do fruyto da liberalidade, & da cortesia*, Rodrigues Lobo defende que a liberalidade dos atos daqueles que estão acima direcionados aos que estão abaixo define a virtude do homem honrado, ou seja, do cortesão.

Os grandes, cõ cortesias, roubão os corações dos menores, quando com mayor liberalidade dellas os fauorecem: porq o animo generoso, posto que sente muyto a estreiteza própria, mays lhe custa o desprezo alheo, por não perder a opinião quem de sy tem á conta do com quem lhe faltou a fortuna.¹⁹⁵

Como se sabe, o comportamento social do homem da corte, disciplinado em diversos manuais de conduta, é modelar, por sua proximidade ao rei, para todo o restante do corpo político. O que vemos aqui é esse modelo de conduta, que serve à mobilidade política nessa conjuntura social portuguesa, exercido por outros meios que não o das relações entre homens da primeira nobreza e seus príncipes, mas em redes de amizades localizadas em algum ponto específico da estrutura corporativa da monarquia.

Nos anos seguintes Francisco Pinheiro e Antônio Pinheiro Netto continuam trocando cartas que tratam dos negócios em andamento, como as dívidas dos capitães Cubellos e João Vicente, as mercadorias vendidas e as contas em haver no Rio e em Angola, as avarias, as escravas de Joanna Baptista e eventuais novas carregações que vão sendo enviadas de Lisboa. Pinheiro passa esse período, basicamente, cobrando o irmão sobre as questões pendentes e o aconselhando no que deve ser feito de melhor para o

¹⁹⁵ LOBO, op. cit., p 132.

desempenho de suas atividades. Antônio, por sua vez, envia cartas seguidas, tentando justificar suas atitudes perante o irmão. A retórica que se aplica nesses momentos da conversa tenta preservar uma representação da amizade entre os irmãos, mesmo havendo constantes cobranças e aparente não cumprimento dos acordos estabelecidos, na forma em que as partes haviam esperado. As constantes justificativas de Antônio não agradam o irmão. Sua fidelidade, frequentemente reafirmada, não demora a ser questionada pelo mercador. Nos anos de 1713 e 1714, Antônio fala sobre as dificuldades de alcançar algum paradeiro de Cubellos, sobre atritos com o mercador Lourenço Antunes, que o recebeu tão bem na chegada ao Rio (diz, em 22 de julho de 1713, que “me parece ser grão vilão ruim” e que seu sogro “hera chapado”¹⁹⁶), sobre os gastos naquela terra que são muitos e os lucros poucos (“he necessario andar com o prumo na mão em forma que não tenha hua pessoa vergonha de aparecer diante dos mais, porq. Vossa Mercê bem sabe q. eu sempre dezejei andar limpo”¹⁹⁷), ainda sobre as atitudes supostamente desonestas do capitão João Vicente (“não se fie Vossa Mercê em nada do q. esse vilão ruim lhe dicer, que tem lagrimas de puta, que quando quer chorar chora, e se pode meter a lança no mesmo instante mete”¹⁹⁸), entre outras tantas, envolvendo sua vida no Brasil, as vendas das mercadorias de Pinheiro, etc.

O mercador em Lisboa, diante dessas cartas, segue pedindo pela dedicação do irmão nas questões. Em carta de fevereiro de 1714, por exemplo, fala sobre o tocante a Cubellos, e pede que Antônio mande alguém para as minas procurá-lo, prometendo mesmo arcar com as despesas (“sera desgraça grande achando sse Vossa Mercê dessas partes e me não querer fazer esta deligencia”); sobre aquela carregação que remeteu em nome do desembargador, pede mais uma vez que faça a venda pelo mais alto preço que puder; ou ainda, sobre a conta do capitão João Vicente, em que tudo “fica assertado amigavelmente”¹⁹⁹.

Antônio não deixa o irmão sem resposta. Diz estar fazendo as cobranças devidas, e também que enviou seu filho, Francisco Pinheiro Netto, para as minas, “com huns amigos que o andem emsenar o q. a de fazer sobre a cobranca do Cubellos e acompanhar se for possivel e quando o não possão acompanhar buscar lhe home q. o emsine permita Nosso Sr. q. cobro para q. Vossa Mercê se de por bem servido”²⁰⁰. Fala também sobre

¹⁹⁶ Carta 215, maço 18, vol. II, p. 23.

¹⁹⁷ Carta 217, maço 18, vol. II, p. 27.

¹⁹⁸ Carta 219, maço 18, vol. II, p. 29.

¹⁹⁹ Carta 959, maço 4, vol. IV, p. 698.

²⁰⁰ Carta 228, maço 18, vol. II, p. 41.

outro filho seu, Antônio Pinheiro Gomes, que estaria em Angola (pois tinha ido findar dívidas pendentes do tempo em que o pai estava por lá) e pede que o mercador em Lisboa envie alguma mercadoria para ser vendida por ele naquela região:

querendo Vossa Mercê servir ce delle o pode fazer q. esta home capas de dar conta de tudo o q. lhe meterem em a mão q. estas terras por ca emsinão aos homes e se mandar alguma coiza sejão vinhos daquelles q. eu levei e feitos em a mesma forma q. não entrarão em Angolla outros milhores e eu tão bem mando hir o meu e das mais coizas q. la se gastão ja Vossa Mercê la tem a receita e finalmente em Angolla tudo se gasta e seguramente pode mandar q. lho a de reputar com muito cuidado.²⁰¹

Vemos neste caso específico que Antônio Pinheiro Netto quer inserir um filho seu nos negócios do mercador. Este não será o único caso. Pelo que se nota na leitura das cartas, Antônio possuía diversos filhos, e eles foram inseridos na rede de amizades do mercador, não somente como comerciantes. Alguns anos mais tarde, por exemplo, Manoel Pinheiro Netto, que parece obter alguma formação eclesiástica, quer ocupar um cargo como vigário em alguma igreja do Rio de Janeiro ou das vilas mineiras. Antônio, então, mesmo envolto em sérias divergências com o irmão, não deixa de pedir a Francisco Pinheiro que consiga junto ao rei o arremate de algum ofício para o sobrinho. Depois da morte de Antônio, em 1725, serão os filhos dele que trocarão cartas com Pinheiro sobre as dívidas e os bens deixados pelo pai. Mas voltemos aos idos de 1714.

Ao nos depararmos com essa troca de cartas, fica claro que Antônio não foi educado, como foram alguns outros correspondentes de Pinheiro, nas casas de comércio portuguesas, ou que possuía qualquer instrução para o ofício de mercador. Pelo que se lê em algumas cartas, ele comandava, junto de sua esposa, uma “loja” em Lisboa antes de ser enviado para além dos limites do reino. Mas o que se mostra no caminhar de suas atividades representando os negócios do irmão é que não tinha facilidade em lidar com contas, mercadorias avariadas, compras a crédito, dívidas, donos de armazéns, etc. Ele tenta até aqui compor um *ethos* de jovem comerciante, somado aos caracteres de amigo e servo fiel ao mercador que era seu irmão. Porém, diante das contas mal prestadas, das poucas vendas, das muitas dívidas mal resolvidas e das muitas mercadorias avariadas, tais representações começam a deixar de ser verossímeis e decorosas. Fica evidente para Pinheiro que o irmão não conseguia dar conta das atividades. A encenação da amizade e da servidão começa, a partir desses momentos, a se tornar cada vez menos verossímil.

²⁰¹ Carta 228, maço 18, vol. II, p. 42.

Como veremos, já em meados de 1715 há uma ruptura na confiança de Francisco Pinheiro em relação a Antônio. Ao longo desse mesmo período o mercador em Lisboa passa a ficar cada vez mais próximo da Corte portuguesa, ganhando gradativamente mais privilégios e proteção na estrutura social do reino. Entre 1717 e 1718, Pinheiro chega a ser sagrado cavaleiro emérito da Ordem de Christo, o que proporciona degraus mais altos na hierarquia portuguesa, resultando em uma distância vertical ainda maior em relação ao irmão. Dessa conjuntura observaremos que o diálogo entre os dois passa a se compor por cartas que, além das contas específicas das vendas (que por vezes vinham até mesmo em cartas separadas), contêm constantes trocas de acusações que, gradualmente, chegam a um limite – a ameaça de rompimento daquele jogo de trocas, ou seja, o rompimento daquele elo da rede. Observaremos que essa possibilidade está prestes a se concretizar no momento da morte de Antônio. Tais cartas alternam, então, por mais de dez anos, entre o discurso judiciário e o deliberativo, julgando as ações um do outro para deliberar sobre o futuro dos negócios na relação. Desses anos, até a morte de Antônio Pinheiro Netto, a representação da amizade entre os dois, por meio dos caracteres que compõem o *ethos* e os afetos de cada um, vão gradativamente desaparecendo, pois sua utilidade já não era mais evidente.

Em novembro de 1714, Francisco Pinheiro mais uma vez dá instruções ao irmão sobre uma carga de ouro do desembargador Manuel Hermes Sacotto, que ele envia “livre de frette” para ser vendida pelo mais alto preço: “e assim estimarei que Vossa Mercê della não tire comissão, porq. he pessoa de préstimo desta corte a quem dezejo servir, e o seu liquido rendimento trara Vossa Mercê em ouro podendo ser quando não em moedas”²⁰². Na mesma carta, Pinheiro repreende Antônio, pois, com a recomendação de mandar alguém para as minas em busca do capitão Cubellos, ele teria enviado seu filho mais novo, Francisco Pinheiro Netto.

[...] pois sendo negocio de tanta consideração o quiz Vossa Mercê meter em mãos de hua criança; e não querer Vossa Mercê mandar a seu filho Antônio [Pinheiro Gomes] q. com mais baqueanno dessas partes melhor o havia de fazer, ou esperasse q. fosse Manuel Nogueira para effeito deste negocio, ou o meu caixeiro, e meu afillhado a quem mandei por capitão do meu navio q. foi pella Costa da Mina, pois os mandei com esse imtento; *ja q. estando Vossa Mercê ha tres annos dessas bandas, teve tão pouca disposição q. mandou quem a não tinha a este negocio;*²⁰³

²⁰² Carta 965, maço 4, vol. IV, p. 706.

²⁰³ Idem (grifos meus).

Ainda, em março do ano seguinte, o mercador escreve novamente a Antônio para “confirmar a Vossa Mercê as ordens q. na monção* passada lhe mandei”, e para instruí-lo de cobrar um tal tenente Luis Andre de Saa, que estaria embarcando para aquelas terras para “cobrar o seu dotte”. É de supor que essa pessoa estivesse devendo a Pinheiro, pois ele diz ao irmão: “[o tenente] ajustou comigo de q. lhe fallaria Vossa Mercê para do primeiro dinheiro q. cobrasse lhe satisfazer principal e seus juros vencidos athe a hora do pagamento”²⁰⁴. Essa dívida será cobrada, ainda, por vários anos, sendo mais uma causa das divergências entre os irmãos.

Em resposta, Antônio escreve, dentre diversas matérias, que tem falado por várias vezes com o dito tenente, mas este “sempre me dis não cobrou ainda; mas tambem me não dis o quando cobrara, e não sei em q. isso vira a parar”. Na mesma carta (julho de 1715), ainda, escreve uma recomendação a Pinheiro que parece muito decorosa dentro daquela rede de amizades. Fala ao mercador de um amigo que deseja favorecer:

Sr. como nesta cidade não tivece outro amigo para uzar dos meios de amizade em q. tenho recebido varios favores senão Manuel Coelho dos Santos e como eu lhe viva obrigadicimo dezejava ter ocazião por onde entendece reconhecia os favores q. me tinha feito;

Após apresentá-lo, cita a causa em jogo, a qual seria uma remessa de ouro do tal sujeito que teria sido apreendida no Rio das Mortes por conta de uma dívida. Fala que os procuradores desse Manuel Coelho “o mandarão requirece a meza de comciencia so afim de empararem ao devedor”. Com isso, Antônio faz a recomendação ao irmão:

[...] e vendo [...] necicitar o dito amigo de pessoa q. nessa corte tome a seu cargo esta diligencia me anticipei dizer lhe que nessa cidade tinha a Vossa Mercê q. lha faria como se fora eu proprio por lhe ver obrigado e dezejara mostra lhe a vontade de q. tenho de o servir; Agora em esta ocazião tendo a Vossa Mercê q. espero tome a seu cargo com tal empenho q. não fique desvanecido o cuidado q. certifiquei q. Vossa Mercê como meu irmão e sr. avia de ter tanto e mais do q. eu se possivel fosse e nesta ocazião estar la e não seço de recomendar a Vossa Mercê este negocio [...]

Para concluir o pedido, Antônio ainda diz qual é a vantagem de Pinheiro aceitar cuidar, em Lisboa, da dívida do sujeito: “o q. fio de Vossa Mercê não descance sem q. ponha corrente esta minha recomendacam e *para q. estes senhores tambem veção o q.*

²⁰⁴ Carta 975, maço 4, vol. IV, p. 714. *Monção – s.f.: época ou vento favorável à navegação; ocasião favorável. Cf.: *Glossário de termos comuns* – HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello, op. cit., p. 502.

*Vossa Mercê pode em essa corte*²⁰⁵. Se anteriormente Francisco Pinheiro usou de sua relação com o irmão para conseguir realizar favores a pessoas de maior importância em Lisboa, agora Antônio faz algo parecido no Rio de Janeiro. O favor que quer prestar ao sujeito que dizia ser amigo, além de criar mais um laço de amizade desigual, ainda consegue demonstrar às pessoas que estavam ao seu redor que havia uma figura importante como a do mercador atendendo aos seus pedidos no Reino.

Mas Pinheiro não parece querer realizar nenhum tipo de favor ao irmão que não beneficie seus próprios negócios. Na carta que escreve cinco meses depois (dezembro de 1715), nem chega a citar o pedido do irmão, compondo a epístola somente com as cobranças que já vinham sendo feitas. Diz que, se Cubellos fugiu novamente, foi por culpa de Antônio, ao enviar o filho tão novo ao arraial onde o capitão se teria fixado: “mas no emtendimento de Francisco não se podia esperar outra couza, e de Vossa Mercê que o remeteo tambem; pois foi meter hua diligencia destas na mão de hu rapaz, que esta fedendo os cueiros*;²⁰⁶. Logo em seguida, responde a acusação feita anteriormente pelo irmão, na qual dizia que o mercador usava de mentiras para conseguir as verdades sobre suas ações. Em resposta, Pinheiro afirma que só diz a verdade porque “tenho quem me emforme” e se o sobrinho Francisco está nas minas, “cu[i]da que eu tambem estou nellas²⁰⁷. Vemos que ele usa da abrangência de sua rede de amizades para se defender do ataque de Antônio. Como podemos notar, a retórica judiciária vai se tornando cada vez mais constante como ferramenta para a troca de acusações nas cartas. Pinheiro não está satisfeito nem com as justificativas do irmão sobre as pendências que continuam se arrastando durante anos, nem mesmo com a maneira pela qual seu correspondente presta conta das mercadorias vendidas e dos valores pagos pelos donos dos armazéns locais. Chega mesmo a deixar de lado a figura do irmão misericordioso para compor um *ethos* do soberano se dirigindo a um secretário pouco fiel: “porq. todos os comrespondentes em toda a parte q. dezejão ter comiçois o fazem assim para agradarem a quem lhas manda; mas Vossa Mercê não uza isso q. suponho o cobra e o deverte para onde lhe parece em ordem a fazer os seus negocios [...]”²⁰⁸. Antônio não se dá por vencido, ainda, e tenta responder tais acusações reafirmando sua fidelidade ao irmão por meio de uma

²⁰⁵ Carta 250, maço 18, vol. II, p. 92 (grifos meus).

²⁰⁶ Carta 980, maço 4, vol. IV, p. 718. **Cueiro* – s.m.: pano que envolve a parte inferior do corpo das crianças, nádegas ou coxas. Cf.: *Glossário de termos comuns* – HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello. op. cit., p. 473.

²⁰⁷ Carta 980, maço 4, vol. IV, p. 719.

²⁰⁸ Carta 983, maço 4, vol. IV, p. 722.

representação do servo humilde, néscio, do aluno que não sabe como agir, rogando para si a misericórdia católica:

pois Vossa Mercê bem sabia q. eu de carregações nada entendia e bem podia Vossa Mercê então dizer me fizece carregação a parte q. eu a mandaria fazer, porq. emcinar os inogantes era obra de mizericordia q. se fora em este tempo alguma culpa se me podia attribuir mas eu sei Vossa Mercê esta xasquiando* em este particular.²⁰⁹

Ainda na mesma carta, de abril de 1716, tenta responder à insatisfação do irmão sobre ter enviado seu filho às minas em busca do capitão que fugiu. Diz Antônio que Francisco gastou muito menos do que outros homens o fariam, e que o mandou “ariscado a matarem no” justamente pela confiança que depositara no filho: “porq. quando o mandei não foi mais q. por servir a Vossa Mercê e quando Vossa Mercê seja servido eu page da minha bolça isso q. elle foi gastar ainda q. pobre o farei com muita vontade”²¹⁰.

Alguns meses depois, naquele mesmo ano, Francisco Pinheiro escreve a Antônio, entre outras questões, sobre umas garrafas de vinho que o irmão dizia não conseguir vender no Rio de Janeiro, pois a região estaria com abundância da bebida. A essa altura da relação, a cobrança do mercador se compõe de forma mais enfática e pouco amigável, contendo até mesmo um tom de ameaça: “mas supponho q. Vossa Mercê as não vendeo, mas sim as tomou a si para fazer negocio; e estou entendido Vossa Mercê não zella as minhas couzas como comrespondente; mas na minha mão esta o emmendar me; pois Vossa Mercê ja tambem não necessita das minhas comiçois”²¹¹. Antônio se defende afirmando que o mercador já conhece suas ações há anos e que seus livros de contas “não se ocultam a ninguém”, podendo ser conferidos por terceiros, se for da vontade dele.

Sr. em o demais q. Vossa Mercê me dis em a sua não tenho q. responder porq. como Vossa Mercê me não da credito ao q. mando dezer he escuzado o repeti llo mas quer Deos q. se são necessarios certidois do q. digo remeto as, e nada mais VM he senhor da faca, e quejo podera cortar por onde quizer ainda q. com nenhua rezão se pode Vossa Mercê mostrar agravado por q. o tempo não premite outra couza, e na forma con q. esta cidade esta q. VM benditto seja o sr. ainda tem sido dos q. menos tem perdido q. aqui chegou hu navio das Ilhas q. se lhe venderão os vinhos em tal forma q. ficou liquido para seus donos 2\$ rs por pipas, [...]²¹²

²⁰⁹ Carta 254, maço 18, vol. II, p. 98. *Chasco – s.m.: zombaria, motejo. Cf.: *Glossário de termos comuns* – HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello. op. cit., p. 469.

²¹⁰ Carta 254, maço 18, vol. II, p. 99.

²¹¹ Carta 986, maço 4, vol. IV, p. 725.

²¹² Carta 263, maço 18, vol. II, p. 115.

A desconfiança de Pinheiro parece cada vez maior. Em decorrência disso, observa-se que o mercador cobra constantemente o irmão por meio de fortes acusações de traição e ameaças de rompimento do laço da amizade existente. Desse período em diante, a maior parte de suas cartas dirigidas a Antônio não possuem mais aquele modelo de exórdio no qual se tentava captar a benevolência do destinatário. Tornam-se frequentes as cartas em que as matérias tratadas aparecem abruptamente já de início, tanto de um lado quando de outro da conversa. Em meados de 1717, por exemplo, Francisco Pinheiro acusa-o de enriquecimento particular, à custa de suas mercadorias, e diz: “vendo as contas me não posso capassitar a q. fossem tão ruis as vendas q. me dem hu tão grande golpe no principal; pois so nas suas contas de Vossa Mercê he q. o expremento”. Depois, ainda, afirma que a postura do irmão relativa ao trato não cumpre com o decoro necessário, “porq. o q. Vossa Mercê uza comigo não he termo q. se uze entre pessoas q. tenham negócios hus com os outros, mas Vossa Mercê como esta ja muito rico da se lhe pouco das minhas carregaõis”²¹³. Diz também que já é hora de o irmão voltar para casa, porque não parece boa a situação de sua família – sua mulher já teria deixado a loja “e se foi meter na furna a desmanchar estopa” e “tem posto já na rua” a sobrinha e a nora²¹⁴.

Diante de tantas questões e do risco iminente de ficar desamparado, Antônio envia uma das cartas mais patéticas ao irmão, em fevereiro de 1718, em que tenta a todo custo retrucar às acusações para convencê-lo de sua inocência. Ele reconhece e reafirma sua posição na hierarquia, mas ao mesmo tempo afirma que, como irmão, é alvo de uma desconfiança que não existe na relação entre amigos.

[...] amigos muitas vezes dam mais larga q. irmaos por q. os irmaos imaginão se lhe não a de pagar o q. não tem os amigos q. dezejão de ajudar como eu sei alguns o fazem sem serem de augoa nem do sal mais q. por benevolencia, mas he pouca furtuna minha o não as ter de Vossa Mercê, pois lhe tenho guardado tanta lialdade que nunca do seu dinheiro lhe afastei vintem para negocio nenhum, q. se lhe mando dizer mo ficão devendo crea que asim he, e quando me não queira dar credito, pouco custa o mandar ce emformar, por alguns amigos sem o eu saber se fallo verdade em o q. lhe mando dizer, e juntamente do meu procedimento [...]²¹⁵

Responde também à recomendação de Pinheiro para voltar ao reino, em que sua família estaria passando por maus momentos, dizendo que deseja sim voltar para casa, pois já são sete anos de desterro, mas não o fará ainda, pois “para eu hir na forma em q.

²¹³ Carta 990, maço 4, vol. IV, p. 728.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ Carta 265, maço 18, vol. II, p. 119.

vim não tem nenhum prepozito”. Nesse momento da carta, Antônio elogia o irmão para persuadi-lo de que o melhor a fazer é ficar pela região. Diz que a força de seu nome, que circula por ali, o faz permanecer naquela terra, pois ela oferece ainda alguma expectativa de enriquecimento:

[...] q. para tornar ao mar, nem a mim me acomoda pella estimacam q. de mim se fas não o merecendo eu nem a Vossa Mercê por eu ser conhecido por seu irmão, e *Vossa Mercê estar em estes Brazis tido pello mais rico homem q. tem essa corte*, asim q. a vista disto antes morerei por estas partes, do q. hir sem levar algum remedio com q. possa passar a velhice onrradamente [...] ²¹⁶

Por último, mesmo com a confiança aparentemente abalada entre ambos, pede o favor ao irmão de falar com “alguns religiosos” sobre o filho Manuel Pinheiro Netto, que “queria ser mariano”. Como não há outra pessoa a quem pedir, diz: “com todo emcarecimento para lhe ficar mais obrigado alem das muitas obrigaçois de q. sou devedor”²¹⁷. Depois, em maio daquele mesmo ano, Antônio escreve ainda duas cartas. Na primeira, além de prestar contas dos negócios em andamento e daquelas dívidas que continuam sem solução, parabeniza o irmão pela notícia “que ca me derão”, de que “El Rei fizera mercê a Vossa Mercê de hum abito de Cristo”²¹⁸. Na segunda, após copiar as matérias dessa última, pede novamente o favor ao filho que quer se tornar religioso. Alguns meses depois, Pinheiro responde sucintamente no final de uma carta: “Sobre o q. Vossa Mercê me dis do estudante se fara em sendo tempo”²¹⁹.

Mesmo com todas as desconfianças, ameaças, acusações e quebras de decoro, os dois irmãos ainda dependem um do outro para permanecerem na posição em que se encontram. Antônio não pode se abster do apadrinhamento de Pinheiro em sua estada “nesses Brazis”. Continua a depender dos favores que podem vir do irmão e sua posição privilegiada próxima à corte em Lisboa, seja para ser reconhecido no Rio de Janeiro, ou para conquistar algum ofício para o filho. Do outro lado, Francisco Pinheiro acusa e ameaça, mas também não pode dispensar a possibilidade de seu nome circular por aquela região da América portuguesa, através de Antônio. O principal interesse dele é resolver seus negócios pendentes naquela região, e estes estão, por enquanto, amarrados às atitudes do irmão. Na carta de março de 1719, ao instruí-lo sobre as cobranças que deviam ser

²¹⁶ Carta 265, maço 18, vol. II, p. 121 (grifos meus).

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Carta 269, maço 18, vol. II, p. 131.

²¹⁹ Carta 995, maço 4, vol. IV, p. 734.

feitas, pela primeira vez o mercador evidencia qual é a sua posição na hierarquia do corpo político da monarquia portuguesa. Talvez por se encontrar finalmente privilegiado com alguma mobilidade política após receber o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo, ou mesmo para demonstrar a Antônio o poder que havia conquistado, e assim mantê-lo fiel às suas ordens, Pinheiro diz de quem é criado na Corte:

Incluzas vão essas cartas para esses ministros dessa cidade e das minas e tão bem para o governador para a cobrança do Cubellos; porq. pellas noticias q. tive da Bahia, elle foi para as minas com hua partida de negros, [...] e não mando carta a Vossa Mercê para o governador q. vai para essa cidade, porquanto he cunhado do Marques de Gouvea e sendo para elle nessessario alguma couza não tem Vossa Mercê mais q. lhe dizer q. *eu sou criado do sr. Marques de Gouvea; ou da obrigação de sua caza*; e q. o dito sr. lhe recomendou muito a sua Excelencia me favorese nas cobranças q. tenho nesse Rio [...]²²⁰

O “Marques de Gouvea” a que Francisco Pinheiro se refere é D. João Mascarenhas, 4º Marquês de Gouveia e 7º Conde de Santa Cruz, filho primogênito de D. Martinho Mascarenhas com D. Inácia Rosa de Távora. Nasceu em 2 de julho de 1699 e sucedeu ao pai nos cargos e vínculos da Casa²²¹. Francisco Pinheiro não chega a tratar, na conversa com o irmão, sobre sua posição em relação a esses membros da Corte²²², somente diz ser criado do Marquês. Na carta seguinte, dá instruções claras a Antônio de que, a partir daquele momento (dezembro de 1719), os sobrescritos das cartas enviadas a ele deveriam conter o seguinte texto: “a Francisco Pinheiro cavaleiro profeço na ordem de Christo e morador de frente da porta principal de Santa Justa”²²³. Cumprindo as ordens do irmão, as cartas de Antônio passam a conter tal sobrescrito a partir de agosto de 1720.

²²⁰ Carta 1004, maço 4, vol. IV, p. 743 (grifos meus).

²²¹ Segundo cita o *Nobreza de Portugal*, D. Martinho Mascarenhas foi “mordomo-mor de D. Pedro II e de D. João V, do Conselho de Estado, senhor de Lavre, Estepa, Santa Cruz e Lajes e das ilhas de Santo Antão, Flores e Corvo, com todas as suas jurisdições, comendador de Mértola na Ordem de Sant’ Iago, e de Mendo Marques e Vargem, na Ordem de Cristo, alcaide-mor dos castelos de Mértola, Grândola e Alcácer do Sal.” Cf.: ZUQUETE, op. cit., tomo II, p. 642.

²²² O governador cunhado do Marquês, citado por Pinheiro na carta, talvez fosse o irmão de D. Teresa de Moscoso y Aragón, a qual se casou com D. João Mascarenhas em meados de 1718. Tal casamento, porém, não é muito bem sucedido, pois D. João foge com D. Maria Paula de França, mulher de D. Lourenço de Almada, um dos membros mais importantes da primeira nobreza de Portugal. Após fugirem juntos para Galiza, D. Maria é recolhida em um convento e o Marquês foge para a Inglaterra, após renunciar a sua Casa e seus títulos ao irmão. É este, D. José Mascarenhas da Silva e Lancastre, seu irmão, 5º Marquês de Gouveia, que vem a ser condenado e brutalmente executado no conhecido processo dos Távoras. Cf.: *Nobreza de Portugal*. ZUQUETE, ibidem. MONTEIRO, op. cit. Francisco Pinheiro chega a citar o acontecido, de maneira muito pouco clara, em uma carta enviada ao sobrinho Luis Alvares Pretto e ao italiano João Francisco Muzzi, em dezembro de 1724: “Como se embaraçou a sahida da galera por ordem de El Rei por respeito de sa haver aubsemtado em fugida o marques de Gouvea mordomo mor com hua neta de dom Lourenço de Almada cazada com hum seu mesmo netto e depois se meteo entre meio hum grande temporal que foi Deus servido dar nesta cidade [...]” Carta 1059, maço 4, vol. V, p. 63.

²²³ Carta 1006, maço 4, vol. IV, p. 745.

Nesses últimos anos da vida de Antônio Pinheiro Netto, Francisco Pinheiro já não mais acredita em sua fidelidade como irmão, amigo, servo ou secretário. Em março de 1721, envia uma das cartas mais extensas e mais agressivas que se pode observar em todos esses anos da troca de correspondências entre os dois. Pinheiro deixa claro que a confiança está quebrada e que mesmo se arrepende de uma vez ter confiado no irmão. Curiosamente, a carta contém um pequeno exórdio estimando pela sua saúde, porém os seis amplos parágrafos seguintes são dedicados a apontar os erros de Antônio no andamento dos negócios e nas prestações de contas desde 1716. Segue instruindo como deve ser feito, oferecendo inclusive a possibilidade de enviar exemplos de como compô-las. Mas, logo em seguida, passa a tratar dos assuntos familiares, dizendo que sua mulher, ao sair, “deixou as janellas de suas casas abertas, por onde lhe entrou o mulato do seu muito amado compadre Simão Dias, e lhe furtou de hu cartuxo lacrado q. Vossa Mercê havia mandado, huas 80 moedas; q. lhe foi enterrar no munturo, “*e aqui se vee q. o seu dinheiro de Vossa Mercê; não ha de ser senão para os munturos**”²²⁴. Aproveitando o ensejo, faz uma acusação gravíssima que torna decorosa e aparentemente justa a ameaça de rompimento da relação e até mesmo de afirmar-se arrependido de tê-lo apadrinhado todos esses anos. Pinheiro diz ter em seu poder uma carta que Antônio teria escrito para esse seu compadre Simão Dias, na qual, afirma o mercador, “vejo lhe dis Vossa Mercê q. eu nunca fui bom, senão para marroteiros*; e q. tenho mas ilhargas”. Como resposta, afirma:

[...] mas a essas ilhargas** e a mi abaixo de Deus, deve Vossa Mercê o q. hoje tem; *que se eu naquelle tempo adivinhara isto, podera ser que o não possesse a Vossa Mercê no estado em q. esta*; e estimara eu q. Vossa Mercê me diceçe quem erão estes marroteiros; porq. meus cunhados sempre comerão das suas fazendas como se sabe; e passearão sem servirem a ninguem; mas a sua lingoa de Vossa Mercê; sempre foi como a das regateiras da Ribeira;²²⁵

E com essa grave acusação não termina a epístola sem ameaçá-lo, pois se não vir a remeter tudo que lhe deve, cuidará “de mandar por logo tudo em execução.” A resposta, enviada em setembro daquele ano, mostra que Antônio se rende. Reconhece não ser entendedor dos negócios e que terá que procurar os serviços de alguém “q. bem o

²²⁴ Carta 1015, maço 4, vol. IV, p. 756 (grifos meus). **Monturo* – s.m.: monte de lixo; esterqueira. Cf.: *Glossário de termos comuns* – HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello. op. cit., p. 503.

²²⁵ Carta 1015, maço 4, vol. IV, p. 757 (grifos meus). **Marotagem* – s.f.: canalhice, patifaria, malandrice. Cf.: *Glossário de termos comuns* – HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello. op. cit., p. 499. ***Ilharga* – s.f.: cada um dos lados do corpo humano dos ombros aos quadris. Cf.: idem, p. 490.

entenda”, e no mais diz: “não tivera eu outros peccados diante de Deos senão esses, q não tenho de q. me comfegar em esse mandamento e no dia do juízo o veremos [...]”. Diferente de cartas anteriores, não tenta se justificar de todas as acusações feitas pelo irmão. Diante de tudo aquilo que Pinheiro havia escrito sobre sua família, sua traição, seu comportamento escuso, somente escreve: “no demais da carta não digo nada nem respondo porq. huas pallavras tirão outras estimo muito VM recebece o q. lhe remeti o anno passado Deos guarde a Vossa Mercê muitos annos &a e bem poderá Vossa Mercê já não ter tanto fogo q. ja tem perto de 40 annos q. eu ja não sou a mínima parte do q. era”²²⁶.

Como podemos observar nos trechos dos *Negócios Coloniais* dedicados às cartas do Rio de Janeiro e das vilas mineiras, depois dessa Antônio escreve somente mais duas cartas a Pinheiro, muito breves, sem nenhuma questão de relevo, apenas para contar de seu estado – uma no final de 1722, em que conta de seu filho Francisco doente, e outra, de meados de 1724, remetida da vila de Ouro Preto, na recém-fundada capitania de Minas Gerais, contando que teria ido resolver alguma dívida pendente com um caixeiro. O mercador, em Lisboa, envia nesse meio tempo mais algumas cartas, mas também muito sucintas, somente reforçando as cobranças que vinha fazendo. A última que se lê é de março de 1727.

No desenrolar desses mais de 15 anos há um constante jogo de caracteres aplicados no texto, para persuadir. Se não o são, pretendem-se decorosos e verossímeis em ambas as partes da conversa, de acordo com a posição de cada um. Francisco Pinheiro joga com o *ethos* do amigo, do nobre, do soberano, do mercador experiente, enfim, do misericordioso. Seu irmão menos abastado de posições privilegiadas encena a imagem de si do amigo, do servo, do secretário, do pobre, do desafortunado, do prudente, do comerciante novato. É uma relação que se pretende modelada por aquela entre nobre honrado e servo fiel doutrinada por Rodrigues Lobo um século antes, mas que não se sustenta por todo o tempo, quando o andamento dos tratos começa a desagradar a parte mais forte. Desse momento em diante, a moral utilitária, da ocasião, começa a tomar um considerável espaço nas premissas em jogo na conversa na qual – para além de sabermos quem é que realmente estava falando a verdade – tornava-se conveniente uma retórica judiciária que fosse mais eficaz para o desenrolar das pendências.

²²⁶ Carta 286, maço 18, vol. II, p. 167.

O que se vê nos primeiros anos é o exercício da dissimulação, católica, praticada enquanto construção de uma moral justa e virtuosa como melhor caminho de sustentação da amizade. É como no *Della dissimulazione onesta* de Torquato Accetto, no qual dissimular é vestir o manto conforme a estação da fortuna²²⁷ com o único objetivo de não sofrer o dano a que se está suscetível na vida em sociedade. A simulação, tida como própria da moral maquiavélica, é contrária à dissimulação. Nesta, Accetto defende que não se aplicam mentiras, mas esconde-se a verdade para utilizá-la no momento conveniente. É o que ocorre na benevolência entre as partes aplicada pontualmente, como, por exemplo, quando Pinheiro se afirma servo do irmão, ou quando Antônio reafirma constantemente sua fidelidade, brigando pelos negócios do mercador. Entretanto, como a diferença entre simulação e dissimulação reside em uma dualidade em que os parâmetros de uma não existem sem a outra, no instante em que o ato de dissimular perde a eficácia, passa-se à moral utilitária, ou seja, a simulação começa ser admissível e mesmo imperativa para a prestação das contas. Contudo, nesse momento, a representação da amizade já não é mais verossímil e, com isso, um elo daquela rede se rompe.

Desse instante até o final da conversa podemos traçar uma homologia direta com, no caso, o modelo do príncipe maquiavélico. Como o florentino afirma no capítulo XVII da obra, é muito mais seguro ser temido que amado. O príncipe, quanto mais benevolente, mais garantia terá de que seus súditos se doam por inteiro, mas somente até o momento em que surgem as dificuldades, quando passarão à revolta²²⁸. É nessa lógica que podemos normatizar as constantes quebras de decoro de Antônio Pinheiro Netto, apontadas por Francisco Pinheiro. Também suas ameaças, ou ainda o vitupério à família do irmão. O mercador, de misericordioso benevolente, virtuoso, dotado de uma moral prática correspondente à contemplativa, passa para o decoro da utilidade, vendo gradativamente que seria muito mais eficaz ser temido que amado pelo irmão/amigo mais fraco.

Mais do que ter seu nome circulando pelo Império português, Francisco Pinheiro queria ter seu nome ligado a um comércio que abastecia todos os recantos, para, com isso, conseguir barganhar favores e apadrinhamentos com quem estava acima dele na hierarquia do corpo político: o Marquês de Gouveia poderia, por exemplo, usar do nome do mercador no meio mercantil para vender ou comprar alguma mercadoria e, ao mesmo tempo, como uma troca de favores, Pinheiro conquistaria mais poder, pois assim

²²⁷ ACCETTO, Torquato. *Da Dissimulação Honesta*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. IX-XIII, p. 19.

²²⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2010, p. 102.

conseguiria resolver suas pendências com a administração local, por ser protegido do Marquês. Há uma relação direta entre o mercador, que oferece a força de seu nome em alguma praça comercial a quem está em uma posição mais alta que a dele, e este alguém oferece seu apadrinhamento político, fazendo-o deslocar-se verticalmente na hierarquia. Portanto, não é o lucro financeiro propriamente que está no centro do jogo (mesmo porque vimos nas cartas que não se lucrava tanto, pelas tantas reclamações e cobranças, como no caso do capitão Cubellos), mas, sim, outro lucro, o da representação de sucesso dos negócios, que faz o mercador bem sucedido na sociedade portuguesa reinol, que, por consequência, traz o sucesso da rede de amigos espalhada pelo Império e, por fim, traz o sucesso do nome Francisco Pinheiro. É dessa conquista que advém a mobilidade política. Vimos isso acontecer diversas vezes na conversa com o irmão António, dizendo Pinheiro que está enviando carregações que são de pessoas de grande préstimo, gente que ele quer servir. Assim, quando está jogando com essa justificativa, está mostrando do que seu nome é capaz no meio mercantil.

Mais uma vez, é uma relação cíclica, pois ele consegue com o poder de seu nome alcançado desenrolar suas contendas, através das “cartas de favor”, ou arrematar ofícios aos familiares e sócios. E, mais uma vez, esses cargos conseguidos por ele reforçam a circulação de seu nome em determinadas localidades cada vez mais distantes do Império. Por fim, Francisco Pinheiro barganha com quem está acima e abaixo o que aparenta ser uma grande virtude do Império português na primeira metade do século XVIII: a possibilidade de deslocamentos entre diversas e distantes regiões. Quanto maior se tornava a abrangência de seus tratos, apresentada à Corte, maiores eram seus benefícios políticos, as ofertas de privilégios e, por conseguinte, seu deslocamento na sociedade corporativa da monarquia.

Capítulo terceiro

A retórica nas cartas de Francisco Pinheiro e seus familiares

Para fins deste trabalho, não parece relevante compor uma narrativa de cada conversa travada pelo mercador e seus correspondentes em todos aqueles anos de trato. O diálogo entre Pinheiro e seu irmão nos serviu para elucidar como as relações afetivas são representadas entre os tratantes, uma vez que servem a uma adequada e conveniente condução do trato. Parece pertinente, agora, apontar como a retórica epistolar aparece em algumas das contingências locais de certos diálogos possíveis de serem sondados nos cinco volumes dos *Negócios Coloniais*. Para as diferentes regiões em que Francisco Pinheiro se dirigia, quase simultaneamente estavam endereçados papéis a vários correspondente que não necessariamente carregavam as mesmas características de nascimento, ofício, amizade, destreza no trato (mercantil e social), posição hierárquica, etc. Assim, ao mesmo tempo em que compunha cartas para seu correspondente de confiança presente na Bahia, o qual demonstrava possuir grande experiência no comércio e mesmo algum nome de préstimo na região, trocava também cartas com seu compadre recém chegado na vila mineira de Sabará, ou enviava missivas acusatórias para seu irmão no Rio de Janeiro. Essa multiplicidade de contingências das quais Pinheiro deveria dar conta simultaneamente faz com que notemos, dentro dos cinco volumes de cartas que dão nome ao compêndio, alguma diversidade de recursos utilizados da retórica epistolar, mesmo que o nome do mercador seja sempre uma constante.

Quanto à estrutura aparente que se repete nos textos, a que Lípsio denomina “convencional”, há uma constância nas cartas compostas por Francisco Pinheiro e endereçadas a ele, na qual podemos notar características que são claramente preceituadas por diversos manuais anteriores ao século XVII católico. Como típicas da instituição retórica que, na longa duração, transforma doutrina em costume, observamos especificidades que se repetem como padrão nas cartas, que são observadas aqui e ali, nas artes epistolares de Erasmo, Vives, Lípsio, Tesouro, Rodrigues Lobo, Cândido Lusitano, entre tantos outros. Citemos aqui o já descrito *Epistolica institutio* de Justo Lípsio, e o *Dell'arte delle lettere missive*, do conde toscano D. Emanuele Tesouro, publicado pela primeira vez em língua italiana, presume-se, em 1678, e na tradução ao espanhol em

1696²²⁹. Vale dizer, mais uma vez, que características do texto epistolar apontadas por esses letrados em seus manuais estão pontualmente presentes nas cartas dos tratantes do século XVIII não porque necessariamente estes tinham os manuais em mãos ou porque supostamente foram letrados na arte de escrever cartas através dessas preceptivas. As regras presentes nelas são partes constituintes da instituição retórica, que chega ao século XVIII português ou por doutrina, ou por costume, *consuetudo*.

Os hábitos são igualmente agradáveis; porque o que é habitual acontece já como se fosse natural, pois o hábito é de algum modo semelhante à natureza; com efeito, o que acontece muitas vezes está próximo do que acontece sempre; a natureza é própria do que acontece sempre, e o hábito do que acontece muitas vezes.²³⁰

A máxima aristotélica presente na Retórica é amplamente difundida no Ocidente latino, sendo reiterada por Cícero e Santo Agostinho²³¹ e muito relevante para se pensar como todas essas pragmáticas das letras antigas, sempre heterogêneas, alcançam o mundo ibérico e são praticadas por gerações, muitas vezes, pela simples força do hábito, do costume. É especialmente essa a característica possível ao gênero epistolar, defendida por Lípsio. E, ao mesmo tempo, é também assim que podemos ver a ligação presente entre os atributos convencionais da carta defendidos por ele e os presentes nas cartas dos tratantes: *preliminares*, contendo nome e saudação; *conclusão*, em cinco partes, em que se dividem *valedictio* (desejar bons votos e desejos ao destinatário), indicação de lugar, de tempo, fecho complementar e assinatura. Além, obviamente, da matéria variável e sua organização, já citadas anteriormente.

Tesouro, por sua vez, associa as características da carta às do corpo humano, distinguindo entre forma acidental e forma essencial. As diversas espécies de cartas são como a alma dos homens, ou seja, a “forma essencial”, distinta da acidental – o estilo do texto, ou a formosura do conjunto aparente (formato do corpo, em conjunto com as roupas, os trejeitos, etc). O autor da carta é como um artífice, que pode formar, essencialmente, cartas de matérias (corpo) várias e diferentes²³². Como parte integrante

²²⁹ Além do *Dell'arte delle lettere missive*, D. Emanuele Tesouro escreveu também, entre outras obras, *Il Cannochiale Aristotelico* (1654), uma das retóricas católicas de maior circulação e uso por toda a Europa seiscentista.

²³⁰ Aristóteles, *Retórica*, 1370a. Ed. consultada: Aristóteles, *Retórica*, op. cit., p. 56.

²³¹ TOSI, Renzo. Dicionário de sentenças latinas e gregas. Trad. Ivone Castilho Beneditti. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 72.

²³² TESAURO, Emanuele. *Arte de cartas missivas, o methodo general para reducir al papel quantas materias pide el politico comercio*. Trad. espanhol D. Marcelo Migliavada. Espanha, Valencia: Jayme de Bordazar, 1696, p. 4.

da instituição, tal variedade pode ser encontrada nos três gêneros da persuasão (deliberativo, demonstrativo ou judicial), como Erasmo, Lísio e muitos outros já haviam demonstrado. São raízes, diz, as muitas espécies de missivas derivadas de cada um desses gêneros: no *deliberativo* estão as de conselhos, cautelas, dogmáticas, cominatórias (que dão ordens), postulatórias (de autorização), de desafios, desculpas e convites; no *demonstrativo* se encontram as gratulatórias, consolatórias, dedicatórias, repreensivas, de agradecimentos, cumprimentos, credenciais, avisos, presságios (felizes e funestos), informativas, para narrações de novidades, descrição de lugares etc; por fim, nas *judiciais*, estão as de condenação, absolvição, denúncias ou lamentos. Em suma, na carta, uma dessas espécies será a principal e outras, auxiliares²³³.

Quanto ao corpo, ou a “forma accidental”, Tesouro afirma que na carta é necessário aquilo que convém à oratória: a proposição e a confirmação. A proposição é o *tema* e a confirmação é o *discurso*. Este compõe o corpo do texto e trata de persuadir o leitor sobre o tema. Adverte, ainda, que essa persuasão consiste na colheita e organização das *razões* que vão formar o discurso, ou seja, os argumentos que irão mover o destinatário para aquilo que se pretende no tema. As razões podem ser de caráter histórico, lógico, ético ou patético (sobre os caracteres, *éthe*, e as paixões, *pathe*, do autor e do leitor)²³⁴. Esses quatro meios de persuasão podem aparecer no texto que, para Tesouro, se compõe analogamente como os animais perfeitos: cabeça, corpo e cauda. A cabeça é o preâmbulo, ou exórdio, que introduz o tema, ou “insinua a proposição”. No corpo se insere o discurso, no qual se discorrem as razões e argumentos sobre o tema. A cauda, por fim, finaliza o discurso e cumprimenta o destinatário, com civilidade. Nas três partes podem ser usados os argumentos adequados como meios eficazes e verossímeis da persuasão²³⁵. “Cabeça, corpo e cauda” ou “preliminares e conclusão”, as correspondências trocadas por Francisco Pinheiro seguem esses preceitos, de modo geral, como padrão notável na leitura dos *Negócios Coloniais*.

Mas, de acordo com as particularidades variáveis, já apontadas, das cartas que aqui tratamos, foquemos os argumentos lógicos, éticos e patéticos elencados por Tesouro. A persuasão lógica é aquela formada por silogismos, ou *máximas*, que retoricamente aparecem como argumentos prováveis. Ou seja, são as tópicos que Tesouro separa em duas categorias: as externas, *extrínsecas*, compostas de ditos externos ao tema. São

²³³ TESAURO, op. cit., p. 5.

²³⁴ Idem, p. 7.

²³⁵ Idem, pp. 12-14.

argumentos fundados em máximas como as leis divinas, leis humanas, testemunhos, adágios populares e apólogos autorizados. As *intrínsecas*, por sua vez, são tópicos formadas por atributos relacionadas ao assunto do texto, ou minimamente aos termos empregados nele: definição, nome, propriedade, conjugações, do todo e da parte, causa e efeito, antecedentes e conseqüente, concomitantes, semelhança e diferença, contrários, maior/menor/igual e correlativos²³⁶. São essas, as intrínsecas, que formam os lugares-comuns que podem ser observados, além dos argumentos éticos e patéticos, de forma esparsa e variada na correspondência de Francisco Pinheiro. Não são máximas unicamente verossímeis à retórica epistolar do conde toscano. Elas ocupam lugar de importância na oratória romana e aparecem nas diversas retóricas dos séculos XVI e XVII. O elenco é quase o mesmo, por exemplo, na *De arte Rhetorica*, do português Cipriano Soares, um século antes de Tesouro publicar as suas.

Tão importante quanto os argumentos lógicos formados pelas máximas intrínsecas às questões abordadas em um texto epistolar, são as razões éticas e patéticas, nomeadas por Tesouro. A persuasão ética ocorre por meio do uso de termos e máximas de cunho moralizante, nas quais se representam costumes virtuosos que, por acaso, o autor da carta possuía, como sinceridade e integridade. Com esse exercício, quem escreve consegue conciliar os ânimos do leitor de modo que creia naquilo que lê e execute aquilo que pede²³⁷. Como já dito, é o ato de formar na mente do destinatário a imagem do emissor como homem de bons costumes, virtuoso, sensato e afetuoso, pois, como afirmam as retóricas desde Aristóteles, facilmente se crê em homens que são bons. Ou é verossímil concluir que aquele que aconselha coisas justas e honestas provavelmente seja homem honesto e justo. São fórmulas que produzem, no ânimo de quem lê, a boa opinião sobre as virtudes de quem escreve. Podem vir, no texto, expressando tanto uma suposta virtude de quem escreve, imprimindo-a em quem lê, relacionando-a a uma terceira pessoa pela qual se fala, ou mesmo formando algum documento genérico por meio de alguma máxima virtuosa²³⁸.

Tesouro afirma que as fórmulas éticas procedem da luz natural que há nos homens, que facilmente, ou com um mínimo de instrução a respeito da definição das virtudes principais, conseguem distingui-las de seus vícios opostos. O conde toscano reitera, nesse momento, a relevância do costume, do hábito, ao afirmar não ser necessário

²³⁶ TESAURO, op. cit., pp. 36-45.

²³⁷ Idem, pp. 52-55.

²³⁸ Idem, p. 53.

um estudo aprofundado de toda a filosofia moral, para autorizar o escritor de cartas a compor suas fórmulas éticas. Assim, ele diz: “Não há criança que não saiba que são quatro as virtudes principais – *prudência, fortaleza, justiça e temperança*”²³⁹.

Debaixo delas, como derivadas das principais, estão localizadas as virtudes que formarão os argumentos e as máximas éticas usadas na persuasão epistolar. Dessa forma, sendo a *prudência* uma força do entendimento que se usa para aconselhar a si mesmo e aos outros, as fórmulas derivadas dessa virtude podem ensinar experiência e memória das coisas passadas, mostrar previdência do que está próximo, mostrar um juízo inteligente e sincero no ato de aconselhar, mostrar desconfiança e suspeita, mostrar entendimento contra as forças da Fortuna, ou emendar um erro com um arrependimento. Também a *justiça*, como retitude da vontade, para dar a si mesmo e aos demais o que convém conforme as leis humanas e divinas, permite a composição de argumentos que possibilitam ao emissor cobrar e mostrar possuir ele mesmo piedosa devoção a Deus, cobrar justiça nas leis humanas, exigir ou demonstrar subordinação e reverência aos superiores, solicitar equidade e moderação no rigor da justiça, e mesmo expor sua fidelidade ao destinatário. Ou a *temperança*, como virtude do apetite concupiscível que, por seu turno, consiste na prática da moderação sobre o desejo dos bens materiais. Assim, permite ao emissor construir argumentos fincados em uma suposta benevolência e amizade, expondo seus atos beneficentes e liberais para que assim possa mostrar ou mesmo exigir gratidão e modéstia do leitor. Por fim, a *fortaleza*, sendo virtude do apetite irascível, a qual modera o temor dos males que molestam a vida humana, carrega consigo a possibilidade de argumentos que transmitam tolerância e constância nas resoluções²⁴⁰.

Junto a todas essas fórmulas do *ethos* do autor de cartas podem vir também os argumentos patéticos, sustentados por um *pathos*, a expressão de uma paixão que se imprime no leitor, fazendo-o mover seus humores na direção conveniente a quem escreve. Ou seja, além das virtudes, também o exercício de expressar em uma carta certos movimentos da alma que farão seu destinatário sentir certas emoções úteis retoricamente. Tesouro preocupa-se em distinguir os argumentos “patheticos” dos “ethicos”, afirmando que estes últimos fazem o ouvinte crer pelos costumes prováveis do orador, diferentemente daqueles que fazem o ouvinte crer por sua própria emoção, incitada pelo orador²⁴¹. É assim também no texto epistolar.

²³⁹ TESAURO, op. cit., p. 55.

²⁴⁰ Idem, pp. 55-56.

²⁴¹ Idem, p. 54.

O conde toscano elenca as paixões humanas a partir das doze descritas por Aristóteles: os três pares acerca do bem e do mal concupiscente, ou dos movimentos do apetite – amor e aborrecimento, desejo e fuga, deleite e dor –; e os três pares acerca do bem e do mal “duros”, ou dos movimentos do irascível – esperança e desespero, ousadia e temor, ira e brandura. Além, ainda, de outras seis presentes na *Retórica*, a saber, pudicícia, despudor, misericórdia, indignação, inveja e emulação²⁴². Para figurá-las no texto, e assim “mover os ânimos alheios”, geralmente elas não vêm acompanhadas de sentenças inteiras, como nos ditos que expressam as virtudes, mas por expressões do movimento da memória, como interrogações, dúvidas, apóstrofes, juramentos, admirações, ou mesmo exclamações que transmitam força, impulso ou viveza ao texto.

Assim, como podemos observar na já citada carta enviada por Francisco Pinheiro ao irmão, no Rio de Janeiro, em março de 1721, na qual o mercador quer mostrar total desconfiança e aborrecimento perante as supostas atitudes desonestas de Antônio, há diversas passagens que evidenciam o uso de argumentos éticos e patéticos, aplicados retoricamente. Quando, por exemplo, Pinheiro quer dizer que a comissão de 10% tirada por Antonio das vendas de suas mercadorias é muito elevada diante dos 6% praticados por outros comerciantes, diz que tal percentual “não he uzo nem estillo”. Aplicando uma ironia muito útil, o mercador prossegue: “não sei na verdade quem lhe da a Vossa Mercê tão boas lições para estar tão destro; pois Vossa Mercê o não aprendeo ca; mas a vista disto mais valle ir para os pegois [...]”²⁴³. Ou seja, diante de uma relação de atrito entre o tratante e seu familiar, em que a representação da amizade entre as partes já não parece mais conveniente, um simples questionamento não basta, é preciso mover o ânimo do destinatário em direção à vergonha. Ao mesmo tempo, podemos notar que Tesouro, em seu manual epistolar, diz que a pudicícia, como paixão irascível, nasce de uma ação vergonhosa e pode ser definida ou como *embaraço* (*verecúndia*, *empacho*), quando precede a ação e se dá por temor da infâmia, ou como *vergonha*, quando sucede a ação e se caracteriza pela dor da infâmia. Nesse segundo significado, cita diversos exemplos de como excitar, na carta, a vergonha no destinatário. Dentre eles, ditos como:

*Gran imprudencia es creer, que se puede esconder el error; o gran desacato (y falta de verguença) que es, no manifestarlo en las mexillas: puesto que el avergonzamiento es atalaya de la consciência*²⁴⁴.

²⁴² TESAURO, op. cit., p. 67. Cf.: Capítulos 6-11, Livro II - Aristóteles, *Retórica*, 1383b. Ed. consultada: Aristóteles, *Retórica*, op. cit., pp. 104-121.

²⁴³ Carta 1015, maço 4, vol. IV, p. 754.

²⁴⁴ “Formulas para excitar verguença em otros” – TESAURO, op. cit., p. 85.

Ao se utilizar de um assunto ou tema específico do trato entre as duas partes (a percentagem tirada às comissões), Francisco Pinheiro quer imprimir em Antônio a vergonha por suas ações. Para não deixar dúvidas, ainda, na mesma carta, o mercador fala também da esposa do irmão e de como ela deixou de cuidar do dinheiro que ele lhe enviou, e diz, como já citado anteriormente, “*e aqui se vee q. o seu dinheiro de Vossa Mercê; não ha de ser senão para os munturos**,”²⁴⁵. Não parece sem propósito que mencione a família do irmão como motivo para maldizê-lo, justamente na carta em que Pinheiro dedica diversos parágrafos a acusar os erros e problemas no andamento dos negócios que estão nas mãos de Antônio. Destarte, o mercador faz uso de temas próprios da relação com seu destinatário para compor fórmulas que lhe imprimam a vergonha, uma paixão que move o ânimo daqueles que devem sentir a dor da infâmia. Ao mesmo tempo, ao afirmar que a esposa do irmão está sendo mal vista, faz uso também de um lugar-comum externo a que Tesouro denomina por “*pública fama*” – a *murmuração*, que produz desonra e infâmia, sendo aplicada como fórmula persuasiva.

*La fama tiene muchas bocas; pero una sola voz, que siendo la del Pueblo, es voz de Dios. Y si tal vez la fama no dize lo certo, dirá lo verisimil. Y por esso es menester amar la buena fama, y temer la mala.*²⁴⁶

Ou, mesmo, se observarmos as paixões descritas por Aristóteles, na *Retórica*, veremos que a *indignação* é afeto que parte da injustiça, e que a sentimos ao notarmos êxitos imerecidos. Convém retoricamente a indignação àquele que vê, por exemplo, pessoas más tirarem proveito da riqueza, do poder e de coisas semelhantes²⁴⁷. Francisco Pinheiro atribui ao irmão desprezo por seus negócios, despreparo para o ofício de mercador, infidelidade e, principalmente, ingratidão. Por isso vê como decoroso se mostrar aborrecido, pois a ingratidão e a infidelidade fazem Antônio tirar proveito imerecido das mercadorias, das comissões, da oportunidade de ter sido enviado para o Rio de Janeiro representar o grande mercador de Lisboa.

Também, no parágrafo seguinte, ao acusar seu irmão de ter enviado uma carta a um tal amigo, dizendo ser ele, Francisco Pinheiro, somente bom “para marroteiros”*,

²⁴⁵ Carta 1015, maço 4, vol. IV, p. 756.

²⁴⁶ “Lugar VI. De la publica fama” – TESAURO, op. cit., p. 48.

²⁴⁷ Cf.: Capítulo 9, livro II. Aristóteles, *Retórica*, 1386b. Ed. consultada: Aristóteles, *Retórica*. op. cit., pp. 114-117. A *indignação* é paixão irascível que, estoicamente, é indiga, pois o tipo indignado é aquele que perdeu o controle racional sobre sua paixão. Ou seja, é ato vicioso.

responde: “*que se eu naquelle tempo adevinhara isto, podera ser que o não possesse a Vossa Mercê no estado em q. esta*”²⁴⁸. Aqui, aparentemente, Pinheiro demonstra arrependimento, como se estivesse assumindo um erro e um desejo de corrigi-lo. Dentro do elenco exposto por Tesouro para as fórmulas éticas, o ato de mostrar emenda de um erro se encontra inserido nos argumentos que se relacionam com a virtude da *prudência*. Mas, ao analisarmos o contexto do diálogo travado entre os dois irmãos, é mais provável que tal afirmação tenha sido inserida ali para mover temor e desespero em Antônio – fórmula patética inserida no par *esperança/audácia*, movimentos irascíveis da alma acerca das coisas vindouras que se desejam ou se temem. A retórica presente nesse caso é ainda mais eficaz, uma vez que o mercador faz uso de outro lugar-comum externo, ou seja, um susposto testemunho que inviabiliza qualquer tentativa de desculpas.

*Los testigos son argumentos visibles de la verdad invisible: demodo, que el Juez con los ojos de los testigos, vé las cosas ocultas. Luego quien quita las atestiguaciones, ciega los Juezes?*²⁴⁹

Pelo observado na conversa estabelecida por cartas entre os dois mercadores irmãos durante quase 15 anos – exposta no capítulo anterior –, é evidente que todo o diálogo vem permeado de fórmulas e argumentos éticos e patéticos que tornam verossímeis os objetivos da persuasão oriundos de cada uma das partes. Exatamente como reza o preceituário do Conde Emanuele Tesouro, ou de tantos outros que circulavam naqueles contextos como doutrina ou como costume. Mas, ao mesmo tempo, sem deixar de lado o específico da prática: os *éthe* e os *pathe* em ação nos textos não se sustentam, na grande maioria dos casos, fora dos assuntos particulares do trato entre os dois. É o conceito de *variedade*, tão caro a Erasmo, que se vê presente no adequado (eficaz) uso do gênero epistolar nos séculos XVII e XVIII.

Francisco, Manoel e João Pinheiro Netto: os filhos de Antônio

Aparentemente Antônio, irmão de Francisco Pinheiro, teve quatro filhos: Francisco Pinheiro Netto, Manoel Pinheiro Netto, João Pinheiro Netto e Antônio Pinheiro Gomes. Este último vem a falecer muito cedo, em maio de 1716, atacado por escravos durante sua estada em Angola, como já referido. Pelo que observamos na leitura da correspondência trocada entre Antônio e o irmão, seu filho João, o mais velho, parece ter

²⁴⁸ Carta 1015, maço 4, vol. IV, p. 757.

²⁴⁹ “Lugar III. De los testigos” – TESAURO, op. cit., p. 46.

ido para o Rio de Janeiro, já em meados de 1714, formar uma sociedade com o pai para dar conta dos negócios na região. Há cartas dele endereçadas ao tio desde junho daquele ano. Também, em junho do ano seguinte, 1715, há uma endereçada a Francisco Pinheiro, mas assinada pelo sobrinho mais novo dos quatro, Francisco Pinheiro Netto, que diz ter ido às Minas Gerais por ordem do pai atrás do paradeiro do capitão Cubellos, acusado de roubar alguns escravos do mercador. É citada a passagem em que o próprio recrimina a atitude do irmão em colocar nas mãos do filho, que não passava dos 15 anos de idade, uma demanda tão complicada e perigosa²⁵⁰. Do menino Francisco não há informação nessa época, pois notamos somente essa carta, muito pequena, contando ao tio de sua chegada e de seu estado nas Minas. Há mais algumas poucas dele, na década de 1730, que envolvem temas relativos à trama que se dá após a morte do pai.

Quanto a João, este aparenta, nas cartas que envolvem seu nome, um bom relacionamento com o pai e com o tio, uma vez que Antônio mostrava não possuir muita destreza nos assuntos do trato e, aos olhos de Pinheiro, o filho mais velho dos três vivos poderia vir ajudá-lo. Ao mesmo tempo, as atenções do mercador em Lisboa, quando se tratava do Rio de Janeiro nesse período, estavam voltadas para ensinar seu irmão a prestar contas corretamente e, por vezes, acusá-lo de desvio de remessas, ambição individual e enriquecimento escuso. Não mostra muito zelo com as ações do sobrinho, pois não parece ser ele o foco naquele momento. Observa-se, inclusive, que há somente cartas partindo de João para o tio, por essa época, sem nenhuma resposta dele até 1728, quando o trato já é outro.

Depois de passar algum tempo com o pai no Rio de Janeiro, João se desloca para o interior, em direção às vilas mineiras, para resolver algumas pendências relativas aos negócios da sociedade com Antônio. Em 1719 se encontra na Vila Rica do Ouro Preto e, em 27 de junho daquele mesmo ano, escreve mais uma de suas cartas ao tio mercador. Esta parece ser, pelo observado no compêndio, a quarta missiva que envia a Francisco Pinheiro. Nela, o que mais se destaca – para uma mensagem relativamente pequena – é o tamanho do exórdio, como exercício para a captação da benevolência do mercador:

Meu tio e meu senhor nesta ocasião recebi hua de Vossa Mercê de q. fiz aquella estimação que devo, e o seu affecto me mereçe, e como couza não esperada, e muito mais por ver pesua perfeita saude a coal Nosso Senhor lhe conserve como eu lhe dezejo na companhia da senhora minha tia e mais f.^a (sic) *eu de saude fico muito certo e obediente a seus pez quando em mim haja algu prestimo, dando a Vossa Mercê os*

²⁵⁰ “[...] pois foi meter hua diligencia destas na mão de hu rapaz, que esta fedendo os cueiros [...]” Cf.: Carta 980, maço 4, vol. IV, p. 718.

*parabens do seu habito q Nosso Senhor lho deixe lograr pello anos do seu dezejo. Rendo lhe a Vossa Mercê as graças da honrra e favor que sempre me fes, e fas sem q. em mi haja algum merecimento; mas Nosso Senhor lhe ha de pagar estas obras de miziricordia que fes a minha merce, e a esses orfãos q. se devam chamar pella minha auzencia, pois sabe Vossa Mercê que me reconhecem e por estas e mais merces recebidos com maior rezão prometo, e confessaria sempre ser verdadeiro escravo de Vossa Mercê [...]*²⁵¹

Nessa longa *captatio*, mais extensa que propriamente a *petitio*, há diversos argumentos éticos aplicados com decoro. Primeiramente o *topos* inserido na virtude da *temperança*: mostrar zelo pela saúde do próximo. Este, por padrão, se encontra em inúmeras missivas de Francisco Pinheiro e seus correspondentes, como método mais eficaz de saudação. Em seguida, no específico dessa carta, o emissor lembra o acontecido recente (naquele mesmo ano) de seu destinatário ter sido sagrado Cavaleiro Emérito da Ordem de Christo, para compor os argumentos relativos à virtude da *justiça*: mostrar subordinação e reverência aos superiores, fidelidade e piedosa devoção para com Deus, exatamente como preceituado no manual de Tesouro. Assim, João Pinheiro Netto conseguiu, decorosamente, compor uma carta que tem por objetivo tão somente se colocar humildemente como servo do tio, agradecido por sua amizade tão misericordiosa. O sobrinho usa do particular da relação com Pinheiro para aplicar nada mais do que fórmulas éticas sabidas para tais fins²⁵².

Depois do longo exórdio, nas poucas linhas dedicadas ao tema da carta, João narra sobre sua estada nas Minas Gerais, por conta da sociedade com o pai que já completara dois anos, e fala de sua esperança em sair daquelas partes – aplicando mais uma vez a fórmula expressiva do *ethos* da *justiça*, mostrando sua devoção por Deus, assim como é recomendado por Tesouro²⁵³, falar como se sempre se estivesse diante de Deus, atribuindo à Providência divina todos os seus sucessos – de modo que, diz, “primita Deus levar me em pas destas minas q. nellas sem duvida são bem ariscadas as almas mas confio na mizericordia divina sair em pas e he o q. se offreçe dizer a Vossa Mercê”²⁵⁴. De tal

²⁵¹ Carta 139, maço 18, vol. I, p. 237 (grifos meus).

²⁵² “Mostrar subordinacion, y reverencia a los superiores”:

“Pues por la regia grandeza reconozco à mi Principe por mi Dios terreno; suplico à V.A. quiera acceptar en esta Carta aquel tributo, que mejor no le puede cobrar la deidad, qual es el honor, y la reverencia. Yo considero à mi patria tan benigna conmigo, que si no fuera su subdito por naturaleza, lo seria por eleccion. Las ordenes de V.A. confunden en mi dos contrarios extremos, profunda humildad en serviles, y suma ambicion de poderle servir.” Cf.: TESAURO, op. cit., p. 62.

“Mostrar fidelidad”:

“El alma à mi me faltará primero, que yo os falte à vos; porque el vinculo de mi fê, es mas firme, que el de la vida.” Cf.: TESAURO, op. cit., p. 63.

²⁵³ “Mostrar piadosa devocion con Dios” – TESAURO, op. cit., p. 60.

²⁵⁴ Carta 139, maço 18, vol. I, pp. 237-238.

modo que o sobrinho de Francisco Pinheiro consegue, em um pequeno texto, expressar as virtudes convenientes à sua iniciativa de se colocar como amigo fiel e subserviente ao tio, figura de grande importância, a quem interessa estar amigado.

Fica clara nos papéis seguintes a razão pela qual interessam as representações da amizade e da subserviência. São constantes nas cartas, até idos de 1727, as juras de obediência, prestatividade e fidelidade, ao mesmo tempo em que vêm seguidas de pedidos de favores que somente com tais caracteres se tornariam decorosos. Na carta de julho de 1720, por exemplo, João escreve ao tio sobre o cuidado e obrigação que tem ao enviar para sua mulher e filhos as poucas riquezas que consegue juntar, estando ali nas minas em sociedade com o pai. Pois logo não deixa de pedir a Francisco Pinheiro que os ajude, caso tais valores não sejam suficientes.

[...] e a Vossa Mercê ha de constar porq. ainda q. longe de vista muito perto da minha obrigação, e amor a minha mulher, e filhos mas quando Vossa Mercê intenda q. o q. ca mando não basta, lhe peso a socorra em o q. vir lhe he necessario, que protesto a satisfação pontualissima dando me Deus vida.²⁵⁵

No mesmo mês de julho daquele ano, ainda, depois de pedir ao tio que ajude sua família em caso de necessidade, João escreve mais uma carta, nela solicitando – entre inúmeras declarações de reverência e subordinação –, que Pinheiro envie papéis às minas os quais possam provar ser ele, João, familiar do mercador:

Tambem vejo o dizer me Vossa Mercê na sua que pertendia fazer hua companhia para estas minas eu o estimara emfenito por mostrar o muito que dezejo servir a Vossa Mercê coando em mim haja hesse prestimo;
La mandei emfadar a Vossa Mercê aserqa de ser eu famaliar coando lhe paressa a Vossa Mercê e lhe não dando hisso molestia *me fara mercê andar com hesses papeis pois nesta terra he hua das milhores honrras que ha* e tudo o que se gastar satisfarei a Vossa Mercê e coando em minha caza ouverem por algum asidente mister algua couza me fara mercê radiar pois Vossa Mercê bem sabe q. nesa terra não tenho outro amparo mais do q. a Vossa Mercê [...]²⁵⁶

Sempre partindo dos lugares-comuns e argumentos ditados pelo costume da instituição retórica, João Pinheiro Netto vai compondo sua representação, nas cartas, verossímeis e interessadas ao conveniente da sua relação afetiva com o tio. Em meio a relatos sobre os negócios propriamente ditos, as cartas aparecem cumprindo uma diversidade de fins específicos que colocam, para uma grande parte delas, os números da

²⁵⁵ Carta 141, maço 18, vol. I, pp. 240-241.

²⁵⁶ Carta 142, maço 18, vol. I, p. 242 (grifos meus).

compra e venda das mercadorias em segundo plano. Fica evidente que o sobrinho de Francisco Pinheiro busca representar nas suas cartas, àquela altura, estar ciente de seu lugar na hierarquia presente na rede de amizades em torno do mercador e, por conseguinte, inserida no todo do Império português. Somente a subordinação ao superior lhe garantiria privilégios e favores imprescindíveis à sua sobrevivência naquela posição em que se encontrava. Por isso era indispensável que tal subordinação fosse a todo momento reafirmada retoricamente, pois, dessa forma, seria decoroso pedir algum favor, dentro daquele jogo de amizade desigual. Se olharmos de um ponto de vista mais amplo, poderemos concluir que o ato de encenar sua subordinação é, ao mesmo tempo, ato de representação de seu sentido de pertença ao corpo político do reino.

Entretanto, essa encenação específica atinge seu limite. Este se dá quando o pai de João, irmão de Francisco Pinheiro, vem a falecer por volta de 1725 (ou 1726), enquanto fazia uma viagem às minas. A partir desse fato, o tom da conversa será outro. Antônio Pinheiro Netto deixa negócios em andamento e, principalmente, uma dívida com o irmão, por conta talvez de sua falta de preparo como mercador. É notório como Pinheiro fez questão de mostrar suspeita, decepção e aborrecimento com o irmão, anteriormente, na correspondência trocada entre os dois. Agora todas as questões relativas ao testamento, aos bens deixados e, sobretudo, à dívida, serão cobrados dos filhos dele. Nesse momento, entra em cena o outro irmão de João, o padre Manoel Pinheiro Netto que, em nome do mercador em Lisboa, vai para o Rio de Janeiro ajudar a resolver todos esses trâmites.

O desenrolar dessas pendências fica por conta de João que, como filho mais velho, toma para si os bens do pai e passa a negar o pagamento da dívida ao tio. Francisco Pinheiro insiste desde sua primeira carta ao sobrinho, em 1728, que ele e o irmão padre resolvam tudo do melhor e mais amigável modo possível. Manoel o ajuda, mostrando-se sempre fiel, mas João se rebela, até que em idos de 1744 Pinheiro resolve romper os laços afetivos com João, os mesmo laços que pareciam tão caros vinte anos antes.

Em agosto de 1727, João Pinheiro Netto escreve ao tio relatando o fato da morte de seu pai Antônio. Além dos pesares, conta sobre o testamento deixado por ele e, inclusive, assume a existência da dívida com Francisco Pinheiro, que nessa carta aparece com o valor de “tres ou coatro mil cruzados”. Diz sentir carregá-la consigo, pois o falecido pai já não possuía meios de quitá-la, e ele agora também não, uma vez que “ver me precegado pelas suas dividas q. estimara ter muito poder pagar mas o q. tenho não he

muito tenho filhos a quem o não poso tirar”²⁵⁷. Nota-se que o sobrinho do mercador já se coloca, de início, resistente a carregar o peso da dívida, mas procura não bater de frente com o tio. Alguns meses depois, em fevereiro de 1728, Pinheiro responde, na primeira carta que se lê dele direcionada a João. Há nela também demonstrações de condolências pelo ocorrido mas, diante da postura do sobrinho, o mercador não demora em cobrá-lo. Porém, a essa altura, ainda, o diálogo está amigável. A amizade entre as partes ainda está cuidadosamente representada por ambos.

Nos argumentos éticos derivados da virtude da *prudência* descritos por Tesouro, um deles consiste em “mostrar desconfiança e suspeita” ao destinatário, para movê-lo a agir segundo a conduta tida por virtuosa pelo emissor²⁵⁸. No mesmo sentido há fórmulas também que procuram ensinar experiência e memória sobre as coisas passadas²⁵⁹, além daquelas que jogam diante dos olhos do leitor uma imagem do autor como possuidor de um juízo inteligente para aconselhar²⁶⁰. Todos esses recursos cabem retoricamente no texto epistolar, pressupondo um diálogo entre ausentes que se querem presentes. Por meio dessas fórmulas, então, Francisco Pinheiro cobra uma atitude do sobrinho que considera correta e consegue fazê-lo sem quebrar o decoro da relação afetiva que se vinha representando até ali. Em um longo parágrafo que precede o detalhamento das contas presentes nos livros deixados por Antônio, o mercador muito retamente explica ao sobrinho o quanto ele depende do tio, assim como o pai dependia do irmão, pois tudo o que fizeram partiu da ajuda dele. Diz Pinheiro: “Vossa Mercê não ignora que eu fui o que dei caminho a meu irmão de ir a essas partes grangear o q. deixou como tãobem com o q. ajudou a Vossa Mercê para se achar nos termos em que se vee pois não ressebia nessas partes comissois mais que as minhas [...]”. Sendo assim, logo em seguida, aconselha: “q. Vossa Mercê as queira ajustar amigabelmente o pode fazer o que estimarei muito q. fazendo sse assim não lhe faltarei em o que em o que (sic) me ocupar [...]”²⁶¹.

Nesse mesmo período, por volta de 1728, Manoel Pinheiro Netto dá sua primeira notícia ao tio após sua chegada ao Rio de Janeiro, depois que partiu de Portugal prometendo a Francisco Pinheiro ajudar a resolver todas as pendências relativas à morte do pai. Na primeira carta que se lê, datada de agosto daquele ano, o padre se esforça em

²⁵⁷ Carta 429, maço 18, vol. III, p. 230.

²⁵⁸ “Mostrar desconfiança, y sospecha.” – TESAURO, op. cit., p. 59.

²⁵⁹ “Formulas para enseñar experiencia, y memoria de las cosas passadas.” – Idem, p. 58.

²⁶⁰ “Mostrar juizio sesudo, y sincero em aconsejar.” – Idem, pp. 58-59.

²⁶¹ Carta 912, maço 12, vol. IV, p. 651.

compor uma captação da benevolência do mercador, na qual se notam os resultados da educação eclesiástica. Os argumentos éticos presentes relacionam-se com a virtude da *justiça*, ao mostrar total subordinação e fidelidade²⁶², e a da *temperança*, em que se vê mostrar zelo pela saúde e profunda gratidão²⁶³. Assim, já de início, o sobrinho se coloca pronto a tudo o que o tio solicitar:

Reconheço a suma razão, que Vossa Mercê tem, para se queixar deste seu servo, e criado; mas fica me a consolação de constar a Vossa Mercê não tem ahinda feito viagem para sima, nem tampouco meu irmão, e criado de Vossa Mercê ter vindo a esta cidade; para que con toda a largeza, desse conta a Vossa Mercê do estado do seu imbolço; *que certamente como quem vive tão obrigadissimo, ao seu patrocínio, nunca jamais me poderei esquecer*, do que hua, e tantas vezes permiti a Vossa Mercê; e para que Vossa Mercê venha no conhecimento do grande gosto, que tenho de o servir, e de que Vossa Mercê seja o primeiro, que se embolsse; [...] que o não exxecutar conforme nesta narro, cahirei no absurdo de engrato, e na omissão de esquecido.²⁶⁴

Manoel segue dizendo que ainda não conseguiu qualquer notícia sobre a questão da dívida, pois depende da venda de algumas pipas de vinho para juntar algum dinheiro e dessa forma conseguir subir às minas. A dificuldade está em quem as compre “con dinheiro [a] vista”, uma vez que não pode arriscar vendê-las fiadas, pois “todos os dias estão fugindo taverneiros”. Como é de costume, o padre não hesita em logo pedir um favor a Pinheiro, de forma muito decorosa e agradecida, como mandam as fórmulas já vistas. Com as justificativas emocionais convenientes à sua posição de religioso, pede que Francisco Pinheiro consiga junto ao Rei uma vaga de clérigo em alguma igreja mineira.

Meu tio, e meu senhor presso a Vossa Mercê pellas almas dos senhores seus pais, avos meus, e pella saude da senhora minha [tia], dona Joanna Baptista, e pella de Vossa Mercê que todos os dias no sacrosancto sacraficio da missa, pesso a a D.N.Sr. pella saude de Vossa Mercê e da senhora minha dona Joanna, e pellas almas dos senhores seus pais, pesso a Vossa Mercê me queira patrossinar con o seu valimento para com Sua Magestade, que Deus guardé para que me fassa mercê de qualquer igreja das minas, inda que seja das mais pequena no rendimento; e das maiores no trabalho; pois ja que nestas terras tão remotas me acho, quezera hir para essa cidade con algum genero de descanso, para de minha mai a pobre velha, e dezempurada;²⁶⁵

²⁶² “Mostrar subordinacion, y reverencia a los superiores.” – TESAURO, op. cit., p. 62.

²⁶³ “Mostrar zelo de la salud del proximo.” – Idem, p. 64.

²⁶⁴ Carta 442, maço 18, vol. III, p. 278 (grifos meus).

²⁶⁵ Idem.

Em resposta, quase seis meses depois, Pinheiro não deixa de cobrar ao sobrinho padre que não perca tempo na resolução das questões com João, usando mesmo a memória das coisas passadas²⁶⁶ para justificar o merecimento de toda essa atenção: “pois Vossa Mercê save mui bem que eu fui a total cauza do augmento da caza de seu pai e irmão meu que Deos haja comtudo ainda estou para o servir a Vossa Mercê destas partes no que for de seu augmento, pello que fico descancado na ssua promessa [...]”. Quanto àquele pedido feito, se prontificou a atendê-lo, dizendo que só não o fez já, por não encontrar vaga “nesse destricto de Ouro Pretto”, mas pede que o sobrinho “avize para que partes lhe faz mais conveniencia que tratarei logo de por todo o meu cuidado”²⁶⁷. Ou seja, podemos observar como a amizade representada nas cartas, nesse contexto, funciona retoricamente para fins convenientes tanto para o lado maior quanto para o menor. É o jogo de trocas que mais se nota nos *Negócios Coloniais*. Tal encenação se mostra eficiente aqui, nesse caso, como se mostrava anos antes entre o mercador e o irmão Antônio, ou entre ele e o outro sobrinho, João. O que já não é o caso em idos de 1730. Aqui, por exemplo, em carta de janeiro desse ano, Francisco Pinheiro escreve ao sobrinho mais velho também para cobrá-lo sobre a dívida, mas usando de outros recursos.

Nesse caso, o mercador precisa empregar argumentos que causem vergonha no destinatário²⁶⁸, além de expressar sua preocupação com a justiça²⁶⁹. Assim sendo, além de afirmar mais uma vez que foi por conta dele que Antônio e João conseguiram conquistar seu cabedal, alega que foi João, por meio de sua desonestidade e desatenção, que causou a morte do pai:

[...] tãobem save que Vossa Mercê causou a morte de sseu pai e irmão meu porque depois que se vio cheo se lanvantou com os cavedaiz que delle tinha na ssua mão não lhe querendo dar contas como era rezão mas sim a sua vontade em tal que o pressizou a ir a essas minnas achando sse ja com annos incapazes de ssemelhantes jornadas o que sertamente lhe não devia fazer pois devia por podiente em primeiro lugar o que lhe devia como seu pai em segundo a lialdade que devia ter com[o] bom comrespondente remetendo lhe o que era seu delle para tãobem dar conta de ssi [...] isto suposto se Vossa Mercê lhe paresse que assim como zombou de sseu pai o fara de mim emgana sse porque gracias a Deos tenho os meios para disso me livrar [...]²⁷⁰

²⁶⁶ “*Formulas para enseñar experiênciã, y memoria de las cosas pasadas.*” – TESAURO, op. cit., p. 58.

²⁶⁷ Carta 919, maço 12, vol. IV, pp. 658-659.

²⁶⁸ “*Formulas para excitar verguença en otros.*” – TESAURO, op. cit., p. 84.

²⁶⁹ “*Formulas expressivas de la Iusticia.*” – Idem, pp. 60-63.

²⁷⁰ Carta 923, maço 12, vol. IV, p. 662.

Diante de todas essas razões, Francisco Pinheiro ameaça usar de outros meios para ajustar tudo como se deve, tornando, por exemplo, o caso público e causando grande desonra à família. Fecha a carta em tom de ameaça: “espero que Vossa Mercê evite a ocasião de eu uzar o que não dezejo”. O que notamos nesse caso, diferente do anterior, é o uso de fórmulas não mais relacionadas à manutenção de uma amizade desigual, mas que possibilitem uma eficácia nos objetivos específicos do lado mais forte.

Aristóteles, na *Retórica*, afirma que são amigos aqueles que não nos repreendem, que não são rancorosos e não alimentam queixas a nosso respeito. Afirma também que os amigos inspiram confiança entre si, e não medo, pois não se ama a quem se teme²⁷¹. Dentre outros lugares-comuns diversos, estes ao serem aplicados no discurso representam retoricamente uma amizade verdadeira, mesmo que desigual. Na carta de Francisco Pinheiro dirigida ao sobrinho, nota-se que o mercador insiste, a essa altura, em afirmar justamente o oposto. Quer ressaltar a João o quanto ele deve temê-lo, além de ser categórico ao repreender, expressando rancor. Parece um recurso usual de Pinheiro o exercício de fazer com que seus correspondentes passem a temê-lo, quando os argumentos afetuosos já não são mais eficazes ou não atendem mais ao decoro da ocasião.

Mas o mercador também não deixa de usar diversos tipos de fórmulas com o sobrinho Manoel, além da amizade e benevolência, mesmo não sendo ele o alvo direto das acusações. O que vemos nas cartas desde idos de 1730 até por volta de 1741 são temas recorrentes. Francisco Pinheiro cobra os sobrinhos João e Manoel. Este último, justificando-se, atribui a responsabilidade pela demora ao irmão mais velho. Pinheiro acusa João que, ao se explicar, atribui a culpa a Manoel e Francisco Pinheiro Netto, o mais novo dos três. E assim se mantém o jogo da retórica judicial por mais de dez anos, sem que a dívida do mercador seja quitada. A confusão chega ao ponto de envolver, nas cartas enviadas a Lisboa, acusações de velhacaria entre os irmãos, ameaças de agressão física, citação na Mesa de Consciência e Ordens, prisão por roubo, etc. Pinheiro tenta administrar todo o conflito, sem esquecer de cobrar o pagamento de sua dívida. O que fica da leitura das correspondências durante o período é alguma evidência de que foi, sim, João Pinheiro Netto o responsável pelo conflito, ao negar primeiramente a possibilidade de quitação da dívida e posteriormente acusar os irmãos de não tê-la feito.

Em julho de 1741, Manoel Pinheiro Netto escreve a Francisco Pinheiro, do Rio de Janeiro, uma longa carta em que denuncia todas as velhacarias de seu irmão mais

²⁷¹ Cf.: Capítulo 4, livro II. Aristóteles, *Retórica*, 1380b. Ed. consultada: Aristóteles, *Retórica*. op. cit., pp. 95-99.

velho, cometidas nos últimos anos. O objetivo do padre, perante o mercador, é atribuir as responsabilidades da pendência da dívida de Antônio ao irmão João. O *aborrecimento*, afeto descrito por Tesouro, imprime-se no ânimo do destinatário, leitor, por meio da descrição feita por Manoel das ações do irmão, de modo que é gerado tal argumento²⁷². O padre parece querer, na missiva, ao imprimir razões éticas e patéticas à figura do irmão mais velho, desvencilhar seu nome de toda a confusão para, assim, manter sua amizade com o tio, Pinheiro. Usa, por exemplo, o lugar-comum da fama pública²⁷³: “supposto lhe não dão credito, por saberem ja de muito tempo a sua pouca verdade, e as trapassas que fes com o dinheiro que levou [...]”, ou o lugar dos antecedentes e consequentes²⁷⁴: “ha de zombar de mim, como zombou do pai; q. elle foi a cauza da sua morte, pelos desgostos que teve das suas ruins contas”, ou mesmo, ao mostrar saber que João também escreve ao mercador contando sua versão sobre as coisas, imprime em Pinheiro a virtude da *prudência*, como se o mercador possuísse um completo discernimento sobre a verdade: “mas como sei tem Vossa Mercê larga experiencia, e o conhesse de rais, não dara credito aos seos ditos, e assim conhecera a verdade sem enfeites, de q. caresse a mentira”²⁷⁵. Assim, no final, ao fechar o texto, reafirma toda a sua reverência e subordinação, elemento essencial da amizade:

Contudo não deixarei de obedecer as ordens de Vossa Mercê como a meu pai, q. hoje reconheço, pois sei me não ha de Vossa Mercê despir para o vestir a elle, e quando este seja o gosto de Vossa Mercê encruzarei as mãos, pois nisso fasso maior gosto, e estimação de q. quanto posso possuir Deus guarde a Vossa Mercê muitos annos e a senhora donna Joanna Baptista minha tia e muito minha senhora [...]²⁷⁶

Essa carta do padre Manoel ao tio parece ter sido eficaz. Francisco Pinheiro se mostra persuadido, pois, alguns meses depois, escreve a João mais uma vez, cobrando sua dívida, mas agora em tom de aviso. Pinheiro o responsabiliza por tudo aquilo de que Manoel já o tinha acusado e, desse modo, faz uma ameaça, expressando sua ira²⁷⁷ para sustentá-la, além dos lugares-comuns das leis divinas e humanas²⁷⁸:

²⁷² “El aborrecimiento es una passion opuesta al amor. Y las formulas pueden servir en dos maneras. La una, si el que habla expresa el aborrecimiento contra persona con quien habla, la otra se en el mismo con quien habla excita el aborrecimiento contra alguna otra persona.” – TESAURO, op. cit., pp. 70-71.

²⁷³ “Lugar VI. De la publica fama” – Idem, p. 48.

²⁷⁴ “Lugar IX y X. De los antecedentes, y consiguientes.” – Idem, p. 41.

²⁷⁵ Carta 609, maço 29, vol. III, p. 689.

²⁷⁶ Idem, pp. 689-690.

²⁷⁷ “Formulas para mostrar, ò excitar la ira.” – TESAURO, op. cit., p. 82.

²⁷⁸ “Lugar I. De las leyes divinas.”, “Lugar II. De las leyes humanas.” – Idem, pp. 45-46”

O que me obriga a dizer lher que olhe bem para a conta que tem de dar a Deos e que não pode haver legitima heransa sem pagamento de dividas que estas preferem a tudo e que se Vossa Mercê não cuidar nisto e no ajuste das minhas contas e tãobem e mas ajustar com seus irmaos amigavelmente que *ha de ter hu grande castigo de Deos e que me não nomeie por thio que eu menos o nomearei por sobrinho* porque me enbergonho do que tenho visto e houvido que tem socedido tanto na morte de seu pai como de sua mai e esteja certo que por este caminho nada lhe ha de ir adiante nem se ha de gozar couza algua mas antes acabara nesse desterro e fora da sua caza [...]²⁷⁹

A iminência de se ver desamparado do apadrinhamento do tio e, conseqüentemente, de ser colocado para fora da rede de amizades, faz João tentar mais uma vez mover Francisco Pinheiro quanto a suas atitudes. Alguns meses depois daquela ameaça, escreve ao mercador tentando se explicar. Em um texto extenso e confuso, arrisca acusar os irmãos por agirem de má fé, ao atribuírem a ele toda a culpa pela não resolução dos problemas da herança. No fim, procura captar a benevolência do tio, mostrando-se amigo e submisso: “tudo o que aqui digo he a mesma verdade, motivo porque sou tão enfadonho na escrita q. tudo he necessario pera mostrar o bom obrar de meus irmaõs comigo”²⁸⁰. Todo esse jogo entre os personagens se mantém por mais alguns anos. Depois de mais alguma ameaça, João Pinheiro Netto chega a tentar mais uma vez, em idos de 1743, convencer seu tio de que seria vítima de tudo aquilo e que estaria sendo difamado pelos irmãos:

[...] *pello amor de Deos não permita q. o meu credito pereça* os ditos meus irmaons hão de escrever a Vossa Mercê e suponho lhe dirão taes couzas que talvez sera o motivo de Vossa Mercê me não escrever e suposto lho eu não mereso com tudo sempre Vossa Mercê deve acudir e defender as sem rezoins [...] meu irmão o padre encontrando me no Morro [da Passagem] me desconpos fora de palavras, dando me bastantes enpurroins, e pescosoins, e como hé saçerdote me calei o dito tãobem abre as cartas que me vem de minha caza, e *finalmente tem uzado comigo mais do q. pudera fazer hum mouro* [...]²⁸¹

Mas Francisco Pinheiro não se convence. A tentativa do sobrinho de expressar a própria dor²⁸² e, assim, movê-lo em direção à misericórdia e à piedade²⁸³ parece não ter surtido efeito. Diante de tantas acusações feitas pelos irmãos de João e, sobretudo, pelo fato de as contas ainda não terem sido acertadas depois de tantos anos, não há mais

²⁷⁹ Carta 942, maço 12, vol. IV, p. 677 (grifos meus).

²⁸⁰ Carta 199, maço 18, vol. I, p. 370.

²⁸¹ Carta 202, maço 29, vol. I, p. 427 (grifos meus).

²⁸² “*Proposiciones expresivas del propio Dolor.*” – TESAURO, op. cit., pp. 76-78.

²⁸³ Cf.: Capítulo 8, livro II. Aristóteles, *Retórica*, 1385b. Ed. consultada: Aristóteles, *Retórica*. op. cit., pp. 111-114.

argumentos que façam o mercador mover-se a uma mudança na postura em relação ao sobrinho mais velho. De tal modo que, em 28 de maio de 1744, Pinheiro envia a última carta a João. Nela, mostra-se decepcionado o bastante para rogar o castigo divino pois, diz, “enquanto viver com este animo, Deus o não ha de ajudar, e espere pelo castigo q. ha de ter”, além de, finalmente, romper a relação que há tantos anos já vinha desgastada. Depois de mais de 15 anos de tentativas de cobrança, acusações e avisos, o mercador decide quebrar aquele elo da sua rede de amizades:

[...] e por esta dezatenção e accção tão vil me he preçizo dizer lhe, q. estas suas accois, so de Vossa Mercê eu podia esperar e de sua mulher e a *milhor mercê q. me pode fazer he o não me escrever mais q. não quero comrespondencia com quem se não lembra de quem lhe deo o ser de homem*, e se esqueçe tanto do muito, q. se devia lembrar, e olhar para si; e para mim, e para o q. eu obrei para Vossa Mercê se ver e seu irmão como hoje vem, e *daqui não queira paçar, o q. so fizera a vista, porq. a escripta o não permite*, Deus guarde a Vossa Mercê muitos anos.²⁸⁴

E essa é, provavelmente, a última missiva de Francisco Pinheiro aos seus sobrinhos, filhos do falecido Antônio Pinheiro Netto. Depois de uma leitura do diálogo construído entre esses familiares durante mais de duas décadas, é possível reiterar algumas considerações. Primeiramente, ao se observar o contexto específico das relações aqui estabelecidas, fica notório que a representação das amizades serve à manutenção de uma rede clientelar muito cara tanto ao lado mais forte – Francisco Pinheiro e sua imagem de grande mercador que possuía seu nome circulando por diversas e distantes regiões do Império português e tido por homem de valor no Reino, mesmo sem ser membro da primeira nobreza – quanto ao lado mais fraco da conversa – seus sobrinhos que, por meio do apadrinhamento do tio, puderam construir seus cabedais na América. O rompimento de uma dessas amizades aparece não somente por conta de uma dívida não paga, mas porque, para a parte maior e mais forte, a proporcionalidade necessária à viabilidade de uma amizade desigual não foi honrada.

Em segundo lugar, quanto à presença da instituição retórica nessa conversa entre ausentes, é evidente que as cartas seguem um padrão comum ao gênero que, como se viu, possui suas regras e doutrinas estabelecidas na longa duração. Aplicadas aqui como costume, hábito, ou *consuetudo*, as divisões do texto e os meios de persuasão estão presentes no uso formal e interessado das contingências locais – a posição de cada um na hierarquia do reino, por exemplo. Os lugares-comum e as fórmulas éticas e patéticas são

²⁸⁴ Carta 948, maço 12, vol. IV, p. 682.

aplicados segundo o específico da relação entre as partes para que ambas alcancem o verossímil da prática retórica naqueles contextos. Sem o caráter vário do gênero epistolar, característica esta já coletivizada em Portugal no século XVII, os argumentos presentes na invenção, na disposição e na elocução não alcançariam o decoro necessário à eficácia da persuasão.

Francisco da Cruz

Cunhado do cunhado de Francisco Pinheiro, o compadre Francisco da Cruz foi o personagem incumbido de levar o nome do mercador às comarcas recém-ocupadas no interior do território lusoamericano. Ido de Portugal para Rio de Janeiro em agosto de 1724, de pronto subiu em direção à capitania de Minas Gerais, instalando-se primeiramente na Vila Real de Sabará no início do ano seguinte. Como já citado, Cruz carrega consigo o vínculo de compadrio com Francisco Pinheiro em uma região de grande fluxo de pessoas e riquezas advindas da mineração. Anteriormente, foi mencionado o quanto a força política de tal vínculo foi importante tanto para a manutenção das hierarquias locais em que Cruz buscava ser inserido, quanto para o aumento da abrangência do nome de Pinheiro, usado na barganha, por favores e clientela, com a Corte portuguesa em Lisboa.

As relações existentes entre o governador-geral da capitania, os representantes do fisco, os ouvidores locais, seus funcionários de confiança atuantes na burocracia das comarcas e os comerciantes e mineradores que rapidamente enriqueciam, transformaram culturalmente – por emulação – o ambiente político das vilas mineiras em um cenário que se assemelha muito às tramas existentes na primeira nobreza do Reino, guardadas as devidas proporções. Ou seja, as cerimônias e festejos que serviam à representação da hierarquia do corpo político-místico na capital, Lisboa, nas quais os mais importantes encenavam seus privilégios aos demais, aconteciam também em Sabará ou Vila Rica, como um braço do corpo político presente ali, naqueles confins, mas, no lugar dos membros da primeira nobreza, estavam presentes aqueles personagens locais²⁸⁵.

É nesse ambiente que Francisco da Cruz quer ser introduzido e utiliza para isso a imagem que porta de compadre de Francisco Pinheiro. O mercador, em Lisboa, sabe da importância desse movimento. Cruz parte de Portugal já com alguma mercadoria a ser

²⁸⁵ Em carta de agosto de 1725, Francisco da Cruz afirma: “[...] espero em Deus e me concervar a huma pello respeito da minha vida e a outra do respeito de minha peçoa pois todos com huma tal fidalguia feitas capitois q. estes postos a qual mulato o logra [...]” Cf.: Carta 156, maço 29, vol. I, p. 277.

vendida no Rio de Janeiro, mas seu principal objetivo é tomar o caminho do interior e se fazer presente na vila mineira. Lá ele chega com lugar garantido por três anos no cargo de escrivão do cartório local, por meio de ofício arrematado por Pinheiro junto ao Rei, função essa que aparenta nas cartas ser tão relevante quanto qualquer atividade mercantil. As instruções do mercador a serem seguidas assim de sua chegada são claras: enviar notícias, por meio dos procuradores no Rio de Janeiro, dando conta “do como se achar na serventia do officio q. vai servir; e do estado das vendas; preços dellas; como tãobem de quaesquer negocios q. se poção offereçer de avanço tanto de officios q. vagarem;”²⁸⁶.

O conceito de *negócio* é claro, aqui. Qualquer atividade, demanda ou função que traga benefícios para os lados da sociedade existente entre os dois. Seja ela comprar ou vender, procurar ouro e diamantes nos veios das minas, ou exercer alguma função na burocracia local. Os benefícios, também, não se restringem a ganhos materiais. Devem ser, além disso, prestígio, honrarias, privilégios, reconhecimentos, etc.

Como apontado no primeiro capítulo, Francisco da Cruz passa a ser reconhecido nas minas como amigo de Francisco Pinheiro. O nome do mercador traz ao compadre a possibilidade de inserção na sociedade local, fazendo parte da hierarquia representada nas vilas, como a de Sabará. É recorrente nas cartas escritas por ele e enviadas a Pinheiro relatos sobre as boas estimas que tem recebido daqueles que dizem “q. eu çou parente de Vossa Mercê”²⁸⁷. Do outro lado, Francisco Pinheiro recomenda que ele conserve com todos uma boa amizade. Na primeira carta endereçada à Vila de Sabará, em novembro de 1724, diz logo de início, após o exórdio: “Eu não tenho q. recomendar a Vossa Mercê na sua conservação com todos e boa amizade para com todas a pecoas com quem tratar dezejanto muito agradar e servir a todos em o q. for poçível [...]”²⁸⁸. É evidente que os argumentos estão sendo aplicados retoricamente por ambas as partes. A menor delas, ao afirmar que a amizade é reconhecida e valorizada socialmente, expressa fidelidade, subordinação e reverência, qualidades inseridas no *ethos* da *justiça*²⁸⁹. A parte maior da relação, por sua vez, ao recomendar que o outro conserve boa amizade com todos, reconhece e aprova tal subordinação, ao mesmo tempo em que expressa também o *ethos* da *prudência*²⁹⁰. Os dois lados da relação estão aplicando fórmulas retóricas que garantem a persuasão sobre aquilo que necessariamente interessa a cada um.

²⁸⁶ Carta 1048, maço 4, vol. V, pp. 52-53.

²⁸⁷ Carta 151, maço 29, vol. I, p. 259.

²⁸⁸ Carta 901, maço 4, vol. IV, p. 641.

²⁸⁹ “*Formulas expresivas de la Iusticia.*” – TESAURO, op. cit., pp. 60-63.

²⁹⁰ “*Formulas expresivas de la Prudencia.*” – Idem, pp. 57-60.

Todavia, a retórica evidencia também uma estratégia de atuação muito bem delineada. O jogo de interesses presentes nas cartas, que levam ao uso de argumentos como esses, mostra que para um adequado estabelecimento naquela região, com todos os privilégios e reconhecimentos sociais necessários ao tratante e seu compadre, interessava estar o mais próximo possível do que havia de mais alto e importante na estrutura local de poder. Ou seja, ocupar um cargo de escrivão no cartório da ouvidoria local, além de trazer ocupação e renda, faz com que Francisco da Cruz – um pequeno mercador que dependia do seu compadre em Lisboa – visse a si mesmo e fosse visto por todos estando próximo do ouvidor. Relatos sobre as ações dos “menistros” que iam e vinham pelas vilas de Minas Gerais, a mando do fisco, julgando criminosos do ouro e participantes de devassas são constantes. No início de 1725, logo que se instala em Sabará, avisa em carta a Francisco Pinheiro que comprou uma casa para morar, de seu antecessor no cargo do cartório. Afora algum gasto com reformas, parece ter sido atitude sensata, pois, mesmo não sendo ela um sobrado, diz, “porq. as não ha, so tres moradas vi na villa, e nestas morão seus donos, os quais as não vendião”, ainda assim, “o meu ministro sendo nesta tera quem he, [...] comprar eu as ditas foi por conviniencia de ficar de frente do dito senhor”²⁹¹. Poucos meses depois, em estada na Vila Nova da Rainha, envia outra carta ao mercador em Lisboa, e nela desenha muito bem tal estratégia, ao mesmo tempo em que reafirma toda a sua subordinação a Francisco Pinheiro:

Senhor a esta villa cheguei a 28 de abril aonde ao segundo dia desconfiei da minha vida por cauza de huma collica q. me deu a qual me durou 24 orras (sic) nesta ocazião acabei de reconhecer o jenerozo coração de meu companheiro o doutor ouvidor geral Jozeph de Souza Valdes, que lhe confeco a Vossa Mercê as muitas obrigações que lhe devo, não sei de q. forma me ei de dezenpenhar com o dito senhor, mas fiado na pecoa de Vossa Mercê gardo este meu dezenpenho, que *estimarei muito pela a frota Vossa Mercê se comprimenta ce com elle por huma casta pollitica, pois estou vendo e conhecendo que todas as onras q. me fas não he a meu respeito pois confeco a minha peçoa não ser merecedor de nada, q. tudo he a peçoa de Vossa Mercê pois elle enformado de Francisco Alves de Araujo e do reverendo padre João Luis Bravo, em lhe dizerem que eu tenho parentesco com Vossa Mercê, e saber dos ditos pecoas os respetos e o muito que Vossa Mercê valle e as onras q. logra nesta corte he a cauza de todo o meu bem [...]*²⁹²

Essa imagem de subordinação e dependência mostra o quanto importante era, para Francisco da Cruz, estar e parecer próximo dos degraus mais altos da hierarquia local. Ser visto caminhando ao lado do “ministro”, seu ouvidor, ou até morando de frente a ele,

²⁹¹ Carta 152, maço 29, vol. I, p. 263.

²⁹² Carta 154, maço 29, vol. I, p. 273.

poderiam significar alguma mobilidade, mesmo que mínima, dentro daquela parte do corpo político do Reino. Em um ponto de vista mais amplo, tal estratégia estava inserida na dinâmica da rede de amizades de Francisco Pinheiro, pois fazia com que seu nome circulasse por diversas regiões. Em cada uma delas, a depender do contexto político local, poderia ser profícuo aproximar-se dos ouvidores, dos representantes da nobreza de Portugal que cumpriam funções regionais, enfim, dos homens que tinham acesso aos maiores privilégios locais. Ou seja, nem Francisco Pinheiro era membro efetivo da primeira nobreza da Corte lusitana, muito menos seus amigos, compadres e sobrinhos. Porém, ao parecer se confundir ou se aproximar de um nobre, poderiam ganhar algum privilégio a que em outra situação não teriam acesso. E o nome do mercador, ao mesmo tempo, mantinha-se vinculado aos mais importantes.

Toda essa questão já foi apontada anteriormente, como no caso de Antônio Pinheiro Netto. O que importa observar agora não é mais o teor político da relação representada nas cartas, mas sim o que há de narrável em relação aos recursos retóricos concernentes ao que cada um dos envolvidos espera daquele diálogo. Como mercadores, tratantes, interessava uma constante representação da amizade, que legitimaria moralmente os negócios. Então, o que interessa nesse momento é notar toda a retórica relativa ao afeto, composta nos textos trocados entre Francisco Pinheiro e Francisco da Cruz. É a encenação decorosa da amizade desigual que mantém, dentro dos seus limites, toda essa estrutura, ao se tratar de tão grandes distâncias geográficas e políticas entre emissor e destinatário. Sem o *ethos* de amigo a barganha, o favor, o privilégio ou o cabedal seriam impossíveis.

As cartas trocadas entre os dois, então, vêm sucessivamente tomadas por argumentos éticos que encenam a amizade, a prudência em relação ao outro, o agradecimento, a liberalidade, a amabilidade, a piedade, etc. Todas elas virtudes que garantem aquela relação afetiva, representada sempre como amizade verdadeira, a partir do critério aristotélico. Elas aparecem seja na captação da benevolência presente no exórdio, seja na conclusão do tema ao fechar a carta, na assinatura acompanhada de um “muito servo e muito leal”, mas principalmente na própria narração ou petição, surgida como que por acaso, natural ou espontaneamente, no meio dos assuntos daquele dia. Assim, por exemplo, ainda no ano de 1725, Francisco da Cruz escreve mais uma de suas longas missivas ao compadre. Nela, após desejar saúde e felicidades a Pinheiro e sua esposa, no exórdio, explica porque ficou tão feliz por ter recebidos suas cartas:

Compadre e senhor por se me oferecer esta ocasião de hum conboio q. destas minas parte para a cidade da Bahia não quis deichar de responder logo com pronta vontade a Vossa Mercê pois mal sabe o contentamento que recebi quando hum criado do novo ouvidor mas entregou pois afirmo lhe que abrindo o maco das cartas as primeiras q. busquei forão as de Vossa Mercê para me sertificar de hum mentira q. ma mandarão dizer averia 5 dias das minas gerais [...] a tal patarata* hera q. Deus tinha levado para si a pecoa de Vossa Mercê como estou no conhecimento de ver lograr saude a sua pecoa fiquei livre do cuidado q. me aconpanhava e fico rogando ao mesmo Senhor pello aumento della q. esta lhe asista largos annos para meu emparo e da pobreza.²⁹³

Em resposta, o mercador expressa um juízo inteligente e sincero no aconselhar, argumento ético inserido na virtude da *prudência*²⁹⁴, ao recomendar que o amigo cuide para trabalhar bem no ofício que lhe foi devido, além de não fazer qualquer gasto desnecessário e ir remetendo o mais breve possível todas as remessas que for juntando – para reembolsar os gastos que Pinheiro teve ao arrematar o cargo junto ao Rei. Após Cruz afirmar que os rendimentos do cargo de escrivão naquela vila estavam muito escassos, mal permitindo que ele se mantivesse durante sua estada ali, Pinheiro chega a usar de testemunhos²⁹⁵ como argumento para cobrá-lo de que não deixasse de honrar suas dívidas:

Espero q. Vossa Mercê esteja servindo o seu officio com boa aceitação de todos e que tenha tirado grandes lucros porque qua, hum amigo por nome Miguel Mendes da Costa q. o servio e juntamente hum Manoel Jozeph Martins da obrigação do sr. Cardial da Cunha q. esteve tãobem com semelhante ocupação nessas minas este tal me veio arendar hua terras q. tenho em campo devalada e me deu noticia do grande rendimento desse officio q. este tal em tres annos q. la esteve trouxe o melhor de sesenta mil cruzados nestes termos estimarei q. Vossa Mercê se não deite a preguissa e trabalhe bem em ordem a lhe tirar bons lucros q. eu ando na pertença de o compar a El Rei e Vossa Mercê va remetendo logo todo o dinheiro q. lhe for pocivel para a satisfação do q. dei a El Rei pella terca partte [...] ²⁹⁶

Essa cobrança contundente de Francisco Pinheiro parece ser decorosa, vinda do lado maior e mais forte da relação, pois ele é quem foi benevolente o bastante para permitir que o mais fraco gozasse daquelas oportunidades. Nessa mesma carta, depois dessa e demais cobranças e recomendações, Pinheiro não deixa de expressar seu zelo pela

²⁹³ Carta 156, maço 29, vol. I, p. 277 *Patarata – s.f.: ostentação ridícula, mentira, patacoada. Cf.: *Glossário de termos comuns* – HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello, op. cit., p. 508.

²⁹⁴ “Mostrar juizio sesudo, y sincero en aconsejar.” – TESAURO, op. cit., pp. 58-59.

²⁹⁵ “Lugar III. De los testigos.” – Idem, p. 46.

²⁹⁶ Carta 908, maço 4, vol. IV, p. 647.

amizade que tem com o compadre: “Vossa Mercê me releve estes pareceres q. são de quem lhe dezeja bem”²⁹⁷. Ou seja, atende a proporção necessária à amizade desigual.

Cruz, ao se ver cobrado, vai também fazer uso de seus argumentos para reforçar o vínculo construído com Pinheiro, mesmo sem admitir aquela verdade que o compadre, tão veemente, reforçou na última carta. Aplicando uma fórmula patética, tenta imprimir sua própria dor no destinatário²⁹⁸, em um carta que responde àquelas recomendações, associando essa dor ao árduo trabalho que vem desempenhando em suas funções: “confeco que abaicho de Deus não tenho maior enparo como he de Vossa Mercê ofrecendo me aos seus pes com a pouca saude q. me aconpanha [...]”. Ao mesmo tempo em que se mantém fiel e subordinado, vai ao encontro da cobrança de seu amigo, uma vez que suas dores, continua, “dis o medico q. me tem porcedido de eu fazer pouco enzercicio de não andar pois confeco lhe q. sempre me acho asentado neste cartorio para poder ganhar o q. me he mui preciso [...]”. Ou seja, Francisco da Cruz quer mostrar, na carta, que não está nem desocupado, “galiando”, nem ganhando grandes quantidades de rendimentos, uma vez que mal lhe sobra tempo para cuidar de sua saúde. Ainda na mesma missiva, diz ao mercador: “confeco ver me em miseravel estado das concimicois q. tenho tido da conta q. ei de dar da minha peçoa a este negocio a Vossa Mercê”²⁹⁹.

Observa-se, assim, como se desenrola a retórica nas missivas, a partir dos argumentos convenientes a cada caso. O jogo de interesses está presente no diálogo, inserido na encenação do afeto existente entre os dois compadres. Com o passar dos anos, diversas demandas vão surgindo e, como dependem um do outro, precisam viabilizá-las a partir dessa amizade. Em outras palavras, o jogo de argumentos que se quer eficaz para o ato de persuadir não pode, em momento algum, desconsiderar essa relação afetiva. Quando isso acontece, vemos representado o seu término. Em meados de 1727, passados mais de dois anos que Francisco da Cruz exercia o cargo de escrivão no cartório de Sabará, Francisco Pinheiro lhe escreve informando que “El Rei” passou tal ofício em propriedade de um tal Manoel Nunes Viana. Pinheiro se justifica dizendo que não fez oposição ao ato do Rei, pois não seria grande perda levando em conta as diversas queixas do amigo sobre o baixo rendimento dele, além dos “muitos empenhos que nesta corte havia para o levarem”. Diz que poderia ter arrematado um outro, em Rio das Mortes, mas também não o fez por “parecer de pouco rendimento”, e que aguarda aparecer algum na

²⁹⁷ Carta 908, maço 4, vol. IV, p. 648.

²⁹⁸ “*Formulas impresivas de nuestro dolor en el oyente.*” – TESAURO, op. cit., p. 78.

²⁹⁹ Carta 157, maço 29, vol. I, pp. 278-279.

região das novas minas de Cuiabá, “por dizerem que brevemente vai para la ouvidor e juntamente serem as minas q. todos dizem dão muito cabedal”³⁰⁰.

Em resposta, Cruz solicita que o amigo encontre um “ofício de escrivão das datas ou da ouvedoria geral para as minas novas de Serro do Frio”, pois insiste que ali aonde está, em Sabará, todos estão repentinamente se retirando para novas minas, deixando tudo para trás, e que “daqui a anno e meio ficara esta comarca sem gente”. O compadre ainda reforça que tudo o que disse “he a mesma verdade o q. se podera enformar de algumas peças q. nesta frota pacarão a esa corte se não fizesem como alguns q. tornão a enpregar o seu ouro en negros e se pacarão as tais minas novas”³⁰¹. Esse pedido de arremate de um novo ofício não é prontamente atendido por Pinheiro, mas sim usado como barganha em cobranças posteriores, quando a amizade entre os dois já não estiver mais sustentável.

O diálogo, a essa altura, já data entre o fim do ano de 1727 e início do seguinte. Por esse período é que Francisco Pinheiro fica sabendo do falecimento de seu irmão, que estava em viagem às minas, já com problemas de saúde. Além do filho João que estava no Rio de Janeiro, em sociedade com o pai, Cruz, em Minas Gerais, também fica sabendo do acontecido e avisa o mercador em Lisboa. Agora, em carta datada de fevereiro de 1728, Pinheiro conta ao amigo a respeito do problema que ficou a ser resolvido sobre as dívidas, a herança e o testamento deixados por Antônio. Diz o mercador que o próprio sobrinho, João Pinheiro Netto, lhe escreveu, informando que o pai deixou uma dívida de quatro mil cruzados, “q. acho pellas minhas contas ha de ser mais”. Solicita a Francisco da Cruz que ajuste amigavelmente com o sobrinho o pagamento da dívida, por meio de procuração. Relata os valores e diz inclusive que vai enviar a ele as cartas do irmão referentes aos valores “para que conste a verdade dellas”. Diz, logo em seguida:

*Vossa Mercê me perdoe tanto enfado, q. ainda que tenho nessas minnas algus amigos q. se me offereçem; não quero fiar este negocio, mas q. de Vossa Mercê, q. fio zelara como seu; e sendo necessario para o effeito de ajuste das contas; valer se de algum amigo q. seja perito nellas; suponho q. a Vossa Mercê lhe não faltara para se faserem com mais claresa, açerto e brevidade, [...] Neste particular não tenho q. recomendar a Vossa Mercê, mais q. lhe significar o empenho q. tenho no ajuste destas contas; no qual espero ponha Vossa Mercê todo o seu cuidado; para que eu tenha mais q. lhe dever;*³⁰²

³⁰⁰ Carta 910, maço 12, vol. IV, p. 650.

³⁰¹ Carta 166, maço 29, vol. I, pp. 300-302.

³⁰² Carta 913, maço 12, vol. IV, p. 653 (grifos meus).

Pinheiro demonstra confiança ao solicitar um favor ao compadre nas minas. Nesse ato, inserido na *petitio* da carta, procura garantir que seu correspondente irá atendê-lo, fazendo isso com argumentos éticos que expressam *fidelidade*³⁰³, além da *prudência*³⁰⁴, de colocar nas mãos do amigo uma demanda tão importante. Mais uma vez, fica evidente como as questões que estão em jogo no diálogo entre ausentes somente se sustentam a partir da representação da amizade, mesmo que desigual. Citando novamente a *Retórica* de Aristóteles, há uma série de lugares-comuns relativos à amizade, dentre os quais podemos elencar: são amigos aqueles que têm por boas e más as mesmas coisas; amigos elogiam mutuamente as boas qualidades de um e de outro; também são os que ajudam um ao outro a adquirir bens; podem ser vistas como espécies de amizade as relações de camaradagem, familiaridade, parentesco e afins³⁰⁵. Na mesma *Retórica*, Aristóteles afirma que podemos despertar a amabilidade de alguém por meio do favor, como serviço feito no interesse do beneficiado, não em troca de alguma coisa. Até aqui, a amizade entre Francisco Pinheiro e Francisco da Cruz vem sendo encenada por máximas como essas, sabidas da instituição retórica. Todos os pedidos de favores, recomendações, avisos, justificativas, desculpas, vêm aparecendo enunciados segundo pressupostos como esses, que os viabilizam, mantendo-os decorosos e verossímeis, ou seja, passíveis de serem verdadeiros e justos.

O *ethos* do amigo e os *pathe* afetuosos, entretanto, parecem começar a perder a força persuasiva em meados de 1729. A essa altura, passados alguns anos em que Francisco da Cruz se instalou nas minas, Pinheiro já não se convence mais quanto à lisura do comportamento de seu compadre. Após tantas cobranças, o mercador já não entende porque Cruz não resolve as pendências com o sobrinho João, ou porque enviou remessas tão parcas relativas ao rendimento do antigo ofício. Desse modo, os caracteres da conversa começam a mudar. Por exemplo, quanto a essa última insatisfação quanto aos rendimentos baixos do cargo de escrivão, Pinheiro diz em carta datada de abril daquele ano: “Ressebi a conta do rendimento e despeza do officio e vejo ser muito demenuta pello que davão a meu sobrinho no Rio de Janeiro a presença de Vossa Mercê porem isto deixo na consienssia de Vossa Mercê que bem sabe a vontade com que eu o procurei servir”. Depois, quando vai tratar dos pedidos do compadre, anota: “enquanto eu não tiver a

³⁰³ “Mostrar fidelidad” – TESAURO, op. cit., p 63.

³⁰⁴ “Formulas expresivas de la Prudencia” – Idem, pp. 57-60.

³⁰⁵ Cf.: Capítulo 4, livro II. Aristóteles, *Retórica*, 1380b. Ed. consultada: Aristóteles, *Retórica*. op. cit., pp. 95-99.

serteza da parte aonde Vossa Mercê fas asento me não rezolvo a remeter couza alguma”³⁰⁶.

Os argumentos do mercador não estão mais aplicados a expressar fidelidade, benevolência, liberalidade ou agradecimento. Vemos agora tentativas de mostrar desconfiança, suspeita e antipatia. Em seguida, Cruz também dá sinais de que a amizade estaria abalada. Mais de um ano depois, sem ter recebido mais nenhuma de Pinheiro, escreve carta ao mercador, mostrando sua preocupação com a mudança de tom:

[...] ja a muito tenpo teria pedido a Vossa Mercê milhares de perdois, con q. meu compadre e muito meu senhor Vossa Mercê por quem he e pelo o q. mais ama lhe peço me faça merce de me fazer mimozo com suas cartas para nellas receber o q. mais estimo q. he a boa saude de Vossa Mercê e da senhora minha comadre [...]³⁰⁷

Francisco da Cruz tenta reforçar sua subordinação e fidelidade, pois vê que aquela amizade, aos olhos de Pinheiro, já não atende mais ao decoro da situação. Notando certa antipatia por parte do compadre, Cruz procura, nessa mesma carta em que pede “milhares de perdois”, demonstrar possuir alguma habilidade para conquistar cabedal. Nela fala sobre um amigo que apareceu “bem nomiado nestas terras” contando sobre as minas de Serro do Frio e persuadindo-o de que para lá fosse “fazer alguma fortuna”, pois ele tinha feito o mesmo, junto de uma companhia de amigos de Vila Rica “e se considerava já com algum cabedal”. Para realizar tal empreitada, Cruz propõe a Pinheiro uma sociedade, uma vez que, com seus recursos, poderia conseguir os escravos necessários para minerar os tais diamantes que o sujeito disse ter encontrado. Como se não bastasse, tenta ainda atrelar a essa demanda o pagamento pendente do sobrinho de Pinheiro, sobre o testamento de Antônio: “se for o cazo q. fizermos a suciedade para os diamantes, naquilo que nos ajustarmos com os ditos testamenteiros e com ordem de Vossa Mercê poderei cobrar deles em negros para minerarem pois estes ja são mineiros e sabem o q. fazem [...]”³⁰⁸.

Aos olhos de Francisco Pinheiro, a proposta parece completamente fora de propósito, ainda mais vinda de um inferior, que já não cuidava exemplarmente de seus negócios. Em resposta à dita sugestão, o mercador é enfático no repreender seu compadre,

³⁰⁶ Carta 918, maço 12, vol. IV, p. 658.

³⁰⁷ Carta 173, maço 29, vol. I, p. 324.

³⁰⁸ Idem, pp. 324-325.

usando a imagem da sua família, como argumento ético da *prudência*, para expressar um juízo sincero e inteligente ao censurar os deslumbres as fantasias do amigo³⁰⁹:

Lembre sse Vossa Mercê de minha comadre e dos seuz filhoz e livre sse de esturdiaz e fantezia e outras golhofaz* que lhe sirvão de prejuizo tanto ao crédito como a fazenda que ca tudo se ssabe e isto não esta bem a quem vai grangiar remedio para sua caza e familia digo lhe isto como amigo e compadre e por entender que Vossa Mercê se não deve agravar de hua adevtencia util e Vossa Mercê o que deve procurar he ganhar e evitar gastos para vir para sua caza para donde espero que Deos o traga com bom sucesso e o guarde muitos annos.³¹⁰

Demonstrando uma total falta de habilidade em lidar com a retórica nas cartas, Cruz tenta a todo momento recuperar a imagem decorosa de subserviente e fiel a seu superior, mas sem sucesso. Depois de ler a carta em que o amigo o repreende, escreve outra e nela expressa reverência, acatando seus conselhos: “e agardeço muito muito (sic) a Vossa Mercê o concelho pois me da de pai, e me thomara ja ver desas partes para os pés de Vossa Mercê gratificar lhe as muitas obrigaçois q. lhe devo [...]”³¹¹. Entretanto, mesmo com essas tentativas de recompor uma amizade já conflituosa, Cruz não lê mais cartas de Pinheiro, em que este expresse sua benevolência, seu apadrinhamento e seu zelo pelo bom andamento dos negócios. O mercador, agora em idos de 1732, quer somente que o compadre honre os compromissos pendentes e pague o que julga lhe dever. Ou seja, ocorre mais uma vez o que já vimos no caso do irmão e dos sobrinhos – aquela amizade que vinha presente nas cartas, de início, era persuasiva, era retórica aplicada a fins específicos. Quando estes já não interessam, a representação dela já não convém mais, pois já não persuade, e por isso se torna desnecessária. Mais eficaz imprimir vergonha e medo.

Após mais alguns meses em que se lêem as mesmas cobranças de um lado, e outras diversas justificativas – que não convencem – de outro, Francisco Pinheiro decide enfim romper com o vínculo clientelar que possuía com Francisco da Cruz. Isso ocorre mais exatamente em meados de 1734, provavelmente após Pinheiro ler uma carta de agosto do ano anterior, em que Cruz barganha os favores do mercador com alguns diamantes. Ao insistir no texto da missiva, por mais de uma vez, que o compadre alcance o arremate de algum ofício em Serro do Frio, diz, “saberei agardeser a Vossa Mercê a dita

³⁰⁹ “Mostrar juízo sesudo, y sincero en aconsejar” – TESAURO, op. cit., pp. 58-59.

³¹⁰ Carta 927, maço 12, vol. IV, p. 665 *Galhofa – s.f.: gracejo, zombaria. Cf.: *Glossário de termos comuns* – HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello. op. cit., p. 486.

³¹¹ Carta 177, maço 29, vol. I, p. 337.

galantaria perdoando me a confiança com hum mimo de diamantes”. No final da mesma carta, ainda, roga a clemência de Pinheiro, fazendo uso de um argumento patético, ao expressar a própria dor³¹²:

[...] e juntamente ver me eu nesta terra sem nenhum genero de negocio, e com huma doença q. tive de 15 mezes q. gastei empenhei me mais, e juntamente fogido de todos os meus negros q. pesuia hus meus e outros q. ainda devia; mandei vender todos haverá 2 mezes ao Sero (Serro do Frio) para com hus pagar outros; com q. *meu compadre e senhor a vista de toda esta minha verdade; e da minha pouca fortuna peço pellas chagas de Christo me ajude* ei me alcançar algum officio e Vossa Mercê veja se nesta terra presto para alguma couza en q. sirva a Vossa Mercê [...] ³¹³

Ao que parece, tais súplicas não estão colocadas no texto por necessidade de ajuda material, uma vez que no mesmo, anteriormente, oferece por diversas vezes um “mimo de diamantes” ao mercador. O pedido emocionado nos leva a entender, no contexto em que se encontra, que ele implora pela permanência da amizade, do compadrio, da relação clientelar, que lhe traz tantas vantagens, ali onde se encontra. Essa quebra do decoro parece ter sido o limite da sustentação dessa relação, para Francisco Pinheiro. Em 1734, em carta bem encurtada, responde que

Os officios não se alcanção com pallavras mas por muito dinheiro valimento e diligencias e eu lhe comfeço que alem de que estou pouco para isso pouco, me animou o contado outro e assim que não somente por essa rezão como pella de Vossa Mercê não cuidar mais em ganhar e menos em gastar evitar o demazio com que nessas partes se tem havido com cavalarias bizarras e outras funcois que tem suado sem se lembrar que deixou minha comadre com tantas filhas e filhos devendo Vossa Mercê cuidar somente no menos que devia gastar evitando todo o superfluo, para com mais brevidade vir para sua caza [...] ³¹⁴

Além de imprimir a vergonha³¹⁵ em Francisco da Cruz, ao dizer que suas atitudes prejudicam sua família, que o espera com algum cabedal, agora Pinheiro afirma que vai voltar suas atenções ao afilhado, Manoel Claudio da Cruz, procurando ofícios para ele nas minas, para ver se consegue “aliviar em parte a minha comadre da carga que tem.” No final da carta, ainda, responde rispidamente sobre a proposta de sociedade: “me não faz conta, e de outra sorte poderá Vossa Mercê mandar fazer essa diligencia por outro amigo”³¹⁶. A partir daí não se lêem mais cartas trocadas entre os dois. Não se sabe se Cruz

³¹² “*Proposiciones expresivas del proprio Dolor.*” – TESAURO, op. cit., pp. 76-78.

³¹³ Carta 184, maço 29, vol. I, p. 350 (grifos meus).

³¹⁴ Carta 937, maço 12, vol. IV, pp. 672-673.

³¹⁵ “*Formulas para excitar verguença en otros.*” – TESAURO, op. cit., pp. 84-86.

³¹⁶ Carta 937, maço 12, vol. IV, p. 673.

voltou para Portugal, junto de sua família, ou se permaneceu em algum canto das minas. Vemos, datadas de alguns anos depois, poucas cartas do filho Manoel a Pinheiro, mas estas são muito sucintas e nem sequer citam o que se deu com o pai, Francisco.

A consideração mais inequívoca que podemos supor do caso de que tratamos é a inabilidade quanto aos usos dos recursos persuasivos por parte de Francisco da Cruz – necessários ao gênero epistolar – como causa primeira do rompimento de sua relação clientelar com Francisco Pinheiro. Fica evidente que foram suas tentativas indecorosas de persuadir o mercador que fizeram com que ele colocasse fim ao apadrinhamento a longas distâncias, que não chegou a dez anos. Cruz não era mercador ou tratante. Antes, era compadre de um deles. Fica claro que não possuía habilidades nesse ofício, e nem as queria ter. Queria, somente, construir o cabedal fruto da relação com seu amigo, importante Cavaleiro da Ordem de Christo. Quando se aloja em uma comarca de Minas Gerais, deve passar a ser, sim, um tratante, ou se passar por um, pois a partir daquele momento começa a fazer parte da rede de amigos mercadores que gira em torno de Pinheiro, seu compadre que o mantém ali. A abrangência do nome de Pinheiro, tão cara a ele, dependia também dessa representação. Ou seja, Francisco da Cruz deveria compor uma imagem de si mesmo como um tratante, pois era isso que a sociedade existente naquela vila mineira esperava dele.

Mas, para essa imagem se manter verossímil e decorosa, precisaria ao mesmo tempo sustentar a representação do afeto nas cartas que trocava com seu compadre em Portugal. Nessa sociedade, não há demanda que se mantenha e se resolva sem o trato. Não há negócio, mercancia ou acordo sem a amizade. Ou sem a representação dela. O problema é que Francisco da Cruz, néscio, não soube a medida certa para lidar com essas representações. Isso fica evidente no diálogo que se lê na correspondência trocada entre ele e Francisco Pinheiro. O mercador, por sua vez, não tem dúvidas. Quando vê que o compadre não dá conta de estar naquela posição, rompe com ele e coloca seu filho no lugar, mas a partir daí já não restaram mais cartas.

Luís Álvares Pretto

Pela alcunha de sobrinho que recebe, dá-se a entender que Luís Álvares Pretto fosse filho de irmão ou irmã da esposa de Francisco Pinheiro, Joana Baptista. É enviado ao Rio de Janeiro para se estabelecer em sociedade com um comerciante italiano, também da confiança de Pinheiro, de nome João Francisco Muzzi. Este, com alguma experiência no trato das fazendas, tinha ligação com a casa comercial de Egneas Beroardi e Paulus

Hieronimo Medici, com a qual Francisco Pinheiro também tinha vínculos estreitos. O papel dos dois ao se fixarem no Rio de Janeiro seria buscar oportunidades de venda das mercadorias consignadas pelo mercador em Lisboa, além de interceder pelas demandas que vinham das minas, pois, necessariamente, passavam por ali ou pela Bahia. Deviam também dar notícia a Pinheiro de tudo que observavam, fossem os preços das fazendas, as que mais se vendiam, os embaraços da alfândega, além de receber as cartas vindas de cima e despachá-las para Portugal.

Após 82 dias de viagem, chegam no Rio em 26 de junho de 1721, período em que Antônio Pinheiro Netto, ainda vivo, já se encontrava em algum atrito com o irmão, como vimos na correspondência trocada entre eles. Vendo que as minas de metais preciosos estavam trazendo cada vez mais riquezas para as regiões centrais da América portuguesa, Pretto e Muzzi representam uma segunda tentativa do mercador em fixar seu nome no Rio de Janeiro, após constatar que não poderia mais contar com a amizade do irmão, já desgastada. A estratégia de Pinheiro, já apontada na introdução dos próprios *Negócios Coloniais*, seria, dessa vez, lidar conjuntamente com um sobrinho em que se pressupunha uma confiança presente nos laços familiares, e um comerciante já safo nas questões do trato, para que um ajudasse o outro, e assim garantissem o adequado desenrolar das demandas que estavam por vir.

Nesse caso, então, vemos agindo em nome de Francisco Pinheiro um familiar ao lado de um comerciante com alguma experiência. Como nos demais casos já observados, a representação do afeto entre Pretto e o tio vai existir para tornar decorosa sua imagem de tratante, necessária para cumprir suas obrigações naquela região. Porém, agora, os argumentos éticos inseridos no diálogo entre os dois vão estar voltados a um terceiro, o comerciante Muzzi. Bem como vem preceituado no manual epistolar de Tesouro, os argumentos éticos e patéticos aparecem no texto da missiva para imprimir uma virtude do autor, emissor, sendo que esses argumentos podem ser construídos a partir do caráter do destinatário ou de uma pessoa terceira de que se fala na carta. Ou seja, o emitente pode, por exemplo, passar uma imagem de si como prudente, seja mostrando desconfiança e suspeita sobre as ações do leitor destinatário, seja apontando as ações de uma outra pessoa a que se refere no texto.

A amizade representada nas cartas entre o tio e o sobrinho vai autorizar Pretto a encenar seu papel de tratante, prudente e experiente, direcionando seus argumentos éticos à figura de João Francisco Muzzi. Assim, Luíz Álvares Pretto, ao apontar ao tio que seu companheiro tem se metido em enrascadas, vai conseguir imprimir no texto,

retoricamente, sua previdência, seu juízo inteligente, sua subordinação, seu entendimento diante da Fortuna, etc. Veremos como tal exercício vai se desenrolar com o passar dos anos e o andamento do diálogo entre eles. O que observamos nas cartas é a alternância entre correspondências assinadas pelos dois, em que tratam das demandas em andamento, e outras, assinadas por cada um, em que eles mesmos discriminam por “particulares”. Nestas, há o tratamento de questões pontuais entre Pinheiro e Pretto, ou Pinheiro e Muzzi, nas quais cada um deles aproveita para desenhar ao mercador a figura do outro, sem que ele saiba.

O italiano Muzzi tinha alguma destreza ao lidar com o trato das fazendas, mas não aparentava ser muito prudente em suas ações. Mesmo se mostrando sempre fiel e subordinado a Francisco Pinheiro, os relatos de Pretto evidenciam que o comportamento do sócio, a quem chamava de “companheiro”, não era nada ajuizado. No período em que a sociedade ficou de pé, o sobrinho conta ao tio como Muzzi agia de modo insensato: foi acusado de gastar em demasia, de jurar casamento a uma viúva, de desviar mercadorias para benefício próprio, de comprar uma mulata e levá-la para dentro de casa, entre outros delitos julgáveis segundo o bom comportamento que se espera de um tratante católicamente a Deus e amigo de Francisco Pinheiro. Mesmo nos anos após o fim da sociedade e o retorno de Pretto a Portugal, em 1726, Muzzi continua com suas peripécias, até mesmo sendo preso, em 1730.

É diante dessas acusações que o sobrinho do mercador vai encenando sua prudência, sua modéstia e seu agradecimento pela oportunidade, dada a ele por Pinheiro, de juntar algum cabedal. O que se nota nos cinco anos de correspondências trocadas entre os dois é uma crescente acusação e ajuizamento sobre as ações do italiano, que vêm acompanhadas de uma crescente afirmação de experiência adquirida por parte de Pretto. Mais uma vez, a representação da amizade é inextinguível, pois é ela que autoriza a retórica judicial. Não seria decoroso falar de um terceiro, ainda mais maldizendo-o, a quem não se tem por amigo. Porém, tal recurso não parece ter sido de todo eficaz. A partir de finais de 1724, Pinheiro já não dá mais sinais de que acredita no amadurecimento do sobrinho. Não nega que o companheiro dele esteja, de fato, denegrindo a imagem do mercador com suas ações, mas ao mesmo tempo recomenda que dissimule e aja amigavelmente com ele, para não causar problemas que possam vir a prejudicar a resolução das demandas em andamento. A insatisfação de Pretto perante seu sócio, e também diante de sua imagem de “rapaz” inexperiente, vai crescendo, até que no início de 1726, já desgastado, e alegando problemas de saúde, anuncia que está voltando para

casa, em Portugal, e deixando a sociedade com Muzzi. Este, com todas as confusões em que se envolveu, continua durante vários anos ainda carregando o nome de Francisco Pinheiro em seus negócios no Rio de Janeiro. Observamos aqui mais um caso de um elo que se rompe na rede de amigos mercadores em torno de Pinheiro. Mais um, também, que carregava o predicado de familiar, pressuposto legítimo para a confiança, segundo o *modus vivendi* do corpo político-místico do Estado português de Antigo Regime. Mas, dessa vez, o rompimento não aparece por conta do esgotamento da representação do afeto entre as partes, mas sim da incapacidade de sustentação de uma imagem decorosa e verossímil de tratante, no contexto local.

Vejamos como isso ocorre nas cartas. Em 15 de outubro de 1721, após alguns meses da chegada de Pretto e Muzzi ao Rio, o sobrinho de Pinheiro assina a primeira carta “particular” ao tio, um dia depois de ter feito outra, em que constam as rubricas dos dois. Nessa, somente dele, depois de um longo texto dando satisfações ao mercador sobre os negócios, fala sobre sua relação com seu “companheiro”, sócio:

[...] com meu companheiro athe gora estou bem com elle emtendo ser de consciencia virei pello tempo adiante como se fas porem *esteja Vossa Mercê na serteza q. emganos não os ei de consintir e dado cauzo os aja avizarei logo a Vossa Mercê q. neste particular ja tenho mostrado ser descomfiado em algumas coizas q. mais vale emtenda elle asim q. não o contrario* porem emtendo não dara ocazions a nada disto;³¹⁷

Juntos, chegaram vindos de Portugal havia menos de quatro meses³¹⁸. Mas, mesmo com esse pouco tempo de convívio, Pretto quer mostrar sua preocupação com a conduta de Muzzi, expressando assim, por meio do afeto que possui como sobrinho de Francisco Pinheiro, todo seu cuidado e prudência com as demandas do tio. Ao mostrar sua suspeita, mesmo sem ter citado as coisas pelas quais ele está desconfiado, quer demonstrar que está atento ao correto procedimento dos negócios. Como prudente que quer parecer, consegue assim, colocando seu companheiro em posição delicada, trazer para si uma imagem de experiente e previdente, além de reforçar sua fidelidade e subordinação. Pinheiro, por outro lado, sabe que o sobrinho possui pouca prática na condução dos negócios e não deixa de aconselhar, em tom de aviso, um bom procedimento para que Pretto consiga cumprir tantas obrigações. Para isso, além de cuidar em vender as fazendas e lançar as remessas nos livros de contas, deveria também não fazer gastos, manter-se empenhado e discreto, sem conversas fora de lugar e

³¹⁷ Carta 290, maço 28, vol. II, p. 235 (grifos meus).

³¹⁸ “demos fundo nesta cidade a 26 de junho” – Carta 290, maço 28, vol. II, p. 233.

extravagâncias. Ou seja, aqui, como em quaisquer outras atividades públicas ou privadas, o autocontrole dos apetites era sempre primordial:

[...] e na conta q. haveis de dar aos vossos comrespondentes vos recomendo mais q. couza nenhuma; cuidando somente em estar em casa para vender e lançar nos livros tudo com muita clareza; e somente sair fora quando for preciso para os despachos, ou houver miça q. estimarei assim o facais porq. vosso proveito sera e tãobem vos concervai com boa pax e união com vosso companheiro, não fazendo nada sem lhe dar parte, como elle tãobem a vos; conforme deve ser e cuidai muito em poupar o mais q. puderes para assim ajuntares remedio; livrando vos sempre de ruims converças; companhias; e de estravagancias q. isto he o principal para haveres de procederes bem;³¹⁹

Sabendo que é o lado mais forte da relação, o mercador se vê autorizado a usar os argumentos inseridos na virtude da *prudência* para deliberar sobre as ações de Pretto, como, por exemplo, mostrando um juízo inteligente e sincero no aconselhar, fórmula presente em praticamente todas as cartas endereçadas ao sobrinho, nesses anos em que se encontrava no Rio de Janeiro. Vale dizer, mais uma vez, que tal postura somente vai atender ao decoro da situação se houver, ao mesmo tempo, a representação da amizade. A encenação do afeto autoriza os dois lados: o mais fraco a pedir favores contando com a benevolência do mais forte; e, este, a recomendar ao mais fraco que aja segundo aquilo que julga favorecê-lo. Pretto deve conduzir sua vida retamente, dentro do que é esperado de um comerciante que representa um mercador Cavaleiro da Ordem de Christo. Imerso em uma sociedade em que o ato de ver e ser visto é condição para o exercício das relações políticas, qualquer atitude poderia vir a prejudicar as relações de Pinheiro, do outro lado do Atlântico. Essa mesma carta, que fecha com conselhos sobre bom comportamento, o mercador a abre com a notícia de que o “excelentíssimo senhor conde da Ribeira”³²⁰ está consignando a eles, Pretto e seu sócio, “alguns effeitos das fabricas de seu morgado da ilha de São Miguel”. Isto é, um importante membro da nobreza de Portugal, mais uma vez, faz uso da serventia de Francisco Pinheiro e sua proximidade com a Corte, para fazer

³¹⁹ Carta 1019, maço 4, vol. V, p. 8.

³²⁰ Pela data da carta, o “excelentíssimo conde da Ribeira” a que Francisco Pinheiro se refere é, muito provavelmente, o 3º Conde da Ribeira Grande, D. Luís Manuel da Câmara, nascido em 1685. Segundo o *Nobreza de Portugal*, além de “7ª alcaide-mor do castelo de S. Brás, alcaide-mor da Amieira, na Ordem de Cristo, e comendador de S. Pedro de Torrados na mesma Ordem”, foi donatário e capitão-general da ilha de São Miguel, onde em 1716 instalou manufaturas de lanifícios, contratando diversos artesãos franceses. O fruto da produção de tecidos de lã desses artesãos é o que foi oferecido em consignação a Pretto e Muzzi, por intermédio de Francisco Pinheiro. Importante cavaleiro da Restauração da corte portuguesa, poucos anos antes de ser designado donatário da ilha, foi nomeado por D. João V “embaixador extraordinário junto de Luís XV de França”, período em que conseguiu contratar “numerosos operários franceses especializados”, que aceitaram se instalar na ilha. Cf.: ZUQUETE, op. cit., tomo III, pp. 219-220.

algum negócio. Como uma escada, em que o de baixo jura subordinação ao de cima, a postura de Pretto para com Pinheiro deve ser a mesma que a do mercador para com o conde: “tractai de lhe beneficiaries com todo o cuidado os ditos efeitos escrevendo lhe com toda a veneração por excelencia que he cavalheiro de suposição [...]”³²¹.

Mas os conselhos dados ao sobrinho Pretto não são os mesmos daqueles dados ao compadre Francisco da Cruz, quando foi morar em Sabará. Lá, como já citado, Francisco Pinheiro insistia para que o compadre conservasse com todos boa amizade. Era importante que Cruz se inserisse no contexto social da vila mineira para que pudesse levar o nome de Pinheiro para o interior das minas. Aqui, por outro lado, Pretto deve se resguardar o máximo possível, talvez porque a cidade do Rio de Janeiro, diferentemente, poderia oferecer muitas e diversas tentações ao iniciante:

[...] evitai como voz digo gastos suplefluos; sede moderado e fechado na bolça; quanto poderes fugir de molheres; mas companhias e ruins converças; porq. qualquer destas bastara para vos aruinar tanto no credito; como na fazenda, cuidando muito em proceder bem; e em q. ninguem tenha q. voz dizer se quizeres proceder como honrrado e ilustrar a vossa geração; e neste particular não tenho mais q. voz dizer se não q. façais tudo quanto voz encomendo porq. he para vosso proveito e augmento,³²²

O modo pelo qual Pretto responde ao tio sobre suas recomendações é apontar os supostos vícios de Muzzi, mesmo sem ter nada, ainda, de que se queixar. Em uma das cartas de dezembro de 1722, pouco mais de um ano após sua chegada, dá conta do andamento dos negócios, entre eles a demanda do conde da Ribeira: “tereí o cuidado emteirar a conta do senhor conde da Riberia na forma q. nos aponta e do mais darei conta ao dito senhor e Vossa Mercê dira ao dito senhor a demora da galera para venha no conhecimento q. não podemos vender nada”³²³. Nessa mesma, ao final, Pretto desata a falar do companheiro. Temendo que as cartas particulares de Muzzi ao mercador possam conter acusações injustas, ele mesmo se antecipa e diz do que o sócio pode vir a acusá-lo. Para se esquivar de uma possível condição de vagaroso e demorado no trato das mercadorias, Pretto faz uso do lugar-comum de origem, muito usual na retórica

³²¹ Carta 1019, maço 4, vol. V, p. 7.

³²² Carta 1029, maço 4, vol. V, p. 23.

³²³ Carta 308, maço 28, vol. II, p. 341.

epidítica³²⁴, para atribuir qualidades de velhaco e astuto ao sócio e imprimir no tio uma natural antipatia pelo italiano³²⁵:

[...] de meu companheiro não tenho queixa e se a tenho ca comigo a terei pois nem com rezão folgo dizer mal; elle a queixa de q. pode mandar de mim he q. me faço vagarozo Francisco Marques [outro compadre de Francisco Pinheiro] dira a Vossa Mercê elle fez q. nem eu quero dizer e antão vera Vossa Mercê se tenho eu rezão para ser vagarozo porem Vossa Mercê não lhe escreva nada sobre isto q. Francisco Marques diçer; *he italiano e basta; porem com a sua esperteza me não a de emganar pode Vossa Mercê estar descançado neste particular;*³²⁶

João Álvares Pretto não assume uma posição de inexperiente, novato, que conta com a benevolência de Francisco Pinheiro para ganhar experiência. Assim o fez, outrora, Antônio Pinheiro Netto, ou mesmo Francisco da Cruz. O sobrinho, por outro lado, usa de uma imagem conveniente do italiano, seu sócio, para representar eticamente, para o tio, sua virtude: a *fortaleza*. Como vimos, a fortaleza é a virtude católica que equivale à *constância* para os estóicos antigos. É o autocontrole dos apetites internos, voltado para a retitude da vida beata. Diferente de seu companheiro, pois, retoricamente, por sua origem – “he italiano e basta” – estaria propenso a uma vida conduzida por espertezas e lascívias, inclusive sodomitas. Essa característica de Muzzi é usada em praticamente todas as cartas em que Pretto quer maldizê-lo. Na seguinte, por exemplo, três meses depois daquela última, conta rapidamente a Pinheiro sobre “o quererem obrigar nesta terra a meu companheiro para cazar”³²⁷. Ao que parece, Muzzi teria jurado casamento a uma viúva, o que a teria feito citá-lo na Mesa de Consciência e Ordens. Como resposta, Pinheiro escreve a Pretto expressando toda a sua *prudência*, mostrando-se providente quanto ao comportamento do dito senhor:

[...] e vos peço q. vos recolhais logo as ave marias para casa evitando o vir tarde; como me dizem q. vindes porq. esse tempo he melhor gasta lo no escriptorio em fazer o q. nelle vos toca; *e como vosso companheiro anda com diferenças com essa molher; poderão intentar dar lhe algum tiro; e soçeder em vos de q. Deus vos livre cuidando q. seja elle;* e me pesara muito o não observares isto q. vos aviso;³²⁸

³²⁴ A *nação* (*natio*) é um dentre os dez lugares-comuns elencados por Quintiliano, na Instituição Oratória, em que se pode compor um ajuizamento sobre uma pessoa: “*La nación, porque cada nación tiene sus costumbres peculiares, y no son unas mismas en un romano, en un griego y en un bárbaro*” In. Or. V, 10, 24. Ed. consultada: Quintiliano, M. Fabio. *Instituciones Oratorias*. op. cit., tomo I, p. 256.

³²⁵ “*Tambien las proposiciones pueden mostrar natural antipatia.*” – TESAURO, op. cit., p. 71.

³²⁶ Carta 308, maço 28, vol. II, p. 342 (grifos meus).

³²⁷ Carta 313, maço 28, vol. II, p. 352.

³²⁸ Carta 1031, maço 4, vol. V, p. 25 (grifos meus).

A preocupação representada pelo mercador na carta é a de que o sobrinho acabe sofrendo alguma consequência nefasta pelo comportamento desregrado do italiano. Diz Pinheiro: “cuidando q. seja elle”, sobre o risco de levar algum tiro. Ou seja, as acusações e vitupérios de Pretto, somados a outros relatos de gente e cartas que passam pelo Reino, parecem persuadi-lo de que se trata, mesmo, de um “louco”, imprudente e velhaco. No final dessa mesma missiva, depois de se estender sobre os negócios, fala ainda: “estas tractadas do cazamento de vosso companheiro; fasem e tem feito; repu[g]nancia em alguns amigos” – o que estaria prejudicando a imagem de Francisco Pinheiro entre seus contatos no reino – “q. na verdade elle devia andar mui louco quando cahio em tal”³²⁹.

Pretto, por sua vez, responde a todas as recomendações do tio, tanto para o adequado convívio com as pessoas daquela cidade, quanto para a conduta nos negócios. Em momento algum nega a utilidade da benevolência de Pinheiro e seus conselhos. Diz, “conheço tem Vossa Mercê vontade em tudo querer me ajudar q. como rapaz posso cahir em algu erro”³³⁰ mas, ao mesmo tempo, sempre reitera os boatos sobre Muzzi, pois seria de obrigação de sobrinho, amigo e fiel, deixar o mercador a par de tudo que se passa. Carta após carta, Pretto vai narrando o desenrolar das confusões do sócio. Em maio de 1723 declara que “o pleito com a mulher q. o obriga a cazar” ainda não conta com nenhuma sentença, mas que os rumores dizem ser “jira do dito meu companheiro q. como os parentes não querem e q. o poderão mandar matar e sendo por justiça fica desclupado”. No caso, “jira” parece termo referente a embuste, mentira, para que consiga se livrar de uma possível ameaça de morte. Mas, termina Pretto, “entenda Vossa Mercê se tal he so hu italiano tal podia fazer pella grande massada [...]”³³¹.

Tais rumores, somados a diversas e repetidas reclamações – Muzzi estaria dando pouca atenção a Pretto no andamento dos negócios e ainda zombando dele por “ser rapaz”³³², além de tentar enviar as remessas sem sua conferência – estariam convencendo Francisco Pinheiro sobre sua imprudência. O comportamento do comerciante italiano teria prejudicado a imagem do mercador, como ele narra em carta de março de 1724:

[...] q. podeis ter a certesa q. se não forão as notícias q. ca vierão desse malditto casamento de vosso companheiro vos havia ir hum grande cabedal de comiçois, de

³²⁹ Carta 1031, maço 4, vol. V, p. 27.

³³⁰ Carta 317, maço 28, vol. II, p. 361.

³³¹ Idem, p. 362.

³³² A *Idade (aetas)* é outro lugar-comum daqueles elencados por Quintiliano, em que se pode compor um ajuizamento sobre uma pessoa: “*La edad, porque una cosa conviene más a unos que a otros*” In. *Or.* V, 10, 25. Ed. consultada: Quintiliano, M. Fabio. *Instituciones Oratorias*. op. cit., tomo I, p. 256.

muitos amigos q. assim o tinhão comigo ajustado; e quanto q. souberão se esfriarão e me davão por desculpa q. essa casa tinha embaraços; e agora espero em Deus q. iço esteja de tudo acabado; e livre desses embaraços;³³³

Nota-se que Pinheiro designa por “amigos” seus possíveis parceiros em futuras sociedades e empreitadas comerciais. A representação da amizade e do afeto era fundamental para o trato, e conseqüentemente a lisura da imagem que cada um desenhava de si. Ter sua casa comercial, ou seja, seu papel de tratante, envolto em “embaraços”, bastava para que seus “amigos” perdessem a confiança em possíveis acordos futuros. É por isso, então, que reitera constantemente ao sobrinho, seu familiar próximo, que se mantenha longe de qualquer possibilidade de exposição pública indevida – diferente de seu companheiro italiano –, para que não haja motivos para lhe atribuírem uma má fama, certamente ainda mais prejudicial à imagem da rede de amigos na qual está inserido. Assim, Pinheiro usa também das confusões de Muzzi para expressar prudência a Pretto, aconselhando-o a não repetir o comportamento de seu sócio. Outra preocupação presente nos textos do mercador enviados ao sobrinho consiste também nos gastos surgidos em uma vida desregrada e voltada ao “regalo”. Pinheiro menciona Muzzi nessa mesma carta de março de 1724, como em tantas outras, para dizer ao sobrinho que aqueles na mesma posição dele, que foram “ajuntar” algum cabedal fora do reino, não foram para “comer perus, nem galinhas; senão o comum de carne e peixe, que he o cotodiano de cada dia”, e completa: “se vosso companheiro senão acomodar assim, q. os faça de sua bolça, e vos paçai com o q. he preciso para poderes ajuntar alguma coisa; q. por outro respeito não fostes la.”³³⁴

As reclamações sobre as imprudências de João Francisco Muzzi atingem o ápice em outubro de 1724, data da carta em que Pretto chega ao ponto de solicitar ao tio, em uma tentativa pouco decorosa para sua posição, que tirasse uma ordem de “Sua Magestade” determinando que o governador do Rio de Janeiro “remettesse [Muzzi] a esse reino sem se saber quem o fazia hir”. O pretense motivo alegado pelo sobrinho, para além da confusão com a tal viúva, seria que a vida desregrada e imprudente do sócio o teria levado a comprar “hua molata q. dizem foi por 500\$ e tantos mil reis” e que ainda estaria “na pretensão de a trazer para caza”, atitude que Pretto diz não consentir. O sobrinho continua:

³³³ Carta 1046, maço 4, vol. V, p. 48.

³³⁴ Idem, p. 49.

[...] e juntamente vejo ser muito afeiçoado a coizas q. não esta bem a homem de bom procedimento nem tão pouco a quem tem fazendas alheas em seu poder; Como tãobem as amizades delles ou os amigos com quem elle trata conçente lhe tais maganiçias* q. por nenhuma forma ma podem estar bem a homem honrrado como he andarem medindo os passos q. eu dou para antão meterem em caza molatas e negras para fazerem dellas o q. lhe pareçem. E como eu procuro muito não desmereçer da graça de Vossa Mercê não quizera q. vilhacos foçem ocazião disso nem menos me esta bem q. na caza em q. eu asemi se fação semelhantes vilhecarias; e Vossa Mercê me a de perdoar q. ainda q. Vossa Mercê mande o contrario do q. digo q. me parece o não fara; em tal cauzo não seguirei tais ordens por ver esta mal a minha pessoa e a meu credito;³³⁵

Pretto consegue, com acusações assim, expressar toda a sua prudência e fidelidade, ao atacar Muzzi e logo em seguida dizer que se mantém fiel à sua amizade – desigual – com Francisco Pinheiro. Retoricamente, o jovem tratante se permite, assim, expressar seu juízo sobre os negócios e mostrar entendimento contra a Fortuna³³⁶ para se ver autorizado a pedir favores ao tio. Em novembro daquele ano de 1724, por exemplo, mostrando-se muito agradecido³³⁷ pela liberalidade e beneficência do tio – como manda o decoro da parte menos importante da amizade – pede que Pinheiro se fie de 22 ou 23 mil cruzados em “jeneroz q. nesta [terra] tem boa sahida” para vender e permitir que possa resgatar “na dita conta em metade ou na terça parte” das respectivas remessas. Em outras palavras, o sobrinho se propõe a vender as mercadorias e pede que sua comissão seja da metade ou terça parte da quantia que conseguir delas. O pedido de favor não vem sem a captação da benevolência do mercador, fundada no seu *ethos* prudente e fiel, diferente das velhacarias do sócio. Faz, primeiramente, reforçando sua gratidão: “como reconheço a boa vontade q. Vossa Mercê tem em me ajudar e fazer homem o q. comfeçarei enquanto viver”; para, em seguida, mostrar-se condizente com as expectativas do tio: “e andaria muito mal se ao mesmo tempo q. Vossa Mercê me procura fazer as mercês q. asima digo procuraçe eu degustado com rohim procedimento”; e depois enfatizar sua posição inferior na relação: “como reconheço o muito q. Vossa Mercê tem nessa prassa e juntamente as mercês e honrra q. me fas”. E, desse modo, após explicar todos os detalhes do pedido que fez, ainda o abona dizendo que o que o obriga a fazê-lo são o grande gasto e o pequeno lucro que se tem nessas terras, “pois tenho dado a officio 4 annoz tempo bastante para ter aprendido alguma coisa”³³⁸.

³³⁵ Carta 344, maço 28, vol. II, p. 447. **Magano* – adj.: pouco escrupuloso; artiloso, trapaceiro, velhaco; atrevido, travesso, malicioso; que negocia animais ou escravos. Cf.: *Glossário de termos comuns* – HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello, op. cit., p. 496.

³³⁶ “*Mostrar entendimiento contra la fortuna.*” – TESAURO, op. cit., p. 59.

³³⁷ “*Mostrar agradecimiento.*” – Idem, p. 65.

³³⁸ Carta 359, maço 28, vol. II, pp. 538-539.

Pinheiro, ao que parece, responde recomendando que não se preocupe, pois na medida em que haja bom consumo, irá remetendo mais de suas fazendas. O mercador, como o lado mais forte, quer mostrar o poder conquistado pela abrangência de seu nome. Em carta datada de maio de 1725, diz ao sobrinho:

[...] avizai do q. mais se procura e tem melhor consumo; q. eu as irei remetendo todas as q. forem necessarias, e não he necessario o enteressar vos nas fazendas; mais q. ires vendendo as q. forem avizando me dos surtimentos q. forem milhores para essa terra, q. eu não necessido de credito para mandar oitenta ou sem mil cruzados de fazendas; quando tenho muitos cabedais espalhados pellas mãos de todos os estrangeiros.³³⁹

Podemos citar outros episódios de demonstrações da utilidade política de uma amizade como essa, que permeava a rede de tratantes de Francisco Pinheiro. Um mês antes, em abril de 1725, Pretto relembra o tio sobre o pedido que havia feito em uma carta anterior sobre o arremate junto ao Rei de dois ofícios para cargos na administração local, com fins de arrendamento, e um suposto “abito de Cristo”. Aqui, é difícil supor que ele, rapaz novato e pouco conhecido, fosse agraciado por D. João V com um lugar em uma importante ordem portuguesa, como a Ordem de Christo. A mobilidade política vertical possível no corpo místico do reino não era tanta. Provavelmente a ingenuidade do sobrinho o fez imaginar que pudesse ter sucesso em tal pedido. Mas vale citar que ele relembra o tio sobre esses favores porque o governador da capitania pretendia “obrigar a todas as ordenanças a meter goarda e fazer emsersijos [exercícios]”. Prevendo um possível prejuízo nos negócios, diz: “como a dita mercê me izenta da tal obrigação he a razão porq. pesso me alcance; e tanto dos officios como do abito me mandara Vossa Mercê dizer o q. tiver gasto q. tudo satisfarei pontualmente.”³⁴⁰

Com a vantagem política de ser sobrinho e amigo de Francisco Pinheiro, Pretto dá a entender que alcançaria o privilégio de se isentar das obrigações impostas pelo governador. Outra passagem elucidativa sobre o valor desses privilégios está na carta que Pinheiro envia ao sobrinho em agosto de 1725. Anteriormente, tanto Pretto quanto Muzzi vinham avisando, repetidas vezes, que o motivo maior para a demora na chegada das fazendas não seriam somente os dias de viagem das embarcações até atracarem no porto, porém mais o tempo que elas ficam atracadas, com as mercadorias presas, por conta de uma extensa fila na alfândega. Há até relatos de que, por vezes, as peças – incluindo secos e molhados – ficavam jogadas na areia, sob sol, chuva e maré, pois não havia espaço nos

³³⁹ Carta 1073, maço 4, vol. V, p. 80.

³⁴⁰ Carta 366, maço 28, vol. II, p. 560.

galpões abarrotados, esperando que os funcionários da alfândega dessem autorização para a saída. De tal modo que Pinheiro escreve ao sobrinho, no final da missiva:

Incluza vai essa carta de favor de hum irmão de Antônio Moreira da Crus para o dito quando sirva de provedor dessa alfândega e as mais q. vão no saquinho para elle lhas mandara logo entregar ou lhas entregue visto q. he pecoa de prestimo e o dito irmão ca he meu amigo particular e se o dito Antônio Moreira servir de provedor dessa alfândega lhe ha de dar boa expedição na descarrega da nau q. he o q. nos importa muito seja com brevidade, e quando elle não sirva de provedor sempre pedir ao q. servir [...] ³⁴¹

Como já foi dito, a troca de favores é fruto da noção de amizade e concórdia presente na sociedade portuguesa do século XVIII. Naquelas desiguais, quando atendem a proporcionalidade da distância entre as partes, sustentam a relação afetiva que, como parte integrante do corpo político do Estado, subordinam os estamentos e, assim, naturalizam os privilégios. João Álvares Pretto e Francisco Pinheiro, do mesmo modo que nos outros casos, são tratantes que dependem da troca de favores recíprocos. Entretanto, mais uma vez, vale a ênfase: os favores somente são autorizáveis pelo decoro, se a amizade entre eles for constantemente reafirmada por representação.

Longas missivas vão sendo trocadas entre os dois, em um diálogo entre ausentes. E, ao mesmo tempo em que nelas estão informados os negócios e solicitados os favores, há também os trechos em que são compostas as virtudes que aproximam sobrinho e tio, afetivamente. Por padrão do gênero epistolar, assim como nos outros casos, vemos a maioria das aberturas dedicadas à captação da benevolência do destinatário, expressando felicidade ao receber notícias, contando sobre os estados de saúde, desejando felicidades, etc. Especificamente, nas cartas de Pretto, a representação da amizade a partir de fórmulas que expressam fidelidade, subordinação, agradecimentos e zelo, aparece também para compor um juízo sobre seu sócio, Muzzi, que lhe é muito conveniente para garantir a verossimilhança de sua imagem como tratante experiente.

Porém, com o passar dos anos, Pinheiro vai notando que esse juízo de Pretto sobre Muzzi pode ser prejudicial aos negócios, tanto quanto as fanfarrônicas do italiano. Em idos de 1724, o sobrinho parece ter chegado ao ponto de riscar um trecho de uma carta escrita a duas mãos com o sócio, antes de enviar ao tio. Em fevereiro do ano seguinte, o mercador envia uma a ele, repreendendo-o. Diz Pinheiro: “obrastes mal em riscar o capitulo da carta que elle escrevia não sendo em vosso desabono que semelhantes accois não se fazem.” Na sequência, pede que Pretto tome muito cuidado “em tudo o que

³⁴¹ Carta 1076, maço 4, vol. V, p. 88.

for justo e razão e a beneficio do negocio e boa arecadacão delle”, e assim, se Muzzi também o fizer, que conserve com ele “boa amizade sempre”. O mercador é enfático ao recomendar: “não escandalizeis sem razão e vos haveis com ele com madureza para q. não haja duvidas sem cauza”³⁴². Pretto, por sua vez, naquela mesma carta em que pede o hábito da Ordem de Christo, responde que teve seus motivos, pois,

[...] ja por duas vezes tinha dito a meu companheiro q. nas cartas q. eu asinava não trataçe senão negocio e q. a minha asinatura não avia servir de capa a sua pouca cauthela ou asneiras para melhor dizer; e assim lhe tinha ja feito emendar duas nas coais uzava alguns termoz vilhacos ou para melhor dizer espertezas italianas;³⁴³

Com argumentos judiciosos, fazendo uso de diversas fórmulas éticas, reforça ao mesmo tempo sua fidelidade a Pinheiro e seu *ethos* de tratante, carregado de prudência. Ao denunciar as ações e compor um juízo sobre seu sócio, Pretto exerce seu papel de familiar, subordinado, e cumpre seu dever ético de apontar tudo aquilo que vá contra os objetivos de seu senhor. Defende seu ato de riscar o texto do italiano, pois, “quem não tem cortezia para quem foi seu amo; com mais razão a não teria a mim”.³⁴⁴

As acusações que partem dele, direcionadas a Muzzi, são diversas. Além do comportamento imprudente quanto aos regalos da vida, Pretto acusa o sócio também de intentar desviar as remessas do tio, escrevendo números mentirosos nos livros das receitas. Quando ele tentava se inteirar de suas ações para conferir as contas do tio, o italiano o tratava por “rapaz”, inexperiente e não entendido dos assuntos. Desse modo, em março de 1725, Pretto solicita que Pinheiro cuide dos papéis necessários para pôr fim à sociedade. Na mesma carta que responde ao tio sobre seu ato, depois de tantas acusações, pede que coloque um fim na demanda estabelecida com Muzzi, porquanto, “já a bastante tempo eu tinha avizado a Vossa Mercê não queria conthenuar a sociedade com elle”. Roga que o mercador atenda a seu pedido, “pois mais vale cahir da janela q. não do telhado”³⁴⁵.

Nesse meio tempo, em suas cartas, Muzzi também escreve ao mercador contando sua versão sobre os acontecidos. Talvez por saber que Pretto avisara o tio sobre a vontade de romper a sociedade, o italiano escreve sua correspondência poucos dias depois daquela do companheiro. Em tom muito cortês e amigável, declara a Pinheiro como é difícil o

³⁴² Carta 1065, maço 4, vol. V, p. 71.

³⁴³ Carta 366, maço 28, vol. II, pp. 560-561.

³⁴⁴ Idem, p. 561.

³⁴⁵ Idem, pp. 564.

convívio com seu sobrinho: “qualquer companheiro q. Vossa Mercê lhe mande, duvido muito se conserve tanto tempo, quanto eu me conservei, ao menos si não se muda de condisão, q. presentemente he de natural tiranno, e muito voluvel [...]”. Diz que naqueles últimos tempos os dois não se têm falado, nem ao menos para “boms dias” e, assim, vendo-se em circunstâncias delicadas, avisa o mercador que a sociedade já não é mais mesmo possível, pois “todas as vezes q. falta o respeito, e cortezia entre dous companheiros particularmente a união não pode estar certa”³⁴⁶.

Em agosto daquele ano de 1725, após a leitura de ambas as missivas, Francisco Pinheiro escreve ao sobrinho. No texto fica evidente que a retórica judicial de Preto já não é mais eficaz e mesmo decorosa. Para o mercador, o fato de seu familiar não ter conseguido amealhar grandes cabedais nesses anos não se justifica mais pela sua conduta honesta frente a uma cidade repleta de velhacos ardilosos. Pela primeira vez, Pinheiro diz: “o que me ademira he q. vosso companheiro tenha tirado tanto e vos tão poucos [cabedais] mas isto deve ser culpa vossa em não teres sentido nos negócios q. elle fas”. Diante dessa premissa, tenta mais uma vez aconselhar o sobrinho que se mantenha amigável com Muzzi, para benefício dos próprios interesses em jogo.

[...] e vos fizeste mal em ter rezois do cabo com elle e dizer lhe q. desse contas em tres dias; alias q. o mandarias prender q. isto era desnecessario; e asim vos pesso sim vos hajais com muita vigilancia com elle, não vos fiando delle em couza algua; nem ainda no comer e beber; mas *dissimulando o q. for pocivel para q. nos dee contas amigavelmente do q. a nos apertence*; e a todos os amigos; como das q. comvosco tem da companhia q. por mal nunca podemos ficar bem; porq. essa terra fica muito distante e por nenhum principio convem q. emtre vos e elle haja diferenças q. pode haver algua ruina de q. Deos nos livre; e melhor q. tudo he levar a couza por bom termo q. eu nunca vos avizei fizesses semelhante diligencia por mau termo, e *asim vos pesso q. tudo leveis pello termo politico, não vos deixando enganar em couza algua; mas levando com modo brando e prudente q. por este caminho sempre se acabara tudo melhor*,³⁴⁷

O exercício da dissimulação, tão caro aos súditos da Coroa portuguesa, aparece aqui para cumprir fins específicos. O ato de esconder e mostrar pontualmente a verdade de acordo com o que convém ao autor esteve presente na relação entre tio e sobrinho, da mesma forma em que esteve entre Pinheiro e o irmão, os outros sobrinhos ou o compadre. Mas aqui também, de inusitado, podemos notar o próprio mercador aconselhando seu familiar de quão valioso é saber cumprir com destreza o exercício de dissimular. Muito adequada para a retórica epistolar, a dissimulação esteve presente em todos os casos

³⁴⁶ Carta 368, maço 32, vol. II, p. 570.

³⁴⁷ Carta 1079, maço 4, vol. V, pp. 92-93 (grifos meus).

observados até agora, mas sempre até certo ponto: o momento em que o lado mais frágil e néscio da relação já não soube lidar com ela, retoricamente. Aqui, diferentemente, o que atinge um limite não é a representação do afeto entre Pinheiro e Pretto, mas sua imagem de tratante, uma vez ao lado de seu sócio Muzzi. Não há, como nos outros casos, atitudes retoricamente indecorosas que acarretassem o fim da amizade entre mercador e seu contato. O que ocorre é uma falta de destreza de Pretto para continuar a encenar seu papel de mercador no Rio de Janeiro.

Em fevereiro de 1726, alguns meses depois da carta enviada pelo tio, Pretto responde com uma em que diz estar já há tempos em ruim condição de saúde. Fala que está em “miseravel estado” há sete ou oito meses, pelos quais sente dores no peito e dificuldade para respirar, “a que os médicos lhe dão o nome de defluxo asmático”. Reforça emocionalmente dizendo que “a unica pena que tinha hera morrer sem comfição”, pois tantas vezes tem “sangrado” e tanto o sol quanto o ar da noite lhe fazem mal. Assim, fala o sobrinho, “alguns medicos e amigos me aconselhão passe nesta frota que se espera para esse reino”. Então, no parágrafo seguinte, avisa ao tio que está planejando sua volta para Portugal, pedindo que deixe “em poder de quem queira” as fazendas que restam em resolver “como tãobem do que estiver em créditos que pertensserem a Vossa Mercê”. Pretto reforça que sua decisão não é por nenhum outro motivo mais que seu estado naquela terra, pois, “que desta forma em que estou, nem a Vossa Mercê nem a mim poderei servir”. Diz, finalmente, que seu companheiro está lidando bem com a demanda pendente – os despachos de uma embarcação recente – e que ele, Pretto, está tratando-o “com bom termo”, sendo correspondido com “mostras de agradecimento e arependimento”³⁴⁸. Depois dessa, há mais algumas cartas endereçadas ao tio e assinadas somente por ele, mas que abordam tão somente os assuntos dos tratos que ficaram pendentes. No início de agosto de 1726, Muzzi escreve ao mercador informando que seu sobrinho Luíz Álvares Pretto embarcara no dia 13 do mês anterior, “que seja Deus servido te llo recolhido a essa com saúde por consolasão de todos os seus genitores, e parentes e de Vossa Mercê em particular”³⁴⁹.

³⁴⁸ Carta 391, maço 28, vol. III, pp. 46-47.

³⁴⁹ Carta 410, maço 32, vol. III, p. 118.

Considerações finais

Por fim, diante do que se observou pela leitura das cartas, é possível realizar alguns apontamentos mais precisos. De início, ficou clara a estreita relação existente entre o gênero epistolar e a sociedade portuguesa clientelar. Em um contexto político no qual o privilégio é fruto da representação eficaz das relações afetivas, não há texto que melhor apresente tal movimento do que aquele que se compõe entre amigos e para amigos.

A carta, como gênero de texto que faz parte da instituição retórica desde a Antiguidade, tem essa capacidade de apresentar, com verossimilhança e decoro, os recursos afetivos convenientes entre emissor e destinatário. Isso ocorre predominantemente a partir dos chamados humanistas, no século XV, após o encontro deles com as pragmáticas greco-romanas referentes às diversas retóricas que circulavam havia séculos pela Europa e Oriente. Quando os letrados da época de Petrarca descobrem a existência de textos como os da oratória de Cícero, Quintiliano e Hermógenes, veem a necessidade de repensar o que se entendia por *epístola*, para além dos rígidos preceitos medievais da *ars dictaminis*. A urgência por uma síntese do gênero vinha do fato de as características medievais verossímeis até ali já não responderem mais às contingências locais quanto às hierarquias presentes nas diversas sociedades europeias. As respostas viriam com a geração seguinte à de Petrarca, com nomes como Justo Lúpsio, Juan Luis Vives, Cipriano Soares e, sobretudo, Erasmo de Roterdã. Estes, publicando dezenas de manuais epistolares já no século XVI, alcançam uma síntese do gênero localizando-o entre o *sermo familiaris* de Cícero e a *ars dictaminis* dos professores da Universidade de Bolonha.

Desse cotejo apresenta-se a validade da noção de *variedade*, possível para os diversos gêneros de texto, entre eles a carta. As partes da composição como *captatio benevolentiae*, *narrativo*, *petitio* e *conclusio*, preceituadas nos manuais medievais, não são descartadas, mas ao mesmo tempo os humanistas passam a defendê-las somente segundo a conveniência da relação entre autor e leitor (emissor e destinatário). O critério deve pressupor o decoro. Da oratória, por sua vez, empresta-se a noção de que a epístola é, essencialmente, uma conversa entre amigos ausentes que se querem presentes, ou seja, a carta como um recurso de diminuir, mitigar ou eliminar a ausência. Desses pressupostos preceitua-se o gênero epistolar útil e eficaz a partir do século XVI: aquele que oferece o

suporte para a composição dos diversos *ethe* e *pathe* retoricamente convenientes ao diálogo que se constrói entre as partes.

Após a carta ter sido situada pelos humanistas em uma genealogia da retórica epistolar, ela atinge um consenso coletivo local, específico para cada contexto político-cultural europeu. É o caso, dentre outros, das regiões que passaram pelo processo de adesão às doutrinas da Contrarreforma católica, após os Concílios da Igreja, em meados do século XVI. Particularmente em Portugal, de que tratamos, essas doutrinas são inseridas na pedagogia da Companhia de Jesus e ensinadas por todo o Reino e demais territórios sob domínio luso. Portanto, nos séculos seguintes, vemos a abrangência de uma sociedade organizada doutrinariamente contra os modelos de pensamento surgidos da Reforma protestante, das teses de Maquiavel e de quaisquer outras culturas do Oriente, tidas por heréticas.

Como resultado, temos uma sociedade vista e disposta segundo a metáfora do corpo místico, em que cada parte possui sua função e seu lugar na estrutura hierárquica que tem o Rei como grau mais alto. Como vimos, nesse modo de organização social, as relações de amizade e compadrio – clientelares – são primordiais para a manutenção e naturalidade dos privilégios, dados pelo soberano a cada um dos estamentos. O conceito aristotélico de *amizade* atuante nas relações entre os súditos da Coroa é um dos quatro pilares que sustentam o corpo político-místico do Estado, uma vez que preserva o bem-comum: *amizade, paz, concórdia* de todos e *constância* de cada um consigo mesmo.

Nesse contexto, o gênero epistolar ganha um papel de destaque na manutenção das relações, pois é o texto que melhor oferece um suporte para a composição de fórmulas *éticas* e *patéticas* que encenam a presença do autor ao leitor. É desse modo que se evidencia quão caro é ao texto da carta o *topos* da *dissimulação honesta*. Ou seja, em uma sociedade em que a amizade é centro das virtudes políticas, a carta familiar é o gênero que se encaixa perfeitamente, pois encena a conversa amigável. E é por essa razão, também, que se afirmou desde o início deste trabalho que a epístola pode ajudar na compreensão sobre a noção de *negócio*. Principalmente ao se tratar de uma situação histórica em que o comércio de mercadorias é travado a longas distancias, sendo tão importante para a manutenção dos domínios ultramarinos. Mercadores como Francisco Pinheiro e seus familiares vão cuidar do trato a partir e através de cartas que cruzam o Atlântico Sul ininterruptamente ao lado das fazendas carregadas nas embarcações fretadas por diversos sócios e encarregados no Reino.

Assim, por fim, podemos responder mais retamente à questão sobre o que é *negócio* em Portugal na primeira metade do século XVIII. A par das definições presentes nos dicionários da época, como o de Raphael Bluteau, podemos afirmar que *Negócio* é o *trato* que traz *crédito* e *cabedal*.

Ao lembrarmos que não estamos lidando com uma sociedade burguesa, liberal, *de* mercado, na qual a economia se torna esfera autônoma da existência humana e chega ao ponto de oferecer os parâmetros jurídicos e culturais da condução política do Estado moderno, fica evidente que não cabe o conceito amplamente difundido de *negócio* como atividade comercial voltada para a produção de bens e serviços com o objetivo de gerar lucro. Vale lembrar também que, ao desconsiderarmos o dado anacrônico de uma visão teleológica da história, fruto do olhar romântico, pós-Iluminismo, ao passado, também não convém uma análise histórica politicamente comprometida ao encarar os séculos XVII e XVIII como *pré-capitalistas*, como se estivessem, em si, destinados a tornarem-se mais cedo ou mais tarde uma sociedade de mercado. Nesse sentido, qualquer evidência de atividade mercantil seria encarada como *manifestação* do espírito capitalista que tarda a chegar. Ou, no mínimo, as relações comerciais seriam observadas como incipientes, ingênuas, embrionárias ou rudimentares – o que explicaria, dentro da lógica de uma história nacional, as causas do atraso econômico dos países europeus que recusaram a reforma protestante.

Não se trata disso. Uma procedência da palavra *negócio* – o *negotium* – como negação do ócio, pode ser vista na acepção do historiador romano Salústio que, no prólogo da *Conjuração de Catilina*, ao falar da glória do ofício do historiador, entende *negotium* como a ativa participação do cidadão romano nos afazeres públicos³⁵⁰. Etimologicamente parece correta tal acepção. No contexto português do século XVII, o termo permanece referente à atividade pública, mas ganha características específicas convenientes àquela sociedade.

Negócio é o *trato* que traz *crédito* e *cabedal*. No caso, *trato* é o acordo, compromisso, que envolve a palavra. Por isso os mercadores são *tratantes*, pois estabelecem o *trato* entre si, como atividade conjunta, mas que depende da palavra, do compromisso firmado, da assinatura, da realização do que foi acordado. Dois homens se tornam sócios por tratarem conjuntamente de uma demanda. Por *crédito*, nesse contexto, compreende-se a abrangência de um nome. É a possibilidade de ser visto como homem

³⁵⁰ CHIAPPETTA, Angélica. “‘Não Diferem o Historiador e o Poeta...’ O texto histórico como instrumento e objeto de trabalho”. In: *Língua e Literatura*, São Paulo, nº 22, 1996, p. 27.

bom e considerado exemplo a ser imitado pelos pares, pois é empenhado nas empreitadas e potencialmente um sucesso na realização das futuras demandas. Ter crédito é, em um contexto de comércio a longas distâncias, ter seu nome circulando simultaneamente por diversas regiões, pois assim pode oferecer, como barganha, suas atividades em um leque de situações diversas. Por fim, *cabedal*, como já citado, são os bens que formam um patrimônio. Aqui, nesse caso, os bens englobam tanto a riqueza material quanto a simbólica – política. São as fazendas, o ouro, as casas defronte das habitações dos ministros, mas também o Hábito de Cristo, o cargo na ouvidoria local, a proximidade com os membros da Corte, as amizades convenientes, as honrarias oferecidas, o caminhar ao lado do ouvidor local, o ser visto por todos em uma conversa amigável com ele, etc.

Bote sua casaca de veludo,
E seja Capitão sequer dous dias,
Converse à porta de Domingos Dias,
Que pega fidalguia mais que tudo.

Seja um magano, um pícaro abelhudo,
Vá a palácio, e após das cortesias
Perca quanto ganhar nas mercancias.
E em que perca o alheio, esteja mudo.

Sempre se ande na caça, e montaria.
Dê nova locução, novo epíteto,
E diga-o sem propósito à porfia;

Que em dizendo 'facção, pretexto, efecto'
Será no entendimento da Bahia
Mui fidalgo, mui rico, e mui discreto³⁵¹.

O negócio de sucesso é aquele que, por meio do trato, trouxe aos envolvidos o crédito, reforçando o nome daqueles tratantes no universo da mercancia; e trouxe também o cabedal, a soma do ouro e da clientela, do favor interessado, que se encena na carta por espontâneo. O negócio é fracassado quando uma dessas três partes não é conquistada. Quando a palavra é quebrada no trato, quando o nome é denegrido na *murmuração* ou quando o cabedal é prejudicado – ocorre o prejuízo material e simbólico. O núcleo da palavra permanece – *negotium* –, como a negação do ócio, a utilidade do cidadão da *República* em seus afazeres públicos, mas agora vem como máxima, lugar-comum representado no texto epistolar, pois autoriza retoricamente a intenção virtuosa do trato –

³⁵¹ AMADO, James (Org.). *Obras Completas de Gregório de Matos e Guerra (Crônica do Viver Baiano Seiscentista)*. Salvador: Editora Janaína, 1968, 7 vols., vol. IV, p. 838.

senão seria uma simples *relação econômica impessoal e viciosa*, prejudicial ao bem-comum.

Com esses parâmetros foi possível localizar e reconstituir as atividades de Francisco Pinheiro e seus amigos, a partir da normatividade dos textos que permeavam a relação entre eles. Agora, depois de termos alcançado essas ruínas de um *longo século XVII* – que pode ser chamado assim, pois ao menos até o final do reinado de D. João V a política católica foi hegemônica em Portugal – e termos reconstruído, em uma narrativa, algo que se aproxime o máximo possível dos princípios reguladores das normas sociais vigentes naquele período histórico, podemos ampliar a visão sobre o quadro analisado. Ao realizarmos esse exercício, ficará mais evidente seu significado para uma leitura sobre a futura construção de um país independente.

Francisco Pinheiro vem a falecer em 1749, um ano antes do Rei D. João V. O meio século seguinte se inicia com o reinado de D. José I, que logo coloca Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, como seu secretário de Estado. Expulsando os padres da Companhia de Jesus do ensino nas colônias e do Reino e reconstruindo a cidade de Lisboa, devastada pelo terremoto de 1755, Pombal também procura, por meio de uma jurisdição específica e de manuais de procedimentos, racionalizar o ofício dos mercadores portugueses, aproximando-os de um padrão de atuação já visto no século anterior em regiões como a França³⁵².

Mesmo pondo certa ordem e controle na ação dos tratantes portugueses, o secretário de D. José não consegue pôr fim às relações clientelares pelas quais esses homens atuavam. Ou seja, os privilégios necessários à sociedade estamental continuam. É assim que podemos inferir se é esse mesmo espaço de atuação, usado pelos tratantes do *Negócios Coloniais*, que vem a ser o palco em que se assistiu ao crescimento de uma elite mercantil colonial na qual seus filhos, netos e bisnetos terão a força política suficiente para decidir o desenho do país que querem, quando as relações com Portugal já se tornarem insuportáveis.

Uma sociedade formada sobre bases doutrinárias que defendem as relações afetivas como mais importantes e válidas que as propriamente jurídicas não desaparece em apenas um instante. Assim como a escravidão, suas consequências são profundas e

³⁵² Em 1675, o comerciante francês Jacques Savary publica um manual do comércio dedicado ao ministro de Estado do rei Luís XIV, Jean-Baptiste Colbert. A obra de Savary, *Le parfait negociant ou instruction generale pour ce qui regarde le commerce de toute sorte de Marchandises, tant de France, que des Pays Etrangers*, conta com mais de 800 páginas sobre as matérias do comércio. Nada parecido a isso se encontra em Portugal ou Espanha nesse período.

condutoras de uma série de valores ainda vigentes. Como hipótese, podemos nos perguntar se aqueles homens do trato que outrora amealharam crédito e cabedal não são os avós de uma elite enraizada na América portuguesa em finais do século XVIII. A questão parece válida, pois é essa elite que vai decidir em benefício próprio, nas décadas seguintes, o modelo de país que querem construir. Não temos neste trabalho, ainda, ferramentas ou fôlego suficientes para responder categoricamente a essas hipóteses, mas até o mais desatento dos historiadores consegue notar que o Império do Brasil se constituiu, pelo tamanho, forma de governo e mão-de-obra, justamente para manter aquilo que sustentava essa gente, terra, escravo e clientela, fundamentais num país de tratantes.

Bibliografia

1. Cartas

LISANTI FILHO, Luís. *Negócios Coloniais, uma correspondência comercial do século XVIII*. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, 5 vol.

2. Retóricas, doutrinas e demais artes

ACCETTO, Torquato. *Da dissimulação honesta*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Anônimo de Bolonha. “Regras para escrever cartas” (*Rationes dictandi*), In. TIN, Emerson (Org.). *A arte de escrever cartas. Anônimo de Bolonha, Erasmo de Roterdã, Justo Lúpsio*. São Paulo, Ed. da Unicamp, 2005.

Aristóteles, *La Gran Moral/Moral a Eudemo*. Traducción de Patricio de Azcárate. Argentina: Buenos Aires, Editora Espasa-Calpe, 1948.

_____, *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____, *Retórica*. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

AZEVEDO, Antônio Luiz de. *Cartas familiares de D. Francisco Manoel de Mello, escritas a varias pessoas sobre assumptos diversos; recolhidas, e publicadas em cinco Centurias*. Portugal, Lisboa: Offic. dos Herd. de Antonio Pedrozo Galram, 1752.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino*. Portugal, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, tomo 5, 1716.

_____. *Vocabulário portuguez e latino*. Portugal, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, tomo 8, 1721.

BOTERO, João. *Da Razão de Estado*. Trad. Raffaella Longobardi Ralha. Portugal, Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CÍCERO, Marco Túlio. *Tratados da amizade, paradoxos e sonho de Scipião*. Trad. Duarte de Resente. Portugal: Lisboa, Regia Officina Typografica, 1531.

_____. *Letters to his friends*. With an English translation by W. Glynn Williams. London, England/ Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1927, v. I.

_____. *Letters to his friends*. With an English translation by W. Glynn Williams. London, England/ Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1927, v. II.

_____. *Dos deveres*. Tradução do latim Angélica Chiappetta, revisão da tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DELLA CASA, Giovanni. *Galateo ou dos costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Demetrio. *Sobre el estilo*. Introducción, traducción y notas de José García López. Madrid: Editorial Gredos, 1979.

FREIRE, Francisco José. *Secretario portuguez, ou methodo de escrever cartas, por meio de huma Instrução preliminar: Regras de Secretaria; Formulario de tratamentos, e hum grande numero de Cartas em todas as especies, que tem mais uso, com varias Cartas Discursivas sobre as Obrigações, Virtudes, e vícios do novo Secretario*. Portugal, Lisboa: Typografia Rollandiana, 1787.

FAJARDO, Don Diego de Saavedra. “Obras de Don Diego de Saavedra Fajardo y del licenciado Pedro Fernandez Navarrete”. In: *Biblioteca de autores españoles*, tomo 25. Espanha, Madri: Imprenta y estereotipia de M. Rivadeneyra, 1853.

GRACIÁN, Baltasar. *El héroe, El discreto, Oráculo manual y arte de prudencia*. Edición de Luys Santa Marina. España, Barcelona: Editorial Planeta, 1996.

LÍPSIO, Justo. *Libro de la constancia*. Traducido de latin en castellano por Juan Baptista de Mesa. Espanha, Sevilla: Matias Clauijo, 1616.

_____. *Principles of letter-writing: a bilingual text of Justi Lipsi Epistolica institutio*. Ed. R. V. Young e M. Thomas Hester. EUA, Portland: Book News, 1996.

_____. “A Arte de Escrever Cartas” (*Epistolica institutio*), In. TIN, Emerson (Org.). *A arte de escrever cartas. Anônimo de Bolonha, Erasmo de Roterdã, Justo Lípsio*. São Paulo, Ed. da Unicamp, 2005.

LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na aldeia e noites de inverno*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1619.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

MELO, D. Francisco Manuel de. *Relógios falantes*. Prefácio e notas de Rodrigues Lapa. Portugal, Lisboa: Editora Seara Nova, 1974.

MENESES, Sebastião Cesar de. *Summa politica. Offerecida ao Príncipe D. Theodosio de Portugal*. Amsterdam: Tipographia de Simão Dias Soeiro Lusitano, 1650.

MORELLET, André (et. al.). *A arte de conversar*. Organização, seleção e prefácio Alcir Pécora. Trad. Edmir Missio, Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Quintiliano, M. Fabio. *Instituiciones Oratorias*. Traducción directa del latin por los padres de las escuelas pías Ignacio Rodríguez y Pedro Sandier. Espanha, Madrid: Imprenta de Perlado Páez y Compañia, 1916, 2 vol.

Retórica a Herênio. Trad. Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005

ROTTERDÃ, Desidério Erasmo de. “Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar” (*Brevissima formula*), TIN, Emerson (Org.). *A arte de escrever cartas. Anônimo de Bolonha, Erasmo de Roterdã, Justo Lúpsio*. São Paulo, Ed. da Unicamp, 2005.

_____. *Diálogo ciceroniano*. Trad. Elaine Cristine Sartorelli. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

Sêneca, *Da tranquilidade da alma*. Tradução de Giulio Davide Leoni. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973.

SOARES, Cipriano. *Arte de retórica*. Trad. Silvério Augusto Benedito (mimeog.). Parte integrante da dissertação de Metrado em Literaturas Clássicas – Área de Literatura Latina, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, 1995.

TESAURO, Emanuele. *Il Cannocchiale Aristotelico o sia Idea dell'Arguta, et Ingegniosa Elocutione, che serve à tutta l'Arte Oratoria, Lapidaria, et Simbolica. Esaminata co'principii del divino Aristotele. Dal Conte D. Emanuele Tesauro, Cavalier Gran Croce de'Santi Mauritio & Lazaro*. 5 ed. Torino, Zavatta, 1670.

TESAURO, Emanuele. *Arte de cartas missivas, o methodo general para reducir al papel quantas materias pide el politico comercio*. Trad. espanhol D. Marcelo Migliavada. Espanha, Valencia: Jayme de Bordazar, 1696.

VIVES, Juan Luis. *Obras Completas*. Primera traslacion castellana integra y directa, comentarios, notas y um ensayo biobibliografico por Lorenzo Riber de la Real Academia Española. España, Madrid: M. Aguilar Editor, 1948, tomo II.

3. Estudos

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALBUQUERQUE, Martim de. *Estudos de cultura portuguesa*. Portugal, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, 1º volume.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. “Códigos, regras e ornamentos nos secretários, manuais e métodos de escrever cartas: a tradição luso-brasileira”. In: *Veredas*. Santiago de Compostela, 2011, v. 15.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial)*. Trad. Nair de Lacerda. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Brasiliana, volume 341), 1969.

CARDIM, Pedro. *O poder dos afetos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. 2000. 690 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

CARMEN, Castillo. “La epístola como género literario: de la antigüedad a la edad media”. In *Estudios Clásicos*, España, Tomo 18, nº 18, 1974, pp. 427-42.

CARPEAUX, Otto Maria. “Teatro e Estado do Barroco”. *Estudos Avançados*, São Paulo, nº 10, vol. IV, 1990, p. 7-36.

CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. *Poesia de agudeza em Portugal*. São Paulo: Humanitas Editorial; Edusp; Fapesp, 2007.

CASTRO, Aníbal Pinto de. *Retórica e teorização literária em Portugal (Do Humanismo ao Neoclassicismo)*. Portugal, Coimbra: Centro de Estudos Românicos, 1973.

_____. “Os códigos poéticos em Portugal, do Renascimento ao Barroco. Seus fundamentos. Seus conteúdos. Sua evolução”. In *Revista da Universidade de Coimbra*, Portugal, vol. 31, 1984, pp. 505-532.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. “Arte dos negócios: saberes, práticas e costumes mercantis no Impérios Luso-brasileiro”. *América Latina en la Historia Económica*, México, v. 1, 2009, pp. 171-193.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, nº 11, vol. V, 1991, p. 173-191.

CHIAPPETTA, Angélica. “‘Não diferem o Historiador e o Poeta...’ O texto histórico como instrumento e objeto de trabalho”. In *Língua e Literatura*, São Paulo, nº 22, 1996, pp. 15-34.

CONSTABLE, Giles. *Letters and letter-collections*. Belgica, Turnhout, Éditions Brepols, 1976.

_____. “The Structure of medieval society according to the dictators of the twelfth century”. In: *Law, Church, and Society*. Essays in Honor of Stephan Kuttner. USA, Pennsylvania, Ed. University of Pennsylvania Press, 1977.

COURTINE, Jean-François. “Direito Natural e Direito das Gentes. A refundação moderna, de Vitória a Suárez”. In: NOVAES, Adauto (Org.) *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo, MINC-FUNARTE/Companhia das Letras, 1998.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização*. Tradução Ruy Jungmann. Revisão e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2 volumes, 1993.

ESPINOSA, Fernanda. *Antologia de textos históricos medievais*. Portugal, Lisboa, Ed. Livraria Sá da Costa, 1972.

FANTAZZI, Charles. “Vives versus Erasmus on the art of letter-writing”, In: MATHEEUSSEN, Constant (Org.). *Self-Presentation and Social Identification: The rhetoric and pragmatics of letter writing in early modern times*. Bélgica, Leuven, Leuven University Press, 2002.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10ª ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2 volumes, 2000.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971.

GOUVEIA, António Camões. “Estratégias de interiorização da disciplina”. In: MATTOSO, José (org). *História de Portugal; o antigo regime*. Portugal, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 4.

GRIGERA, Luisa Lopez. *La retórica em la España del Siglo de Oro. Teoría y práctica*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1994.

HANSEN, João Adolfo. “O Discreto”. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Libertinos libertários*. São Paulo, MINC-FUNARTE/Companhia das Letras, 1996.

_____. “Razão de Estado”. In: NOVAES, Adauto (Org.) *A Crise da Razão*. São Paulo, MINC-FUNARTE/Companhia das Letras, 1997.

_____. “A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro”. In: NOVAES, Adauto (Org.) *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo, MINC-FUNARTE/Companhia das Letras, 1998.

_____. “Retórica da agudeza”. In *Letras Clássicas*. São Paulo, v. 4, 2002, p. 317-342.

_____. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2ª ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

_____. “Juízo e engenho nas preceptivas poéticas do século XVII”. In NASCIMENTO, Evando; OLIVEIRA, Maria Clara Castellões. *Literatura e filosofia: diálogos*. Juíz de Fora: Editora UFJF; Imprensa Oficial, 2004.

_____. “Barroco, neobarroco e outras ruínas”. In: *Floema*, Bahia, nº 2A, ano II, out. 2006.

_____. “Instituição retórica, técnica retórica, discurso”. In: *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, jul. 2013.

HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello. *Para que todos entendais: poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra: letrados, manuscritura, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII*. Minas Gerais: Autêntica Editora, 5 volumes, 2013.

HENDERSON, Judith Rice. “Humanist letter writing: private conversation or public fórum?” In: MATHEEUSSEN, Constant (Org.). *Self-Presentation and Social Identification: The rhetoric and pragmatics of letter writin in early modern times*. Bélgica, Leuven, Leuven University Press, 2002.

HESPANHA, António Manuel e XAVIER, Ângela. “As redes clientelares”. In: MATTOSO, José (org). *História de Portugal; o antigo regime*. Portugal, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 4.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto e Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAYE, Jill (Org.). *Introducción al humanismo renacentista*. Edición española a cargo de Carlos Clavería. Traducción de Lluís Cabré. Madrid, España: Cambridge University Press, sucursal en España, 1998.

MADURO, Carlos Alberto de Seixas. *As artes do não-poder. Cartas de Vieira – um paradigma da retórica epistolar do barroco*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, 2012.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. "A estrutura das trocas". In: MATTOSO, José (org). *História de Portugal; o antigo regime*. Portugal, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 3.

MARAVALL, José Antônio. *A cultura do barroco*. Tradução de Silvana Garcia. São Paulo: Edusp, 2009.

MARTIN, Thaís Morgato. *Tradução anotada e comentários da Ars rhetorica de Caio Júlio Vítor*. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo.

MATTOSO, José (org). *História de Portugal; o antigo regime*. Portugal, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 4.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "A 'tragédia dos Távoras'. Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII". In FRAGOSO, João Luís Ribeiro & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na Trama das Redes*. Política e Negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 317-342.

MOREIRA, Marcello. *Critica textualis in caelum revocata? Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra*. São Paulo: Edusp, 2011.

MORSE, Richard. *O espelho de Próspero. Culturas e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOTTA, Ana Raquel, SALGADO, Luciana (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

MUHANA, Adma. *A epopeia em prosa seiscentista: uma definição de gênero*. São Paulo: Editora Unesp; Fapesp, 1997.

_____. "Posfácio". *Infortúnios trágicos da constante Florinda*. São Paulo: Globo, 2006, pp. 327-375.

MUHANA, Adma; LAUDANNA, Mayra; BAGOLIN, Luiz Armando (Orgs.). *Retórica*. São Paulo: Annablume; IEB, 2012.

MURPHY, James J. *Rhetoric in the Middle Ages*. A History of Rhetorical Theory from Saint Augustine to the Renaissance. California: University of California Press, 1990.

NEIVA, Saulo. *Em nome do ócio e da amizade: retórica e moral nas cartas em versos em língua portuguesa no século XVII*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2012.

NOVAES, Aduino (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

OLIVEIRA, Ricardo de. “Amor, amizade e valimento na linguagem cortesã do Antigo Regime”. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 11, nº 21, ano VIII, jun. 2007, pp. 106-120.

PÉCORA, Alcir. “Vieira, a inquisição e o capital”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 1, nº 1, ano I, jan. 2000, pp. 178-196.

_____. *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. (Org.). *Poesia seiscentista – Fênix renascida & Postilhão de Apolo*. Introdução João Adolfo Hansen. São Paulo: Hedra, 2002.

PEREIRA, Virgínia Soares. “Plínio e a sombra tutelar de Cícero”. In *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*. Portugal, nº 8, 2006, pp. 79-104.

PÉREZ, David J. *Moralistas espanhóis*. Clássicos Jackson, vol. XI, Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1952.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POZA, Sagrario López. “La *Política* de Lísio y las *Empresas políticas* de Saavedra Fajardo”. *Res publica*. Revista de filosofía política. Espanha, Murcia, nº 19, ano XI, 2008, pp. 209-234.

SÁNCHEZ, Armando José Ríos. “La epistolografía: Roma y el Renacimiento”. In *Káñina*. *Rev. Artes y Letras*, Costa Rica, XXXV (2), 2011, pp. 37-49.

SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad familiares I, 9, 23*. 2009. 308 f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo.

SCHWARTZ, Stuart B., e PÉCORRA, Alcir (orgs.). *As excelências do governador. O panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, J. Gentil da. *Stratégie des affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607. Lettres marchandes des Rodrigues d’Evora et Veiga*. França, Paris: Librairie Armand Colin, 1956.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. Ensaios. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TIN, Emerson (Org.). *A arte de escrever cartas. Anônimo de Bolonha, Erasmo de Roterdã, Justo Lísio*. São Paulo, Ed. da Unicamp, 2005.

VIEIRA, Brunno V. G.; THAMOS, Márcio. *Permanência Clássica: visões contemporâneas da antiguidade greco-romana*. São Paulo: Escrituras Editora, 2011.

4. Bibliografia complementar

ALTANER, Berthold. *Patrologia: vida, obras e doutrina dos Padres da Igreja*. Tradução Monjas Beneditinas. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 1988.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BAPTISTA, Abel Barros. “O Cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antônio Cândido”. In *O Livro Agreste. Ensaio de curso de literatura brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

BARBOSA, Afranio Gonçalves. “Fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil: as cartas de comércio no século XVIII” In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 181-211.

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo na história do pensamento político*. Trad. Sérgio Batch. Brasília: Editora UnB, 1980.

BOLTON, Brenda. *A Reforma na Idade Média: Século XII*. Portugal, Lisboa, Edições 70, 1983.

BROWN, Peter. *The rise of western Christendom: Triumph and Diversity, A.D. 200-1000*. Oxford, England: Blackwell Publishing, 2003.

CAMPOS, Haroldo de. *O sequestro do Barroco. O caso Gregório de Matos*. Salvador: Casa de Jorge Amado, 1989.

CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Diccionario bibliographico portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Portugal, Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, tomo II.

DONOVAN, William Michael. *Commercial enterprise and luso-brazilian society during the brazilian gold rush: the mercantile house of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil trade, 1695-1750*, PhD thesis, Baltimore, Maryland, 1990.

ELLIS, Myriam. *O monopólio do sal no Estado do Brasil*. São Paulo: FFLCH-USP, 1955.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes. Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 317-342.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. “O fidalgo-mercador Francisco Pinheiro e o negócio de carne humana, 1707-1715”. *Promontoria*, Algarve, 2005, p. 109-134.

HANSEN, Mark Hillary. “Religião, ética do comércio e valores pessoais: o caso de um comerciante italiano no Brasil colonial”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, nº 2, v. 25, 1995.

HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Trad. Mário da Gama Cury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

HONDA, Laércio. *Francisco Pinheiro: as atividades de um comerciante de grosso trato na América portuguesa (1703-1749)*. Campinas: Unicamp, 2004 (Economia, dissertação de mestrado).

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Ensaio sobre a história da literatura brasileira”. In: *Niterói. Revista Brasiliense*. Paris, 1836. Versão fac-similada pela

Biblioteca da Academia Paulista de Letras. Introdução de Plínio Doyle e apresentação crítica de Antônio Soares Amora. São Paulo, 1978, p. 132-159.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *O Estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Minas Gerais: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1982, pp. 85-107.

MILLER, Joseph C. *Way of death: Merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730-1830*. Madison, Wisconsin: University Press, 1988.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777- 1808)*. São Paulo: Hucitec, 1985.

_____. “Anotações sobre a vida cultural na época do Antigo Regime”. In: *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

PRADO Júnior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

TOSI, Renzo. *Dicionário de sentenças latinas e gregas*. Trad. Ivone Castilho Beneditti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ZUQUETE, Afonso Eduardo (Org.). *Nobreza de Portugal: bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. Portugal, Lisboa: Editorial Enciclopedia, 3 tomos, 1960.

Índice

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
Introdução	7
Capítulo primeiro	15
<i>Humanistas: entre o sermo familiaris e a ars dictaminis</i>	21
<i>Francisco Pinheiro e a retórica epistolar</i>	43
Capítulo segundo	54
<i>Amizade e justiça</i>	60
<i>A tranquilidade da alma: a doutrina para o autocontrole dos apetites</i>	74
<i>O caso de uma amizade: Francisco Pinheiro e seu irmão Antônio Pinheiro Netto ...</i>	85
Capítulo terceiro	105
<i>Francisco, Manoel e João Pinheiro Netto: os filhos de Antônio</i>	112
<i>Francisco da Cruz</i>	124
<i>Luís Álvares Pretto</i>	135
Considerações finais	150
Bibliografia	156